



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CARLOS ALVES SIQUEIRA**

**Tensões na Sala de Visitas:  
Pacto da Branquitude nos Diários de Carolina Maria de Jesus**

**SALVADOR**

**2024**

CARLOS ALVES SIQUEIRA

**Tensões na Sala de Visitas:**

**Pacto da Branquitude nos Diários de Carolina Maria de Jesus**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (PPGCS/UFBA) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Amaral de Oliveira

Linha: Cultura, Arte e Sociabilidades Digitais

SALVADOR

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)  
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

---

S618 Siqueira, Carlos Alves  
Tensões na Sala de Visitas: pacto da branquitude nos diários de Carolina Maria de Jesus / Carlos Alves Siqueira. – Salvador, 2024.  
181 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Amaral de Oliveira  
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2024.

1. Jesus, Carolina Maria de, 1914 – 1977. 2. Relações raciais na literatura. 3. Literatura brasileira - Escritores negros. I. Oliveira, Lucas Amaral de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 305.8

---

Responsável técnica: Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo - CRB/5-1213



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

---

**Ata da Reunião da Defesa Oral da dissertação de Carlos Alves Siqueira, intitulada: Tensões na Sala de Visitas: Pacto da Branquitude nos Diários de Carolina Maria de Jesus.**

Foi realizada de forma remota, em **sete de março de dois mil e vinte e quatro**, na sala virtual no link: <https://meet.google.com/rpi-abtv-hnb>, a defesa da dissertação do mestrando em Ciências Sociais **Carlos Alves Siqueira**, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia. Assim, foi instalada a Banca Examinadora de Defesa Oral da dissertação do referido aluno, intitulada: "**Tensões na Sala de Visitas: Pacto da Branquitude nos Diários de Carolina Maria de Jesus**". Após a abertura da sessão pelo professor Dr. Luiz Claudio Lourenço, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, foi composta a Banca Examinadora formada pelos(as) professores(as) **Dr. Lucas Amaral de Oliveira** (orientador), da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia; **Dra. Ana Rodrigues Cavalcanti Alves**, do Programa de Ciência Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia; e **Dra. Fernanda Rodrigues de Miranda**, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Com isso, foi concedido tempo para que o mestrando fizesse a exposição do seu trabalho e quarenta minutos para que os(as) membros(as) da Banca fizessem a exposição dos seus pareceres. A primeira arguição foi apresentada pela professora **Fernanda Rodrigues de Miranda**, convidada externa do PPGCS; a segunda arguição foi realizada pela professora **Ana Rodrigues Cavalcanti Alves**; e a terceira arguição pelo professor e orientador **Lucas Amaral de Oliveira**. Após a apresentação de cada arguição dos(as) membros(as) da Banca, foi dado o prazo de trinta minutos para que **Carlos Alves Siqueira** fizesse a sua réplica. Concluídas a exposição, leituras dos pareceres e réplicas, a Banca Examinadora se reuniu e conferiu à dissertação do referido mestrando como **APROVADA**. Nada mais havendo a tratar, eu, Lucas Amaral de Oliveira, presidente da banca, lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelos demais membros da Banca e pelo mestrando. Salvador, 07 de março de 2024.

Prof. Dr. Lucas Amaral de Oliveira

*Ana Rodrigues Cavalcanti Alves*  
Profa. Ana Rodrigues Cavalcanti Alves

Profa. Fernanda Rodrigues de Miranda

Carlos Alves Siqueira

Nº \_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Ao querido Prof. Dr. Lucas Amaral de Oliveira, pela orientação, paciência, generosidade e parceria. Sua seriedade e comprometimento com o pensamento científico, desde o projeto inicial, foram cruciais para o resultado desta pesquisa. Nossas discussões sociológicas, durante as orientações, assim como os toques quando necessários, também foram essenciais durante a trajetória deste trabalho. Todas as sugestões, correções e revisões, de alguma forma, estão presentes nas páginas desta dissertação. Muito obrigado por tudo.

À escritora Carolina Maria de Jesus, que tem me ensinado as mais valiosas lições sobre a existência humana. Suas obras são uma excelente companhia durante a jornada da vida.

Às minhas queridas e amadas mães, Joana e Maria Aparecida, por sempre acreditar em mim e que, apesar de tudo, seguirem me amando de maneira incondicional. Sem o apoio de vocês este trabalho, certamente, não teria se realizado. Os cuidados, bem como a preocupação com o silêncio, em muitos momentos, foram detalhes carinhosos que possibilitaram os dias de intenso estudo e pesquisa. Amo vocês.

Ao meu querido companheiro, Renan Torres, pelo acolhimento, amor, parceria, pelos dias de intensas leituras do material aqui apresentado, por cada reflexão, cada momento de silêncio compartilhado em contemplação. Muito obrigado, meu bem. Suas contribuições durante essa caminhada também estão, de alguma maneira, nas páginas desta dissertação.

Aos meus familiares, que nunca deixaram de acreditar em mim, principalmente minha tão amada cunhada (leia-se irmã) Adriana — que também é peça central nesse processo. Aos meus queridos irmãos Valdemir, Ricardo, Claudia, Anderson e Eduardo. Amo todos vocês.

Ao meu querido amigo de muitos anos, José Eraldo (Lalado), por toda contribuição — mesmo que distante. Sem o seu apoio e cuidado eu não teria conseguido seguir nessa estrada árdua. Meus mais sinceros agradecimentos, amigo. Esta pesquisa também só foi possível pela sua preocupação e carinho. Muito obrigado.

À minha querida amiga e parceira de estudos, Mariana Alves Feregueti, e à sua mãe (que agora também é minha), Arle Alves, as quais são um dos maiores presentes que a Bahia me deu. Obrigado por me acolherem, ouvirem minhas angústias, por sempre me receberem de portas abertas na casa de vocês e me deixarem fazer parte desta linda família. Amo vocês. O apoio de vocês foi crucial nessa trajetória.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia; aos professores Rafael Arantes, pelas comprometidas trocas metodológicas; Antônio da Silva Câmara, pelo carinho e pelas trocas

durante a disciplina de Literatura e Sociologia; e à professora Paula Cristina da Silva Barreto, por apontar caminhos possíveis e contra coloniais na pesquisa em teoria social. Vocês foram essenciais durante esse caminho. Muito obrigado.

Também agradeço às professoras Ana Rodrigues Cavalcanti Alves e Fernanda Rodrigues de Miranda, que fizeram parte da banca de qualificação e defesa desta dissertação. Suas contribuições foram fundamentais para a realização do trabalho, principalmente pela leitura generosa e atenciosa que fizeram do material durante o exame de qualificação. As ricas reflexões e as sugestões que apontaram também estão presentes nas entrelinhas desta pesquisa.

Ainda sobre a professora Ana Rodrigues, com quem tive o privilégio de fazer um estágio docente na disciplina Formação da Sociedade Brasileira, deixo a minha eterna gratidão por ter me ensinado a olhar para o Brasil de maneira ainda mais crítica. Gostaria de expressar minha profunda admiração pelo seu comprometimento com o ensino e a pesquisa, sobretudo pela forma generosa com que trata os textos e conteúdos apresentados. Durante o período em que tive oportunidade de realizar o estágio docente sob sua orientação, pude testemunhar de perto sua dedicação e rigor na tratativa do material debatido em sala de aula e as instigantes reflexões que as alunas faziam durante as discussões a partir de suas exposições. Todas as sugestões que apareceram durante uma aula e outra, ou uma reflexão feita por uma das alunas, assim como os conselhos sobre possíveis caminhos, enriqueceram ainda mais os percursos desta pesquisa e, de alguma maneira, estão inscritas nas páginas desta dissertação. Muito obrigado por tudo.

À tia Jeruza e ao tio Magno, que me acolheram nos anos iniciais da graduação e mestrado. Sem o apoio de vocês esse caminho teria sido ainda mais difícil. Muito obrigado pelo carinho e cuidado. Amo vocês.

À professora Raffaella Andrea Fernandez, pelas trocas e sugestões durante a caminhada inicial deste trabalho. Suas contribuições e apontamentos foram fundamentais para a construção do meu problema de pesquisa.

Por fim, mas não menos importante, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financiou esta pesquisa e possibilitou a sua conclusão.

*[...]*  
*Periferias, vielas, cortiços*  
*Você deve tá pensando*  
*O que você tem a ver com isso?*  
*Desde o início, por ouro e prata*  
*Olha quem morre, então*  
*Veja você quem mata*  
*Recebe o mérito a farda que pratica o mal*  
*Me ver pobre, preso ou morto já é cultural*  
*Histórias, registros e escritos*  
*Não é conto nem fábula, lenda ou mito*  
*Não foi sempre dito que preto não tem vez?*  
*Então olha o castelo e não*  
*Foi você quem fez, cuzão*  
*[...]*  
*O dinheiro tira um homem da miséria*  
*Mas não pode arrancar de dentro dele a favela*  
*São poucos que entram em campo pra vencer*  
*A alma guarda o que a mente tenta esquecer*  
*[...]*  
*Hei, senhor de engenho, eu sei bem quem você é*  
*Sozinho cê num guenta, sozinho cê num entra a pé.*

Racionais MC's

## RESUMO

Esta dissertação investiga como o pacto da branquitude e as relações de poder intrínsecas ao sistema literário brasileiro reverberam nas obras e na carreira de Carolina Maria de Jesus. O objetivo é avaliar, por um lado, em que medida essas dimensões permeiam a prosa de Carolina e, por outro, como a elite branca, firmemente estabelecida no sistema literário, manipulou os recursos de poder, erigindo empecilhos para a ascensão profissional da escritora. A metodologia empregada baseou-se na análise de conteúdo de textos de Carolina Maria de Jesus, revisão e levantamento bibliográfico sobre sua produção intelectual e análise de documentos variados. Os resultados evidenciam que as relações de poder no sistema literário nacional impactaram significativamente a atividade criativa da autora mineira, manifestando-se de forma mais contundente nos diários *Quarto de Despejo* e *Casa de Alvenaria*, que constituem parte do material empírico desta pesquisa. Ambas as obras revelam a incidência do pacto da branquitude não apenas no desenvolvimento artístico da escritora, mas também em sua trajetória social.

**Palavras-chave:** Carolina Maria de Jesus; pacto da branquitude; sistema literário brasileiro.



## ABSTRACT

This dissertation investigates how the pact of whiteness and the power relations intrinsic to the Brazilian literary system reverberate in the works and career of Carolina Maria de Jesus. The objective is to evaluate to what extent these dimensions permeate Carolina's prose and how the white elite, firmly established in the literary system, manipulated power resources, erecting obstacles to the writer's professional advancement. The methodology used is based on content analysis of Carolina Maria de Jesus' texts, bibliographic review of her intellectual production, and analysis of various documents. The results show that power relations in the national literary system significantly impacted the creative activity of the author from Minas Gerais, manifesting more forcefully in the diaries *Quarto de Despejo* and *Casa de Alvenaria*, which constitute part of the empirical material of this research. Both works reveal the impact of the pact of whiteness not only on the writer's artistic development but also on her social trajectory.

**Keywords:** Carolina Maria de Jesus; pact of whiteness; Brazilian literary system.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Barraco em que viveu Carolina e os filhos .....	24
Figura 2: Clarice Lispector e Carolina Maria de Jesus .....	123
Figura 3: Carolina Maria de Jesus em evento literário no RJ .....	128
Figura 4: Caderno (manuscrito) de Carolina Maria de Jesus .....	157
Figura 5: Caderno (manuscrito) de Carolina Maria de Jesus .....	158

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: .....	24
Quadro 2: .....	87
Quadro 3: .....	93
Quadro 4: .....	107
Quadro 5: .....	111
Quadro 6: .....	114

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
I. Apresentação do tema e do campo empírico .....	12
II. Problema sociológico e objetivos da pesquisa .....	15
III. Organização da dissertação e resumo dos capítulos... ..	17
<b>I. SISTEMA LITERÁRIO, PRODUÇÃO PERIFÉRICA E RELAÇÕES DE PODER ...</b>	<b>20</b>
1.1. Trajetória social de Carolina Maria de Jesus .....	20
1.2. Uma escritora nas margens do sistema literário. ....	25
1.3. Escritora improvável: caminhos estéticos e rupturas da tradição.....	48
1.4. A literatura, os estabelecidos e os <i>outsiders</i> : uma forasteira no sistema literário.....	59
<b>II. PACTO DA BRANQUITUDE NOS DIÁRIOS DE CAROLINA</b> .....	<b>72</b>
2.1. Mapeando o conceito: apontamentos críticos sobre branquitude .....	72
2.2. Análise dos dados .....	91
2.3 Quarto de Despejo e o processo de ascensão provisória de Carolina .....	94
2.4. <i>Casa de Alvenaria</i> : tensões na sala de visitas. ....	106
2.5. Imagens negociadas no sistema literário do século XX .....	120
<b>III. CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS NO SISTEMA LITERÁRIO</b> .....	<b>142</b>
3.1. A formação de uma nova comunidade leitora .....	142
3.2. Novas publicações, velhos conflitos. ....	156
3.3. Os cadernos de Carolina e a família Dantas. ....	166
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>173</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>174</b>

## INTRODUÇÃO

### **I. Apresentação do tema e do campo empírico**

Gostaria de iniciar esta dissertação com uma advertência que é, a um só tempo, informativa e epistemologicamente determinante para este trabalho: todas as citações de Carolina Maria de Jesus que estão transcritas nesta pesquisa respeitam, rigorosamente, o padrão ortográfico, a gramática e a semântica da escritora mineira, tal como impresso nas edições aqui utilizadas e referidas na bibliografia. Sinalizo este aspecto em virtude das frequentes alusões a fatos históricos e da notável interação com experiências de vida que Carolina Maria de Jesus (1914–1977) articula em seus dois diários que constituem o material empírico desta dissertação — *Quarto de Despejo* e *Casa de Alvenaria*. Muitas vezes, essas características são revisitadas pela crítica como documento de relevância sociológica ou como testemunhos exoticamente autênticos de fatos sociais passados, e raramente como dispositivos geradores de conhecimento sobre a realidade brasileira.

Vale lembrar que a literatura de autoria negra, nas palavras de Fernanda Miranda (2019), destaca-se por problematizar-se reflexivamente diante da realidade, atravessada por conflitos sociais e raciais diversos, principalmente aquela realidade que diz respeito à experiência histórica e coletiva das pessoas negras no processo de formação nacional. Segundo a pesquisadora, essa problematização sugere que a literatura de autoria negra tem o potencial de criar uma nova perspectiva ou compreensão em relação ao passado e ao presente. Miranda argumenta em sua tese que isso:

[...] antecipa um horizonte de expectativas que, no limite, pouco considera a mediação da linguagem, isto é, da criação de realidades textuais, que intercepta no texto de autoria negra apenas a representação mimética, pressupondo que a matéria prima da escrita será, irredutivelmente, extensão/expressão denotativa de quem escreve, tomando autor, tema e composição textual como instância única. Esse aspecto diz respeito ao fato de que paira sob a literatura de autoria negra a colagem total entre a voz narrativa e a pessoa física que escreve, como se (mesmo na ficção) não houvesse a mediação da linguagem e a própria imaginação criadora formando universos textuais representativos — mas apenas biografia, desabafo (Miranda, 2019, p. 194).

Nesse sentido, existiria uma relação intrínseca entre a literatura de autoria negra, a representação da realidade, a linguagem operacionalizada e a imaginação criativa dos escritores e escritoras. No caso específico de Carolina, segundo Miranda, haveria uma tendência para uma ligação mais direta entre a voz da autora mineira e a experiência vivida. Essa interconexão entre a literatura de autoria negra, a representação da realidade e a

linguagem é fundamental para entender a riqueza e a autenticidade da expressão literária de escritores não-brancos em um país que impõe obstáculos a qualquer tipo de ascensão social.

As obras desses autores e autoras frequentemente se destacam por capturar de forma vívida as nuances das experiências históricas negras, utilizando a linguagem e a forma estética como meios de expressão que vão além dos registros, abrangendo a história, a cultura e a identidade.

O argumento de Miranda serve de pressuposto deste trabalho, que ressalta a importância de reconhecer a especificidade e a autenticidade das vozes não-brancas na criação literária, propondo rupturas das normas canonizadas e, com efeito, enriquecendo o panorama

literário nacional com uma gama mais ampla de perspectivas e experiências. Ainda que as obras de Carolina tenham embaralhado as linhas que separam ficção e realidade, minha proposta de análise entende que a realidade está contida em suas obras, não na forma de uma sucessão de fatos brutos documentados e narrados, mas como dimensão relativamente autônoma, cujo valor está impresso no modo como ela tencionou elementos extraliterários.

Isso nos leva a argumentar que sua produção literária sempre comunicou uma visão da realidade que, em vista de sua posicionalidade, não resultou, necessariamente, em fatos concretos. Assim como Conceição Evaristo transformou memórias em ficção em *Becos da Memória*, fazendo uso de lembranças e dinâmicas de esquecimentos de experiências que havia vivido com a família, Carolina também buscou escrever uma narrativa ficcional como se estivesse escrevendo a realidade vivida (Evaristo, 2017). Nesses tensionamentos de elementos literários e extraliterários, que se expressam em um jogo entre ficção e realidade, seus vizinhos se destacam como personagens nas histórias, da mesma forma como sua própria existência e seu núcleo familiar viram matéria narrativa.

Assim, na produção literária caroliniana, sua experiência social escorrega para o enredo e ganha vida na trama de cada obra por ela escrita. Sua literatura é, nesse sentido, uma fonte epistemológica de geração de conhecimento sociológico, e como tal está sempre repleta de atores tão reais quanto imaginados — afinal, seu mundo literário é povoado de um universo pessoal e partilhado socialmente. Trata-se de uma narradora que é testemunha imiscuída nos fatos e que transmitiu aquilo que viu, viveu e elaborou.

Minha contribuição aqui é analisar até que ponto o pacto narcísico da branquitude se apresenta na obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* ([1960] 2014) e nos dois volumes de *Casa de Alvenaria* (2021), recentemente publicados, na íntegra, pela Companhia das Letras. O objetivo é entender de que modo esses elementos escorregam para dentro da prosa de Carolina. Para tanto, busco estabelecer um diálogo entre vida e trajetória social de

Bitita<sup>1</sup>, a partir da noção de “pacto da branquitude”, tal qual formulado por Maria Aparecida da Silva Bento (2022). Tal pacto funciona de maneira a assegurar a manutenção dos privilégios de indivíduos do grupo étnico-racial branco, criando uma série de mecanismos para afastar pessoas não-brancas de lugares de poder e decisão. A partir da experiência histórica negra no Brasil, a autora mostra o modo de funcionamento da branquitude, que, desracializando-se, se percebe a si-mesmo como norma ao enquadrar os outros da normatividade a partir de um processo violento de racialização.

A partir disso, a pesquisa possui como escopo: a) analisar como o pacto da branquitude e as relações de poder foram operacionalizadas no sistema literário brasileiro no contexto em que a escritora publicou e atuou; b) entender em que medida essas dinâmicas literárias de poder restringiram ou obstaculizaram a possibilidade de ascensão social de Carolina Maria de Jesus; c) refletir sobre quais foram os principais recursos que faltaram, ou foram negados, à autora para que ela pudesse se manter no sistema literário e, conseqüentemente, projetar uma ascensão social a partir da literatura; e, por fim, d) averiguar como o enfrentamento a esse pacto não só ganhou forma literária, mas se verteu em elemento estético nas obras da autora.

Carolina Maria de Jesus, nas obras mencionadas, documentou e descreveu o cotidiano de precarização da vida que levava na favela do Canindé, às margens do Rio Tietê, em São Paulo; também explicitou as complexas relações que estabeleceu com as classes dirigentes de sua época. Se é verdade que “quem escreve, contribui e se insere num processo histórico de elaboração nacional” (Candido, [1969] 2000, p. 17), é possível afirmar que a autora — que vivia na periferia geográfica da cidade e, também, do sistema literário — trouxe não só a fome e a favela para o centro de seu projeto literário, como também outras questões que problematizam a experiência vivida do negro brasileiro na segunda metade do século XX.

Em *Quarto de Despejo*, livro formado por cerca de vinte diários escritos entre 15 de julho de 1955 e 1 de janeiro de 1960, a autora mostrou a realidade da favela, da fome, do racismo e da invisibilidade social com uma escrita direta, que não deixou de trazer complexidade para questões históricas que atravessam o país há séculos. Na obra, visualizamos uma narradora que sobreviveu como catadora de papel, bem como a rotina de quem viveu os sacrifícios para criar três filhos sozinha. Além disso, Carolina relatou os conflitos que presenciou na favela e na casa de alvenaria, denunciando, também, o modo como o pacto da branquitude funcionava, às vezes de forma violenta, outras vezes sub-repticiamente. Assim, vale lembrar que a escritora mineira denunciou inúmeras vezes a maquinaria desse pacto ao

---

<sup>1</sup> Bitita é como a escritora acabou ficando conhecida em sua infância por sua família e amigos.

identificar como a favela está disposta na configuração socioespacial. Carolina escreveu que: “eu classifico São Paulo assim: o Palácio é a sala de visitas. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (De Jesus, 2014, p. 32).

Já nos dois volumes de *Casa de Alvenaria*, Carolina nos mostra que, mesmo após ter conseguido sair da favela e alcançado certo sucesso enquanto escritora, ela nunca conseguiu uma integração social correspondente ao sucesso súbito que experienciou; afinal, nunca foi bem tratada nos espaços por que passou, e continuou vivendo conflitos diários com vizinhos, com a burguesia paulistana da segunda metade do século XX e vários outros constrangimentos. Em *A integração do negro na sociedade de classes*, Florestan Fernandes (2021) argumentou que o processo de colonização reservou aos brancos um expediente de privilégios e trampolins sociais, fácil acesso a espaços de poder, bons postos de trabalho, etc. Trata-se de um “legado” positivo, mas que, por outro lado, traçava uma linha de cor evidente e ocultado ao mesmo tempo que reserva à população não-branca outro tipo de experiência histórica e social.

Este trabalho busca estabelecer diálogos entre a formulação teórico-metodológica de Cida Bento e as obras de Carolina Maria de Jesus, a partir dos quais procuro identificar em que medida o pacto narcísico da branquitude, ao se modular ao sistema literário brasileiro, criou regras de restrição que empurraram a escritora mineira para a periferia da produção literária nacional, ao mesmo tempo em que cerrou oportunidades sociais que a impediram da ascensão tão almejada ao longo de sua trajetória. Para tanto, parto da ideia de que todos esses elementos foram transformados por Carolina em matéria narrativa.

## **II. Problema sociológico e objetivo da pesquisa**

Como já assinalaram alguns estudiosos (Soares, 2020; Noal, 2020; Teixeira, 2018), a literatura pode ser tratada como mecanismo de adquirir conhecimento a respeito do mundo social, mesmo preservando sua natureza ficcional e diversa do conhecimento científico. Em meio a esse debate, a sociologia da literatura considera a dimensão social do fazer-literário e a maneira como ela pode expressar, de modo exagerado, distorcido, controverso, a realidade sobre a qual ela fala, sem, no entanto, com ela se confundir.

Eliane Veras Soares (2020) argumenta ser possível encarar a literatura como uma epistemologia válida para a compreensão das dinâmicas e relações sociais. A socióloga coloca o questionamento do que é literatura para a nossa sociedade, sugerindo que ela deva ser observada a partir das concepções de “cânone literário” e de “tradição da literatura nacional”, que podem ser estudadas como construtos históricos, “como resultado de práticas



que elegem em dado momento os critérios para definir o valor de uma obra” (Soares, 2020, p. 85).

Essa formulação ajuda a verificar a dinâmica do sistema literário, as condições sociais de produção das obras, os mecanismos de consagração e reconhecimento, a formação de mercados, a construção de estilos e a recepção dos textos escritos ao longo da história. Para Soares, o texto literário pode servir tanto para especular sobre aspectos externos às obras, como para tensionar os condicionantes de sua estrutura interna; afinal, na literatura, “tenta-se dar conta das duas dimensões de modo articulado” (Soares, 2020, p. 86).

É por isso que as obras literárias têm se apresentado como fonte privilegiada para a construção do conhecimento sociológico. Os textos podem ser utilizados como fontes, indícios ou hipóteses para pesquisas, principalmente por serem uma forma de explicar o presente vivido ou entender determinado contexto histórico. Isso é possível porque a atividade literária é um produto da humanidade que, mesmo quando resguardados os seus aspectos ficcionais, se baseia, geralmente, em uma realidade concreta, a mesma realidade sobre a qual ela se torna possível — podendo se tornar um texto de denúncia das injustiças presentes em determinado contexto histórico, por exemplo (Noal, 2020, p. 320).

Nesse sentido, que Brasil é possível enxergar no projeto literário de Carolina Maria de Jesus e até que ponto as condições de (im)possibilidade de suas obras e de sua carreira como escritora explicitam uma fratura no processo de formação da literatura brasileira? Quais rupturas Carolina imprime em relação às tradições vigentes à época, inclusive aos movimentos literários afro-brasileiros?

Antonio Candido (2000) salientou que a literatura constitui um elemento chave no processo de formação da nacionalidade; e que a arte em geral constitui um sistema simbólico de comunicação inter-humana que pressupõe um jogo permanente de relações entre obra, autor e público, que, juntos, formam uma tríade indissociável. Para o sociólogo e crítico, o sistema literário é constituído por uma tríade de elementos complementares — produtor-receptor-mensagem —, em que a literatura desponta não só como prática organizada de modo sistemático e ficcional, mas que também gera tal sistema simbólico de comunicação, tendo o público como a dimensão que confere sentido, inteligibilidade e realidade à obra, e sem o qual o escritor não se realiza enquanto produtor de conhecimento (Candido, [1969] 2000, p. 23).

A recepção das obras de Carolina sempre dividiu opiniões, ora tendo resultados positivos, com comentários elogiosos, críticas elogiosas e publicações dando as boas-vindas à novidade de sua proposta literária, ora sendo acusada de não saber escrever e não respeitar as regras da *doxa* e os princípios consagrados do sistema literário. Não apenas seus escritos,

mas a própria presença física da escritora causava certo incômodo nos grupos estabelecidos que ocupavam posição privilegiada na sociedade brasileira.

Partindo desse panorama, esta pesquisa baseia-se na ideia de que as obras de Carolina podem servir de material empírico na medida em que constituem registros de interesse sociológico por problematizar o funcionamento do pacto da branquitude na formação nacional. A ideia é compreender, a partir da análise das obras, as relações entre estabelecidos e *outsiders* e como essa dinâmica a empurrou para a periferia do sistema literário, obstaculizando qualquer perspectiva de ascensão social por meio da atividade literária profissional. Isso porque, conforme aponta Teixeira (2018), é possível que tomemos o autor como um analista da cultura de seu tempo, como alguém cujo ofício lhe coloca em posição de apanhar determinados movimentos da história e que podem servir à reflexão sociológica.

### III. Organização da dissertação e resumo dos capítulos

A dissertação está dividida em cinco partes. Além desta introdução e de uma conclusão ao final, organizo minha reflexão em três capítulos. No primeiro, apresento brevemente a trajetória social da escritora<sup>2</sup> e introduzo os leitores a algumas categorias que são centrais para esta análise, tais como “sistema literário”, a partir das formulações de Antonio Candido, e o par conceitual “estabelecidos” e “*outsiders*”, pensados por Norbert Elias e John Scotson. O objetivo é averiguar se a hipótese de uma produção literária na periferia desse sistema encontra validade na análise das obras de Carolina Maria de Jesus. Intenta-se, com isso, abordar o contexto de produção das obras da autora, observando o modo como a crítica literária nacional e os meios de comunicação receberam seus escritos. Nesta parte, recorro a publicações de jornais, entrevistas, comentários e outros materiais extraliterários, com o intuito de analisar em que medida os boatos depreciativos foram capazes de descredibilizar o trabalho da escritora mineira, empurrando-a sistematicamente para a periferia do sistema literário.

Aqui, relembremos uma das publicações feitas na imprensa do dia 21 de setembro de 1960, em que o jornal *Correio Paulistano* publicou uma matéria que sugeria o seu livro como sucesso de vendas na livraria e não como sucesso literário. A crítica ambígua à escritora definia ela como “pessoa analfabeta que alinhou em garranchos todas as suas vinganças sociais” (Silva, 2016, p. 38). Era assim que Carolina, em várias publicações da época, era

---

<sup>2</sup> Tais elementos são trazidos para pensar a trajetória da escritora em termos qualitativos: origem social, escolaridade, relação com a escrita e com os livros, diversas experiências de trabalho, ascensão social, e mobilidade descendente ao final da vida.

retratada: como analfabeta que não escrevia literatura, mas cujas obras foram transformadas em *commodities* exóticas de um mercado editorial verticalizado e elitista.

Ainda nessa parte da dissertação, exploro alguns trechos das obras da autora na tentativa de remontar os conflitos ali narrados e correlacioná-los com alguns conceitos de Norbert Elias e John Scotson (2000), principalmente na obra *Os Estabelecidos e os Outsiders*. O objetivo é mobilizar a imaginação sociológica (Mills, 1972) a partir de imagens conceituais dos autores para compreender a complexa relação de poder entre dentro e fora estabelecidos e *outsiders*, instituídos e forasteiros, centro e periferia, sobretudo quando os autores argumentam a respeito da “fofoca” e o modo como ela pode ser um dispositivo sociolinguístico depreciativo para acabar com reputações e impedir a mobilidade social e o reconhecimento simbólico.

Já no segundo capítulo desta dissertação, a ideia é investigar as dinâmicas do mercado editorial e quais imagens se destacaram nesse mercado. Neste capítulo, desenvolvo uma reflexão do sistema literário a partir dos livros *Quarto de Despejo* e *Casa de Alvenaria*, em que a autora mostrou as complexas relações que firmou não só com a classe dirigente da época, mas os constantes conflitos e embates que travou, cotidianamente, com os vizinhos da casa de alvenaria. Carolina narrou nessas obras os problemas que enfrentava por ser uma mulher negra, mãe solo, pouco letrada na educação formal, entre outros atravessamentos existenciais que aprofundaram ainda mais as desigualdades que ela sofreu ao longo de sua trajetória.

O conceito que orienta o segundo capítulo é aquele elaborado pela pensadora Cida Bento (2022), que em sua tese de doutorado desenvolveu a noção de “pacto narcísico da branquitude”. Tal conceito será referido para argumentar que esse mecanismo de distinção social racialmente determinado também contribuiu para empurrar a escritora para a periferia do sistema literário brasileiro. Além de Bento, autoras como Lia Vainer Schucman, Lourenço Cardoso, Lélia Gonzalez, Frantz Fanon, Guerreiro Ramos, entre outros, fazem parte do quadro conceitual e analítico da reflexão sobre branquitude a partir da análise dos diários de Carolina Maria de Jesus.

No terceiro capítulo, reflito sobre alguns conflitos contemporâneos dentro do sistema literário brasileiro, dando enfoque nas transformações da comunidade leitora e no modo como a autora tem sido resgatada e relida, não só por essa nova geração de críticos, mas principalmente como suas novas obras têm sido recepcionadas na imprensa e em outros segmentos do mercado de bens simbólicos. A ideia é apresentar um panorama das possíveis mudanças nesse cenário, bem como problematizar as reminiscências do pacto da branquitude e as disputas que ainda seguem ecoando na recepção das obras de Carolina. Ainda nesse capítulo, a tentativa foi refletir sobre os dados analisados e trazer algumas considerações

(finais) acerca da obra e vida da autora, que não se encerram com a sua morte em 1977.

São esses os caminhos que este trabalho buscou percorrer. A principal contribuição desta pesquisa ao estoque de conhecimento que já existe sobre Carolina Maria de Jesus condensa-se na forma como a pesquisa buscou apreender a lógica de funcionamento do pacto da branquitude dentro do sistema literário brasileiro, a partir de duas obras que, para muitos, é tida como pontos fora da curva nas tradições literárias brasileiras. Nesse sentido, esta investigação lança luzes sobre essas dinâmicas e busca contribuir não só para alargar os estudos do campo da sociologia da literatura, mas também aprofundar as discussões sobre as relações de poder racialmente moduladas a partir das problemáticas da branquitude no Brasil.

\*\*\*

## CAPÍTULO I

### **SISTEMA LITERÁRIO, PRODUÇÃO PERIFÉRICA E RELAÇÕES DE PODER**

Constitui-se como o principal objetivo deste capítulo uma apresentação geral sobre o meu objeto de pesquisa: a forma como a vida profissional e a obra de Carolina Maria de Jesus foram atravessadas pelo pacto da branquitude. Argumento que a autora escreveu na periferia do sistema literário, mantido por estratégias de uma ideologia branca que favoreceu apenas aqueles que faziam parte do mesmo grupo racial. A ideia é traçar um panorama sobre as condições sociais em que a escritora mineira produziu suas obras e estabelecer diálogos com a noção de sistema literário de Antonio Candido.

Me situando a partir deste autor, entendo que esse sistema foi construído de modo que não incluiu, ou incluiu de maneira lateral e provisória as obras de escritores/as não brancos, como foi o caso de Carolina Maria de Jesus. Esse processo de inserção incompleta e fugaz tornou-a a mais desconhecida das escritoras conhecidas, uma narradora que muito vendeu, que foi traduzida para diversas línguas, que habitou intensamente a mídia de sua época, mas que viveu até o fim de sua vida lutando contra a pobreza e nas margens do sistema literário e da estrutura social brasileira.

#### **1.1. Trajetória social de Carolina Maria de Jesus**

Ao observar a situação das pessoas não-brancas na emergência da sociedade de classes no país, Florestan Fernandes (2021, p. 59) argumentou que a “desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre”. Ao abordar a situação do negro no contexto imediato do pó-abolição, o autor identifica que a população não-branca foi “jogada à própria sorte”, sem nenhum tipo de amparo institucional, nenhum preparo para integrar-se à nova ordem social e ao mercado. Nesse aspecto, Fernandes elucidou que:

Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a igreja ou qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objetivo prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não

dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (Fernandes, 2021, p. 59).

Nascida em uma família negra e pobre no interior de Minas Gerais em 1914, a trajetória social da escritora personifica essa transição pontuada por Fernandes. Crescendo em condições de extrema pobreza no período pós-abolição, como pode ser notado na análise de Tom Farias (2018, p. 11), e sem acesso a oportunidades significativas, Carolina enfrentou os desafios de uma sociedade que ainda carregava as marcas do passado escravocrata, onde o trabalho disponível para os negros era precário e mal remunerado. Assim, a trajetória social da escritora dialoga, em alguma medida, com a realidade analisada por Florestan Fernandes, mostrando como a população negra brasileira foi deixada à própria sorte na transição para o trabalho livre, sem os recursos necessários para se sustentarem dignamente em uma economia competitiva.

Ainda segundo Farias, o contexto social em que autora nasceu foi marcado por um contingente de trabalhadores negros exercendo funções variadas em condições totalmente insalubres. No argumento do biógrafo, o trabalho exercido, “na grossa maioria das vezes, não pagava o prato de comida, nem de longe o teto para o descanso merecido” (Farias, 2018, p. 11). Além disso, “a origem escrava era o registro ancestral que marcava a vida da grande maioria dessa população, desde os seus primórdios, no século 18, ainda sob o domínio dos Bandeirantes” (Farias, 2018, p. 11). E prossegue:

Nesse ambiente indiferente à sorte de negros e pobres, foi onde nasceu uma menina que iria se chamar, pelo batismo, Carolina Maria de Jesus, mas que seria tratada, no seio da sua numerosa família, pelo simples apelido de Bitita [...] nascida no dia quatorze (14) de março de mil novecentos e quatorze (1914), filha de João Cândido e de Dona Maria Carolina de Jesus (Farias, 2018, p. 15-16).

Ainda nas palavras de Tom Farias (2018, p. 16), a partir dos relatos com os quais ele teve contato para preparar a biografia de Carolina, quando ela nasceu “era uma menina negrinha de olhos vivos, testa ampla e lisa, boca bem proeminente, maçãs do rosto acentuadas, apesar de muito magra, e pernas finas e compridas, tinha uma voz assaz enjoativa, estridente, para sua idade”. Sua mãe, conhecida como Cota, era doméstica; seu pai, que a escritora nunca conheceu, chamava-se João Cândido Veloso, natural de Araxá. Farias relembra que:

[...] era um homem negro dado a cantorias e a fazer versos de improviso, espécie de “poeta boêmio”, como era apelidado, mas pouco afeito ao batente diário, ou seja, ao mundo do trabalho, o que não diminuía em nada sua fama de um verdadeiro encantador de mulheres, por intermédio da viola ou pela lúbia (Farias, 2018, p. 16).

Em *Diário de Bitita*, Carolina reelaborou memórias de infância e trouxe uma narrativa que remonta um período importante de sua trajetória em Sacramento. Um dos relatos contidos na obra mostra uma narradora que afirmou ter muita curiosidade em ter conhecido o pai; que rotineiramente ela costumava ouvir a mãe, tias e amigas vizinhas comentarem a respeito de João Candido Veloso. Em algum momento de seu diário, Carolina escreveu que:

Um dia, ouvia da minha mãe que meu pai era de Araxá [...] E o nome da minha avó era Joana Veloso. Que meu pai tocava violão e não gostava de trabalhar. Que ele tinha só um terno de roupas. Quando ela lavava a sua roupa, ele ficava deitado nu. Esperava a roupa enxugar para vesti-la e sair (Jesus, 1986, p. 8).

Carolina teve uma breve formação escolar interrompida devido às dificuldades financeiras enfrentadas por sua família. Apesar desse acesso limitado à educação formal, Carolina demonstrou um incrível autodidatismo ao longo de sua vida. Ela buscava conhecimento por meio da leitura assídua de textos que encontrava. Esse desejo constante de aprender e sua capacidade de transformar as experiências cotidianas em reflexões literárias são aspectos marcantes de sua trajetória.

Ela também recebeu muita influência intelectual por parte de seu avô materno Benedicto José da Silva, que era conhecido por “Sócrates africano”. Esse apelido revela o quão sábio a comunidade o considerava, sempre o consultando para determinados assuntos considerados relevantes. Além disso, Carolina manifestava muito respeito e admiração pelos conhecimentos transmitidos por seu avô, que foram fundamentais para a formação crítica da escritora. Tom Farias relembra um pouco as origens do avô da escritora e elucida que:

O avô era da leva originária da província de Cabinda, em Angola. A população de Cabinda pertence na sua quase totalidade aos povos bantus, a um grupo antigamente chamado Fiote, cuja língua, a cabinda, localmente também conhecida por ibinda, é considerada um dialeto do kikongo (Farias, 2018, p. 24).

Essa relação influenciou o projeto literário de Carolina e a maneira como ela interpretava o mundo ao seu redor. A bagagem intelectual recebida de Benedicto certamente contribuiu para a profundidade e sensibilidade de suas observações nas obras que viriam a ser publicadas. Durante uma entrevista ao programa *Fala, Doutor*, em 2015, Raffaella Fernandez argumentou que para a compreensão da construção literária de Carolina Maria de Jesus é preciso considerar todas as referências que a autora acumulou ao longo da vida. A convivência com o avô, os poucos anos na escola primária, as variadas leituras que ela fazia durante os seus

percursos, além de outros elementos, devem ser percebidos para fazermos uma justa análise do legado que a autora nos deixou<sup>3</sup>.

Os anos de Carolina em Minas Gerais não foram dos melhores. Tom Farias lembrou que os constantes deslocamentos da família geravam frustrações e cansaços pelas incertezas da vida. Após percorrer outras regiões, Carolina, já um pouco mais adulta, retorna para Sacramento e as únicas oportunidades de trabalhos que aparecem são as de empregada doméstica, auxiliar de cozinheira ou babá (Farias, 2018, p. 81). O biógrafo rememora no texto que:

Assim que chegou na cidade começou a trabalhar para uma senhora chamada Mimi, esposa de um Gaúcho, que era um dos mais entusiastas pela permanência de Getúlio Vargas no poder. No entanto, Carolina não parava em emprego algum: além de se sentir dasajustada na cidade, pela dispersão demasiada ou a falta do que fazer, ao contrário do que sentia no campo, onde ficava mais concentrada, com tarefas e ocupações diárias, as feridas de suas pernas não curavam nunca e a incomodavam muito. Saía de um emprego e entrava em outro, e não era apenas por causa do serviço ou das leituras que fazia no horário de trabalho, mas por uma revolta social, inata nela, que a acompanharia até o final da vida (Farias, 2018, p. 81).

Com o passar dos anos, diante das incertezas que se apresentavam e das dificuldades enfrentadas em busca de estabilidade no interior de Minas Gerais, a autora decidiu empreender um percurso longo e desafiador, marcado por inúmeras caminhadas, com o objetivo de chegar até a cidade de São Paulo. Essa jornada representou uma busca não só por um novo local geográfico, mas também por um lugar que parecia oferecer maiores oportunidades e um novo recomeço. A cidade de São Paulo, longe de ser apenas um destino para a escritora, tornou-se o ponto de convergência de seus sonhos e aspirações, o lugar que ela escolheu para encerrar os capítulos de sua vida. Em meio às trilhas incertas da existência, ela viu em São Paulo um horizonte de expectativas para o desenlace de suas histórias, aonde iria, por fim, findar seus dias.

Ao engravidar de um marinheiro português, em meados da década de 1940, Carolina se mudou para a favela do Canindé — mudança que culminou com a sua demissão da casa de família onde trabalhava como doméstica, o que pode ter sido impulsionada pelo fato de que o marinheiro português a abandonou à época; não encontrando alternativa, a escritora se instaurou às margens do Rio Tietê, na rua A, barraco número 9. Conforme as palavras de Fernanda Miranda (2013, p. 35), “Carolina construiu com as próprias mãos o barraco que iria abrigá-la junto ao seu primogênito e aos dois filhos que viriam mais tarde”.

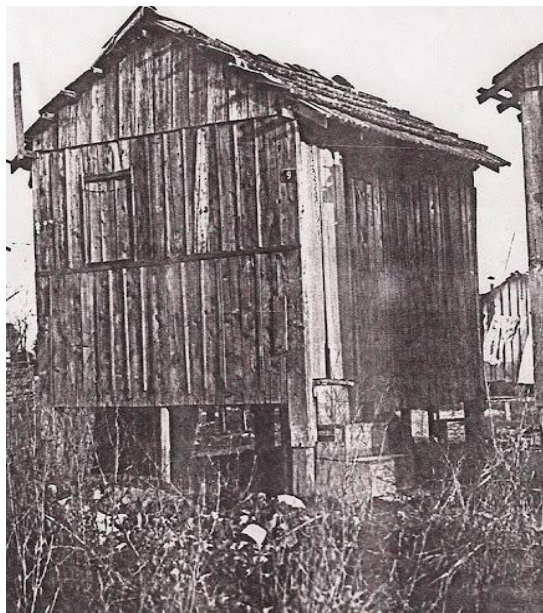
---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y84aYRfYGVw>. Último acesso em: 10.11.2023.



Na fotografia a seguir, é possível ter um pouco da dimensão das condições precárias de moradia da escritora.

**Figura 1. Barraco em que viveu Carolina e os filhos**



Fonte: arquivo *Jornal Última Hora* (27.5.1952)

Parte de seu projeto literário foi concebido enquanto vivia nesse barraco. Como veremos mais adiante nesta dissertação, os vizinhos, assim como todas as idas logo pela manhã para buscar água e todos os constrangimentos que atormentavam Carolina, foram trazidos para dentro de sua construção poética. Sua trajetória ganhou visibilidade quando, em 1958, seus diários pessoais foram “descobertos” pelo jornalista Audálio Dantas. Seu livro mais conhecido, *Quarto de Despejo*, foi publicado em 1960 e, rapidamente, tornou-se sucesso editorial nacional e internacional. A obra, escrita de forma direta, captura as lutas diárias de Carolina, proporcionando uma visão da vida precária das pessoas que residem em favelas e aglomerados subnormais no Brasil e na América Latina. Foi com essa obra que Carolina Maria de Jesus passou a ser reconhecida como uma das primeiras escritoras negras do país a alcançar projeção internacional, sendo traduzida para mais de dez idiomas.

O breve sucesso que pôde desfrutar a partir da publicação desta sua principal obra não durou muito tempo; e editoras, críticos e imprensa deixaram a autora de escanteio depois de algum tempo, que destoava do tratamento reservado a alguns escritores brancos contemporâneos de Carolina. Diferente de Clarice Lispector e Jorge Amado, por exemplo, Carolina construiu seu projeto literário na periferia do sistema literário. Não tinha coluna em jornal, assim como

Lispector e Amado, nem possuía vínculos com o *establishment*. Não lhe foi oferecido nenhum cargo na estrutura do Estado, muito menos foi prestigiada como foram outros artistas e escritores. Isso porque suas obras incomodavam o sono injusto da casa-grande (Evaristo, 2017).

Ao documentar a vida na favela e compartilhar suas próprias experiências e observações, Carolina trouxe à tona as complexidades e os desafios enfrentados pelas comunidades marginalizadas. Seus escritos, especialmente *Quarto de Despejo*, oferecem um olhar íntimo e honesto sobre a realidade cotidiana dessas comunidades, contribuindo assim para a conscientização sobre as desigualdades sociais no Brasil. Nas palavras de Conceição Evaristo:

Buscar entender o universo da escrita de Carolina Maria de Jesus é deparar com uma criação muito peculiar de um discurso literário em que o processo da escrita precisa ser pensado para além do que a gramática, os dicionários, os livros escolares, os mestres da língua portuguesa, o sistema de ensino da língua e a escola permitem e oferecem. É preciso considerar fundamentalmente que estamos diante de um registro literário produzido por uma pessoa cuja construção do processo de letramento se deu de maneira muito especial: os caminhos da aprendizagem da leitura e da escrita trilhados por Carolina foram marcados mais por um autodidatismo do que pela frequência à escola. As lições recebidas no ambiente formal de ensino, isto é, na escola, somaram-se dois anos apenas, correspondentes às etapas iniciais do processo de alfabetização (De Jesus, 2021a, p. 12-13).

Quando adentrou o sistema literário, Carolina foi rapidamente transformada em uma espécie de peça rara de exposição, uma pessoa colocada de maneira totalmente exotizada; ou, para trazer o argumento de Mário Augusto Medeiros da Silva (2011), Carolina passou a ser lida como *avis rara*. Como veremos mais adiante neste trabalho, a autora se inseriu de teimosa no sistema literário da sua época, mas não conseguiu se manter. No entanto, de alguns anos para cá, suas obras têm sido publicadas e o interesse pela autora reacende conflitos contemporâneos.

Após inúmeras tentativas de se manter no sistema literário, a autora ficou por um tempo silenciada e o mercado editorial nacional e internacional, pouco a pouco, foi deixando a escritora de lado. Em um sítio comprado por ela com o dinheiro das vendas dos livros, a escritora foi terminar seus dias afastada do centro da cidade de São Paulo, em Parelheiros. Pobre ela adentrou o universo literário, pobre ela findou seus dias. O sucesso foi rápido, assim como foi rápida a forma como a autora foi jogada no ostracismo.

## 1.2. Uma escritora nas margens do sistema literário

*Não digam que fui rebotinho,  
que vivi à margem da vida.  
Digam que eu procurava trabalho,  
mas fui sempre preterida.*

*Digam ao povo brasileiro  
que meu sonho era ser escritora,  
mas eu não tinha dinheiro  
para pagar uma editora.*

Carolina Maria de Jesus

Na historiografia da crítica literária brasileira, bem como nos livros mais importantes sobre história da literatura, dificilmente encontramos menções à produção literária de Carolina Maria de Jesus. Na verdade, quase não há espaço dedicado à obra da autora mineira nesses trabalhos que procuraram entender a formação e os momentos decisivos da literatura nacional<sup>4</sup>. Teses e dissertações sobre a vida e a obra de uma das maiores escritoras do século XX, por outro lado, só foram apresentadas e defendidas nos programas de pós-graduação décadas depois de seu falecimento, já no século XXI. Existe aí, portanto, um indicativo de que, por um tempo considerável, a escritora tenha sido silenciada. “A crítica literária permanecia cada vez mais alheia. Sua obra gradativamente passava a ser considerada ‘pastiche’ ou descrita como mero “atestado da miséria” (Meihs & Levine, 2015, p. 43).

A respeito desse silenciamento da historiografia literária produzida no país, Dênis Moura de Quadros argumenta que o *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*, publicado em 2002,

[...] reúne inúmeras escritoras que publicaram de 1711 a 2001. Dessas mulheres, há uma pequena abertura para escritoras do século XVIII e XIX [...]. Carolina de Jesus aparece no importante dicionário, contudo, além dos equívocos acerca da data das publicações da escritora, é classificada como memorialista (Quadros, 2018, p. 243-244).

Para Antonio Candido, como vimos, a literatura desponta não só como prática organizada de modo sistemático, mas que também gera tal sistema simbólico de comunicação. Nesse aspecto, partimos da literatura para realizar este estudo porque, como veremos, a formação da literatura brasileira é, de certa forma, um estudo de formação do pensamento brasileiro no campo da cultura. Em *Instinto de nacionalidade*, Machado de Assis (1873) refletiu sobre esse tal instinto que, segundo ele, deve ser reconhecido por quem examina a literatura brasileira. O escritor brasileiro (1873, p. 28) salientou que tanto a poesia, quanto o romance e “todas as outras formas literárias do pensamento, buscam vestir-se com as cores do país”. Ou

---

<sup>4</sup> Sobre esse aspecto, consultar a tese de doutorado de Fernanda Rodrigues Miranda (2019, p. 189), que problematizou a ausência da escritora em obras da historiografia literária produzida no país.

seja, tanto o mestre da periferia do capitalismo<sup>5</sup>, quanto o crítico literário e sociólogo sugeriram investigar a forma como a literatura pode se tornar uma chave determinante no processo de formação da nacionalidade.

Candido explorou a noção de formação do sistema literário, atentando-se para o fato de que nesse sistema é compartilhado o idioma, mas uma temática e um estilo que acaba por formar uma tradição. Trata-se, portanto, de compreender que o sistema é formatado por um complexo de obras ligadas por denominadores comuns e que nos permitem captar as notas dominantes de uma determinada fase de formação da literatura nacional. Ele apontou que quando há uma integração da atividade dos escritores em um dado período, ocorre que tal transmissão de algo entre os indivíduos, bem como o conjunto de elementos por eles transmitidos, vão “formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento, e aos quais somos obrigados a nos referir, para aceitar ou rejeitar” (Candido, [1969] 2000, p. 24).

Entendo aqui por sistema a articulação dos elementos que constituem a atividade literária: autores formando um conjunto virtual, e veículos que permitem o seu relacionamento, definindo uma “vida literária”: públicos, restritos ou amplos, capazes de ler ou ouvir as obras, permitindo com isso que elas circulem e atuem; tradição, que é o reconhecimento de obras e autores precedentes, funcionando como exemplo ou justificativa daquilo que se quer fazer, mesmo que seja para rejeitar (Candido, 1999, p. 14-15).

Rejeitando ou não, a literatura é, em grande medida, bastante tributária de uma perspectiva cultural erudita, que guarda prerrogativas de gostos, padrões estéticos e morais dos grupos que detêm o poder de legitimá-la (Rosa; De Paula Guedes; Leite, 2019). Ao realizar um resumo do panorama da literatura brasileira, Antonio Candido elucidou, também, que a literatura do Brasil faz parte das literaturas ocidentais e que, no momento da invasão dos portugueses, houve o que ele chamou de “transplante de línguas e literaturas já maduras para um meio físico diferente, povoado por povos de outras raças, caracterizados por modelos culturais completamente diferentes” (Candido, 1999, p. 11).

É preciso considerar, segundo ele nos lembra, que houve um afastamento significativo entre a cultura do conquistador e a do conquistado, desdobrando-se, com isso, em um processo brutal de imposição por parte dos colonizadores. O que ocorreu no Brasil, conforme o crítico literário, “foi a transposição das leis, dos costumes, do equipamento espiritual das metrópoles. A partir dessa diferença de ritmos de vida e de modalidades culturais formou-se a sociedade

---

<sup>5</sup> Foi assim que Roberto Schwarz (2000) chamou Machado de Assis em *Um Mestre na Periferia do Capitalismo*.

brasileira”; conforme elucidou o autor, “a literatura não “nasceu” aqui: veio pronta de fora para transformar-se à medida que se formava uma sociedade nova” (Candido, 1999, p. 12).

Além disso, Candido argumentou que a literatura brasileira, assim como as de outros países do chamado “Novo Mundo”, resultou desse processo de imposição ao longo do qual a expressão literária foi se tornando, passo a passo, mais ajustada a uma realidade social e cultural local e que, gradualmente, definia a sua particularidade. No entanto, “como toda a cultura dominante no Brasil, a literatura culta foi aqui um produto da colonização, um transplante da literatura portuguesa, da qual saiu a nossa como prolongamento” (Candido, 1999, p. 12-13). Com isso, ele afirma o seguinte:

A partir daí desenvolveu-se o processo de formação da literatura, como adaptação da palavra culta do Ocidente, que precisou assumir novos matizes, para descrever e transfigurar a realidade nova. Do seu lado, a sociedade nascente desenvolveu sentimentos diversos, novas maneiras de ver o mundo, que resultaram numa variante original da literatura portuguesa. *A história da literatura brasileira é em grande parte a história de uma imposição cultural que foi aos poucos gerando uma expressão literária diferente, embora em correlação estreita com os centros civilizadores da Europa* (Candido, 1999, p. 13, itálico nosso).

No trecho, Candido reflete criticamente a respeito dessa imposição que, conforme ele observa, atuou também no sentido mais forte da palavra, isto é, “como instrumento colonizador, destinado a impor e manter a ordem política e social estabelecida pela Metrópole, através inclusive das classes dominantes locais” e que, “além da função própria de criar formas expressivas, a literatura serviu para celebrar e inculcar os valores cristãos e a concepção metropolitana de vida social, consolidando a presença de Deus e do Rei, o monopólio da língua” e, conseqüentemente, desqualificando “a possibilidade de expressão e visão-de-mundo dos povos subjugados” (Candido, 1999, p. 13).

A esse respeito, convém observar as relações de poder na literatura brasileira e as dinâmicas hierárquicas envolvidas no processo de formação do cânone. Nesse sentido, Jacomel (2009) organiza uma leitura sócio-histórica do processo de formação do cânone literário brasileiro partindo da perspectiva amparada pelos estudos de gênero. Seu texto questiona a ausência dos grupos socialmente marginalizados do cânone e das tradições literárias, como é o caso das mulheres escritoras, sobretudo de mulheres não-brancas. A autora procurou relacionar a prática da canonização aos recursos próprios do modo de distribuição desigual dos poderes na sociedade. Conforme observado por Jacomel, no âmbito cultural destacam-se duas práticas de tendências mais conservadoras no contexto das relações sociais: a primeira corresponde ao processo de hierarquização da arte, isto é, ao “confinamento de uma arte de qualidade reservadas para um público seletivo”; a segunda, por sua vez, está “diretamente ligada à formação

social e moral dos indivíduos” e, segundo a autora, “diz respeito à ideologia das diferenças e, consequentemente, a reprodução hierárquica de classes sociais” (Jacomel, 2009, p. 110).

O discurso dominante e considerado universal é dominado por homens brancos e, conforme observado pela autora, traz consigo práticas que restringem as mulheres a certos espaços sociais e simbólicos de atuação e produção. Com isso, “o estigma social e moral determinado pelo pensamento masculino a impede de ser sujeito, de ter seu trabalho legitimado e apreciado e, acima de tudo, tornar-se uma voz independente, livre das amarras do preconceito” (Jacomel, 2009, p. 111). De acordo com a autora, a produção escrita feminina, especialmente a literária, conhece de perto esses impedimentos.

A diferença ainda existe no universo literário ao comparar uma literatura de autoria feminina com a masculina. Razão disso, a formação de uma lista de escritores consagrados constituídas essencialmente por homens brancos, isto é, o cânone literário[...]. Nesse sentido, a crítica cultural feminista, aquela que preza pelas vozes femininas na literatura e na cultura em geral, compromete-se em denunciar a ideologia patriarcal que permeia essa crítica tradicional e determina, entre outras práticas, a constituição do cânone da literatura (Jacomel, 2009, p. 111).

Aqui, convém resgatar a ideia de que o cânone agrega em si um sistema de valores e regras compartilhadas socialmente. A literatura, segundo a autora, passa por um processo de hierarquização e, desse modo, “é possível entender que o cânone corresponde a uma das extensões do discurso dominante, a saber, as relações de poder fundamentadas em práticas burguesas”. Isso comprova, conforme elucida Jacomel (2009, p. 113-114), “que o cânone literário é uma seleção fundamentada em fatores extraliterários, ou seja, não se restringem apenas às questões estéticas do texto literário, mas também a fatores sociais e morais do universo do escritor”. Por isso mesmo, em geral, as listas “não agregam mulheres, negros, ex-colonizados, enfim, personalidades ex-centralizadas que não preenchem os critérios ideológicos estabelecidos pela crítica tradicional” (Jacomel, 2009, p. 114).

E aqui retornamos à Carolina. Ainda que considerada “inadequada” para o ofício literário, uma vez que não obedeceu às “normas cultas” e fugiu do padrão exigido na escrita formal, ela não só produziu um trabalho literário fundamental, marcado por um eu-enunciador e protagonista da narrativa, como também provocou perturbações no sistema literário por denunciar os mecanismos de exclusão congênitos a esse sistema. É bom lembrar que a autora produziu uma obra bastante rica em termos de gêneros literários e que segue sendo revisitada em programas de pós-graduação em todo o país, ainda que tenha sido silenciada pela crítica especializada ao longo da segunda metade do século XX.

Em fevereiro de 2019, num levantamento feito no banco de trabalhos depositados na CAPES, Fernanda Rodrigues Miranda analisou, para sua tese de doutorado, um corpo de romancistas negras brasileiras. Nesse levantamento, a autora expôs um total de 67 pesquisas dedicadas à escritora mineira depositadas: trata-se de 38 dissertações de mestrado e 24 teses de doutorado. O principal objetivo daquele levantamento não foi empreender um estudo exaustivo sobre o quantitativo de obras de autoria não-branca, mas problematizar principalmente o ponto em comum das temáticas que estão presentes nas narrativas de Conceição Evaristo, Ana Maria Gonçalves, Maria Firmina dos Reis, Marilene Felinto, Ruth Guimarães, Anajá Caetano, Aline França e, como já vimos, Carolina Maria de Jesus (Miranda, 2019, p. 189). Para a pesquisadora, as escritoras selecionadas comporiam um tipo de tradição não-tradicional (Gilroy, 2001) ou sua tradição seletiva (Williams, 2005, p. 217) na história da literatura brasileira.

De um lado, parte desses romancistas não ocupa lugar de reconhecimento do cânone, tendo escrito suas obras, muitas vezes, em condições precarizadas. De outro, a crítica literária e os mecanismos sociais de consagração das obras asseguram maior valor a determinados romancistas em detrimento de outros, invisibilizando um corpo de obras significativas que foram, parte delas, produzidas nas margens do sistema literário, mas que por isso mesmo são elementos significativos para entender a formação nacional. Isso nos leva a dizer que ao longo do processo de formação do cânone literário houve uma maior predominância de homens brancos que sempre estiveram em posição de autoridade e prestígio nesse sistema, mesmo que tivessem que conviver com essas literaturas que sempre insistiram em perturbar o “sono injusto da Casa-Grande”, conforme salientou Conceição Evaristo (2017). Além disso, Evaristo elucidou que tal escrevivência aparece fundamentadamente em um imaginário construído historicamente e que precisa ser borrado e rasurado.

Durante uma entrevista ao programa da TV Brasil, *Estação Plural*, a escritora que também é mineira e radicada no Rio de Janeiro, afirmou que quando ela e outras mulheres negras escrevem, chega uma imagem à sua memória:

[...] a função que as mulheres africanas — dentro das casas-grandes, escravizadas — tinham de contar histórias para adormecer a Casa-Grande. Eram histórias para adormecer. Nossos textos tentam borrar essa imagem. Nós não escrevemos para adormecer os da Casa-Grande, pelo contrário, é para acordá-los dos seus sonos injustos<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/estacao-plural/2017/06/nao-escrevemos-para-adormecer-os-da-casa-grande-pelo-contrario-diz-conceicao>. Último acesso em: 15.03.2023.

Nesse aspecto, convém observar o que Fernanda Miranda afirmou acerca do grupo que habita a margem do cânone literário, quando aponta para o fato de que se trata de um grupo que não consegue “espelhar o sujeito enunciador privilegiado” (o homem branco) na narrativa literária. Segundo a equação da autora, “a escrita de autoria negra tem sido pensada prioritariamente como conjunto à parte da literatura” (Miranda, 2019, p. 31). Outro aspecto importante levantado pela pesquisa, refere-se ao solo histórico que compõe os romances analisados, cujo chão social observado é marcado pelas lógicas do colonialismo, isto é, nas obras analisadas, existe a implicação colonial que as autoras fazem menção recorrentemente.

Miranda também aponta para o fato de que há um processo de apagamento das obras de mulheres negras, o que é possível identificar quando olhamos para as historiografias da literatura nacional elaboradas por críticos, como, por exemplo, de José Veríssimo, Lúcia Miguel Pereira, Afrânio Coutinho, Massaud Moisés, Antônio Candido, Ronald de Carvalho, Alfredo Bosi, entre outros. Há uma ausência sistemática de romancistas negras, fato esse que “só se sustenta em razão do caráter eurocêntrico do cânone literário brasileiro” (Miranda, 2019, p.32).

Para Candido, a ideia de uma literatura que se possa chamar brasileira exige, necessariamente, a constituição desse sistema literário. Esse sistema é o que permite que uma série de textos sejam entendidos como literatura — e, mais que isso, como literatura nacional. Esse esquema analítico envolve uma conexão entre autor-obra-leitor, sendo que a obra assume a condição de literária desde que afirme nacionalidade, isto é, construa as dimensões simbólicas da nacionalidade. No texto caroliniano, enxergamos tensionamentos das narrativas dominantes, ou seja, trata-se também de uma contra narrativa dos discursos de modernização, desenvolvimento, industrialização, mito da democracia racial e progresso. Carolina Maria de Jesus não compactua com esses signos e apresenta outra face da modernidade. E o outro lado também é parte do mesmo projeto vigente — queiramos ou não.

Suas ideias não congregam com o nacional vislumbrado por Antonio Candido. Nesse caso, automaticamente, a autora não seria incorporada no *corpus* de obras que o crítico uspiano selecionou para pensar a formação da literatura brasileira. Logo, se o sistema literário formula literatura nacional, como podemos pensar Carolina a partir dessa perspectiva? Onde ela se insere em meio a essa dinâmica de construção simbólica de brasilidade? O sistema literário não se configura meramente pela coexistência de obras e produtores; sua essência reside na participação ativa de uma comunidade ou público determinado. É a interação entre produtores e consumidores de literatura que delinea os contornos desse sistema, criando um solo comum no qual a expressão literária acontece. A existência de uma comunidade ou público legitima a literatura, que desempenha um papel fundamental na diferenciação do espaço literário. É essa



interação dinâmica que confere identidade e propósito ao sistema literário, transformando-o de uma mera coleção de obras e criadores em uma rede viva de significados, interpretações e experiências compartilhadas.

Assim, ao considerarmos o conceito de sistema literário, é imperativo reconhecer a interdependência entre obra, autor e público. É nessa relação inextricável que o verdadeiro tecido do sistema se revela, criando um espaço onde a literatura existe e se desenvolve, entrelaçando-se com a complexidade da experiência humana. Carolina Maria de Jesus, nesse sentido, despontaria como uma escritora que produziu “manifestações literárias” às quais faltam o elemento de ligação orgânica, o “denominador comum”, como vimos.

Trata-se de uma escritora com escritos de caráter “esparços”, que não encontram interlocutores e não seguem nenhuma “tradição”. Portanto, só a partir desses critérios na noção de sistema literário, a escritora automaticamente está fora desse dinâmico jogo. No entanto, como veremos mais adiante neste trabalho, a escritora elaborou o sistema literário e as dinâmicas de poder em seu interior. Todos os conflitos com o mercado de bens simbólicos (editores e outros mediadores de suas obras) foram transformados em matéria narrativa.

Carolina elaborou signos da nação, mas a partir de outro *locus*. Seu projeto literário comunica uma espécie de contra modernidade, contra narrativa nacional, na medida em que ela rompeu com uma série de discursividades dominantes sobre o que é ser brasileiro. Todos os significados são reelaborados pela autora e o resultado são obras que tensionam a ordem posta e, sobretudo, manifesta inconformidade com as dinâmicas sociais no Brasil. Como veremos, a autora habilmente transformou editores, jornalistas, políticos e membros da classe dominante em personagens vívidos de sua narrativa. A escritora remonta, literariamente, toda a complexidade da sua nova vida, circulando por espaços elitizados. Esses grupos, antes apenas figuras externas, agora desempenham papéis intrínsecos na tessitura narrativa, proporcionando uma visão mais profunda da autora sobre os desafios enfrentados ao transitar por esses círculos sociais.

O conceito de sistema literário, proposto por Antonio Candido, ganha novas nuances quando aplicado à obra de Carolina. Compartilho de parte do esquema analítico do autor, assim como algumas de suas ideias a respeito da vida literária no Brasil e os seus desdobramentos. Não assumo, no entanto, uma noção de sistema fechado, ansioso por nacionalidade simbólica que estaria manifesta nas obras do sistema. Me distancio do crítico em alguns pontos, sobretudo quando proponho examinar as condições de transformação desse sistema. Diferente de outros escritores tradicionais que incorporaram as “notas dominantes”, a narrativa de Carolina arranha os sentidos tradicionalmente associados ao caráter nacional, desafiando ideologias de

progresso, miscigenação, modernização e outros processos sócio-históricos construídos, também, no campo do discurso.

João Camillo Penna, no ensaio *O método crítico de Antonio Candido*, aponta algumas críticas ao modo como o sociólogo uspiano pensou o sistema literário<sup>7</sup>. Ele percebe Antonio Candido como um crítico que postulou um percurso metodológico que sublinhou “impasses ético-políticos em seu empenho de produzir literariamente o Brasil e o caráter de sua literatura como representação” (Moreschi, Moraes e Pinto, 2023, p. 226). Em sua crítica a Antonio Candido, Camillo Penna enfatiza que Candido trouxe uma perspectiva muito rica para o desenvolvimento do conhecimento literário brasileiro, mas, ao mesmo tempo deixou de fora aspectos importantes, como a representação de outras existências e comunidades narrativas.

Isso implica que o que foi excluído da representação nacional, especialmente ao considerar a possibilidade de um “fora” não incorporado à narrativa nacional, revela a construção de um repertório crítico amplamente centrado em obras quase exclusivamente produzidas por homens brancos. Como veremos mais adiante, não existem nesses circuitos que formam cânones quase nada sobre Carolina Maria de Jesus. A historiografia da crítica literária brasileira não reconhecia a escritora como literata.

Por isso, não ratificamos a ideia de sistemas analíticos fechados que apenas privilegiam obras específicas e deixam outras de fora porque são consideradas “literatura menores” — ainda que algumas obras passem por processos de marginalização, isto é, que não circulam no mercado formal editorial e, portanto, acabam não sendo objetos de críticas em revistas conceituadas. Ainda que na noção de sistema de Cândido às obras menores ou a “literatura atrofiada” não componha o quadro analítico do crítico, isso não significa dizer que as obras que não fazem parte integral desse processo possuam valor literário menor ou que não habitem o outro lado do mesmo sistema que as marginalizou.

A respeito das ausências de escritoras negras nas obras de referências bibliográficas ou dicionários especializados, Mário Augusto Medeiros da Silva (2011) se atentou para o fato de que pouco ou nada encontramos sobre literatura negra no país produzida no século XX. Essa observação nos dá vestígios de que Carolina não era uma autora que interessava à crítica especializada da época. Segundo o sociólogo, quando havia alguma informação de escritores

---

<sup>7</sup> Maria Clara Braga Machado Campello (2022, p. 22) lembrou que Antonio Candido é um crítico incontornável e que “o autor precede a geração mais recente da crítica nacional, tendo oferecido análises da literatura brasileira importantes para pensarmos, entre outras coisas, a formação da nossa literatura sem, no entanto, esboçar preocupação específica com a autoria negra”.

negros nesses materiais, era preciso “desconfiar de nomes, datas de nascimento, falecimento, bem como informações bibliográficas, quando presentes, pois poderiam estar equivocadas ou incompletas” (Silva, 2011, p. 209).

A título de exemplo, Medeiros da Silva apresentou que no verbete dedicado à escritora mineira, escrito por Nelly Novaes (2002), há pelo menos quatro equívocos bibliográficos: há erros nas informações mais básicas como, por exemplo, imprecisões a respeito da localidade onde a autora nasceu, assim como equívocos quanto ao ano de publicação de suas obras (Silva, 2011, p. 212-213). Por outro lado, autores e intelectuais consolidados não passam por esses constrangimentos, porque há sempre uma preocupação e um zelo maiores quando se trata de suas trajetórias e de suas obras, revelando o caráter eurocêntrico e seletivo do cânone literário.

Esse caráter mobilizou a pesquisadora Elzira Divina Perpétua (2002, p. 33) a identificar “a carência de trabalhos da crítica especializada, não apenas sobre o enfoque editorial como um todo, mas especificamente sobre a obra de Carolina”. A pesquisadora refletiu sobre a produção e recepção de *Quarto de Despejo*, dando enfoque nas relações publicitárias, contextuais e editoriais a que a obra foi submetida. Em seu artigo, ela afirmou que, historicamente, “o êxito do diário de Carolina pode ser explicado junto às causas que confluíram para o aparecimento de um modelo de sujeito que divergia da imagem do escritor de renome e de textos então canonizados pela instituição literária” (Perpétua, 2002, p. 34). Com isso, surge uma novidade narrativa nas letras do país que, conseqüentemente, traz um novo repertório de representações sociais e simbólicas da nação.

Sobre as representações sociais e simbólicas que podemos observar nas obras literárias, Regina Dalcastagnè (2007) nos lembra que, tal como outras esferas de produção do discurso, o campo da literatura figura um espaço de exclusão, o que também é proeminente na produção de desigualdades e hierarquias. Isso porque, segundo ela, “nossos autores são, em sua maioria, homens brancos (praticamente todos), moradores dos grandes centros urbanos e de classe média — e é de dentro dessa perspectiva social que nascem suas personagens, que são construídas suas representações” (Dalcastagnè, 2007, p. 18).

No caso da literatura, um espaço simbólico de discursos em disputa, as narrativas refletem o tempo histórico em que se inserem, ao mesmo tempo que nele interferem. As produções de autoras negras, e autores, existem e estão sendo publicadas, porém, há ainda toda uma tradição canônica de autoria branca e masculina que restringe a pluralidade de perspectivas, pontos de vista e construções de sentidos que acabam por normatizar o que se pode ou não produzir, os parâmetros de produção de pensamento e construção de mundo aceitáveis (Campello, 2022, p. 25).

Ora, em vários momentos de sua narrativa, Carolina afirmou ser indesejada em determinados espaços ocupados, majoritariamente, pelo grupo branco. Esses inconvenientes foram registrados pela autora, assim como os comentários que recebia de pessoas pertencentes ao *establishment*. Certa feita, a autora escreveu que, durante um encontro com Mário Donato<sup>8</sup>, ela recebeu o seguinte comentário: que fosse melhor que empregasse muito bem o dinheiro que estava recebendo à época, com a publicação do primeiro diário, “porque a literatura não é meio de vida. Você não é literata! O teu livro não é literatura. É documentário” (De Jesus, 2021b, p. 63). Comentários como esses sempre rondavam a existência de Bitita. Seu maior desejo era “ficar numa caverna oculta, só para ler”, pois tinha “pavor de ficar nesses núcleos, perdendo tempo com conversa fiada!” (De Jesus, 2021b, p. 62).

Em seus diários, Carolina registrou o quanto era solicitada pelos meios de comunicação e, principalmente, para realizar viagens pelo país devido ao sucesso com o mercado editorial. Com a divulgação de *Quarto de Despejo* e, posteriormente, com a publicação de *Casa de Alvenaria*, a escritora, segundo Conceição Evaristo, passou a ter um dia a dia “não mais marcado pela fome, mas pela pressa, pela correria, pelo ir e vir, pelas consequências de uma Carolina transformada em mercadoria, em um produto a ser exposto, em um bem de uso público, requisitado para as mais diferentes funções” (De Jesus, 2021b, p. 10).

Essa observação feita por Evaristo sugere uma mudança radical na vida de Carolina, cuja trajetória foi marcada pela condição de pobreza e fome, por pressões e exigências do sistema literário, bem como por uma “correria” — o que a tornava, como afirmou Evaristo, uma mercadoria. Essa transição revela uma transformação social significativa na vida da escritora, que passou de uma situação de marginalização e invisibilização para uma condição em que ela é reconhecida e, recorrentemente, requisitada para múltiplas funções. A esse respeito, o quadro abaixo apresenta a maneira como esses elementos aparecem na economia da obra:

---

<sup>8</sup> Foi um jornalista e escritor paulista.

**Quadro 1 - Trechos em que a autora relata “cansaço”**

<p>No diário de 30 de agosto de 1960 a autora relatou que:</p> <p>“[...] Fui recolhendo os cacarecos. Os reportes partiram eu estava <i>cansada</i>. Agêitei as camas e dei banho nos filhos que ficaram admirados da água sair quente do chuveiro. Sorriam debaixo do chuveiro, comeram mortadella com pão e dêitam. Estavam <i>exausto</i>. Eu estava tomando banho quando chegou uns reportes do Diário da Nôite, fui atende-los, eu já havia atendido os jornalistas da Última Hora, estava <i>cansada</i> dêitamos e dormimos. Que sono gostôso, a luz elétrica iluminando o quarto” (De Jesus, 2021a, p. 31, itálicos nossos).</p>
<p>No diário de 03 de setembro de 1960 a autora relatou:</p> <p>“Com esta vida atribulada que eu levo estou <i>cansada</i> mas, os meus esforços são compensados, porque o meu livro é o mais vendido” [...] (De Jesus, 2021a, p. 35, itálicos nossos).</p>
<p>No diário de 04 de setembro de 1960 a autora relatou:</p> <p>“Levantei as 6 horas, preparei a refeição matinal. Eu não vou sair, conversei com o senhor Antonio Soeiro Cabral sobre a condição de vida que estou levando. Ele, disse-me que acompanha-me amanhã até a livraria Francisco Alves. Eu estou <i>cansada</i>, os filhos rênham muito, passei o dia lavando as roupas. Eu sai para comprar um ferro elétrico. O senhor João Canton deu-me um ferro elétrico novinho, e disse para eu dar-lhe um livro. Fiquei alegre com o ferr”o (De Jesus, 2021a, p. 36-37, itálicos nossos).</p>
<p>No diário de 06 de setembro de 1960 a autora relatou:</p> <p>“Era 23 horas quando cheguei em Osasco. Os filhos estavam dormindo. Que suplicio. Eles custam despertar-se. Eu estava <i>cansada</i>” (De Jesus, 2021a, p. 47, itálicos nossos).</p>
<p>No diário de 17 de outubro de 1960 a autora relatou:</p> <p>“A dona Suzana Rodrigues<sup>42</sup> veio convidar-me para eu ir no seu programa de televisão Forum Leonan das Donas de Casas.<sup>43</sup> Eu estava <i>cansada</i>, mas prometi ir. O quintal estava superlotado de lixo. O dono da casa senhor Vitor ficou admirado vendo eu trabalhar com tanto afan. A Dona Suzana gostou dos meus moveis. A Vera ficou contente. Recibi a visita do jornalista Renato da Gazeta. Ele disse que eu não devo acêitar as imposições do Dr. Lelio de Castro Andrade, para autografar livros, que eu não sou obrigada a comparecer eu não estava em casa. Ele deixou um bilhête para mim, para eu ir procura-lo na rua Itapemínga” (De Jesus, 2021a, p. 47, itálicos nossos).</p>
<p>No diário de 03 de novembro de 1960 a autora relatou:</p> <p>“Tomamos o onibus porque tínhamos que voltar a noite para falar com o senhor Mauricio Loureiro Gama, pedir-lhe se ele nos concedia uma divulgação para a autonomia de Osasco. Já havíamos falado com o jornalista dos Diarios. Quando chegamos em Osasco era 16 horas. Eu estava <i>cansada</i> fui dêitar. Mas não podia dormir porque o cansaço era imenso. Estava com falta de ar [...]” (De Jesus, 2021a, p. 108, itálicos nossos).</p>
<p>No diário de 09 de novembro de 1960 a autora relatou:</p> <p>“Que suplicio para dêixar a Cinelandia. O povo segura-me pedindo-me para autografar livros. Eu queria atendê-los mas o senhor Ferrão impelia-me para a frente. Conseguimos tomar um taxi fomos jantar. Eu estava <i>cansada</i> de ficar de pé. Dei graças a Deus quando sentei. No restaurante nós escolhíamos o que comer (De Jesus, 2021a, p. 120, itálicos nossos).</p>
<p>No diário de 03 de dezembro de 1960 a autora relatou:</p> <p>“Fiquei horrorizada pensando no roteiro que havia percorrido num dia. Do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro. Poderia usar as siglas do R ao R. Estava com sono pensando: Meu Deus! Eu vou ficar <i>exausta!</i> Eu vou <i>morrer esgotada</i> [...]” (De Jesus, 2021a, p. 168, itálicos nossos).</p>

Fonte: Dados sistematizados pelo autor (2023).

A passagem de uma vida marcada pela fome para a pressão e correria sugere um cenário de maior acesso a recursos e oportunidades, no entanto, também traz consigo novas formas de opressão e exploração. Carolina deixa de ser invisível, mas torna-se uma peça de um sistema em que seu valor é definido pela sua utilidade e comercialidade. Ela se torna um produto a ser exposto, quase como um bem de uso público, requisitada para diferentes tarefas, possivelmente refletindo uma divisão social do trabalho em que ela se vê colocada em papéis de precarização.

Essa transformação levanta questões não só sobre a condição humana, a desigualdade social e a objetificação do ser humano. Carolina, como indivíduo, passa por uma metamorfose em que sua vida é moldada pelos interesses e demandas da sociedade em que está inserida. Essa transformação pode ser vista como forma de objetificação, em que ela é tratada como objeto a ser utilizado, até a expiração, sem consideração por sua individualidade, desejos e necessidades.

Aqui, convém resgatar o que a escritora registrou no dia 9 de janeiro de 1961. Ela escreveu que levantou furiosa e xingando devido à “vida desgraçada” que levava. A autora escreveu que estava descontente com a nova casa e os problemas que estava tendo que enfrentar. Segundo ela, após xingar Audálio, resolveu escrever um bilhete pedindo dinheiro para resolver algumas coisas. De acordo com sua narrativa:

— Aquele cachorro podia comprar uma casa limpa para mim, porque eu dou lucro a imprensa! Colaboro com eles em tudo! Não escrevo inverdades para não prejudicá-los! *Eu não queria esta casa! Mas, o Audálio predomina, anula todos os meus desejos que manifestei. Mas, eu tenho que tolerá-lo. Foi ele quem auxiliou-me, por isso prevalece. Mas, o dia 13 de maio, ele ha de dar-me a minha liberdade!*

Fiquei furiosa! Se eu pudesse expandir o Audálio até quebrar-lhe os ossos (De Jesus, 2021b, p. 72, itálicos nossos).

Ainda sobre essa intensa movimentação na vida da escritora, Daniela Nascimento rememora que esse cotidiano agitado na casa de alvenaria era determinado, sobretudo, pela agenda de divulgação dos livros:

Há duas questões fundamentais relacionadas ao assédio que a autora passa a sofrer. Primeiro, o papel que a mídia em geral exerce nessa efabulação de uma trajetória da miséria da favela até a fama e uma vida luxuosa da escritora, que supostamente teria ficado milionária com a publicação do seu livro (Nascimento, 2020, p. 63).

No dia 17 de outubro de 1960, a autora chegou a registrar em seus cadernos que não estava encontrando tempo para escrever o seu diário em virtude dos vários convites que estava recebendo de cidades diversas do interior para sessões de autógrafos. Carolina escreveu serem convites que atendia “com todo prazer porque vou conhecer algumas cidades do Brasil”, mas que esses compromissos, essa rotina de entrevistas e solicitações diversas, faziam com que ela

se sentisse muito “cansada”, “exausta” e sem “tempo para ler” (De Jesus, 2021b, p. 52). Após entrar no sistema literário brasileiro, mesmo que pela porta dos fundos, ela passou a circular por restaurantes finos e lugares que, em sua maioria, eram habitados por uma “alta sociedade”, que buscava se distinguir de pessoas e espaços considerados indesejados. Com o primeiro diário publicado, a autora foi instada a comparecer a uma série de compromissos sociais.

Ao tomarmos parte dos diários da escritora para análise, como lembram Leidiana Freitas e Maria Suely Lopes (2020), é preciso considerar que seus escritos não constituem apenas simples relatos de vida, mas, principalmente, plataforma de denúncia das condições precarizadas as quais vivem residentes de favelas no Brasil, assim como encontramos críticas à sociedade racista, classista e misógina, além de outros processos de desigualdades vividos por grande parte da população brasileira e que foi ficcionado por Carolina. Em *Cinderela Negra*, Meihy e Levine (2015, p. 19) observaram que:

Por razões diversas e algumas de explicação indireta — como a inadequação da mensagem do seu primeiro livro ao padrão proposto pelo golpe militar de 1964, que evitava a crítica social -, mas especialmente pela reação estranha da escritora em face da atitude impertinente da imprensa, da classe média paulistana e brasileira e da elite intelectual, a queda de seu prestígio foi tão brusca quanto fora sua ascensão. Brusca, dramática e conseqüente. Em pouco tempo, ela foi forçada a voltar à condição de pobre com dificuldades de sobrevivência. Na miséria, viu terminarem seus dias.

Mesmo que tenha aceitado os pedidos e solicitações que a tiravam do ofício da escrita, Carolina acabou sendo deixada de lado pelo *establishment* e, com efeito, não logrou acumular recursos suficientes para terminar a vida com o conforto que almejava. Ainda que tenha comprado seu sítio em Parelheiros se afastado da vida movimentada que havia levado a escritora ao esgotamento físico e psicológico, ela morreu pobre e totalmente esquecida pelo mercado editorial, o mesmo que, outrora, havia espoliado seus talentos e se entusiasmado com a novidade antropológica de sua escrita. Foi enterrada numa vala comum, no cemitério da Vila Cipó, a 40 quilômetros do centro da capital paulista. Além da crise respiratória que a seguia desde a sua infância, o fato é que, antes de morrer, várias vezes esteve próxima do desespero. A dor da fome e a sua “cor amarela”<sup>9</sup> sempre estiveram rondando sua vida. O sucesso como escritora, que para ela talvez significasse mais que qualquer coisa, foi concretizado apenas parcialmente. A alta sociedade literária não estava disposta a negociar a lógica de distribuição de seu prestígio, e ao fim e ao cabo deu-lhe as costas.

---

<sup>9</sup> Em *Quarto de Despejo* (1960), a escritora escreveu que a fome tem cor, e essa cor é sem dúvida amarela. E que além disso a fome deixa as pessoas com tontura.

Até hoje, parte da obra de Carolina segue inédita, pois o que foi explorado pelo mercado editorial foram os diários onde ela narrava o cotidiano na favela. Mesmo que a autora tivesse tentado buscar sua independência, e na intenção de publicar com recursos próprios parte de seus poemas e romances, havia uma sociedade que não estava preparada para recepcionar suas obras. A rejeição do grupo estabelecido no sistema literário, expresso em comentários depreciativos e, muitas vezes, negando o valor literário das obras da autora mineira, empurraram a narradora negra e periférica em direção às bordas do sistema literário.

O texto de Carolina nos oferece um ambiente até então pouco conhecido, porquanto escrito por quem testemunhou a miséria em primeira mão, dia após dia, e conseguiu tornar esses aspectos em objeto de uma narrativa reveladora a partir de um ângulo novo, apresentando o modo de vida da população excluída socialmente em meados do século XX (Perpétua, 2002, p. 34). Além desse aspecto observado por Perpétua, de acordo com Luciana Paiva Coronel (2011), com a publicação do primeiro diário, foi apresentado ao público, também, a problemática da legitimidade cultural do discurso literário produzido por autores e autoras oriundos e residentes de áreas de exclusão social. A autora lembra que:

[...] uma vez que o mercado de bens simbólicos abarcou esse tipo de produção, ao fazê-lo colocou no centro do mundo da cultura quem estava à margem da sociedade, gerando impasses interpretativos para a crítica, que se via desafiada a devidamente compreender o novo formato de produto literário (Coronel, 2011, p. 63).

Adicionalmente, outra inovação que Carolina inaugurou está relacionada a um discurso descentrado e autêntico que provocou diferentes formas de pensar e sentir a literatura, originando-se da experiência no espaço da favela e suas privações. A autora se entrelaça tanto com a obra que esta, por sua vez, se confunde com sua própria existência.

A singularidade de Carolina Maria de Jesus não se limita apenas à sua produção literária, mas também à forma como ela redefiniu o papel do escritor e da literatura ao incorporar de maneira tão íntima sua própria vivência na favela e em outros espaços por qual circulou. Esse discurso descentrado e autêntico, centrado em suas experiências e nas realidades das camadas marginalizadas da sociedade, quebra padrões preestabelecidos e enriquece o sistema literário brasileiro. A fusão entre a autora e a obra destaca a genialidade literária de Carolina e a autenticidade de sua expressão — que transcendeu as fronteiras convencionais da escrita e da narrativa.

Perpétua (2011) afirma que escrever e publicar um relato testemunhal de sua própria vida como fez Carolina, registrando literariamente memórias ou escrevendo diários de vida sempre foi privilégio reservado aos membros das classes dominantes. Ao analisar relatos



autobiográficos como os de Carolina Maria de Jesus, em *Diário de Bitita*, a pesquisadora aponta que se trata de um registro que pode ser enquadrado naquilo que Deleuze e Guattari (2003) denominam de “literatura menor”. A partir desse conceito, a autora explora algumas questões acerca das relações entre as “escritas do eu” e o cânone, com foco na produção da literatura confessional produzida no Brasil nas últimas décadas do século XX. Sobre o conceito resgatado por Perpétua, Deleuze e Guattari afirmam que “uma literatura menor não pertence a uma língua menor, mas, antes, à língua que uma minoria constrói numa língua maior” (Deleuze & Guattari, 2003, p. 38).

Essa noção de literatura menor destaca a capacidade de produção literária de grupos marginalizados e o potencial subversivo presente em suas expressões culturais. Segundo os filósofos franceses, a literatura menor surge a partir da atividade que violenta o pensamento e forja deslocamentos — o que possibilita produzir o novo. Nesse aspecto,

[...] é preciso salientar que menor/maior não se definem pelo contingente numérico. A menoridade de algo é reflexível na sua apresentação como diferença e pluralidade frente ao que se estabelece como padrão e norma, propondo uma dobra na natureza do que é fixado e que se apresenta como identidade. Nesse sentido, a maioridade é condição de existência de uma dada menoridade (Da Rosa, 2016, s/p).

Assim, quando aplicamos essa perspectiva à obra de Carolina Maria de Jesus, podemos enxergar sua literatura como uma forma de literatura menor. A obra de Carolina representa uma literatura que emerge de uma minoria dentro da sociedade, em que as vozes dos pobres, dos negros e dos excluídos, sobretudo se são mulheres, são trazidas à tona. Ela utiliza a língua portuguesa, sendo a língua dominante no Brasil, mas sua forma de escrita é marcada por um estilo próprio e pela expressão de sua realidade particular.

Em termos analíticos, sua literatura pode ser interpretada como subversão, na medida em que desafia as estruturas dominantes da literatura canônica, que muitas vezes privilegiam as vozes e perspectivas da elite branca, ao passo que marginalizam as experiências dos grupos historicamente excluídos porquanto racializados. Assim, ao escrever sobre a vida na favela, Carolina rompe com as convenções literárias tradicionais e expõe as contradições sociais e as injustiças presentes na sociedade moderna. Sua linguagem oferece uma visão crítica e poderosa que desafia as narrativas hegemônicas.

Nesse sentido, Carolina constrói uma linguagem própria dentro de uma língua maior, conferindo voz e representação à experiência de uma minoria. Sua obra se destaca como um exemplo vívido da importância da diversidade literária e da valorização das perspectivas marginalizadas, apresentando uma crítica social contundente e ampliando significativamente as

fronteiras da literatura convencional. Ao criar uma linguagem única, enraizada em sua vivência na favela e nas adversidades enfrentadas, Carolina rompe com as normas literárias preexistentes e oferece um olhar autêntico sobre as complexidades da vida nas margens da sociedade. Sua escrita dá voz às suas próprias experiências e se torna um veículo poderoso para dar visibilidade às narrativas muitas vezes ignoradas e silenciadas.

Dessa forma, a obra de Carolina transcende a individualidade, tornando-se uma contribuição significativa para a literatura que ressoa com a importância da inclusão, da diversidade e do reconhecimento das vozes que historicamente foram excluídas. Carolina Maria de Jesus, através de sua escrita inovadora, deixa um legado que inspira a busca por uma representação mais justa e inclusiva nas hierarquias do sistema literário.

Conforme apontam Leidiana Lima Freitas e Maria Suely de Oliveira Lopes (2002, p. 2), “Carolina Maria de Jesus é uma escritora fora dos padrões. Negra, pobre e semianalfabeta, ela desafia os parâmetros estabelecidos por uma época, simplesmente ao se apresentar como escritora”. Não se trata de uma escrita qualquer, mas, segundo as pesquisadoras, de uma escritora de si, cujo exercício narrativo é um mecanismo de denúncia contra:

[...] as injustiças sociais e [de] luta para transformar sua realidade. Escrevia com o corpo e com a alma, usando a sua escrita como uma arma para superar os desafios impostos pela difícil situação vivenciada por ela desde sua infância[...] Além de denunciar as injustiças que vivia ou presenciava, a escritora questionava-as com intuito de entendê-las. Esse desejo de entender as injustiças sofridas pelos negros e pelos pobres, impulsionou Carolina de Jesus a fazer esse relato de si (Freitas & De Oliveira Lopes, 2020, p. 6).

Embora se trate de uma escrita de si, centrada em primeira pessoa, os registros de Carolina “representam a coletividade, tendo em vista que muitos outros passavam e ainda passam pela mesma situação que ela e sua família” (Freitas & De Oliveira Lopes, 2020, p. 7).

A autora mineira até circulou e estabeleceu algumas relações com o *establishment* do sistema literário<sup>10</sup> a partir de sua escrita de si, mas tal vínculo mostrou-se temporário, intermitente. Por isso, não é exagero afirmar que sua trajetória profissional foi inteiramente construída nas periferias do sistema literário nacional — longe da historiografia crítica das letras do país e do radar das instituições que são capazes de consagrarem obras e autores.

Sobre a relação entre literatura e periferia, concordamos com o que Lucas Amaral de Oliveira (2020a) afirma quando entrelaça experiência histórica, processos de construções identitárias e posicionalidade como dimensões capazes de gerar novos conhecimentos a respeito

---

<sup>10</sup> Além de editores, a escritora também estabeleceu relações com escritores renomados de seu tempo, tais como Clarice Lispector e Jorge Amado, os quais me serviram de contraponto no próximo capítulo.

dos processos de formação nacional. Esse entrelaçamento nos ajuda a pensar as formas discursivas de uma maneira descentrada e, com efeito, reposicionar a configuração de forças da geografia do saber. O sociólogo salienta que a cultura periférica, historicamente racializada no país, pode ser encarada “como um sistema relativamente autônomo de criações e práticas de agrupamentos sociais urbanos marginalizados que, com pretextos e incentivos variados, negam o estado de coisas predominante nas artes” (Oliveira, 2020a, p. 68). A chamada cultura periférica seria, nesse sentido:

[...] um tipo de cultura emergente, produzida e difundida nas periferias urbanas, e que, especialmente nas últimas décadas, tem sintetizado a abertura de canais fundamentais de informação e comunicação e novas formas de significação para as produções materiais e imateriais operadas nas margens de cidades brasileiras, contemplando diferentes vivências, consciências, imaginários, estéticas de vida e sentidos na construção de um aparato cultural mais próximo da realidade de bairros populares (Oliveira, 2020a, p. 69).

Sobre essas representações criadas a partir de uma cultura mais popular, também recorreremos ao trabalho publicado sobre a obra de Carolina de Jesus, onde Fernanda Miranda (2011) argumentou que o campo literário brasileiro sofreu abalos em seus quadros de referência a partir da narrativa em primeira pessoa da escritora mineira. Segundo a autora, no registro de Carolina, e tendo em vista o que o crítico da cultura Stuart Hall aponta como sendo o declínio de antigas identidades, identificamos a queda do sujeito moderno universal e o surgimento de uma nova voz na cena literária do país (Miranda, 2011, p.15). Trata-se, portanto, de uma narrativa literária descentrada que propicia aquilo que Oliveira (2020b), em outro trabalho, argumentou ser própria de uma inflexão epistemológica que emerge de contextos periféricos, capaz de tensionar noções já consolidadas de cultura brasileira, inclusive do sistema literário.

Ao tensionar tais noções, Lucas Amaral de Oliveira propõe que revisitemos as leituras de realidades que experimentaram processos de colonização, escravismo, etnocídio, sexismo e racismo, a fim de problematizar de forma mais aguda outras facetas constitutivas da própria ideia de modernidade. No artigo, o autor visa desconstruir a ideia de uma experiência moderna monotípica e universal, capaz de alargar os horizontes de entendimento sobre subalternidades e colonialidades. O objetivo da reflexão é, além de expor críticas às grandes narrativas – sejam elas históricas, sociológicas, —literárias —, articular propostas de abordagens que nos deem subsídios para o reexame de cânones e que consigam indicar novas epistemologias a partir de outro *locus* de enunciação, fala, expressividade e atuação (Oliveira, 2020b, p. 452). Em sentido semelhante, é possível pensar a obra de Carolina como subsídio para o reexame do cânone e das tradições brasileiras, uma vez que ela inaugurou uma contra narrativa da modernidade

brasileira e, sobretudo, por permitir uma leitura a contrapelo dessa narrativa de formação nacional.

Regina Dalcastagnè (2008), ao refletir sobre relações raciais na literatura brasileira contemporânea, mostrou que personagens negras são francamente minoritárias na narrativa literária. A pesquisa revelou que são poucos os autores negros e poucas, também, as personagens negras que compõem esse quadro desigual. Na análise, Dalcastagnè apontou que, dentre os romances publicados ao longo dos últimos 15 anos (1992-2008), quase 80% das personagens são brancas. Ainda segundo o levantamento feito pela pesquisadora, a proporção só aumenta quando se isolam protagonistas ou narradores (Dalcastagnè, 2008, p. 87). Em trabalho posterior, Dalcastagnè nos lembra que a literatura deve ser pensada como espaço em disputa e que, no sistema literário brasileiro, há o estabelecimento de hierarquias e desigualdades, implicando em questionar quem pode escrever literatura e quem deve se contentar em dar testemunho e documentar condições de vida, que foi a forma como foi taxada a produção de Carolina, refém desse gênero durante boa parte de sua trajetória (Dalcastagnè, 2012, p. 13).

Maria Clara Braga Machado Campello (2022, p. 21), complementarmente, nos lembra que embora tenha a presença de algumas escritoras e autores negros na literatura brasileira, a verdade é que as publicações no país são, predominantemente, marcadas pela autoria majoritária “de pessoas do sexo masculino, das classes médias e altas brancas, assim como por temáticas relacionadas às experiências de seus autores, com personagens, narradores, linguagem e sistemas de valores estreitamente vinculadas a seus universos”. A pesquisadora reforça que:

[...] os autores negros, cujas obras parecem ter resistido ao apagamento estrutural canônico, são, em grande medida, aqueles que conseguiram operar nas brechas do sistema embranquecedor. Ou porque passassem por brancos, ou por evocarem, mesmo que aparentemente, como Machado de Assis, temas e perspectivas mais afeitos às salas de estar e menos às senzalas (ou porque se enquadrassem nos dois casos) (Campello, 2022, p. 21).

Além disso, Jacomel (2009) elucidou que o próprio estímulo à escrita foi negado às mulheres por muito tempo. Qualquer oportunidade de publicar textos, de expor suas ideias sobre o andamento da sociedade e, até mesmo, de produzir material literário, tudo isso ficava restrito aos homens (brancos). A literatura não era vista como atividade humana universal, “mas como uma das diferenças entre o ser homem e o ser mulher. O atrofiamento das vozes femininas

na literatura deve-se às condições impostas pela ideologia patriarcal, cujo mérito é promover um discurso masculino de caráter dominante” (Jacomel, 2009, p. 118).

Ainda a respeito das desigualdades operantes no sistema literário, convém observar a tese de doutorado de Mário Augusto Medeiros da Silva (2011), que identificou as desigualdades sociais existentes na sociedade a partir do funcionamento do sistema literário brasileiro. O autor

salientou ser preciso considerar que a literatura negra e periférica faz parte de grupos sociais em que as lutas travadas historicamente por eles informam, em grande medida, o entendimento da confecção literária. Isso porque, conforme observa, as obras permitem aproximações acerca das trajetórias pessoais e literárias. O sociólogo parte do seguinte questionamento: “o que explica, muitas vezes, em condições e situação absolutamente adversas, o aparecimento e a vontade de um criador literário? Ou a criação de um grande livro, longe de escrivatinhas, dos círculos cultos ou cultuados e do sossego das bibliotecas bem servidas?” (Silva, 2011, p. 13).

Para quem cria e por qual razão escreve o autor ou a autora atrelada a uma ideia de literatura negra ou marginal e periférica? Além disso, ele questiona também quais são os efeitos que essas criações possuem? E se essa criação literária está assentada num registro diferente: Afinal, “quais são as condições sociais de produção, ao longo dos anos, e como os fatores externos se internalizam nas narrativas dos mundos ficcionais, plasmando realidades?” (Silva, 2011, p. 14).

Medeiros da Silva apresentou dois estudos relevantes de Zilá Bernd que buscou resgatar e organizar a discussão, em âmbito acadêmico, da ideia de Literatura Negra, com intuito de propor uma definição possível. De acordo com Silva (2011, p. 38-39), Bernd “concebe a ideia de Literatura Negra através do problema da identidade social e política do negro, sintetizando, então, no problema da negritude”. Isto é, “é sobre ser-e-estar-no-mundo” que a reflexão da autora se detém, sustentando a argumentação de que a literatura negra teria cumprido a função de “fixar uma autoimagem positiva” (Silva, 2011, p. 38-39). De acordo com ela:

Analisar o processo de construção de uma identidade negra na literatura brasileira, à luz do processo de tomada de consciência de ser negro, e como este processo revigorou as literaturas do Caribe e da América Latina, é o propósito desta investigação [...]. Consideramos que merece ser mais detidamente analisada uma produção literária que, apesar de permanecer represada pelo aparelho legitimador constituído pelas editoras, crítica especializada, livrarias, bibliotecas, academias e universidade, persiste com uma bibliografia significativa quanto ao número de obras e quanto à coerência do projeto ideológico: a fixação da auto-imagem positiva (Bernd, 1987 *apud* Silva, 2011, p. 39).

Assim, segundo Bernd, observar as produções literárias de autoria negra “implica reconhecer que há um estilo, um léxico, uma temática” que particularizam determinados discursos literários de forma marcante e definitiva. Mas a autora prefere utilizar a “designação

literatura negra, por ser menos limitadora e por transcender os limites de nacionalidade, época, idioma, geografia etc., revertendo a um espaço ou território supranacional e supra-idiomático no qual os autores constituem uma mesma comunidade de destino” (Bernd 1987 *apud* Silva, 2011, p. 44).

A respeito do protagonismo teórico do eu-enunciador, Silva salienta que Bernd parte da ideia de que a literatura negra existe por conta do seu eu-enunciativo, isto é, “ela existe porque há escritores negros que dizem que ela existe”. O que significa que o eu-enunciador “assume o papel de ser o elemento de definição, na proposição de Bernd, do que seja um conjunto de produção literária, unificado em torno, vale reforçar, de uma identidade cultural de ser-negro-no-mundo” (Silva, 2011, p. 44).

Medeiros da Silva elucida, com isso, que a ideia de um eu-enunciador é importante justamente porque opera a singularidade do negro como autor-produtor, “haja vista a história social e literária brasileira, expressando sua visão de mundo ou uma fração dela, de um grupo ou de uma fração de grupo social” (Silva, 2011, p. 46). Ao longo do processo histórico, na assunção

[...] do fazer literário negro como algo específico, cuja reflexão por prosadores e poetas negros faz-se urgente [...] a literatura negra deixa de ser uma estética pura e/ou epidérmica para se tornar, sob a ótica de seus produtores, uma estética engajada, enunciativa de uma visão social de mundo, de uma fração de grupo social, ao menos para alguns coletivos de escritores negros (Silva, 2011, p. 60).

O sociólogo também nos alertou para os três elementos temáticos que estariam sempre articulados: 1) o problema da marginalidade da literatura negra; 2) o relacionamento com o Estado; e 3) a questão da qualidade estética. Ao referenciar o intelectual Hermógenes Almeida S. Filho, cujo trabalho explorou a problemática da marginalidade produtiva da literatura negra e que afirmou, conforme interpretação de Medeiros da Silva, que essa “situa-se tanto em relação à ausência de fomento estatal, como em relação ao momento em que a forma marginal de se fazer poesia, especialmente no Rio de Janeiro, estava em voga”, ele afirma que essas produções, no entanto, acabavam não sendo reconhecidas ou não eram consideradas por certos grupos naquele momento (Silva, 2011, p. 71-72). Hermógenes Almeida argumentou que:

A produção literária negra procurou formas alternativas como impressão de poemas em mimeógrafos e xerox, sendo estes trabalhos distribuídos em filas de teatro, cinemas, shows etc., sempre a preços módicos, pois o autor não gastava muito e o que mais lhe interessava era veicular sua poética [...]. Mas estas produções[...] tiveram de enfrentar os preconceitos e o capitalismo selvagem das editoras (Filho, 1980 *apud* Silva, 2011, p. 72).

Nesse aspecto, Medeiros da Silva argumentou que a marginalidade literária da produção negra, no Brasil, não se refere apenas a “uma opção estilística formal, ato contracultural, estilo de vida ou expressão de vanguarda”. Segundo o sociólogo, trata-se antes de tudo da “indissociabilidade de uma produção literária à situação de seu grupo cultural, a internalização dos fatores externos à obra” (Silva, 2011, p. 85).

Conforme salientado por Antonio Candido no início deste capítulo, houve no Brasil um afastamento significativo entre a cultura do conquistador e a cultura do conquistado. Desse desdobramento, ocorreu uma transposição paulatina das leis, dos costumes e do equipamento espiritual e do repertório cultural das metrópoles.

Desse prolongamento foram surgindo novas vozes na narrativa literária brasileira, constituindo, assim, um sistema de obras literárias paralelo ao sistema literário consolidado por um cânone bem estabelecido e orgulhoso de si. São obras que tematizam a violência colonial e têm os processos da colonização como pano de fundo das construções literárias, formando um conjunto simbólico a partir do qual as obras dialogam entre si. Trata-se, portanto, de trabalhos que buscam combater estigmas, reverter ausências, repertoriar saberes novos e, por fim, transformar a literatura em um produto de apreciação estética e uma plataforma de exercício da cidadania cultural (Oliveira, 2020a).

O pressuposto aqui é que as obras produzidas em ambientes inóspitos, sob condições precárias, nos interessam como fonte de investigação sociológica, justamente pelas inflexões provocadas por essas publicações nos estudos críticos de literatura. Tais obras contestam e disputam o cânone literário, na medida em que questionam os limites da própria definição de literatura. Terry Eagleton (2003) refletiu sobre o conceito de literatura como sendo algo dinâmico e “funcional”, mas nunca como algo essencialista, fixa no tempo. Nesse sentido, “o que definiria a classificação de um texto como literário estaria mais ligado à maneira como, circunstancialmente, o agrupamento social dentro do qual ele foi gerado entende por ‘literário’ do que propriamente a um critério objetivo e externo de valor estético” (Oliveira, 2018, p. 244). Além disso, há nessas produções descentradas a questão quase permanente da violência como uma personagem de forte incidência nas narrativas marginais e periféricas contemporâneas, e que também nos serve de indício para a reflexão sociológica (Da Silva & Azevedo, 2009).

Com isso, gostaria de recuperar as discussões realizadas por Candido a fim de propor uma atualização da crítica literária que possibilite identificar que a literatura negra e periférica entrou em cena no contexto em que Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e outras

tantas escreveram<sup>11</sup>. Vale pontuar que não é a primeira vez que o sistema literário é resgatado para uma possível reinterpretação da produção negra e periférica no campo da literatura. De acordo com Octavio Ianni (1988), o sociólogo deve se debruçar sobre a dinâmica das instâncias literárias na caracterização da literatura afro-brasileira, pontuando que a atividade literária no país a respeito do negro e escrito por pessoas negras permite falar de uma literatura negra.

É um imaginário que se articula aqui e ali, conforme o diálogo de autores, obras, temas e invenções literárias. É um movimento, um devir, no sentido de que se forma e transforma. Aos poucos, por dentro e por fora da literatura brasileira, surge a literatura negra, como um todo com perfil próprio, um sistema significativo (Ianni, 1988, p. 91).

Ianni pontua que se trata de um sistema no sentido de “obras ligadas por denominadores comuns”, com “notas dominantes” peculiares desta ou daquela fase, deste e daquele gênero. Ao recuperar o modelo de sistema literário de Candido, Ianni apresenta o aparecimento de uma literatura ainda incipiente em comparação às produções anteriores. Em sua observação, forma-se um sistema de obras, autores e leitores, articulados em torno de uma problemática, um imaginário povoado de construções, imagens, figuras, ressoando o drama e a épica do negro brasileiro ao longo da formação nacional.

Ianni tematiza a respeito de um sistema literário aberto, em movimento, diferenciado e que se desenvolve e recria possibilidades – e concordamos com ele. Segundo ele, um poema, um conto, um romance ou uma peça de teatro podem abrir outros horizontes de expectativas, capazes de inaugurar uma corrente estética ou até mesmo desvendar um novo estilo. O negro, nesse contexto, pode ser tanto o tema principal da obra, quanto o agente que se nutre da literatura, sob muitos enfoques, sendo esse agente o universo humano, social, cultural e artístico da obra (Ianni, 1998, p. 92).

Jesus, nas obras anteriormente mencionadas, documentou e descreveu o cotidiano de precarização da vida que levava na Favela do Canindé e explicitou as complexas relações que estabeleceu com as classes dirigentes de sua época. Em suas obras, como veremos na seção seguinte, a autora registrou, recorrentemente, o modo como os espaços majoritariamente brancos a tratou e também como ela se sentia nesses ambientes. Carolina fez desses encontros, desses estranhamentos com a branquitude brasileira, dessas complexas relações de poder que estabeleceu com o grupo estabelecido, elementos narrativos que foram posteriormente

---

<sup>11</sup> Sobre esse aspecto, vale consultar os trabalhos de Lucas Amaral de Oliveira (2016; 2020, p. 244), onde o sociólogo apresenta uma tradição literária concorrente, em que escritores/as negro/as e/ou periférico/as passaram a tomar a palavra e a forçar sua presença no sistema literário nacional – Lino Guedes, Lima Barreto, Ruth Guimarães, Carolina Maria de Jesus e outras seriam apenas alguns exemplos.



ficcionalizados. Suas impressões ao chegar nesses lugares, a sensação descrita por ela de ser indesejada e todos os constrangimentos sociais, eram recapitulados no momento em que confeccionada sua narrativa literária.

### 1.3. Uma A literatura, os estabelecidos e os *outsiders*

*Das artes, a literatura é das mais baratas na forma de concepção. Um pedaço de papel qualquer, uma ponta de lápis, um pedaço de pedra ou resto de uma carga de caneta. A parede de uma prisão, papel de cigarro, embrulho de pão, os restos do que foi um caderno, um bilhete no exílio [...]. As ideias transcritas, de certa maneira, dependem quase exclusivamente da capacidade criativa, em que um mundo paralelo, um universo ficcional, se constrói.*

Mário Augusto Medeiros da Silva

Como foi possível observar anteriormente, Carolina Maria de Jesus escreveu nas margens do sistema literário, fazendo com que suas obras percorressem caminhos bastante solitários em busca de algum reconhecimento, prestígio ou consagração. Seus percursos estéticos foram postos à prova a todo instante, e, recorrentemente, a autora acabou recebendo duras críticas da imprensa e de personagens importantes da cena cultural do país.

Aqui, convém lembrar o argumento de Luiz Silva Cuti, citado na tese de Mário Augusto Medeiros da Silva, em que o escritor argumenta o seguinte:

Quando legitimaram Carolina de Jesus, legitimaram um horizonte para o negro na literatura brasileira. Escrever como se fala, cometer erros de ortografia e fazer do naturalismo jornalístico a razão de ser da nossa arte. A própria Carolina chegou a reclamar quando alguém a repreendeu por estar perdendo a “autenticidade” com o uso de certas palavras “difíceis” [...]. Nenhuma legitimação é apenas estética. No mais das vezes é ideológica[...] O que fazemos (livros autofinanciados) sem depender de paternalismo de ninguém já animou a vida literária entre negros (Cuti *apud* Silva, 2011, p. 84).

As obras de Carolina Maria de Jesus nos despertam o interesse sociológico justamente por se tratar de um material literário cujo insumo social vira elemento estético e adquire forma literária realista; isto é, o social e as complexas relações do dia a dia da autora mineira passam a ser o material privilegiado que incidem em seu projeto criativo. Nesse aspecto, o exercício sociológico se volta para questões da produção, circulação, consumo e usos dos bens simbólicos e também para o conteúdo das obras, no texto que foi “escrito como se fala”. Segundo Candido (2006, p. 9), há vários níveis de correlação entre literatura e sociedade, sendo possível averiguar

“como a realidade social se transforma em componente de uma estrutura literária, a ponto de ela poder ser estudada em si mesma”. O crítico elucidou que:

Devemos levar em conta, pois, um nível de realidade e um nível de elaboração da realidade; e também a diferença de perspectiva dos contemporâneos da obra, inclusive o próprio autor, e a da posteridade que ela suscita, determinando variações históricas de função numa estrutura que permanece esteticamente invariável. Em face da ordem formal que o autor estabeleceu para sua matéria, as circunstâncias vão propiciando maneiras diferentes de interpretar, que constituem o destino da obra no tempo (Candido, 2006, p. 177).

Antonio Candido combinou a interpretação da literatura e da formação da sociedade brasileira a partir de um método histórico que permite com que intelectuais estudem o modo como o texto literário recria a realidade social nos livros, “com o objetivo de compreender a maneira como o contexto foi transformado e reduzido estruturalmente no texto, necessitando, portanto, de análise e interpretação pela crítica literária e pelo pensamento social”<sup>12</sup>.

Nesse aspecto, Candido aponta para o fato de que o externo (no caso, o social) tem a sua importância, mas não como causa, nem como significado, e sim como aquele elemento que desempenha papel constitutivo da estrutura, tornando-se, então, interno. Além disso, o crítico lembra que “o tratamento externo dos fatores externos pode ser legítimo quando se trata de sociologia da literatura, pois esta não propõe a questão do valor da obra, e pode interessar-se, justamente, por tudo que é condicionamento” (Candido, 2006, p. 14).

Candido também sugeriu uma interpretação estética que assimila a dimensão social como fator de arte (Candido, 2006, p.17), isto é, o sociólogo refletiu até que ponto o real vivido pode se transformar em elemento estético para a literatura. Aqui vale lembrar que Carolina Maria de Jesus, principalmente em seus diários, construiu sua narrativa a partir de uma estética que faz da realidade o material necessário para a construção literária. Ela é a um só tempo a “narradora-personagem-protagonista” e, com isso, seus familiares, bem como vizinhos e outros laços de interdependência do qual fazia parte, transformavam-se em subsídios da narrativa. O mal cheiro nas mediações da favela, bem como as cansativas idas e vindas ao poço para buscar água antes mesmo do cantar do galo, além das constantes brigas que presenciava no cotidiano da favela, toda essa crônica da vida ordinária e suas impressões era ficcionalizadas pela autora de Sacramento.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/antonio-candido/>. No site, há informações sobre vida e obra de Antonio Candido, bem como algumas possíveis definições de alguns dos seus conceitos. Último acesso em: 02.07.2023.

Ainda que as obras tenham embaralhado as linhas que separam ficção e realidade, nossa proposta de análise entende que a realidade está contida em seus diários, mas como dimensão relativamente autônoma, cujo valor está impresso na forma que ela obteve para tensionar elementos extraliterários. Isso nos leva a dizer que sua produção literária sempre comunicou uma visão da realidade que, em vista de sua posicionalidade, não resulta, necessariamente, de fatos concretos. Nesses tensionamentos de elementos extraliterários, seus vizinhos se destacam como personagens nas histórias, da mesma forma como sua existência e seu núcleo familiar viram matéria narrativa. Na produção literária caroliniana, sua experiência social passa a ser elemento formal, algo como um timbre de prosa. Nessa medida, sua literatura é repleta de atores tão reais como imaginados, e seu mundo literário passa a ser povoado de um universo pessoal e partilhado socialmente.

A esse respeito, no dia 20 de julho de 1955 a autora relatou que havia levantado da cama às quatro da manhã para escrever. Segundo ela, ao “abri a porta contemplei o céu estrelado. Quando o astro-rei começou despontar eu fui buscar água. Tive sorte! As mulheres não estavam na torneira. Enchi minha lata e zarpei”. E continua:

Fui no Arnaldo buscar leite e pão. Quando retornava encontrei o senhor Ismael com uma faca de 30 centímetros mais ou menos. Disse-me que estava a espera do Binidito e do Miguel para mata-los, que eles lhe espancaram quando estava embriagado. Lhe aconselhei a não brigar, que o crime não trás vantagens a ninguém, apenas deturpa a vida. Senti o cheiro do alcool, desisti. Sei que os ebrios não atende. O senhor Ismael quando não está alcoolizado demonstra sua sapiencia (De Jesus, 2014, p. 21).

Em seus diários, a escritora narrou detalhes do cotidiano partilhado com os vizinhos. Miranda (2013) argumenta que, ao longo de sua vida profissional, houve certa intervenção do editor na construção do estereótipo da favelada, o que impactou na trajetória discursiva da escritora. Contudo, para além desse aspecto, a pesquisadora observa na obra caroliniana contornos estéticos próprios, em que analisou o modo como a escrita é parte fundante de sua constituição subjetiva, na medida em que a autora estetiza a si mesma, cria para si uma relação complexa entre identidade e alteridade, constrói sua subjetividade através da palavra escrita e do dever de narrar, tornando-se autora, narradora e personagem de si mesma.

Em 16 de maio de 1958, podemos notar essa constituição subjetiva e a relação entre identidade e alteridade na narrativa da autora. Segundo Carolina (2014, p. 33), “eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer [...] Eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que posso esperar do futuro?”.

E prossegue: “Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos”.

Os escritos da autora rejeitavam quaisquer expectativas literárias elitistas, assim como jargões beletristas, bem como a escrita complexa na terceira pessoa. Como argumenta Carla Akotirene (2019, p. 19), Carolina Maria de Jesus rejeitava as “abstrações científicas paradoxais sob a sombra iluminista eurocêntrica, míope à gramática ancestral de África e diáspora”. Nesse aspecto, ao nos debruçarmos sobre a literatura caroliniana identificamos que ela procurou caminhos discursivos próprios, uma vez que, sua escrita coloca em xeque as trajetórias hegemônicas da literatura colonial, em que a escritora mineira foi movida pelas “escrevivências” de forma semelhante ao que Conceição Evaristo (2009) indicaria algumas décadas mais tarde.

Conceição Evaristo cunhou este termo para pensar na literatura comprometida com a condição material da mulher negra em uma sociedade marcada pelo preconceito de raça, de classe e de gênero. Tal termo indica uma dupla dimensão: é a vida que se inscreve na vivência de cada pessoa, do mesmo modo como cada pessoa escreve o mundo que enfrenta ao longo de sua trajetória. Uma escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, da experiência da sua própria vida e, também, da vida vivida junto de seu povo. Ou seja, é a junção entre “escrever e vivência”: escrevivência.

Convém observar aquilo que Marina Pereira de Almeida Mello (2018) argumentou a respeito de Carolina, identificando que a autora “reúne em si as condições que investem seu relato/testemunho de um pioneirismo naquilo que hoje convencionou-se designar como *feminismos contra-hegemônicos*”. Isso porque, segundo Mello, o que ficou registrado (gravado, entalhado, escrito, inscrito), “revela um discurso pioneiramente emancipatório e perturbador da ordem e dos status quo” (Mello, 2018, p. 107). Nesse aspecto, a pesquisadora salientou que:

A postura contestadora e rebelde de Carolina, contrariou e superou as expectativas que a situação de mulher negra, pobre, solteira e favelada que impunha e lhe imputava. E aqui uso o termo *emancipação* como denotativo de um exercício sempre crescente de expansão de fronteiras, que insurgem em relação às relações de poder instauradas (Mello, 2018, p. 107).

Ainda na década de 1960, quando o país estava sob ameaça das forças armadas, “o protesto vindo da favela já corria mundo, através das letras transgressoras de Carolina Maria de Jesus, escritora que rompeu com os pressupostos de raça, gênero e classe que sustentam o sistema literário” (Miranda, 2013, p. 13). Nesse raciocínio, Carolina pode ser considerada uma das precursoras da literatura periférica, “no sentido de que ela é a primeira autora brasileira de

fôlego a constituir a tessitura de sua palavra a partir das experiências no espaço da favela”, ou seja, “sua narrativa traz o cotidiano periférico não somente como tema, mas como maneira de olhar a si e a cidade” (Miranda, 2013, p. 16). A pesquisadora também nos lembrou que, dentro do fazer literário,

[...] o periférico constitui um conceito diretamente relacionado a um modelo de representação que coloca em cena modos de ressignificar o mundo e produzir identidades. A literatura periférica, a partir do modo como esta se inscreve no contexto sociocultural e político em que se situa, das experiências por ela traduzidas e das identidades que engendra constitui um *ethos* novo diante da produção literária hegemônica, configurando outra via frente aos discursos dos que falam em nome dos marginalizados (Miranda, 2013, p. 16).

Com isso, Miranda argumenta que a prática literária está articulada com a própria experiência do espaço periférico, tornando essa produção, antes de repertório de técnicas literárias, “ferramenta para o entendimento e a organização social: uma estratégia de ação que rompe a compreensão da literatura apenas como bem espiritual, fonte de ilustração e prazer desinteressado” (Miranda, 2013, p. 17).

Na narrativa caroliniana, mesclam-se diferentes instâncias textuais, num jogo estético entre autora/narradora/personagem, tornando-se bastante complexa a delimitação rígida entre os campos do real e da ficcionalização em sua obra. Ou seja, embora a mineira de Sacramento tangencie na linguagem a sua experiência concreta, “esta experiência toma corpo na palavra, e o sujeito que é narrado torna-se signo, um ser de linguagem, e, portanto, dividido, disperso e disseminado na elaboração escrita” (Miranda, 2013, p. 18).

Aqui, convém recuperar o que Mello (2018) argumentou sobre uma das características da literatura produzida por Jesus, a saber: o tom confessional. Segundo a pesquisadora, tais obras são “produzidas ali, no cotidiano, a partir das vivências, da imaginação, do que anseiam e desejam para si e para o mundo em que habitam” (Mello, 2018, p. 111). Isso leva a crítica a argumentar que “tratar de maneiras diferentes de estar no mundo também implica em contemplar formas diferentes de se manifestar diante (de) e para o mundo e, portanto, de escrever” (Mello, 2018, p. 112).

O projeto de Carolina constitui, nesse sentido, um percurso narrativo “repleto de choques, mudanças bruscas, contradições e incoerências, sendo, portanto, a análise isolada dos livros insuficiente para compreendê-lo plenamente” (Miranda, 2013, p. 20). Quanto a isso, Raffaella Fernandez (2008) acrescenta que há certa tensão produzida por variações de discursos nas obras da escritora, que cedem forma à experiência narrativa da “poeta do lixo”. Em seu

entendimento, a literatura de Carolina caracteriza-se por misturas de estilos literários desterritorializados, podendo ativar uma linha de fuga em relação às literaturas canonizadas.

Raffaella Fernandez argumenta que o desdobramento disso incide na caracterização desse tipo de composição artística, comum em países de formações híbridas. Tal hibridismo que marca a identidade brasileira vai muito além do simples processo de miscigenação que se desenrolou ao longo dos séculos no país. Ele é um fenômeno complexo e multifacetado, moldado pelos intrincados entrelaçamentos étnicos que ocorreram e, também, por influências contemporâneas provenientes de novas tecnologias e dinâmicas sociais. A amalgamação de diferentes culturas não se limita apenas às interações históricas, mas se estende para as fronteiras modernas, onde as barreiras do tempo e do espaço são cada vez mais difundidas. Nesse contexto, o hibridismo se manifesta como um processo em constante movimento, alimentado pela interseção entre tradição e inovação. As novas tecnologias e as formas emergentes de expressão cultural contribuem para a criação de algo verdadeiramente original, uma síntese dinâmica que reflete a vitalidade e a adaptabilidade do povo brasileiro diante das transformações globais.

Ao referenciar Bakhtin, Fernandez (2008, p. 125) salienta que o “hibridismo consiste no encontro e na mistura de duas linguagens sociais diversas, dentro de um mesmo enunciado”. A autora identifica no texto caroliniano a presença de uma potência rizomática, onde foi observado por ela que assim como a escritora reciclava descartáveis, também fazia o mesmo com os discursos de sua poética. Ou seja, Carolina reciclava as palavras e, assim, dava uma nova forma literária.

Consideramos que, na obra de Carolina, o hibridismo ocorre tanto na proliferação de gêneros narrativos, quanto na convivência estranha entre linguagem culta e linguagem do meio favelado, fato que possibilitou uma combinação inovadora na história de nossas letras. O elemento híbrido, no edifício textual de Carolina, é afirmado pelo fato de ela estar situada entre dois grupos culturais, entre dois conjuntos semânticos e vários gêneros de escrita, com base em duas formas de expressão: a norma culta da língua portuguesa e o desvio linguístico da fala marginal (Fernandez, 2008, p. 126).

Em *Quarto de Despejo*, por exemplo, observa-se uma “desterritorialização dos processos simbólicos”, na medida em que Carolina constrói “uma narrativa impura, na qual estão presentes as formas textuais de diário, de romance e de reportagem” (Fernandez, 2008, p. 126). Nesse sentido, é possível retomar os achados de Lucas Amaral de Oliveira (2020a, p. 203), quando sugeriu que a forma literária de autoras como Carolina Maria de Jesus se articula diretamente à forma urbana; ou seja, a literatura se aproxima da experiência de se viver nos espaços periféricos da cidade, o que nos leva a articular a seguinte pergunta: qual seria o vínculo

que agentes periféricos estabelecem com os espaços sociais nos quais vivem e a partir dos quais falam, escrevem e atuam? Como agenciam esses espaços em suas obras?

Esse questionamento coloca em tensão a condição marginal-periférica de autores e autoras nas margens urbanas, bem como nas margens do cânone, evidenciando o modo como questionam sua condição material de exclusão social e simbólica no sistema e, mais designadamente, no texto literário. De acordo com Oliveira, trata-se de verificar como se dá o transcurso entre experiência urbana e experiência estética, isto é, “pensar a questão do lugar, que é de fala e de escrita, e como os agentes operam a ressignificação do espaço em que vivem por intermédio da narrativa literária. O espaço periférico aparece, aqui, enquanto tema, ideia, produto em seus textos” (Oliveira, 2020a, p. 203).

O conceito de hibridismo na cultura, de acordo com Raffaella Fernandez (2008, p. 125), também nos ajuda a “abordar as misturas entre uma língua europeia e outra língua nativa ou africana, que resultaram em outras línguas”. No caso da obra de Carolina Maria de Jesus, “o hibridismo ocorre tanto na proliferação de gêneros narrativos, quanto na convivência estranha entre linguagem culta e linguagem do meio favelado, fato que possibilitou uma combinação inovadora na história de nossas letras” (Fernandez, 2008, p. 126). Em seguida, estabelecendo diálogo com o clássico de Canclini, ela salienta que:

Em culturas híbridas, Nestor García Canclini explicita como funcionam os três processos que [...] articulam as hibridizações interculturais: 1) quebra e mescla nas coleções organizadas pelos sistemas sociais; 2) a desterritorialização dos processos simbólicos e a expansão dos gêneros impuros; 3) a articulação entre cultura e poder, pós-modernidade e modernidade (Fernandez, 2008, p. 126).

Canclini aponta que essas três características caminham juntas, mas, para o caso de Carolina Maria de Jesus, podemos focar no segundo predicado pois, como vimos anteriormente, Carolina aponta para uma “desterritorialização dos processos simbólicos”. Para Canclini, a noção de *desterritorialização* implica dois movimentos: de um lado, “a perda da relação ‘natural’ da cultura com os territórios geográficos e sociais” e, de outro, “certas realocações territoriais relativas, parciais das velhas e novas produções simbólicas” (Canclini, 1998, p. 309).

Segundo a pesquisadora, o conceito de desterritorialização também foi pensado por Deleuze e Guattari (1977), cujos estudos refletiram as complexidades formativas das sociedades modernas ocidentais. Para os autores franceses, todo território possui entradas e saídas, podendo, assim, gerar a *desterritorialização* e a *reterritorialização* de seus elementos simbólicos. Nesse aspecto, “o conceito de *reterritorialização* de Deleuze e Guattari (1977) muito se aproxima da ideia de “recolocação territorial” de Canclini (1998), o que também se

aplica à nossa leitura da escrita caroliniana, pois “quando verificamos que a criação narrativa da autora se faz num processo de saída do espaço favelado e de entrada no meio burguês; em outro momento, o vetor é invertido” (Fernandez, 2008, p. 126).

A autora argumenta que, na perspectiva de Deleuze e Guattari, a *desterritorialização* consistiria num princípio em que todo fenômeno, sistema ou território é definido por seu vetor de *desterritorialização*, proporcionados pelos pontos de fuga dos territórios. Fernandez procurou, com isso, observar como essa característica que, segundo Deleuze e Guattari, corresponderia à “literatura menor”, está presente na elaboração de *Quarto de Despejo*.

Em sentido semelhante, Raffaella Fernandez (2008, p. 127) ressaltou que os filósofos franceses, ao analisarem obras literárias, descobrem que fugir de territórios estabelecidos ou pré-determinados, ou seja, das imposições culturais, “foi um procedimento comum nas obras de grandes criadores da literatura, em especial daqueles que souberam fazer um uso menor da linguagem dentro de uma ‘língua maior’, como acontece com a literatura kafkiana analisada por aqueles filósofos”. Nesse aspecto, a autora acrescenta que Carolina não fugia de tais imposições; muito pelo contrário, “na impossibilidade de resisti-las, revela um impasse e reinventa a literatura a partir das linhas de fuga (criação), que ela ativa ao tentar escapar de seu lugar de privações” (Fernandez, 2008, p. 127). A respeito de seu mais famoso diário, a pesquisadora afirma que:

Ali é construído um universo linguístico aparentemente tão distanciado da linguagem culta que choca o leitor ingênuo, submerso no modelo clássico de escrita. Uma literatura híbrida, como é a de Carolina, possui um caráter multicultural marcado pela mistura de estilos de várias épocas, por fronteiras linguísticas que favorecem movimentos interculturais e *desterritorializados*, e também gera incertezas devido às relações biculturais na qual está inserida: um amálgama do universo culto e do universo iletrado. Desse modo, Quarto de despejo é uma obra que expõe a fenda entre dois mundos: o da totalidade e o dos restos, o mundo burguês que idealizava e a sobrevivência no universo infeliz da favela, o uso do português formal e do português falado na favela (Fernandez, 2008, p. 127).

Mário Augusto Medeiros da Silva (2011) problematiza o distanciamento entre o sistema literário e as literaturas produzidas por pessoas negras e periféricas. A recepção das obras de Carolina dividiu opiniões à época, ora tendo resultados positivos, com comentários elogiosos, ora sendo acusada de não saber escrever. Mas o que nos interessa aqui é que não apenas seus escritos ou a possibilidade de sua literatura, mas também a presença física da escritora causava incômodo nos grupos estabelecidos que ocupavam posição social privilegiada na sociedade brasileira. Para Medeiros da Silva, Carolina Maria de Jesus seria uma escritora que se encontra



na contramão do grupo dominante das letras da segunda metade do século XX; com efeito, sua escrita constituiria:

[...] um ponto de clivagem, uma cunha no discurso, um desafio para as expectativas literárias e sociais das ideias-força de revolta e protesto enunciadas até ali [...]. [Isso porque] ela questiona as figurações do desenvolvimento da metrópole emergente, explicitando uma modernidade precária, feita a complicados golpes enviesados de modernização, cujos custos, para os sujeitos desprivilegiados e subalternos, sempre são trágicos. Ela é o atraso falante e desconfiado das promessas de um futuro glorioso que se abriria, nos discursos do poder, a partir do meio século XX. (Silva, 2011, p. 220).

Na tese, o sociólogo problematizou o modo como escritores indubitavelmente negros e exitosos foram tratados pelo sistema literário, identificando o modo como as desigualdades sociais existentes operam dentro desse sistema, muitas vezes de forma reflexiva. Silva salienta que a literatura marginal e periférica faz parte de determinados grupos sociais e que as lutas travadas historicamente por eles influenciam, em grande medida, em suas confecções literárias. Segundo ele, na história da literatura, em certo momento, passou-se a enxergar escritores negros como uma espécie de *avis rara*, como vimos anteriormente.

Nesse aspecto, há certa multiplicidade linguística que, segundo Fernandez (2008, p. 127), participa de uma formulação da polivalência discursiva de Carolina, “onde as fronteiras se movem e nos mostram até que ponto antigos códigos podem estar rígidos ou ultrapassados”. Diante da evidência de que grande parte das pessoas pobres no Brasil não possui acesso à escritura, e que literatura, para eles, “constitui-se como uma tarefa quase irrealizável”, ela buscou compreender como a “catadora” de lixo concretizou sua arte.

Observamos que ela produziu uma narrativa que trouxe à tona aspectos de uma “cultura popular urbana” ao fabricar um “exercício menor” dentro de uma “língua maior”, a partir de sua colocação social imprecisa [...] Carolina redefine a cultura popular dentro do espaço industrial urbano, porque traz à tona um tipo de vida citadino pouco explorado e muito indefinido, que presentifica a convivência entre tradição popular e suas raízes no campo (Fernandez, 2008, p. 127).

Em Carolina, encontramos uma escrita formulada por um constante deslocamento de linguagens, capaz de produzir uma coexistência de diferenças que, nesse ponto, passa a transformar a prática literária, dando-lhe uma nova dimensão. Fernandez (2008) pressupõe que o desacordo da língua, na obra da escritora mineira, suscitou um novo ruído no conjunto de códigos da arte escrita, como resposta a uma imposição fixada na história da literatura brasileira. Nesse sentido,

[...] a inovação da escrita caroliniana insere-se na ruptura e na dessacralização dos modos convencionais de representação da cultura burguesa, o que somente é possível

através de uma inversão de papéis, dentre eles, o funcional na utilização da língua, sua desestabilização no entrelaçamento de diferentes sistemas de significação (Fernandez, 2008, p. 129-30).

Assim, em Carolina Maria de Jesus, é possível identificar uma escrita que possui múltiplas entradas e saídas no processo criativo de sua literatura, cuja *desterritorialização* ocorre numa situação na qual Carolina “não possui o domínio culto da língua portuguesa e, desse modo, quando pratica o ato da escrita a partir de seu parco conhecimento da linguagem rebuscada, acaba por *desterritorializar* essa língua, deslocando-a de sua norma culta” (Fernandez, 2008, p. 134).

Elzira Divina Perpétua (2014) elucidou que a proposta estética de Carolina, sobretudo em *Quarto de Despejo*, procura expor o seu desejo de se projetar no sistema literário e manter-se longe da miséria, marcando sua diferença por meio da escrita, cuja composição poética se distanciava daquela cultuada nos meios acadêmicos e dos salões de arte. De acordo com a autora, “a relação entre a estética e a literatura nunca foi uma questão pacífica, se contarmos que a própria demarcação do campo ficcional, não raras vezes, vai de encontro aos aspectos essenciais de algumas obras assim consideradas” (Perpétua, 2014, p. 255). Nesse sentido, a pesquisadora argumenta que os textos de cunho autobiográfico, que é o caso de boa parte do projeto literário de Carolina, “enfrentam limites para aceitação da crítica” (Perpétua, 2014, p. 255).

Na literatura brasileira, por exemplo, não se nega aos volumes das *Memórias*, de Pedro Nava, ou à *Infância*, de Graciliano Ramos, o pertencimento à literatura, à alta literatura, enquanto o mesmo não se aplica, pelo menos não como unanimidade, à *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, ou à *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus (Perpétua, 2014, p. 255).

A tendência do senso comum em relação às escritas pessoais ou autobiográficas continuam a ser isoladas, formando dois polos antagônicos: por um lado, temos a escrita testemunhal do vivido, da realidade crua, cuja aproximação da veracidade é, conforme elucidou Perpétua (2014), proporcional ao afastamento do campo estético; de outro, a criação, a ficção, portanto, o trabalho de elaboração artística e estilística, ou seja, aquilo que é esteticamente respeitado enquanto obra de arte (Perpétua, 2014, p. 256).

Nos primeiros momentos em que foi publicado o seu primeiro diário, Carolina foi ovacionada por trazer um conteúdo inédito, quase bruto e, em especial, “pela marca pessoal de que era investido: a escrita original de uma mulher, negra, de escolaridade regular mínima e moradora da favela que era exposta nas páginas do diário” (Perpétua, 2014, p. 257). A força do

texto era tão inusitada e expressiva que, por muitos anos, o seu editor, Audálio Dantas, foi acusado de ter forjado o livro.

A esse respeito, podemos lembrar as palavras do escritor Manuel Bandeira, transcritas por Audálio Dantas na apresentação da edição popular de *Quarto de Despejo* (1960), em que o poeta saiu em defesa da escrita caroliniana num artigo, afirmando que: “ninguém poderia inventar aquela linguagem, aquele dizer as coisas com extraordinária força criativa, mas típico de quem ficou a meio caminho andado da instrução primária” (Dantas, 1960 *apud* De Jesus, p. 8). Naquela edição popular de *Quarto de Despejo*, ao final da obra, é possível ler uma entrevista que foi organizada a partir de depoimentos e textos da autora. Na entrevista, Carolina comentou que o seu sonho era escrever; no entanto, ela sabia que os pobres e os marginalizados não poderiam ter esse tipo de ideal nobre: “— Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade” (Dantas, 1960 *apud* De Jesus, p. 173).

Ainda que sua obra capital tenha rompido com a rotina das magras edições de dois, três mil exemplares no Brasil (Dantas, 1960 *apud* De Jesus), Carolina, em poucos meses, atingiu cem mil exemplares. Porém, esse feito não fez com que o grupo estabelecido do sistema literário mostrasse apreciação substantiva à sua obra, tampouco que deixassem de torcer o nariz diante da proposta estética e da imaginação literária da autora mineira – ou de se mostrarem claramente incomodados com a presença física da autora em espaços de prestígio e consagração. Afinal, tratava-se de uma escritora improvável, não só pelo seu projeto literário, mas também porque o grupo dominante era quem estabelecia as regras sobre quem teria proeminência no ofício literário e quem cuja presença era provisória, quase uma concessão/exceção antropológica.

A autora acabou ficando presa a uma complexa teia de relações de interdependência e parte de sua arte estava a serviço dos ditames de seu editor. Mesmo que sua proposta estética e seu projeto tenham causado um impacto inesperado nos leitores, Elzira Divina Perpétua suscitou o seguinte questionamento: e isso o que queria Carolina, no final das contas? “Contrariando as expectativas de seu editor, seu desejo expresso era publicar poemas, novelas, contos – aquilo que a transportava para longe da escrita da favela” (Perpétua, 2014, p. 257).

Nesta seção, busquei problematizar e analisar o projeto estético e literário que marca a escrita da autora mineira, a partir da qual percebemos uma potência rizomática que consiste justamente na reformulação de elementos que compõem sua atividade poética que, segundo Fernandez (2008), caracteriza-se por certa “deformidade”. Tal literatura revela-se como terreno fértil e desafiador, na medida em que se coloca diante de padrões enrijecidos e por romper com as convenções tradicionais da produção literária nacional. Ao desafiar as estruturas elitizadas,

a literatura caroliniana oferece críticas às tendências normativas, ao questionar a própria natureza da tradição literária produzida no país.

Essa expressão literária singular torna-se plataforma de experimentação artística, emergindo como voz crítica ao borrar tais normas sociais vigentes. A literatura caroliniana transcende, com isso, a mera narrativa de sistemas fechados, transformando-se em um meio de reflexão sobre a natureza da tradição literária em si. Nesse contexto, ela propõe rupturas em relação a essas, assim como exprime uma análise crítica das bases sobre as quais a literatura se torna possível e se apoia. Ao abordar questões fundamentais e que antes não eram pautadas por outros escritores, a literatura caroliniana se verte em uma ferramenta importante para a desconstrução e reconstrução do tecido social brasileiro, encampando diálogo contínuo entre as normas estabelecidas e as possibilidades revolucionárias que a arte literária pode oferecer.

No próximo tópico, exploro até que ponto o par estabelecidos-*outsiders* pode nos ajudar a compreender a relação de Carolina Maria de Jesus com o mercado de bens simbólicos.

#### **1.4. A literatura, os estabelecidos e os *outsiders*: uma forasteira no sistema literário**

*O João quando retornou-se disse que a reportagem havia saído. Vasculhei os bolsos procurando dinheiro. Tinha 13 cruzeiros. Faltava 2. O senhor Luis emprestou-me. E o João foi buscar. O meu coração ficou oscilando igual as molas de um relógio. O que será que eles escreveram a meu respeito?*

Carolina Maria de Jesus

Ao partir da sociologia das relações de poder de Norbert Elias e John Scotson, Federico Neiburg (2000, p. 8) comentou que “as categorias estabelecidos e *outsiders* se definem na relação que as nega e que as constitui como identidades sociais. Os indivíduos que fazem parte de ambas estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência”. Assim, “superioridade social e moral, auto percepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são elementos dessa dimensão da vida social que o par estabelecidos-*outsiders* ilumina exemplarmente: as relações de poder” (Elias & Scotson, 2000, p. 8).

As relações entre estabelecidos e *outsiders* põem em foco o esclarecimento das relações de poder entre esses grupos que se percebem socialmente distintos. Norbert Elias, nas palavras de Lima (2015), nos revelou as características oriundas de um moralismo dos estabelecidos – que se posicionam como guardiões e mediadores de uma ética dos “bons costumes”. Por outro lado, existe a construção de uma imagem negativa (principalmente pautado em comentários

elogiosos e depreciativos) referente aos *outsiders*. No caso de Carolina, os marcadores de raça, classe e gênero certamente aprofundaram ainda mais essas desigualdades e hierarquias.

Carolina, de maneira palpável, experienciou as desigualdades estruturais em diversos níveis, enfrentando as limitações no acesso a recursos simbólicos e as restrições materiais que sempre almejou. A análise de Elias e Scotson ressalta que essa dinâmica não é consequência fortuita, mas sim o resultado intrincado de relações de poder que são habilmente mantidas pelo grupo estabelecido. Este grupo, de maneira sistemática, age para obstruir a ascensão daqueles que são categorizados como “indesejados”. Ao explorar o caso da escritora mineira, torna-se evidente que sua trajetória ilustra vividamente os constrangimentos pelos quais ela passou, evidenciando sua posição como *outsider*. Essa condição reflete de maneira intrincada as interações entre marcadores sociais e estruturas de poder, tal como analisadas pelos sociólogos. Trazendo para o contexto da narrativa de Carolina, é possível dizer que seus diários destacam as adversidades individuais, servindo ao mesmo tempo como espelho crítico para as engrenagens mais amplas que perpetuam desigualdades e marginalizam determinados grupos na sociedade.

De acordo com Elias e Scotson (2000), os *outsiders* são reconhecidos, de maneira coletiva e individual, como grupo de menor valor. Os autores apontam para o caráter anômico desse grupo, argumentando que, em geral, trata-se de uma categoria que sofre estigmatização por parte do outro grupo, que são os estabelecidos. Segundo os autores, “constata-se que *outsiders* são vistos pelo grupo estabelecido como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros” (Elias & Scotson, 2000, p. 27).

A partir disso, ao nos lançarmos em uma análise de conteúdo a fim de compreender até que ponto o pacto da branquitude incide na criação literária de Carolina Maria de Jesus, partimos de várias demonstrações empíricas entre as quais se destacam o material que foi registrado pela autora em seus diários, e também atento à historiografia crítica da literatura brasileira e os seus silenciamentos (Miranda, 2019). Além disso, recorreremos às fontes jornalísticas para compreender a mentalidade que operava no contexto de suas publicações, bem como na tentativa de visualizar nessas publicações da vida cotidiana que tipo de recepção foi reservada para Carolina nessas páginas.

Outro aspecto que reforça a importância de recorrer às publicações jornalísticas é justamente tentar compreender esses meios como maquinário de boatarias institucionalizadas que podem servir aos interesses do grupo estabelecido, sobretudo no que tange ao fortalecimento positivo de suas imagens. Essas boatarias institucionais, constituídas de comentários elogiosos ou depreciativos, podem acabar ou fortalecer com a reputação de uma

pessoa. Os meios de comunicação têm ainda bastante influência na opinião pública e, com isso, podem favorecer ou desacreditar determinados grupos em detrimento de outros.

Ainda sobre os comentários depreciativos na imprensa acerca das obras de Carolina, Jessica Stori lembra que, no dia primeiro de outubro de 1960, Walmir Ayala<sup>13</sup> escreveu no *Jornal do Brasil* que era “preciso deixar bem claro, de início, que não estamos diante de uma obra literária”. Para ele, “literatura é ordem, composição, sentido plástico de imagem, pauta, filtro, depuração e vivência” (Ayala, 1960 *apud* Stori, 2020, p. 89). Na sequência, afirmou que:

O que há no diário de Carolina Maria de Jesus é uma vivência conscientemente expressa e uma composição estranhíssima que inclui um tom purista em certas frases, uma sintaxe primitiva em outras, uma demonstração de quase analfabetismo em alguns momentos e mesmo um torneio barroco de vez em quando aflorando com palavras preciosas até arcaísmo (Ayala, 1960, p. 7 *apud* Stori, 2020, p. 90)

A pesquisadora refletiu que a matéria crítica de Walmir Ayala (1960, p. 07 *apud* Stori, 2020, p. 90) está carregada do que “muitos outros vão fazer depois: a aproximação da escrita de Carolina com um estágio infantil ou primitivo e também místico, como quando diz que a escritora seria “um pequeno animal da palavra deslumbrado com seu sofrimento”. Tais comentários nos revelam o tipo de economia psíquica que compõe o repertório subjetivo da branquitude brasileira no que diz respeito às pessoas negras na condição de produtores culturais. A condição que ocupam no sistema é a de infantes, na medida em que suas empreitadas estéticas estão quase sempre associadas a características próprias da infância.

Essa boataria institucional pode ser compreendida como o uso estratégico dos meios de comunicação para tecer elogios e propagar informações positivas sobre determinados grupos sociais ou instituições, buscando construir uma imagem favorável e fortalecer sua confiança. Isso pode acontecer em várias instâncias da vida social, sobretudo no sistema literário. Comentários elogiosos fazem parte do repertório da crítica especializada quando se quer enaltecer determinados escritores e escritoras, por exemplo.

Nesse sentido, a boataria institucional pode ocorrer em vários contextos, como na política, nos negócios, na mídia, na academia e em outras esferas da sociedade. Ao longo desse processo, certos alvos são selecionados para receber uma cobertura positiva, enquanto outros podem ser ignorados, criticados ou até mesmo difamados. Como veremos nos próximos parágrafos, Carolina Maria de Jesus foi alvo sistemático e constante de muitos comentários

---

<sup>13</sup> Foi um poeta e escritor brasileiro (1933-1991).

depreciativos, o que obstaculizou ainda mais sua inserção em um sistema literário já restrito, impedindo qualquer vislumbre de ascensão social.

Essa prática tem o potencial de influenciar a opinião pública, moldar o registro e promover narrativas compatíveis aos grupos estabelecidos. Ao enfatizar exclusivamente os aspectos positivos e negligenciar ou minimizar os aspectos negativos, a boataria institucional pode construir uma imagem distorcida da realidade, manipulando a forma como as pessoas percebem certas instituições, indivíduos ou grupos sociais. Ao selecionar seletivamente informações para promover uma visão específica, a boataria institucional opera como uma ferramenta de manipulação da narrativa, muitas vezes visando a preservação de interesses dos grupos dominantes. A omissão de informações críticas ou desfavoráveis pode levar a uma percepção equivocada do público e distorcer a compreensão da verdadeira natureza de determinadas situações.

A boataria institucional pode ser impulsionada por diversos motivos. Em alguns casos, pode haver interesses políticos, médicos ou ideológicos por trás da promoção dessas narrativas. Instituições ou grupos com poder e recursos podem buscar controlar a agenda midiática, influenciar a opinião pública e garantir sua posição privilegiada na sociedade. É importante ressaltar que a boataria institucional não se limita apenas às informações falsas. Ela pode ocorrer por meio de meias-verdades, omissões estratégicas, exageros e manipulação da linguagem. Ao utilizar essas táticas, a boataria institucional busca criar uma narrativa positiva que sirva aos interesses dos grupos envolvidos.

Segundo Elias e Scotson (2000, p. 19), “o grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles [os *outsiders*] e os estigmatizavam, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano”. Os autores se referem ao modo como o grupo dominante da comunidade age em relação aos considerados forasteiros. Eles nos lembram que um dos meios de controle social utilizados pelo grupo estabelecido foram as fofocas elogiosas (*praise gossip*) e as fofocas depreciativas (*blame gossip*), que eram disseminadas de modo sistemático para enfraquecer a moral do outro grupo da comunidade. Assim, Elias e Scotson (2000, p. 22) nos lembra que “a exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que esse último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar”.

Os autores chamaram atenção para o “equilíbrio instável de poder” que constitui a figuração estabelecidos e *outsiders*. Segundo eles, só a partir dessa balança desigual de poder é que é possível, de maneira eficaz, que um grupo se sobressaia e ganhe prestígio. Conforme Elias e Scotson (2000, p. 23) salientaram, “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia

quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos outsiders pode fazer prevalecer”. E segue:

Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo. Conseqüentemente, a capacidade de estigmatizar diminui ou até se inverte, quando um grupo deixa de estar em condições de manter seu monopólio das principais fontes de poder existente numa sociedade e de excluir da participação nessas fontes outros grupos interdependentes – os antigos outsiders (Elias & Scotson, 2000, p. 24).

Parte significativa dos meios de comunicação no Brasil serve aos interesses dos grupos dominantes. Não é um discurso neutro, em que estejam ausentes as ideologias. Muito pelo contrário, os meios de comunicação, no geral, têm suas posições pré-definidas e, ocorre também, podem sair em defesa de candidato x ou candidata y. Tomamos aqui a imprensa como um maquinário de boataria eficaz, tendo o poder de construir e destruir reputações; colocar em evidência ou deixar de escanteio; fazer fofocas elogiosas (*praise gossip*) ou depreciativas (*blame gossip*). Seja como for, os meios de comunicação também constituem recursos de poder que, quando acionadas suas estratégias podem servir para manter à distância das oportunidades sociais os grupos considerados de menor valor, como vimos.

Elias e Scotson (2000), ao tratarem a fofoca a partir de uma abordagem sociológica apontaram que elas podem atuar para reforçar a integridade de um grupo em relação a outro. A boataria reforça a coesão existente e garante os valores morais, que consolidam todo o código social que partilham entre si, numa rede de agentes que estão posicionados na sociedade. Além disso, também salienta que a fofoca não é um fenômeno independente, mas que depende das normas e crenças coletivas. Conforme os autores elucidaram:

A fofoca, em outras palavras, não é um fenômeno independente. O que é digno dele depende das normas e crenças coletivas e das relações comunitárias [...]. O uso comum nos inclina a tomar por “fofocas”, em especial, as informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas às outras. Estruturalmente, porém, a fofoca depreciativa [*blame gossip*] é inseparável da elogiosa [*pride gossip*], que costuma restringir-se ao próprio indivíduo ou aos grupos com que ele se identifica [...]. Uma comunidade coesa como a “aldeia” precisava de um fluxo constante de mexericos para manter o moinho em funcionamento. Contava com um sistema complexo de centros de intriga (Elias & Scotson, 2000, p. 121).

Pedro de Oliveira (2010), em artigo sobre fofocas, sugere que tal fenômeno pode ser interpretado como conjunto de postulados sociológicos que ajudam a desvelar alguns aspectos



acerca dos mexericos. Segundo o autor, a fofoca é uma narrativa na qual informa ao interlocutor sobre o comportamento visto como “desviante” de outro agente. Com isso, pode servir para desqualificar seus oponentes, construindo uma verdadeira arma dentro de uma determinada rede. Ao referenciar Elias, argumenta que as fofocas também propiciam ao grupo estabelecido um rígido mecanismo de controle social em algumas circunstâncias uma vez que essas estratégias têm a função de excluir pessoas e cortar relações, pois funcionariam como um instrumento de rejeição de extrema eficácia (De Oliveira, 2010, p. 7).

Ainda segundo Oliveira, as fofocas teriam a função de aproximar aqueles que aparentam ter um comportamento que julgam “correto”, mas que secretamente comportam-se de maneira bastante suspeita. Além disso, comportam-se e praticam, muitas vezes até pior, os mesmos atos daqueles dos quais são alvos de tais depreciações sociais. No entanto, como os grupos estabelecidos detêm certo prestígio e maior vínculo entre seus pares, acabam por obter sucesso em direcionar as *blame gossips* contra os considerados outsiders. Outro aspecto apontado pelo autor refere-se ao fato de que tais narrativas têm capacidade de entretenimento para o imaginário humano, em que alimentam de forma marcante, leve, empolgante, inesquecível (De Oliveira, 2010, p. 11).

De maneira geral, nas narrativas tradicionais veiculadas no Ocidente moderno e capitalista o sentido final explicita-se de uma forma tal que o “bem sempre vence o mal” e isto tem o efeito de provocar uma catarse no leitor ou espectador, que vivência de forma vicária os eventos narrados e se projeta nos personagens, tendendo a se identificar com alguns deles, normalmente os que veiculam os valores socialmente celebrados (De Oliveira, 2010, p. 11).

Quando observamos o tratamento que as obras de Carolina Maria de Jesus receberam da imprensa à época é difícil pensar na história da escritora, segundo Raffaella Fernandez (2018, p. 114), “sem levar em consideração as venalidades e usurpações que giraram em torno dela”. Além disso, desde o aparecimento da autora na imprensa sensacionalista dos anos de 1960, até sua presença nas mídias de nossos dias, “o nome da escritora é carregado de tintas da miséria que procuram modular seu caráter e produção literária” (Fernandez, 2018, p. 114).

A boataria, quando direcionada para fortalecer determinados grupos, pode ter o efeito de consolidar laços e promover uma maior coesão social entre seus membros – resultando, também, no fortalecimento das regras e dos códigos morais do grupo. Isso ocorre porque a disseminação de rumores e informações elogiosas cria uma narrativa positiva em torno desses grupos que detém o monopólio das oportunidades no interior das negociações com os meios de

comunicação, que acabam reforçando sua identidade e promovendo um sentimento de pertencimento do qual se deve sempre ter orgulho.

Quando um grupo é constantemente elogiado e enaltecido por meio das boatarias, seus membros podem se sentir valorizados e orgulhosos de sua afiliação. Isso pode criar uma sensação de solidariedade e camaradagem, fortalecendo os laços sociais e a coesão interna. A boataria positiva também pode fortalecer a autoestima dos indivíduos dentro do grupo, gerando um senso de confiança e segurança. Por outro lado, quando os comentários depreciativos aparecem, em geral, são carregados de adjetivos pejorativos e podem ser uma verdadeira arma dentro de uma figuração entre estabelecidos e *outsiders* (Elias & Scotson, 2000).

Além disso, uma fofoca pode funcionar como forma de construção de credibilidade social. Quando um grupo é constantemente associado a qualidades positivas, isso pode gerar uma imagem favorável perante a opinião pública. Essa esperança pode atrair novos membros para o grupo e fortalecer sua posição na hierarquia social. No entanto, não é qualquer pessoa que pode adentrar esses núcleos – basta tomar a trajetória de Carolina como exemplo.

Em 29 de abril de 1961, Carolina recebeu a visita do casal Jorge Amado e Zélia Gatai. Segundo a escritora, ao observar o casal de escritores que já eram bem-sucedidos no sistema literário, ela refletiu que: “Ele... estudou. Eu não. Ele, pode escrever sosinho. Eu preciso do Audálio devido a minha deficiência cultural, tenho que ser teleguiada. E os teleguiados são infelizes” (De Jesus, 2021b, p. 305). Esse aspecto apontado pela autora demonstra quais eram os requisitos para adentrar e manter-se no mercado de bens simbólicos. Além disso, diferente do casal bem-sucedido na literatura, Carolina sempre estampava os jornais como uma figura exótica. Já os seus pares, por outro lado, eram elogiados e recebiam premiações diversas.

É importante ressaltar que esse aspecto positivo da boataria de fortalecer a coesão de certos grupos tem suas restrições. Não é qualquer pessoa que pode ser alvo de bons elogios. Em alguns casos, a boataria pode ser baseada em estereótipos, preconceitos ou discriminação – como é o caso, por exemplo, dos comentários carregados de estereótipos do escritor e poeta brasileiro Walmir Ayala – como veremos mais adiante neste tópico. Além disso, esses comentários depreciativos podem levar à exclusão de outros grupos e perpetuar desigualdades sociais, inclusive no sistema literário. Assim, a dependência excessiva da boataria, para fortalecer a visão coesa, pode criar uma distorção da realidade e limitar a capacidade do grupo de enfrentar críticas construtivas e se adaptar às mudanças.

Ainda sobre a coesão entre o grupo que aciona a maquinaria da boataria, Elias e Scotson argumentaram que:

Portanto, a ideia de que a fofoca tem uma função integradora requer algumas ressalvas. Ela imputa à fofoca as características de uma coisa ou uma pessoa capaz de atuar sozinha como agente causal, quase independentemente dos grupos que a circulam. Na verdade, é apenas uma figura de linguagem dizer que a fofoca tem tal ou qual função, pois ela nada mais é do que o nome genérico de algo feito por pessoas reunidas em grupos. E o termo “função”, nesse e noutros casos similares, tem a aparência suspeita de um disfarce para o velho termo “causa”. Atribuir à fofoca uma função integradora pode facilmente sugerir que ela é a causa cujo efeito é a integração. Provavelmente, seria mais exato dizer que o grupo mais bem integrado tende a fofocar mais livremente do que o menos integrado (Elias & Scotson, 2000, p. 129).

Aqui, ressaltamos aquilo que Jessica Brisola Stori (2020) apontou sobre o mercado de notícias. Segundo a pesquisadora, o espaço da imprensa pode ser considerado preponderante na crítica cultural, sobretudo literária. Com a tentativa de compreender em quais termos e significações Carolina Maria de Jesus foi lida e interpretada por jornalistas, escritores e intelectuais, a pesquisadora observou o modo como a escritora mineira era retratada na economia da informação midiática, em colunas, matérias e reportagens.

Portanto, trata-se de um espaço de poder e construção de conhecimento, assim também como um espaço de memória. Com esses testemunhos, produções de saberes e circulação de “ideias” de um período, entramos em contato com a imagem que fizeram de Carolina. Dessa forma, essas “construções” midiáticas permitem uma aproximação do período em que Carolina escreveu e publicou e dos fragmentos sobre o espaço que ela “infiltrou” (Stori, 2020, p. 84).

Stori (2020) realizou um levantamento dos jornais que mais mencionaram Carolina. De acordo com ela, a maioria das pesquisas levanta mais de 50 menções à escritora, chegando o *Jornal do Brasil* a ter 101 resultados. Os dados levantados por ela indicam detalhadamente acerca desses periódicos:

*Folha de S. Paulo* – com o total de 61 ocorrências entre 1º de janeiro de 1955 a 1º de janeiro de 2000 (*Folha da Noite*: 61; *Folha da Manhã*: uma ocorrência e na busca apenas por *Folha de S. Paulo* aparecem 60 menções que correspondem às ocorrências anteriores); *O Estado de S. Paulo* – com o total de 64 ocorrências (1960 – 1966: 47; 1970 – 1972: 2; 1980 – 1987: 5; 1991 – 1999: 10); *O Globo* – total de 96 ocorrências (1960: 20; 1961: 27; 1962: 7; 1963: 5; 1964: 2; 1965: 1; 1966: 4; 1969: 1; 1970: 1; 1972: 2; 1976: 1; 1977: 7; 1978: 1; 1979: 1; 1981: 1; 1982: 2; 1983: 1; 1984: 1; 1986: 1; 1987: 2; 1988: 1; 1989: 1; 1992: 2; 1995: 1; 1996: 3); *O Cruzeiro*: total de 18 ocorrências (1957 – 1962: 2; 1928 – 1985: 16); *Jornal do Brasil*: 101 ocorrências entre 1950 e 1999 (Stori, 2020, p. 85).

Carolina foi tema de reportagens em muitos veículos de comunicação. Segundo a pesquisadora, tratou-se dos noticiários e reportagens sobre a vida da autora e sobre os mais diversos eventos sociais que Carolina participou e foi mencionada. Em sua análise, ela percebeu que o período em que a escritora mais aparece é o da década de 1960 – momento em que

publicou seu primeiro livro. No entanto, o mesmo não aconteceu com sua segunda obra, *Casa de Alvenaria*. “Por consequência, Carolina também não apareceu com a mesma frequência nos noticiários, visto que o recorde de vendas se deu somente com o primeiro livro (os seguintes não entraram em listas de *best-sellers*) e o sucesso não foi duradouro” (Stori, 2020, p. 85).

Uma das preocupações de Stori (2020, p. 86) foi compreender em que medida a escritora foi lida pelo grupo estabelecido, assim como esse grupo auxiliou na construção do estereótipo da “não-escritora”. A esse respeito, Fernandez nos lembrou o modo como a escritora era retratada na mídia televisiva e jornalística, que construiu uma narrativa carregada de estereótipos e preconceitos. Segundo ela cita, a revista *O Cruzeiro* (1959) publicou o retrato da favela que foi feito pela “poetisa do lixo” (Fernandez, 2018, p. 115). São reportagens que exploram a imagem da escritora no local da excepcionalidade e do exotismo:

De 1960 até 1961 as reportagens giram em torno de seu *Quarto de Despejo*, os repórteres retornavam ao tema cada vez que o livro era reeditado. As reportagens, sobretudo, as da Folha da Manhã, depois Folha de São Paulo, se referem à escritora como a “negra que escrevia”, portadora de um “depoimento cruciante”, uma “antiga favelada que se convertia em escritora” e “abandonava” a favela (Fernandez, 2018, p. 115).

De acordo com Menezes et al. (2020), as fofocas, rumores, boatarias ou comentários depreciativos têm historicamente evidenciado os potenciais que a investigação dessas narrativas pode ser trazida para se ampliar o escopo das pesquisas em sociologia e antropologia. A respeito dos rumores, elucidaram que:

[...] tratam, geralmente, de um fato recente. A literatura antropológica nos fornece diversas pistas para compreender o que seria a “força social” da fofoca. Trabalhos clássicos de antropólogos [...] fazem referência à fofoca como uma forma de controle social informal e a conceituam como uma crítica à infração de regras. Já as primeiras teorias sobre fofoca, oriundas dos debates da chamada Escola de Manchester, destacam a função deste tipo de narrativa na manutenção da unidade de um grupo mediante a provisão de níveis informais de avaliação e controle (Menezes et al, 2020, p. 16).

Conforme elucidaram Elias e Scotson (2000, p. 125) sobre o sistema de boataria, as fofocas “de modo algum tinham apenas a função de apoiar as pessoas aprovadas pela opinião dominante e consolidar as relações entre os moradores. Tinham também a função de excluir pessoas e cortar relações. Podiam funcionar como um instrumento de rejeição de extrema eficácia”. Carolina Maria de Jesus foi alvo desses mexericos institucionalizados – o que contribuiu para a instabilidade de sua carreira no sistema literário.

Em outro comentário feito pelo crítico de literatura e escritor Tristão de Athayde (1960, p. 4 *apud* Stori, 2020, p. 91), cujo pseudônimo era Alceu Amoroso Lima, no dia 25 de novembro de 1960:

O que há de mais alto no livro é a pureza do sentimento doméstico. É a honestidade fundamental do seu depoimento em defesa do seu lar, dos seus filhos, de sua vida íntima. Temo muito que o seu segundo romance seja um desastre por estar ameaçada perder a naturalidade com que o primeiro foi escrito, sem preocupação de fazer *literatura*. Será que Carolina Maria de Jesus terá coragem de não se deixar picar pela mosca azul?

O comentário “sem preocupação de fazer literatura” revela o modo como, sistematicamente, a escritora era descredibilizada. Seus pares tinham bastante dificuldade de reconhecer o valor literário de suas obras. A imprensa brasileira, assim como outros seguimentos da sociedade da segunda metade do século XX, rejeitava a ideia de que Carolina Maria de Jesus pudesse ser escritora. Nas palavras de Maria Clara Braga Machado Campello (2022, p. 19), “embora o livro tenha conhecido sucesso nacional e internacional desde o lançamento, não foi avaliado pela crítica como obra literária, mas como “testemunho pessoal” de valor documental”.

A boataria ganhava tamanha força que, pouco a pouco, lograva construir uma narrativa sobre a “favelada que escrevia literatura”. E aqui podemos voltar a Elias e Scotson (2000, p. 130), que nos lembram que:

A fofoca, no entanto, sempre tem dois polos: aqueles que a circulam e aqueles sobre quem ela é circulada. Nos casos em que o sujeito e o objeto da fofoca pertencem a grupos diferente, o quadro de referência não é apenas o grupo de mexeriqueiros, mas a situação e a estrutura dos dois grupos e a relação que eles mantêm entre si. Sem esse quadro de referência mais amplo, é impossível responder a uma pergunta crucial: saber por que a fofoca pode vir a ser [...] um recurso para ferir e humilhar os membros do outro grupo e para assegurar a ascendência sobre eles.

A jornalista Norma Pereira Rego escreveu no *Jornal do Brasil*, também em 1960, a respeito do sucesso da “favelada negra”. Era assim que, recorrentemente, Carolina Maria de Jesus era retratada na imprensa brasileira. Segundo Jessica Stori (2020, p. 92), “nos textos rebuscados dos jornalistas deste período, existem momentos em que a visão do ‘colonizador’ em relação ao estereótipo do indivíduo colonizado é verificável nas próprias declarações, mesmo que elas sejam carregadas de ironias”. Além disso, a pesquisadora salientou que a jornalista escreveu que “Carolina pensa! É quase um milagre” (Rego, 1960, p. 2 *apud* Stori, 2020, p. 92).

As críticas da imprensa brasileira à Carolina Maria de Jesus refletem a forma como ela foi percebida e tratada como *outsider* pelos meios de comunicação. A citação da jornalista, ao dizer que “Carolina pensa!”, e que isso por si só é “quase um milagre”, revela estereótipos e preconceitos embutidos nessa percepção sobre ela ser uma escritora. Essa afirmação denota uma visão preconceituosa e desumanizadora. Além disso, essas boatarias institucionalizadas acabam por fortalecer o vínculo social e racial do grupo estabelecido.

Wilson Martins, em sua coluna no também *Jornal do Brasil* em 1993, após 17 anos do falecimento de Carolina, escreveu que a autoria do seu primeiro diário deveria ser atribuída a Audálio Dantas, o seu “descobridor”, e não ao objeto descoberto. De acordo com ele, “era uma produção do jornalista, que auxiliou a escritora em sua primeira publicação” (Stori, 2020, p. 99). Além disso, em sua “denúncia” a respeito da não-escritora, ele argumentou que:

[...] Seria uma mulher educada, que as vicissitudes da vida houvessem reduzido a essa condição miserável? Não: *era uma ‘semianalfabeta’, lutando com as maiores dificuldades materiais, isto é, a última pessoa que imaginaríamos na literatura confidencial* [...] Corte, seleções, vocabulário e até, penso eu, notações inteiras, sugerem que é tempo de lhe restituir a autoria do ‘diário de uma favelada’ (Martins, 1993, p. 4 *apud* Stori, 2020, p. 99, itálicos nossos).

Dantas respondeu a essas críticas e calúnias e, após sua resposta, Martins novamente fez outra publicação, agora em 1995, afirmando que a “Lenda Carolina” não era tão lenda assim, já que, segundo ele, “em suma, ela foi lida como a escritora que não era” (Martins, 1995, p. 4 *apud* Stori, 2020, p. 100).

Essa força social dos rumores, como mencionaram Menezes et al. (2020), são potencializados quando são utilizados os meios de comunicação a favor de um grupo. Nesse aspecto, como já foi argumentado anteriormente nesta dissertação, essa fofoca ou comentário depreciativo acaba por dar um caráter institucionalizado à boataria. Nesse sentido, a fofoca institucionalizada passa a ganhar outra dimensão porque têm forças produtivas que trabalham para manter essa estrutura.

Michel Luís da Cruz Ramos Leandro (2019) resgatou as palavras de um crítico, que respondia sob o pseudônimo de Casmurro de Assis, em que ele classificou a obra de Carolina como “panfleto murmurando em voz mansa e cordial, voz humilde de criatura”, em que, “o perigo é que Carolina Maria de Jesus queria se tornar escritora”. Ainda de acordo com o pesquisador, Sérgio Porto, famoso ao usar o pseudônimo Stanislaw Ponte Preta, “troca o nome de Carolina por ‘escritora favelada, mais favelada do que escritora’” (Leandro, 2019, p. 99).

Todas essas críticas, nas palavras de Leandro, colocam Carolina na posição de “sujeito-autor”, em que ela passa a ser:

[...] descursivizada como “criatura mansa”, “A favelada”, que produz não uma obra literária, mas, um “panfleto”, “diário de relatos” [...] do sujeito miserável que suplica piedade perante sua vida de “criatura”, portanto, sentidos que colocam esse sujeito-autor na subalternidade, como literatura menor (Leandro, 2019, p. 100).

José Carlos Meihy e Robert Levine (2015) chamaram atenção para o fato de que o diário da escritora, quando colocado comercialmente no mercado, fez com que ela se tornasse, de maneira abrupta, uma celebridade internacional. Os autores relembram que sem dúvida se tratava de um fenômeno literário, pois a autora mineira ocupou lugar de bastante “realce na história editorial brasileira, latino-americana e até mundial”. Conforme apontam, “seu sucesso editorial era o reverso da rotina que até então enfarava-se em biografias de figuras notáveis, de heróis fantásticos e mágicos viajantes alienados de uma realidade brotada da guerra fria e da aflição pelo progresso” (Meihy & Levine, 2015, p. 19).

Convém lembrar o que os autores observaram a respeito de parte do seu insucesso, indicando para o caráter da mensagem do seu primeiro livro frente ao padrão proposto pelo golpe militar de 1964, que evitava a crítica social, e, com isso, contribuiu para o silenciamento de suas ideias. Os autores salientam que a imprensa foi uma ferramenta poderosa, assim como outras forças sociais, que tiveram papel significativo no processo de construção do desprestígio de Carolina Maria de Jesus: “ela foi forçada a voltar à condição de pobre, com dificuldades de sobrevivência. Na miséria, viu terminarem seus dias” (Meihy & Levine, 2015, p. 19). Nessas inúmeras tentativas de se consolidar no sistema literário, os autores recordam que:

A queda foi vertiginosa, é verdade, mas houve lampejos de intermitência. Um fortuito reflorescimento devido a um golpe publicitário em 1969 quase a reconduziu à fama, mas outra vez foi esquecida, deteriorando-se gradativamente seu estado psicológico e sua relação com o mundo. Volta e meia, novas “oportunidades” surgiam, mas o retorno era-lhe implacável. Da pobreza absoluta à pobreza relativa perfez um círculo, ainda que imperfeito, posto que morreu em recursos, mas, de toda maneira, melhor do que nos dias fatídicos do Canindé (Meihy & Levine, 2015, p. 19-20).

Com a publicação de *Casa de Alvenaria*, observamos uma autora que entregou a caneta para uma narradora que registrou suas impressões – que giravam em torno da assinatura do contrato da publicação de sua obra capital e a repercussão que resultou em um dia a dia bastante movimentado e com muitas solicitações. Além disso, trata-se dos contratos que Carolina recebia e, também, de uma narrativa que acompanha as inúmeras visitas à editora, assim como as cansativas solicitações que a autora costumava atender dos jornalistas – porque sabia que era importante manter contato com a imprensa –, pois poderia garantir a publicação de seus textos.

A autora também relatou sobre os constantes conflitos com seu editor, chegando mesmo a acusá-lo de tentar mantê-la escrevendo um único gênero literário: os diários.

Sobre esse aspecto que envolve a relação da escritora com seu editor, Meihy e Levine (2015, p. 29) argumentaram que Audálio Dantas, como agente e mentor de Carolina, “trabalhou editando seu diário, durante um ano, publicando inclusive trechos adicionais, mas recusando-se a publicar outras de suas histórias ou poemas que, paradoxalmente para Carolina, pareciam mais importantes”. Além disso, os autores elucidam que “depois de várias recusas iniciais e vencida a relutância de algumas casas publicadoras que se negavam a editar o livro, ele finalmente conseguiu um acordo com a Livraria Francisco Alves que, através de Lélío de Castro, resolveu enfrentar o desafio” (Meihy & Levine, 2015, p. 29).

Referente ao contrato que Carolina assinou com Audálio Dantas e com a Livraria Francisco Alves, Meihy e Levine relembram que a autora dividia os lucros com seu editor. Outros recebimentos foram feitos no nome de Dantas, porque Carolina não possuía a documentação completa à época para abrir uma conta bancária. Com isso, Meihy e Levine sugerem que essa dinâmica “estabelecia uma relação de dependência e constrangimentos” (Meihy & Levine, 2015, p. 31). Com a entrada do seu segundo diário no sistema literário, a escritora passou a ter uma vida bastante movimentada, em que recebia diariamente visitas de

[...] jornalistas e fotógrafos, a demanda para entrevistas para jornais impressos, participações em eventos, programas radiofônicos e televisivos. Além disso, devido à fama e às notícias de seu suposto enriquecimento, a escritora passa a ser importunada diuturnamente por pedidos de favores, principalmente financeiros: empréstimos, doações, auxílios, esmolas (Nascimento, 2020, p. 57).

Todas essas situações viraram material literário e está publicado em *Casa de Alvenaria*. Conforme observamos anteriormente, as relações que Carolina Maria de Jesus estabeleceu no sistema literário, assim como os conflitos com o editor e outros atores sociais, constituíram insumo que se transformaram em narrativa literária. Além disso, essas reportagens que retratam o cotidiano da vida mundana da segunda metade do século XX, nos mostram a maneira como a escritora mineira foi recepcionada no sistema literário.

\*\*\*



## CAPÍTULO II

### **PACTO DA BRANQUITUDE NOS DIÁRIOS DE CAROLINA**

Neste capítulo, a ideia é conectar o conceito de pacto da branquitude a partir dos livros *Quarto de Despejo* e *Casa de Alvenaria*, em que a autora mostrou as complexas relações que estabeleceu com a classe dirigente de sua época, assim como os constantes conflitos e embates que travou com os vizinhos da casa de alvenaria. Carolina narrou nessas obras os problemas que enfrentava por ser uma mulher negra, mãe solo, pouco alfabetizada na educação formal, entre outros atravessamentos existenciais que aprofundaram as desigualdades que ela sofreu ao longo de sua trajetória. Além disso, procuramos explorar o funcionamento desse pacto no mercado editorial, que acabou por privilegiar escritores brancos, como Jorge Amado e Clarice Lispector, em detrimento de outros grupos raciais.

#### **2.1. Mapeando o conceito: apontamentos críticos sobre branquitude**

*O racismo e o colonialismo deveriam ser entendidos como modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele.*

Frantz Fanon

Esta seção situa a discussão sobre branquitude, apresentando pesquisas que refletiram sobre o conceito e os seus desdobramentos na contemporaneidade. Os trabalhos aqui consultados nos mostraram que a branquitude é: a) uma construção social, de caráter relacional, e que garante, por conseguinte, uma b) posição social distinta e um acesso aos bens materiais e simbólicos para o grupo que se pensa e se constrói como desracializado. Além disso, apontam que c) a branquitude é uma estrutura de poder forjada no processo de colonização que procura se reatualizar no tempo, produzindo e reproduzindo desigualdades entre grupos raciais (Almeida, 2021; Bento, 2002; 2016; 2022; Cardoso, 2008; 2010; Frankenberg, 2004; Laborne, 2014; Piza, 1998; 2002; Schucman; 2012; 2014; 2018; e Sovik, 2004).

A tentativa é contextualizar esse conceito e, posteriormente, traçar correspondências com os diários de Carolina Maria de Jesus. Com isso, procuro identificar até que ponto o pacto da branquitude aparece nas obras da escritora mineira – em outras palavras, como esses aspectos foram ficcionalizados pela autora e, ao mesmo tempo, como podem nos revelar conflitos sociais

do sistema literário brasileiro da segunda metade do século XX. Para isso, resgataremos de início como o conceito de branquitude foi tematizado e concebido ao longo da história – tanto no Brasil como em contexto internacional.

Nesse aspecto, cabe lembrar que, ainda na década de 1990, estudos sobre raça e racismo passaram a mudar seus enfoques de pesquisas, passando a problematizar o lugar do sujeito branco nas relações raciais. Lia Vainer Schucman (2012, p. 17) apontou que “os olhares acadêmicos das ciências sociais e humanas se deslocaram dos ‘outros’ racializados para o centro sobre o qual foi construída a noção de raça, ou seja, para os brancos”. Além disso, “esses novos enfoques foram chamados de estudos críticos sobre branquitude” e que, apesar dos Estados Unidos serem pioneiros nos estudos, existem produções acadêmicas sobre essa temática na Inglaterra, na África do Sul, na Austrália e no Brasil (Cardoso, 2010, p. 47). Conforme as palavras da pesquisadora:

O fato de os estudos sobre branquitude se formarem como um campo de estudo transnacional e de intercâmbio entre ex-colônias e colonizadores corresponde à cadeia de fatos históricos que começa com o projeto moderno de colonização, que desencadeou a escravidão, o tráfico de africanos para o Novo Mundo, a colonização, as formações e construções de novas nações e nacionalidades em toda a América e a colonização da África. Portanto, é nestes processos históricos que a branquitude começa a ser construída como um constructo ideológico de poder, em que os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão. Nesse sentido, é importante pensar que as culturas nacionais e as identidades brancas e não brancas têm sido historicamente criadas, recriadas, significadas e redefinidas através das trocas circulares de símbolos, ideias e populações entre África e Europa e as Américas, e assim este campo de estudo também aparece como trocas de pesquisas e ideias entre estes continentes (Schucman, 2012, p. 17).

Segundo Lourenço Cardoso, os Estados Unidos, principalmente nos anos 1990, com os *critical whiteness studies*, tornaram-se pioneiros nas pesquisas sobre branquitude. Cardoso nos lembrou que W.E.B. Du Bois talvez seja o precursor em teorizar sobre a identidade racial branca com sua publicação *Black Reconstruction in the United States* (Cardoso, 2010, p. 47). A esse respeito, Schucman elucidou que a obra do sociólogo estadunidense:

[...] apresenta a dinâmica que entrelaça as categorias raça, classe e status, demonstrando que a aceitação do racismo pela classe trabalhadora branca daquela época foi uma forma de se apropriar de benefícios, que Du Bois nomeou de salário público e psicológico, que resultavam em acessos a bens materiais e simbólicos, que os negros não podiam compartilhar (Schucman, 2012, p. 18).

Ainda no contexto internacional, é possível mencionar as contribuições de Frantz Fanon nos estudos do que chamamos hoje de branquitude. A esse respeito, vale ressaltar o argumento de Schucman sobre Fanon, onde ela afirmou que:

A identidade branca também foi pensada por Frantz Fanon (1980), filósofo e psiquiatra formado na França, nascido na ilha da Martinica, que influenciou muitos dos pensadores que escreveram sobre a diáspora africana e a opressão dos povos colonizados. Em 1952 o autor publicou seu livro de maior repercussão, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, que discute diversos assuntos relacionados à questão da raça e à relação entre colonizado e colonizador como categorias importantes para se entender a constituição de subjetividades de sujeitos brancos e negros em relação. Segundo Fanon, a opressão colonial e o racismo da própria estrutura da colonização passaram também a dominar subjetivamente os colonizados e colonizadores (Schucman, 2012, p. 20).

De acordo com a argumentação de Lourenço (2010, p. 47), “em 1952, esse pensador caribenho e africano com sua publicação *Peau noire, masques blancs* defendeu o argumento de abolição da raça”. Lourenço também salientou que Fanon “estava preocupado em libertar o branco de sua branquitude e o negro de sua negritude, porque a identidade racial seria um encarceramento que obstaculizava a pessoa de chegar e gozar sua condição humana”.

Em suas obras, Fanon abordou de forma contundente as dinâmicas das relações raciais, destacando a problemática do sujeito branco como um agente central nessas relações. Uma das principais contribuições de Fanon para os estudos sobre branquitude foi sua análise da posição do sujeito branco como beneficiário do sistema colonial e racial. Ele argumentou que o sujeito branco é socializado dentro de uma estrutura de poder que o coloca no topo das relações raciais, conferindo-lhe privilégios e poder sobre os sujeitos não-brancos. Fanon afirmou que a branquitude não é uma mera ausência de raça, mas uma construção social que molda a identidade e as relações dos indivíduos e o seu entorno.

E aqui retornamos aos diários da autora que, no dia 18 de novembro de 1960, identificou o modo com as pessoas brancas se incomodam quando alguém como ela desfruta de um outro tipo de vida que não o da condição de precarização. Carolina escreveu que havia despertado as duas horas da madrugada, pois tinha uma viagem para fazer:

Vamos em São José do Rio Pardo. Vou ver a ponte que o infausto Euclides de Cunha construiu. Pedi ao dono do bar para dar refeições aos filhos, vou levar so a Vera. Saimos de manhã. Tenho dó de deixar os meus filhos sosinhos, porque o Juvenal expanca-os, e ele é forte está com quinze anos, *ele não conforma que o negro deve ter dinheiro* (De Jesus, 2021a, p. 138).

Nas palavras de Carolina, Juvenal, que é um adolescente de 15 anos, apresenta inconformidade com o fato de a escritora ser negra e ter dinheiro. Isso revela o modo como a branquitude, assim como observou Fanon, não suporta não ser o beneficiário privilegiado de ganhos materiais e simbólicos. Além disso, Fanon explorou a forma como a identidade branca

é formada em oposição às pessoas racializadas, destacando que a construção da identidade branca é baseada na subjugação e na negação do outro racializado. Em outro momento, Carolina registrou como essa inconformidade era recorrente. Logo que chegou em Osasco, a escritora afirmou que encontrou “os filhos chorando porque os vizinhos expanca-os! Porisso, quero morar na cidade! Tem pessôas que odeia-me dizendo: - Aquela desgraçada está rica” (De Jesus, 2021a, p. 190).

Segundo Fanon, o sujeito branco se beneficia dessa estrutura relacional ao fortalecer estereótipos e hierarquias raciais, perpetuando opressões e buscando garantir sua fantasiosa posição de superioridade. Além disso, ele observou a psicologia do sujeito branco nas relações raciais, argumentando que a branquitude é concomitante a uma consciência racial que, muitas vezes, é inconsciente, mas que influencia profundamente a manifestação e o comportamento do sujeito branco em relação aos outros. Fanon pontuou que o sujeito branco, com frequência, se sente ameaçado pela subversão da ordem racial estabelecida, o que pode levar a reações defensivas, violência testemunhal e até na negação do racismo estrutural.

Em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Fanon (2008, p. 30) pontuou que “a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial”. Conforme o autor martinicano elucidou, “aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco”. Além disso, “o europeu tem uma ideia definida do negro” (Fanon, 2008, p. 48).

No Brasil, há uma agenda de pesquisa que busca ampliar as reflexões acerca das hierarquias raciais, cujo autores e autoras têm procurado localizar as desigualdades oriundas do processo de racialização, dando enfoque no sujeito branco e na construção histórica da supremacia branca (Ramos, 1959; Piza, 1998; 2002; Bento, 2002; 2022; Sovik, 2004; Cardoso, 2008; 2010; Schucman; 2012; 2018). Os resultados das pesquisas reabrem os debates sobre o mito da democracia racial, bem como outras problemáticas, na intenção de apontar os dilemas e os perigos desses discursos. De acordo com Ana Amélia de Paula Laborne (2014), esses autores têm lançado mão de discutir o conceito de branquitude e procuram problematizar “as desigualdades raciais indo além do enfoque exclusivo sobre o seguimento negro” (Laborne, 2014, p. 11).

O interesse em analisar a branquitude no Brasil não é unicamente o de traçar o perfil de um seguimento étnico-racial pouco problematizado nos estudos sobre relações raciais, mas principalmente o de entender a perpetuação dos valores que o definem e como os sujeitos se percebem neste contexto (Laborne, 2014, p. 12).

Um dos intelectuais que podemos considerar como precursor do estudo das branquitudes no Brasil é Guerreiro Ramos (1957), que já pontuava a emergência de se estudar os brancos (ou a “brancura”) para compreender as complexas dinâmicas hierárquicas das relações raciais no país. No entanto, “mesmo considerando o pioneirismo de Ramos, a discussão especificamente sobre a identidade dos brancos no contexto das relações raciais brasileiras ressurgiu de forma mais sistemática nas produções acadêmicas a partir da década de 1990” (Laborne, 2014, p. 28). A respeito dos estudos de Guerreiro Ramos sobre branquitude no Brasil, Camila Moreira relembrou que:

Em 1957, Guerreiro Ramos já discutia o que chamou de “patologia branca no Brasil”. Para Guerreiro Ramos, a utilização do negro como tema por pesquisadores brancos era uma forma de assegurar a sua brancura. Exaltando seus traços europeus, estes pesquisadores mantinham o status de superioridade e a situação de privilégio da qual desfrutavam. Entre os pesquisadores que adotavam essa prática, denominada por ele como “patologia-protesto”, estão Nina Rodrigues e o próprio Gilberto Freyre (Moreira, 2014, p. 76).

Assim:

O interesse em analisar a branquitude no Brasil não é apenas de traçar o perfil de um grupo até então ignorado, mas de entender como, há tanto tempo, não se prestou atenção aos valores que o definem. O estudo da branquitude pode lançar luz sobre as formas mais cordiais, menos explícitas do racismo brasileiro (Laborne, 2014, p. 34).

Historicamente, a sociedade brasileira foi marcada por profundas desigualdades raciais decorrentes do processo de colonização. A elite branca estabeleceu uma hierarquia racial que colocou os brancos no topo, atribuindo-lhes um status de superioridade social, econômica e cultural desde o primeiro contato com os povos originários brasileiros e outros grupos raciais. Essa hierarquia foi legitimada por teorias racialistas que afirmavam a inferioridade dos negros e justificavam sua exploração. No contexto dessa estrutura social, Guerreiro Ramos argumenta, já na década de 1950, que alguns pesquisadores brancos utilizavam o tema do negro em suas pesquisas como uma forma de reforçar sua própria brancura e manter os privilégios associados a essa identidade racial. Ao enfatizarem os traços europeus e exaltarem a cultura europeia, esses ensaístas reforçavam a ideia de que o branco era superior e, assim, perpetuavam sua posição de poder na sociedade.

O “problema do negro”, tal como colocado na sociologia brasileira, é, à luz de uma psicanálise sociológica, um ato de má fé, ou um equívoco, e este equívoco só poderá ser desfeito através da tomada de consciência pelo nosso branco ou pelo nosso negro, culturalmente embranquecido, de sua alienação, de sua enfermidade psicológica (Ramos, 1954, p. 26).

Aqui, vale ressaltar o argumento Schucman (2018, p. 142), para quem Ramos “introduziu pela primeira vez no Brasil uma perspectiva que aponta as consequências do racismo e da ideologia do branqueamento para o próprio branco brasileiro”. Sociologicamente, essa análise de Guerreiro Ramos se relaciona com a questão da branquitude e da supremacia branca, na medida em que a identidade branca é construída e mantida dentro do sistema social brasileiro, sendo que a utilização do tema do negro por pesquisadores brancos passa a conformar uma estratégia para reafirmar sua fantasiosa superioridade racial e manter sua posição privilegiada.

Então identifico o equívoco etnocentrismo do “branco” brasileiro ao sublinhar a presença do negro mesmo quando perfeitamente identificado com ele pela cultura. Então descortino a precariedade histórica da brancura como valor. Então converto o “branco” brasileiro, sôfrego de identificação com o padrão estético europeu, num caso de patologia social [...] Então compreendo que a solução do que, na sociologia brasileira, se chama o “problema do negro”, seria uma sociedade em que todos fossem brancos. Então capacito-me para negar validade a esta solução (Ramos, 1954, p. 28).

Ao citar os pesquisadores Nina Rodrigues e Gilberto Freyre, Ramos aponta exemplos concretos de pesquisadores que adotavam essa prática, denominada por ele como “patologia-protesto”. Essa referência histórica destaca como alguns estudiosos brancos contribuíram para a manutenção do sistema de hierarquia racial, em vez de questioná-lo ou desafiá-lo. Essa observação evidencia a forma como a patologia branca no Brasil estava ligada à manutenção dos privilégios da branquitude e ao reforço da superioridade racial branca na sociedade brasileira, em um contexto marcado por profundas desigualdades raciais e estruturas de dominação baseadas nesses critérios.

Guerreiro Ramos (1957) também é o primeiro sociólogo brasileiro a questionar os estudos sobre o negro feitos pela sociologia e pela antropologia brasileira. Para o autor, também faz parte dessa mesma patologia social do “branco” a maneira como se estudaram as relações raciais no país, em que apenas o negro se tornou tema e objeto de investigações, ou seja, a sociologia de sua época tornou o negro objeto de estudo, e não sujeito (Schucman, 2018, p. 143).

Segundo o próprio argumento do sociólogo baiano, em *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira* (1957), Ramos afirmou que:

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados “antropólogos” e “sociólogos”. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é negro tema; outra coisa é negro-vida. O negro

tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, proteico, multiforme, do qual na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje (Ramos, 1957, p. 171).

Guerreiro Ramos discute a dicotomia entre o negro como tema acadêmico e o negro como realidade vivida. Ele observou que, como tema, o negro tem sido objeto de análise e exploração por parte de literatos, antropólogos e sociólogos. No entanto, ele usa a metáfora da “escalpelação” para descrever como esses estudiosos sempre procuram destacar os aspectos desumanizantes e objetificadores (exotizante) desses “outros” racializados. Nesse sentido, Lia Schucman argumentou que:

O fato de o preconceito racial recair sobre a população não branca está diretamente relacionado ao fato de os privilégios raciais estarem associados aos brancos. O branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento. Esses mecanismos de produção de desigualdades raciais foram construídos de tal forma que asseguram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça (Schucman, 2012, p. 14).

Por outro lado, Ramos ressalta que os negros estão construindo suas próprias identidades e trajetórias de vida, apesar das restrições e permissões impostas pela branquitude. Segundo Liv Sovik (2009, p. 22), “Guerreiro Ramos abriu frentes que ainda estão presentes na discussão de raça e de racismo no Brasil. Rebateu argumentos sobre a relação entre classe e raça que permanecem em cena” até os dias de hoje.

Ramos descreveu a maneira como o negro enquanto tema é frequentemente retratado de formas diferentes e até mesmo contraditórias, como figura mumificada, curiosa ou até mesmo como risco ou traço da realidade nacional que chama a atenção. Porém, ele contrasta essa representação com a ideia de “vida negra” ou “negro vida”, que é descrita como algo que não pode ser imobilizado, sendo multifacetada, mutável. Ele argumenta que não é possível dar uma versão definitiva da vida de pessoas negras, pois ela está em constante transformação e será diferente no futuro. Ou seja, trata-se de um processo de metamorfose constante.

Ramos enfatizava a importância de compreender o negro como realidade em constante transformação, que não pode ser capturado em uma versão definitiva e que exige uma abordagem mais sensível e contextualizada. Além disso, Ramos também é precursor, segundo Schucman (2018, p. 143), porque ele colocou “a branquitude e os brancos brasileiros como objeto de análise sociológica necessária para o entendimento do racismo e das situações

adversas em que os não brancos brasileiros estão expostos”. Ele diz que, na cultura brasileira, o branco, quase sempre, é visto como ideal, a norma, o valor, por excelência.

Aqui retomamos a literatura brasileira, pois é possível identificar como esse ideal é valorizado e, por outro lado, é construído o outro racializado e carregado de características negativas. Segundo Carla de Fatima Cordeiro, o escritor Jorge Amado é um grande exemplo de como esse aspecto é culturalmente incrustado em nossa sociedade. Com isso, esse ideal também acaba por escorregar para dentro produções literárias nacionais – o que contribui para reforçar as imagens discursivas sobre preconceitos raciais. Segundo Cordeiro, o escritor baiano Jorge Amado, ao opinar sobre a mistura de raças em uma de suas obras, escreveu que o que resulta desse processo é “uma raça doente e indolente”:

[...] influenciado, pelo menos inicialmente, pelas teses do pensamento racista cientificista, notoriamente por Nina Rodrigues, que maldizia a mestiçagem, o que podemos observar na nota introdutória de *O país do carnaval* de 1931: “No Norte, terra da promessa, há uma grande *confusão de raças e de sentimentos*. É a formação do povo. E dessa confusão está *saindo uma raça doente e indolente*” (Amado, 1931 *apud* Cordeiro, 2017, p. 52, itálicos da autora).

Cordeiro menciona a influência inicial das teses do pensamento racista cientificista, especialmente as de Nina Rodrigues, sobre Jorge Amado. O comentário em questão aparece na nota introdutória do livro *O País do Carnaval*, publicado em 1931. Como é possível observar, Jorge Amado descreve a região Norte do Brasil como terra de promessas e também como lugar de confusão racial e sentimentos abstrusos. Ele se refere à miscigenação como uma mistura de raças que está ocorrendo nesse contexto, cujo resultado não é positivo. No entanto, Amado faz uma interpretação negativa da miscigenação, utilizando termos como “raça doente” e “indolente” para descrever a população resultante desse processo.

Essas palavras refletem uma visão estereotipada das pessoas mestiças, sugerindo que elas são fisicamente e mentalmente inferiores. Essa noção era influente no contexto histórico em que Amado escreveu o livro, pois refletia a ideologia do pensamento racista cientificista, que buscava justificar a supremacia de determinadas raças e classificar outras como inferiores.

É importante destacar que essas visões preconceituosas foram amplamente contestadas ao longo do tempo, e a ideia de que a miscigenação leva a uma “raça doente” ou “indolente” é considerada cientificamente infundada e moralmente equivocada. Portanto, ao observar o comentário de Amado, é necessário reconhecer a influência inicial do pensamento racista cientificista em sua obra, bem como ressaltar que essa visão não reflete em todos os seus romances. No entanto, em razão da ideologia da mestiçagem ter sido uma visão bastante



difundida na sociedade brasileira, esse aspecto pode ser identificado em algumas produções literárias nacional.

Seja na literatura ou em qualquer aspecto das relações sociais, a branquitude sempre procura afirmar o seu lugar social de superioridade, sobretudo quando classifica (e hierarquiza) o outro racializado. Ainda a respeito dos estudos sobre branquitude, Schucman salientou que:

Branquitude é o termo utilizado para se falar das construções das identidades raciais brancas, que é preciso ser pensada sempre de modo relacional e construídas sócio-historicamente, a partir das relações de poder da estrutura social na qual estão inseridas. Desta forma, é preciso pensar que os grupos e sujeitos que são considerados brancos em determinados locais, não necessariamente o são em outros contextos. Contudo, é unânime entre os estudiosos críticos da branquitude que essa identidade se construiu a partir da ideia fictícia de superioridade produzida pelo conceito de raça forjado pela pseudociência do fim do século XIX (Schucman, 2018, p. 143).

Sobre a ideologia do branqueamento, Kabengele Munanga (1999, p. 77) argumentou que foi uma ferramenta discursiva fundamental da ideologia racial brasileira, pois, de acordo com ele, acreditava-se que, graças ao intensivo processo de miscigenação, nasceria uma nova raça brasileira, mais clara, mais arianizada, ou melhor, tal processo iria “reduzir o coeficiente dos sangues negro e índio”. Com isso, esse raciocínio “leva a crer que o processo de arianização ia, a longo prazo, terminar aparentemente no embranquecimento da população e conseqüentemente numa situação em que não existisse mais a linha de cor, pelo menos para os brancos aparentes que fenotipicamente são mestiços”. Nas palavras de Iray Carone,

O branqueamento poderia ser entendido, num primeiro nível, como o resultado da intensa miscigenação ocorrida entre negros e brancos desde o período colonial, responsável pelo aumento numérico proporcionalmente superior dos mestiços em relação ao crescimento dos grupos negros e brancos na composição racial da população brasileira (Carone & Bento, 2017, s/p).

Nesse sentido, a branquitude refere-se à construção das identidades raciais brancas. Essas identidades não devem ser consideradas isoladamente, mas sempre em relação a outras identidades raciais. A noção de branquitude é moldada e influenciada, portanto, pelos aspectos sociais e históricos, especialmente pelas relações de poder presentes na estrutura social em que as identidades brancas existem. Desta forma, é preciso pensar que os grupos e sujeitos que são considerados brancos em determinados locais, não necessariamente o são em outros contextos.

A identificação como “branco” pode variar em diferentes contextos. O que é considerado branco em um determinado local pode não ser visto da mesma forma em outros lugares. Isso implica, segundo Schucman, que a definição e a percepção da “branquitude” são influenciadas por fatores culturais e sociais específicos de cada contexto. Contudo, é unânime

entre os estudiosos críticos da branquitude que essa identidade se construiu a partir da ideia fictícia de superioridade produzida pelo conceito de raça forjado pela pseudociência do fim do século XIX.

Há um consenso entre estudiosos críticos da branquitude de que essa identidade foi construída a partir de uma ideia falsa de superioridade baseada no conceito de raça, que foi criado pela pseudociência no final do século XIX. Isso sugere que a noção de superioridade racial branca é socialmente construída e não possui fundamentos científicos legítimos, mas por se tratar de “fraude científica” (Nascimento, 1968).

Schucman procura discutir a branquitude como construção social e histórica que está relacionada às dinâmicas de poder e que pode variar em diferentes contextos. Além disso, enfatiza que a ideia de superioridade racial branca é baseada em uma concepção fictícia produzida por pseudociência. Ainda segundo a pesquisadora:

[...] a branquitude é um “ponto de vista”, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais, ou seja, essa localização identitária permite aos brancos um lugar de conforto para olhar ao seu entorno, pensando a si mesmo como norma e/ou padrão de humanidade a ser seguido; a branquitude é um *locus* de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas” em vez de especificamente raciais (Schucman, 2018, p. 144-145).

Conforme a autora explica, a branquitude é um ponto de vista ou uma perspectiva a partir da qual os brancos se enxergam e enxergam os outros. Isso significa que a identidade branca influencia a forma como os brancos percebem a si mesmos, assim como a maneira na qual eles percebem as estruturas sociais nacionais e globais. De acordo Schucman, eles tendem a se ver como a norma ou o padrão de humanidade a ser seguido, o que pode resultar em uma sensação de privilégio e poder. Com efeito, a branquitude é um espaço onde várias práticas e identidades culturais são desenvolvidas. Essas práticas e identidades, muitas vezes, não são explicitamente identificadas como brancas, mas são consideradas em seu aspecto normativo, sendo associadas à nacionalidade em vez de reconhecidas especificamente como relacionadas a construções raciais históricas. A esse respeito, aqui vale ressaltar o argumento de Cardoso, que apontou que:

Em suma, a branquitude procura se resguardar numa pretensa ideia de invisibilidade, ao agir assim, ser branco é considerado como padrão normativo único. O branco enquanto indivíduo ou grupo concebido como único padrão sinônimo de ser humano “ideal” é indubitavelmente uma das características marcantes da branquitude em nossa sociedade e em outras (Cardoso, 2010, p. 50).

Maria Aparecida Bento é, hoje, a intelectual que mais tem protagonizado uma discussão sistemática a respeito do pacto da branquitude. A autora coloca no centro da discussão a diferença de tratamento entre pessoas brancas e não brancas, bem como os seus desdobramentos sociais ao longo da história. Bento refletiu sobre o modo como vem sendo construída a história de instituições e da própria sociedade – onde ela tem percebido que as contribuições de pessoas negras se tornam invisibilizadas. Sobre tal invisibilização dos espaços de consagração e poder, cuja branquitude procura resguardar e afastar pessoas indesejadas, Carolina rememorou o comentário de Dona Helena Figueiredo, ao passar em frente a Academia Brasileira de Letras, que “as portas das Academias do Brasil ainda estão fechadas para Carolina Maria de Jesus” (De Jesus, 2021a, p. 127).

Segundo Cida Bento tem notado em suas pesquisas:

As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouca a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios (Bento, 2022, p. 18).

Seu principal livro, *O pacto da branquitude*, apresenta uma profunda discussão sobre o modo como a branquitude mobiliza um complexo aparato de impedimentos que servem para afastar pessoas não brancas das fileiras de oportunidades sociais, cujo resultado acaba, quase sempre, assegurando à população branca cargos de poder e prestígio. A autora traça aspectos da sua experiência cotidiana para ilustrar o modo como essa branquitude cria mecanismos para se autovalorizar e se estabelecer como grupo dominante dentro das instituições. O critério racial como principal modelo de hierarquização social é analisado desde as relações violentas que foram vivenciadas tanto por ela, quanto por entes de sua família. Os relatos de Cida Bento apresentam uma paisagem social atravessada pela lógica colonial, que é o principal motor dessa dinâmica de privilégios que beneficiam pessoas brancas no Brasil.

Na escola, por exemplo, “os professores enalteciam o esforço de minhas colegas brancas – como eles – de forma afetuosa, enquanto eu ficava sempre às margens, por estar afastada do modelo que eles valorizavam” (Bento, 2022, p. 13). A autora salienta que sua presença naquele espaço era percebida apenas para se fazer notar como exemplo negativo. O ambiente corporativo mostrou a ela o modo como esse mesmo comportamento se manifesta nos diferentes tipos de organização. Desde relações fora da dinâmica de trabalho, e dentro das

corporações, a autora argumenta que não temos um problema do negro no Brasil, mas sim um problema nas relações entre negros e brancos, em que a supremacia branca mobiliza um complexo mecanismo de barreiras sociais para serrar fileiras nas cadeiras de oportunidade e, assim, manter-se numa posição de dominação e prestígio em relação à população não-branca.

Essa configuração social identificada por Bento, que se baseia no processo de negação de direitos básicos e de outros acessos, necessita ser debatida criticamente. Essas e outras relações fundadas nessa lógica de hierarquização racial deve ser problematizada para que possamos criar condições outras de sociedade e repensar nosso pacto civilizatório. Além disso, na obra é feita uma reflexão sobre a maneira como essa dominação de gênero, raça, classe e origem se manifesta a partir de certos pactos quase sempre não explicitados. De acordo com a autora, esse pacto possui um componente narcísico, de autopreservação, sobre o qual se fala muito pouco. Bento alertou que se questiona muito pouco a respeito dos impactos positivos que o processo escravagista trouxe para os sujeitos brancos e, por outro lado, explora-se muito os impactos negativos para as populações negras e indígenas. Nesse aspecto, a pesquisadora salientou a importância de se debruçar sobre esses silêncios e segredos em relação a seus ancestrais, que praticaram atos vergonhosos como assassinatos e violações diversas. Assim, Bento (2020, p. 24) aponta que é “urgente fazer falar o silêncio, refletir e debater essa herança marcada por expropriação, violência e brutalidade para não condenarmos a sociedade a repetir indefinidamente atos anti-humanitários similares”.

Marcado por esse silêncio, isto é, que tenta esconder o processo histórico violento que o produziu, esse pacto conforma uma aliança que, de acordo com ela:

[...] expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo. Gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns. O pacto suprime as recordações que trazem sofrimento e vergonha, porque são relacionadas à escravidão (Bento, 2022, p. 25).

Falar do pacto da branquitude e dos “segredos” por traz desses laços sociais é, segundo Bento, falar sobre a herança escravocrata e que vem sendo transmitida de geração a geração, de forma velada. Tocar nesse assunto, portanto, é “reconhecer o que herdaram naquilo que vivem na atualidade, debater e resolver o que ficou do passado, para então construir uma outra história e avançar para outros pactos civilizatórios” (Bento, 2022, p. 25). A respeito dos estudos desenvolvidos por Bento, Schucman elucidou que:

Tais estudos apontam que o branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é, também, produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia

racial e o branqueamento. Esses mecanismos de produção de desigualdades raciais foram construídos de tal forma que asseguraram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça. Isso porque a crença na democracia racial isenta a sociedade brasileira do preconceito e permite que o ideal liberal de igualdade de oportunidades seja apregoado como realidade (Schucman, 2018, p. 138).

Ainda a respeito desse silenciamento que envolvem as vantagens e privilégios de pessoas brancas, Ruth Frankenberg (2004, p. 311) nos lembrou que a branquidade é invisível, uma “posição assimétrica em relação a todos os outros termos raciais e culturais, também por razões cujas origens são coloniais”. Conforme a pesquisadora salientou, a branquidade deve ser pensada:

Como lugar de privilégio, a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam [...]. A branquidade é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos (Frankenberg, 2004, p. 312-313).

Edith Piza (1996) observou que no discurso dos brancos é nítida uma invisibilidade, distanciamento e silenciamento sobre a existência do outro. Ser branco é não ter que pensar sobre isso, é a possibilidade de escolher entre revelar ou ignorar a própria branquitude. Segundo a autora:

[...] é algo consciente apenas para as pessoas negras; existe um silêncio em torno da raça, não é um assunto a ser tratado; a raça é vista não apenas como diferença, mas como hierarquia; as fronteiras entre negros e brancos são sempre elaboradas e contraditórias; há, em qualquer classe, um contexto de ideologia e de prática da supremacia branca; a integração entre negros e brancos é narrada sempre como parcial, apesar da experiência de convívio; a discriminação não é notada e os brancos se sentem desconfortáveis quando têm de abordar assuntos raciais; a capacidade de apreender e aprender com o outro, como um igual/diferente, fica embotada; se o negro, nas relações cotidianas, aparece como igual, a interpretação é de exibicionismo, de querer se mostrar (Piza 1996 *apud* Bento, 2002, 47).

Para ilustrar esses argumentos sobre a branquitude, podemos pensar em alguns exemplos. Na sociedade ocidental, o padrão de beleza dominante frequentemente exalta traços associados à branquitude, como cabelos lisos e claros e olhos claros, enquanto desvaloriza características de outras identidades raciais. Isso reforça a ideia de que a branquitude é o padrão a ser alcançado, enquanto outras identidades são marginalizadas, estranhadas. No âmbito profissional, pesquisas têm mostrado que pessoas brancas tendem a ter maiores oportunidades de emprego e avanço na carreira em comparação com pessoas de outras identidades raciais,

mesmo quando as qualificações são semelhantes (Bento, 2002). Isso evidencia como a branquitude é um fator que influencia as oportunidades e trajetórias profissionais<sup>14</sup>.

No dia 17 de novembro de 1960, Carolina (2021a, p. 137) acordou cedo e lavou a cozinha, limpou o quintal e, entre uma atividade doméstica e outra, ela afirmou que não tinha “tempo para escrever. Os filhos brigam muito, não obedece-me. Fico nervosa, e a falta de ar reaparece”. Além disso, ela relembra que tem que cozinhar porque os filhos não gostam da comida de dona Maria, “ela salga demais”. Sobre a dona Maria trabalhar na casa de Carolina, a escritora nos lembrou a seguinte questão:

Ela não bebe nos meus copos. Não come nos meus pratos. Tem nôjo de negro. É a necessidade que obriga-a trabalhar para mim [...] eu não tenho complexo, mas, quando estou entre os brancos, tenho a impressão de que eles detestam a minha presença, ou talvez seja, a não estar habituada com estas damas, que não sabem o que é ter fome [...] tenho a impressão que estou num mundo de joias falsas. O que noto na sociedade é o fingimento: – E eu que não sei fingir estou dessolada neste nucleo (De Jesus, 2021a, p. 137-138).

Carolina relata que dona Maria se recusa a beber em seus copos e comer em seus pratos, revelando um sentimento de repulsa em relação a ela por ser negra. Carolina observa que a necessidade a obriga trabalhar em sua casa, o que implica que a dona Maria não teria escolha senão servir à Carolina, apesar de seu preconceito racial. Carolina expressa sua percepção de que, quando está entre pessoas brancas, sente-se indesejada e percebe um desprezo em relação a sua presença. Ela sugere que talvez seja porque essas pessoas não estão acostumadas a conviver com alguém que passou por dificuldades e fome, diferentemente da sua própria experiência, e por se tratar de uma mulher negra e favelada.

A escritora expressou a sensação de estar em um ambiente de falsidade, comparando-o a um mundo de “joias falsas”. Ela percebeu o fingimento presente na sociedade ao seu redor e ressaltou que ela, que não sabe fingir, se sente desolada nesse contexto social. Ela retratou a falta de aceitação e o preconceito que experimentava, mesmo em suas relações mais próximas, destacando a segregação e a hipocrisia presentes na sociedade em que vivia.

No dia 30 de novembro, Carolina se preparava para ir a Porto Alegre. Levantou as quatro da manhã e começou a organização para viajar. Ao chegar na cidade, a escritora se encontrou com o prefeito e a sua companheira, bem como outras personalidades da elite da região. Depois de um almoço com parte do grupo, Bitita seguiu para a estação de rádio e, conforme ela

---

<sup>14</sup> Além disso, a branquitude também se manifesta na representação midiática. Por exemplo, filmes e programas de televisão costumam retratar personagens brancos como protagonistas e modelos de sucesso, enquanto personagens de outras identidades raciais, muitas vezes, são estereotipadas. Essa falta de representação equitativa contribui para a perpetuação dos privilégios da branquitude na sociedade.

registrou, “os gauchos olhava-me com curiosidade”. Carolina durante as muitas conversas com as madames teceu elogios ao povo gaúcho. “Que homens bonitos”, disse ela à dona Elza Heloisa, que era a esposa do prefeito.

Ela concordava dizendo:

– Os gauchos são bonitos. É o povo mais bonito do Brasil [...] eu estava sentada ao lado do prefeito. Pensava: Que diferença. Outro dia estava sentada nas radiopatrulhas e agora ao lado do prefeito – Que homem bonito. A Dona Heloisa esposa do prefeito dizia: – *O que admiro é, que Carolina foi de favela e sabe comer de faca e garfo. E sabe mesclar-se com a sociedade* (De Jesus, 2021a, p. 150-151 – itálicos nossos).

Embora a afirmação possa parecer inicialmente elogiosa, há uma conotação racista subjacente nela e que reafirma a supremacia branca e a delicadeza incorporada aos bons hábitos à mesa – como se a escritora não pudesse expressar tais hábitos. Ao mencionar que Carolina veio da favela, implica-se que a favela é um lugar de pessoas inferiores ou “não civilizadas”. A admiração por ela saber usar talheres e se mesclar com a sociedade é reflexo de um preconceito racial que pressupõe que pessoas negras, especialmente as que vivem em situação de pobreza, são naturalmente menos civilizadas ou menos capazes de se integrar na sociedade e ter bons hábitos durante as refeições.

Esse excerto reforça estereótipos racistas que marginalizam e desvalorizam as pessoas negras, associando-as a características negativas e animais. Ao destacar a capacidade de Carolina de se adequar às normas da sociedade dominante, sugere-se que isso é surpreendente ou fora do comum para alguém de sua origem racial e socioeconômica.

Em *O Processo Civilizador* (2011), Elias procurou observar o modo como a sociedade passou a incorporar bons hábitos à mesa e, com isso, fazer desse dispositivo um mecanismo de controle de dominação. O autor demonstrou o modo como a passagem de uma sociedade marcada por hábitos considerados desprezíveis, tornaram-se uma prática cultural que foi socialmente incorporada às normas de conduta de um *ethos* civilizado e que faz parte do repertório de uma economia dos afetos do cérebro ocidental.

Após esse encontro, Carolina seguiu para a Feira do Livro que estava acontecendo em uma praça em alguma cidade de Porto Alegre. Segundo ela registrou,

[...] varias pessoas aguardava-me. Ouvi um jovem dizer:

– Que negra fêia.

Sorri e disse-lhe:

– Eu acho fêio os indolentes, os incultos, os ebrios, os homens de baixa competição. Os frages que estão expostos as quedas moraes que desclassificam perante a sociedade (De Jesus, 2021a, p. 151-152).

Nessa resposta, Carolina demonstra uma atitude de autoconfiança e orgulho de sua identidade. Ela não se deixa abalar pelo comentário ofensivo e usa a oportunidade para criticar comportamentos negativos, como a preguiça, a falta de cultura, o alcoolismo e a falta de ambição. Ela argumenta que esses são aspectos que realmente desqualificam as pessoas diante da sociedade. Ao responder dessa maneira, Carolina mostra uma postura de enfrentamento e rejeição dos estereótipos racistas e discriminatórios que tentam diminuí-la com base em sua cor de pele. Ela enfatiza que a verdadeira beleza e competência estão relacionadas ao caráter, à moralidade e à busca por melhorias pessoais, em vez de se basearem em preconceitos superficiais como expressos no comentário.

Como é possível observar, ser branco é um facilitador para que pessoas acessem espaços e ocupem cargos considerados de prestígio na sociedade – e também se trata de um capital simbólico que se manifesta na cor da pele, evitando que tais sujeitos não racializados sofram violências cotidianas como é o caso de Carolina. Para ilustrar a tratativa sistemática do material aqui analisado e a maneira como capturamos tais elementos extraliterários oferecidos pelos diários da autora, o quadro abaixo ajuda a compreender melhor como tais categorias conceituais foram mobilizadas a partir do discurso literário caroliniano.

**Quadro 2 - Exemplo de análise dos dados I**

<b>Trechos</b>	<b>Categoria inicial</b>	<b>Categoria intermediária</b>	<b>Categoria final</b>	<b>Elementos extraliterários</b>
“Eu estou maguada com ele, porque mandou-me viajar e descontou as despêzas da viagem. Não estou revoltada estas acões são praticadas pelos brancos. Perdi a simpatia pela livraria Francisco Alves” (Casa de Alvenaria, 2021b, p.130).	Vida marcada por diversos compromissos;	Solicitações diversas;	Relação com o mercado de bens simbólicos;	A autora descreve a movimentada vida que faz parte do seu processo de ascensão. Marcado por um dia a dia exaustivo, levando Carolina a um cansaço transformado em insumo de efabulação. A autora, neste trecho, nos revela a maneira como a branquitude brasileira recepcionou suas obras.
Será que com os escritores brancos o dr. Lelio age como agiu comigo? Cheguei a conclusão que o branco considera o branco (Casa de Alvenaria, 2021b, p. 130).	Acesso diferenciado aos bens materiais e simbólicos; Desigualdade de tratamento;	Racialização e inferiorização do negro;	Pacto da branquitude e os acordos tácitos não verbalizados;	Carolina aponta de maneira crítica sobre a forma como as pessoas brancas tendem a privilegiar e favorecer outras pessoas brancas, muitas vezes em detrimento de pessoas de outros grupos raciais.
“Eu só sei dizer que	Acesso	Inconformidade	Relação de poder	Carolina descreve que



<p>estou farta de tudo isso. Não vivo como desejei. O meu sonho era comprar terras plantar e escrever nas horas vagas [...] Mas, eu não tenho vontade própria. Se menciono um desejo o Audálio anula. Deçepa-o”. (Casa de Alvenaria, 2021b, p. 312).</p>	<p>diferenciado aos bens materiais e simbólicos;</p>	<p>com com seu agenciador cultural;</p>	<p>constitutiva do pacto da branquitude;</p>	<p>se sente farta de toda situação vivida depois de ter entrado no sistema literário. Sem contar que a autora expressa insatisfação com os abusos de Audálio Dantas, o que sugere o predomínio dos desejos e vontades Dantas. Além disso, reflete sobre o modo diferenciado que é reservado a ela quando se trata de acesso aos bens materiais e simbólicos;</p>
<p>“O branco nos persegue. Achando que o negro não deve ter posição elevada. Deve ser dessajustado favelado e ladrões. Porisso é que eu aconselho o negro a não roubar a não beber para não ser preso e chicoteado pelo branco. Não deram instrução ao preto. E quando um preto cata livros no lixo para ler desêjando instruir-se é invejado igual a eu. Eu estou pagando caro o meu noviciado na literatura (Casa de Alvenaria, 2021b, p. 144-145).</p>	<p>A identidade racial branca como norma</p>	<p>O sentimento de ameaça pela subversão da ordem racial estabelecida</p>	<p>Pacto da branquitude e os acordos tácitos não verbalizados;</p>	<p>O trecho revela o medo que é constitutivo do pacto da branquitude principalmente quando a autora aponta para o fato de que na subjetividade do branco, o negro não deve ter uma posição elevada. Além disso, a autora revela pagar caro por sua relação com literatura.</p>
<p>O João está de castigo não vae brincar. Eles estão com medo de sair rua devido os homens e os meninos que falam: — Vocês estão ricos desgraçados! [...] Eu vou publicar só este livro que vae ter o titulo de (Diario) Casa de Alvenaria e vou desistir da literatura. Não tolero a inveja dos brancos (Casa de Alvenaria, 2021b, p.145).</p>	<p>A identidade racial branca como norma</p>	<p>O sentimento de ameaça pela subversão da ordem racial estabelecida</p>	<p>Pacto da branquitude e os acordos tácitos não verbalizados;</p>	<p>A autora revela a não aceitação do processo ascendente de sua família. Ela chega a argumentar que não tolera a inveja dos brancos, o que nos dá a dimensão para poder refletir sobre a sua percepção em relação ao sentimento de ameaça pela subversão da ordem social estabelecida.</p>

A branquitude, nesse sentido, acaba funcionando como um passaporte social para acessar vantagens e posições de conforto. Sobre isso, aqui vale ressaltar o que Camila Moreira argumentou sobre a identidade branca brasileira.

O branco foi, por toda história, (auto)representado como o ser humano ideal, o que lhe conferiu ao longo de séculos uma situação de privilégio que é legitimada na sociedade até os dias atuais [...]. É recente a discussão que problematiza o papel do branco nas relações raciais do mundo e em particular do Brasil. Embora o tema já tenha sido abordado no início do século XX por proeminentes pesquisadores da temática racial, como Frantz Fanon, e o não menos importante Alberto Guerreiro Ramos, os estudos sobre a branquitude só ganham verdadeiro destaque a partir dos anos 90, tendo os Estados Unidos como centro da abordagem (Moreira, 2014, p. 74).

Moreira destaca a representação histórica do branco como o ser humano ideal, o que resultou em uma posição privilegiada ao longo dos séculos. Essa ideia do branco como padrão de excelência tem sido legitimada e perpetuada na sociedade até os dias atuais. E isso constitui uma forma de supremacia branca, que é um sistema de dominação baseado em uma hierarquia racial em que a branquitude é valorizada acima de outras identidades raciais.

Desta forma, começa-se a colocar as pessoas brancas no centro dos estudos das relações raciais, analisando o seu papel para a manutenção do racismo nas sociedades ocidentais. A lógica foi tirar o olhar das identidades consideradas de margem e voltar para a autoconstrução do centro com o intuito de olhar, revelar e denunciar também o seu conteúdo, que até então havia sido privado de uma análise crítica (Schucman, 2018, p. 138).

A partir das autoras e autores aqui discutidos, chegamos à reflexão de que o pacto da branquitude constitui um conjunto de normas, ideologias e acordos tácitos que sustentam a superioridade branca como padrão dominante e supervalorizada na sociedade. Tal pacto garante benefícios e oportunidades exclusivas para as pessoas brancas, perpetuando a desigualdade estrutural entre brancos e negros nas relações sociais. Esse pacto se manifesta por meio da fictícia naturalização da superioridade branca, reforçando estereótipos e preconceitos fundados na cor, além de excluir, marginalizar e invisibilizar pessoas e culturas não-brancas. Ele opera por meio de controle social e cultural, protegendo os interesses de indivíduos brancos e contribui para a manutenção de estruturas que perpetuam a desigualdade racial.

Esse sistema de silenciamento também está presente no pacto, suprimindo vozes de pessoas não-brancas e negando ou minimizando suas experiências – como foi o caso de Carolina. Além disso, o pacto envolve tanto aspectos individuais, como atitudes e

comportamentos racistas internalizados, quanto dimensões incorporadas, como políticas, instituições e sistemas que favorecem os brancos em detrimento de outros grupos raciais.

No dia 2 de dezembro de 1960, a autora cumpria uma agenda de eventos com políticos também na região Sul do Brasil. Entre uma conversa e outra com as pessoas presentes no evento, Carolina observou que “o preconceito tolhe muitos ideais” e, caso fosse do Sul, “não ia ter oportunidade de manifestar” a sua capacidade literária justamente porque, segundo ela, “a minha cor seria impéculo” (De Jesus, 2021a, p. 161). E prossegue:

A origem do preconceito é a própria dos núcleos onde as raças não mescladas. Eu não impreciono com a cor. Impreciono com as ações. O zelador ficou preocupado com a minha presença que era incomoda para ele – pensei: consciência culpada. Deve ser um verdugo para as crianças negras (De Jesus, 2021a, p. 161).

Seu testemunho se torna um ponto de partida para ampliar a discussão sobre o pacto da branquitude, mostrando como ele se manifesta nas dinâmicas cotidianas, nas estruturas de poder e nas relações interpessoais no interior não só do sistema literário. Ao confrontarmos as narrativas e experiências dessa autora, notamos o modo como os privilégios e as barreiras que sustentam esse pacto moldam as experiências vividas entre os grupos raciais.

Ainda no mesmo dia narrado pela autora, ela disse que teria ficado com vontade de percorrer pelo hotel em que ficou hospedada para poder tomar um sol. No entanto, ela narrou que se sentiu envergonhada de fazer isso justamente pelos constrangimentos dos comentários que ouvia. Segundo ela registrou: “Querida pedir para percorrer o prédio para ver se havia área onde haja sol para as crianças mas fiquei com vergonha. A Dona Elza Heloisa não acompanhou-me foi para o hotel. Percebi que os pretos olha os brancos com um olhar de você é superior e eu inferior” (De Jesus, 2021a, p. 161).

Ao expressar vergonha ao fazer a solicitação, Carolina revela que esse constrangimento está ligado à hostilidade que vinha experimentando na região Sul do país, historicamente marcada por manifestações de racismo e onde há uma percepção de superioridade em relação ao restante do país. Esse constrangimento também se origina da observação da autora quanto à indiferença em relação à sua presença. Além disso, Carolina destaca possíveis disparidades percebidas entre os diferentes grupos raciais que ocupavam o ambiente. Essa dinâmica está relacionada à funcionalidade do pacto da branquitude, no qual pessoas brancas foram socialmente posicionadas como superiores em vários aspectos e situações da vida ordinária.

A percepção de Carolina ilustra a complexidade das tensões resultantes do racismo estrutural e, conseqüentemente, do pacto da branquitude. A vergonha que ela sente ao solicitar algo evidencia o impacto do preconceito racial e a necessidade de uma reflexão crítica sobre as

relações de poder e a perpetuação de hierarquias sociais baseadas na raça. A narrativa da autora, nesse sentido, oferece uma visão palpável dos desafios enfrentados por indivíduos não-brancos em um contexto em que estruturas discriminatórias ainda estão profundamente enraizadas.

Como veremos na próxima seção, Carolina Maria de Jesus registrou o funcionamento do pacto da branquitude no período em que disputava para publicar suas obras, como também flagrou as desavenças com os vizinhos da casa de alvenaria e o quanto se sentia indesejada na região de Santana, Zona Norte de São Paulo.

## 2.2. Análise dos dados

A pesquisa que resultou nesta dissertação teve caráter qualitativo, uma vez que recorreremos ao conteúdo narrativo das obras de Carolina Maria de Jesus (*Quarto de Despejo* e *Casa de Alvenaria*) para realizar parte da coleta dos dados que compõem nosso material empírico. A partir da leitura inicial das obras, identificamos algumas recorrências que foram registradas pela autora e que foram categorizadas neste trabalho. Aparecem nos textos, por exemplo, uma repetição de dias marcados por andanças que parecem intermináveis, em que a autora era obrigada a cumprir certas tarefas para garantir a subsistência da família.

A escolha dos diários se justifica porque neles foram narrados dois momentos da vida de Carolina, exprimindo mudanças próprias do seu processo de mobilidade ascendente. Em *Quarto de Despejo*, visualizamos uma narradora que comunicou o espaço da favela e o modo como esse território é pensado e percebido a partir da dinâmica urbana de modernização da cidade de São Paulo. Carolina descreveu em sua prosa todas as desventuras das populações que vivem em condições degradantes no país. Por outro lado, em seu diário da *Casa de Alvenaria*, identificamos uma narradora que muda um pouco o foco e até mesmo o seu vocabulário – o que faz parte do novo expediente cultural em que ela passou a ocupar. Com isso, percebemos transformações dos valores e também mudanças dos problemas os quais a autora passou a vivenciar nessa nova condição.

Quando lançou *Quarto de Despejo*, Carolina iniciou uma jornada de solicitações com o grupo estabelecido do seu contexto, visando uma nova trajetória: ela passou a circular pela elite paulistana, participar de eventos sociais importantes com políticos e empresários e, frequentemente, era solicitada a conceder diversas entrevistas nos mais variados veículos de comunicação, seja nacional ou internacional. Observamos, portanto, o início de um processo de ascensão social que fora consequência de sua estreia no sistema literário brasileiro, algo que a

autora irá explorar melhor nos diários da casa de alvenaria. São múltiplos temas que atravessam as obras de Carolina como já mencionamos nos capítulos anteriores.

A partir da metodologia de análise de conteúdo, realizei o tratamento dos trechos das obras a fim de selecionar elementos que pudessem ajudar a responder o meu problema de pesquisa. Isso significa que foram selecionadas partes que apresentassem o modo como a branquitude brasileira aparece nos textos, assim como excertos que problematizassem a experiência da autora no sistema literário. Além disso, construímos categorias a partir de relatos que informam conflitos tanto com o mercado de bens simbólicos, quanto com os vizinhos da casa de alvenaria, entre outros.

A análise de conteúdo me auxiliou metodologicamente a selecionar os trechos das obras da autora, o que serviu para dar consistência e inteligibilidade às hipóteses levantadas. A metodologia de análise de conteúdo possibilitou um caminho que ajudou a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo que nos chamasse a atenção. Esse método, portanto, fornece meios mais precisos para descrever o conteúdo de qualquer tipo de comunicação, isto é, desde jornais, programas de rádio, filmes, conversações cotidianas, redes sociais, até livros e outros registros. Tal metodologia refere-se:

[...] a uma decomposição do discurso e identificação de unidades de análise ou grupos de representações para uma categorização dos fenômenos, a partir da qual se torna possível uma reconstrução de significados que apresentem uma compreensão mais aprofundada da interpretação de realidade do grupo estudado (Silva, Gobbi e Simão, 2005, p. 70).

Aqui vale ressaltar que para Laurence Bardin (2016), a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentais metodológicos que se aplicam a discursos diversificados. O método aparece como ferramenta que ajuda a compreender a construção de significado que os atores sociais exteriorizam em seus discursos. É um movimento hermenêutico que se deve fazer para compreender o que se esconde, o não aparente. Trata-se de uma técnica de investigação que possui três fases: pré-análise; exploração do material; tratamento dos dados, inferência e interpretação. Gil (2008) explica de maneira mais detalha as etapas da análise de conteúdo propostas por Bardin:

A pré-análise é a fase de organização. Inicia-se geralmente com os primeiros contatos com os documentos (leitura flutuante). A seguir, procede-se à escolha dos documentos, à formulação de hipóteses e à preparação do material para análise. A exploração do material constitui, geralmente, uma fase longa e fastidiosa que tem como objetivo administrar sistematicamente as decisões tomadas na pré-análise. Refere-se fundamentalmente às tarefas de codificação, envolvendo: o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação

(escolha de categoria). Utilização de Documentos. O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, por fim, objetivam tornar os dados válidos e significativos (Gil, 2008, p. 152).

Os dados que coletamos para o trabalho foram tratados a partir da perspectiva de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin e interpretados a partir de categorias conceituais selecionadas das ciências sociais contemporâneas – principalmente os conceitos elaborados por Maria Aparecida da Silva Bento (2022). Tal metodologia tem caráter mais pragmático e nos permitiu dar um enfoque maior naquilo que se repete no texto, como por exemplo, o funcionamento do pacto da branquitude.

Nas fases seguintes, as unidades de base foram progressivamente combinadas e classificadas com base na capacidade de agrupar esses elementos em categorias mais amplas e complexas, percorrendo desde as categorias iniciais e intermediárias até alcançar as categorias finais. A terceira etapa envolveu a identificação do novo elemento emergente, que renova a compreensão do todo, gerando metatextos alinhados à fundamentação teórica do analista. Por exemplo, é possível interpretar uma narrativa específica como expressão de preconceito, conflitos ou ideologia. Esse processo cíclico pode ser ilustrado por meio do exemplo apresentado no quadro abaixo:

**Quadro 3 - Exemplo de análise dos dados II**

<b>Trechos</b>	<b>Categoria inicial</b>	<b>Categoria intermediária</b>	<b>Categoria final</b>	<b>Elementos extraliterários</b>
“Estive revendo os aborrecimentos que tive esses dias (...) Suporto as contingências da vida resoluto. Eu não consegui armazenar para viver, resolvi armazenar paciência” (QD, p.18).	Representação dos conflitos e aborrecimentos;	Sofrimento psíquico	Aborrecimentos	A autora relata que suporta os aborrecimentos porque conseguiu armazenar paciência – já que não armazenou bens materiais para viver melhor.
“A Silvia pediu-me para retirar o seu nome do meu livro. Ela disse: você é mesmo uma vagabunda. Dormia no Albergue Noturno. O seu fim era acabar na maloca” (QD, p. 20).	Conflitos com os vizinhos;	Racialização e inferiorização do negro;	Sentimento de ameaça pela subversão da ordem racial;	Nesse trecho, a autora nos dá a dimensão de como era tratada pelos vizinhos. O desejo de que ela deveria acabar na maloca evidencia não só o acesso diferenciado aos bens simbólicos e materiais, mas o tipo de lugar que é esperado para alguém como Carolina;
“Comecei fazer meu diário[...] Bateram na porta[...] Era o Seu João. Perguntou-me	Imaginário social; reação de surpresa;	Processo de descrédito;	Racialização e inferiorização do negro;	O senhor João fica surpreso por Carolina estar em contato com a literatura. Ele diz

<p>onde encontrar folhas de batatas para sua filha bochechar um dente[...] Quiz saber o que eu escrevia. Eu disse ser o meu diário. – Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você” (QD, p. 25-26).</p>	<p>estigma;</p>			<p>“nunca ter visto” alguém como ela gostar tanto de literatura. Isso pressupõe lugares sociais que fixam pessoas negras em determinadas posições na estrutura da sociedade.</p>
--	-----------------	--	--	--

Fonte: Dados sistematizados pelo autor (2023).

Nesse contexto, é crucial compreender a estrutura superficial do texto e o que está subjacente a ele, como subtextos ou influências mais abrangentes e externas. Iniciamos essa análise pelo exame do primeiro diário. Os elementos extraliterários identificados nos diários serviram como base para a elaboração do próprio texto desta dissertação. Essa base foi enriquecida pelas análises bibliográficas de trabalhos existentes sobre vida e obra da escritora e pelos dados concretos que compõem o panorama social daquela época – sobretudo a partir de fontes jornalísticas e outros. A seguir, serão apresentados alguns resultados preliminares derivados do material coletado. Começamos, então, pelo primeiro diário.

### **2.3. *Quarto de Despejo* e o processo de ascensão provisória de Carolina**

Em *Quarto de Despejo*, notamos uma narradora que registrou literariamente o cotidiano de muita labuta a realidade de quem vive na favela. Notamos, também, o percurso que faria com que Carolina conseguisse a tão sonhada, ainda que provisória e frágil, ascensão social, o que se manifestou na concretização de um de seus sonhos: finalmente, residir em uma casa de alvenaria. *Quarto de Despejo* transformou radicalmente a rotina da autora e trouxe algum tipo de conforto que ela nunca havia desfrutado. No entanto, tal conforto tinha um preço muito alto e só Carolina sabia o quanto era “cansativo”, o que fez com que ela repetidamente reclamasse de sentir-se “exausta” para se manter nesses espaços.

Percebemos no processo de transição da autora, que sai da favela e passa a residir em um bairro de classe média na Zona Norte de São Paulo, uma exaustiva rotina de solicitações e uma série de constrangimentos sociais vividos por ela. Antes, a escritora narrava sobre o dia a dia da favela, os conflitos com os vizinhos e outras temáticas que atravessam sua obra capital. No entanto, morando na casa de alvenaria, seu agenciador, o jornalista Audálio Dantas, solicitou que a autora devesse escrever um novo diário a respeito da nova vida que havia conquistado. Mesmo contra sua vontade, a escritora então registrou todos os novos conflitos

que viveu, inclusive com o próprio Audálio Dantas, com o mercado de bens simbólicos e outros seguimentos importantes da sociedade brasileira.

Ao me debruçar sobre os diários (*Quarto de Despejo* e *Casa de Alvenaria*), identifiquei uma escritora que, como diria Florestan Fernandes (2021), não conseguiu realizar por completo o seu processo de ascensão justamente porque a etiqueta racial que opera na sociedade brasileira, a linha de cor, impediram a escritora de concretizar a tão almejada vida de conforto. Tal posição é reservada ao grupo racial branco. Qualquer aproximação que exista entre a posição social de ambos, o grupo dominante tende a endurecer as regras e os códigos sociais na tentativa de se distanciar cada vez mais – capaz de reservar os piores lugares e, até mesmo, a morte.

Ao retornar aos diários de Bitita, em uma primeira análise dos textos da escritora, verificamos que Carolina traz elementos extraliterários para compor seu quadro narrativo e que traça correspondências com algumas ideias do sociólogo brasileiro. O Audálio se transforma em antagonista, acusado de tentar “teleguiar” a autora e de “controlar” o que ela escreveria e o modo como deveria gastar seu dinheiro. A esse respeito, certa feita Carolina registrou que: “Xinguei o Audálio mentalmente. Cachorro! Desgraçado. Você não manda no dinheiro que recebe. Eu não interfiro no teu dinheiro. E favôr não interferir-se no meu” (De Jesus, 2021b, p. 324).

Percebemos o deslocamento do conflito para outra esfera social, outro ambiente que antes Carolina não ocupava. Trata-se de constrangimentos recorrentes, comentários racistas, violências com roupagens de “piadas” e comentários que revelam a dinâmica de sistemas de privilégios e desvantagens. A autora narrou toda essa paisagem social e, a partir de seus diários, é possível visualizar esses elementos como forma de tensionamento aos sistemas dominantes e as opressões pelas quais a escritora passou.

Entre o material coletado nas obras, como argumentamos, percebemos uma narradora que mostrava inconformidade com as coisas que se passavam na favela, bem como coloca à tona o fato de nunca conseguir ter tempo para descansar. A esse respeito, no dia 16 de julho de 1955, Carolina comentou que havia chegado em casa “nervosa e exausta” e passou parte do tempo refletindo sobre “a vida atribulada” que levava. Segundo ela, “cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta” (De Jesus, 2014, p. 12). A escritora coloca em questionamento o fato de nunca parar, estar sempre atarefada e servindo outras pessoas, sempre com uma coisa aqui e outra ali, mas nunca com o mínimo para sobreviver. Ainda sobre os aborrecimentos da escritora, ela narrou que:



Eu vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, *porque os pssimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas, o pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanso. Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte [...] Quando eu chegar na favela vou encontrar novidades. Talvez a D. Rosa ou a indolente Maria dos Anjos brigaram com meus filhos* (De Jesus, 2014, p. 12, itálicos nossos).

O trecho acima revela uma situação de desconforto vivenciada pela autora em relação aos seus vizinhos, os quais, de maneira recorrente, buscavam conflitos com os filhos da escritora. A manifesta irritação de Carolina, acompanhada pela expressão “nervosa interiormente”, revela uma tensão emocional que permeava sua rotina. Essa atmosfera de constante intranquilidade perturbava a paz interior da autora e também ressoava como um eco angustiante em sua vida cotidiana. O embate constante com os vizinhos, marcado por hostilidades repetitivas, projetava uma sombra sobre o ambiente doméstico de Carolina, transformando o próprio lar em um espaço carregado de inquietações. Essa narrativa, de um lado, documenta a experiência pessoal da escritora e, de outro, serve como um reflexo mais amplo das tensões sociais e interpessoais que permeiam comunidades e aglomerados urbanos, destacando o nível de experiência de vida conturbado e de constantes conflitos.

Já no domingo, dia seguinte, Carolina escreveu que o dia estava maravilhoso, com elogios ao céu azul sem nuvens. “O Sol está tépido”, notou ela ao despertar as 6h30 da manhã. Porém, o que parecia ser bom, se tornou em mais um dia comum, rotineiro, marcado por conflitos e constrangimentos – que eram recorrentes. Naquele mesmo domingo, a autora registrou que:

Hoje é a Nair Mathias *quem começou a imprecisar com os meus filhos. A Silvia e o esposo já iniciaram o espetáculo ao ar livre. Ele está lhe espancando. E eu estou revoltada com o que as crianças presenciam. Ouvem palavras de baixo calão. Oh! se eu pudesse mudar daqui para um nucleo mais decente* (De Jesus, 2014, p. 14, itálicos nossos).

Conforme observado no trecho acima, a escritora registrou a persistência da falta de paz que experimentava em sua convivência com os vizinhos da favela. A análise desse excerto revela uma dimensão literária que explicita aspectos de caráter extraliterários, destacando uma narradora imersa em constantes pressões psicológicas. Essas pressões, muitas vezes, ultrapassavam o âmbito de seu controle, abordando complexas dinâmicas sociais que se manifestavam no cenário da favela. Ao documentar essa ausência de tranquilidade, a escritora oferece uma fiel visão de sua própria realidade, lançando luzes sobre as intrincadas interações sociais que moldam as experiências individuais. A narrativa transcende, assim, o simples registro imediato de eventos cotidianos, tornando-se uma janela para as complexidades

emocionais enfrentadas pela autora em um contexto onde as pressões externas exercem um impacto significativo em seu bem-estar emocional. Essa abordagem extraliterária adiciona uma camada de profundidade à obra, transformando-a em um testemunho vívido das complexidades da vida.

Em 18 de julho ela contou que levantou as sete da manhã, que estava “alegre e contente”, no entanto, os aborrecimentos apareceram logo. Carolina escreveu que após retornar de uma tarefa cotidiana, diz ter chegado “no inferno. Abri a porta e pus os meninos para fora. A D. Rosa, assim que viu o meu filho José Carlos começou a imprecisar com ele” (De Jesus, 2014, p. 15). Segundo a autora relembra desse dia, Rosa parecia não querer o garoto próximo ao seu barracão. “Saiu com um pau para espancá-lo. Uma mulher de 48 anos brigar com criança! As vezes eu saio, ela vem até a minha janela e joga o vaso de fezes nas crianças. Quando eu retorno, encontro os travesseiros sujos e as crianças fétidas. Ela odeia-me” (De Jesus, 2014, p. 16).

Além da Rosa, Carolina narrou os conflitos que teve com outras vizinhas: a Dona Célia, certa vez, “veio repreender meus filhos. Lhe joguei um direta, ela retirou-se”. Na sequência, a autora relata, no mesmo dia, que “veio a indolente Maria dos Anjos” e depois a dona Silvia, que foi “reclamar contra os meus filhos. Que os meus filhos são mal iducados” (De Jesus, 2014, p. 16). Todos esses aspectos do cotidiano da autora entraram para dentro da narrativa do diário. Nas palavras de Fernanda Miranda (2013, p. 17), trata-se de uma prática literária que se “articula à própria experiência do espaço periférico, o que torna esta produção, antes de repertório de técnicas literárias, ferramenta para o entendimento e a organização social”. Conforme segue Miranda, isso pode ser visualizado como:

[...] uma estratégia de ação que rompe com a compreensão da literatura apenas como um bem espiritual, fonte de ilustração e prazer desinteressado. Nesse sentido, as reverberações ultrapassam o campo do estético, visto que a literatura é significada também como uma forma de articular a experiência de morar na periferia (Miranda, 2013, p. 17).

Também existem passagens em que a autora questiona sobre o modo como o sistema literário brasileiro e o mercado de bens simbólicos a recepcionou e os desconfortáveis comentários que recebia nesses espaços elitizados por onde passava. No dia 16 de junho de 1958, Carolina narrou que escreveu diversas peças “e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: – É pena você ser preta!” (De Jesus, 2014, p. 64). E prossegue:

...Um dia, um branco disse-me:

– Se os pretos tivessem chegado ao mundo depois dos brancos, aí os brancos podiam protestar com razão. Mas, nem o branco nem o preto conhece a sua origem.

O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também sente. A natureza não seleciona ninguém (De Jesus, 2014, p. 65).

Ao mencionar, por exemplo, que ambos bebem, sofrem de enfermidades e sentem fome, a autora procura enfatizar a universalidade das experiências humanas básicas, independente da raça, colocando em xeque toda uma discursividade que remonta a ideia da branquitude como um construto histórico. Vale ressaltar que foi durante os séculos XVIII e XIX que as teorias raciais<sup>15</sup> emergiram e que se sustentou um pensamento com caráter “científico” de que haviam raças inferiores e raças superiores.

Ao afirmar que “nem o preto nem o branco conhece sua origem” a autora nos faz refletir sobre como essa dinâmica de hierarquizações é um processo social, construído ao longo da história. Segundo Charles Mills (2023, p. 33), “a supremacia branca é o sistema político não nomeado e que fez do mundo moderno o que ele é hoje”, isto é, não há possibilidades de se olhar para a modernidade e ignorar o fator constitutivo de suas bases. De acordo com Mills, os textos de teoria política que rodam em graduações de filosofia e áreas correlatas, muito provavelmente, apresentarão “Platão e Aristóteles, talvez diga algo sobre Agostinho, Tomás de Aquino e Maquiavel, passará por Hobbes, Locke, John Stuart Mill e Marx, e então terminará com John Rawls e Robert Nozick” (Mills, 2023, p. 33). Conforme ele apontou:

Mas, embora cubra mais de 2 mil anos de pensamento político ocidental e percorra a gama ostensiva de sistemas políticos, não haverá menção ao sistema político básico que moldou o mundo nas últimas centenas de anos. E essa omissão não é acidental. Em vez disso, reflete o fato de que os livros e cursos-padrão foram, em sua maioria, escritos e elaborados por brancos, que tacitamente assumiram seu privilégio racial a tal ponto que nem sequer o veem como político, como uma forma de dominação (Mills, 2023, p. 33).

Esse aspecto da formação sociohistórica do Ocidente também foi percebido por Carolina no dia 23 de junho daquele mesmo ano. Assim como Charles Mills elucidou, a escritora mineira

---

<sup>15</sup> Para o escritor holandês Cornelius de Pauw, do século XVIII, os indígenas americanos “não têm história”, são “infelizes”, “degenerados”, “animais irracionais”, cujo temperamento é “tão úmido quanto o ar e a terra onde vegetam”. Já no século XIX, um juízo parecido com o de Pauw seria feito pelo filósofo Hegel acerca dos africanos, que seriam “sem história, bestiais e envoltos em ferocidade e superstição”. As referências à “bestialidade” e “ferocidade” demonstram como a associação entre seres humanos de determinadas culturas, incluindo suas características físicas, e animais ou mesmo insetos é uma tônica muito comum do racismo e, portanto, do processo de desumanização que antecede práticas discriminatórias ou genocídios até os dias de hoje (Almeida, 2019, p. 28-29). Os positivistas e evolucionistas do século XIX também protagonizaram a construção desse imaginário, sobretudo pelos estudos que comparam crânios e outros aspectos fenotípicos associando esses elementos à propensão ao crime e a outras manifestações consideradas imorais ou reprováveis. Trata-se de um expediente discursivo que procurou hierarquizar os diferentes grupos raciais, sempre colocando o branco como o ideal, o sujeito universal, a partir de um discurso pseudocientífico.

pontuou que o homem branco sempre procura uma forma de explorar a natureza e manter o domínio sobre ela. Na observação da autora, o homem branco enriquece e a natureza morre. “Enfim, o mundo é como o branco quer. Eu não sou branca, não tenho nada com estas desorganizações” (De Jesus, 2014, p. 70). A autora também compreendia bem como esse contrato racial se manifestava na vida ordinária, como é possível notar no trecho acima.

Na introdução da obra *Racismo Brasileiro: uma história da formação do país*, Ynaê Lopes dos Santos amplifica a compreensão do fenômeno do racismo, tomando como ponto de partida as reflexões do filósofo jamaicano Charles W. Mills. A autora destaca que o racismo, longe de ser apenas uma manifestação isolada, é, na verdade, um sistema político integral. Mills, segundo Santos, propõe uma abordagem que exige repensar o racismo a partir do que ele denomina de “contrato racial”. Essa concepção do contrato racial é articulada como uma “estrutura de poder específica, definida por uma rede complexa de regras formais e informais. Essas regras abrangem a dinâmica social, revelando a distribuição diferenciada de privilégios socioeconômicos, bens materiais, oportunidades, ônus, bônus e direitos e deveres” (Dos Santos, 2022, s/p.).

Tais bem materiais e oportunidades descritas pela autora podem ser observadas nas obras de Florestan (2021), sobretudo quando problematiza as dicotomias experimentadas nas relações raciais no Brasil ainda no século XX. Como mencionamos, Fernandes nota o funcionamento de uma etiqueta racial operante nas trocas materiais e simbólicas. O autor identificou uma série de códigos que estruturam as relações raciais no país e a maneira como essas dinâmicas favorecem a branquitude brasileira. Isso porque, nas palavras de Fernandes (2021, p. 64): “A sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder ao novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo”.

Santos, também sobre o modo como as relações raciais acontecem no Brasil, contextualiza o racismo como um conjunto de atitudes individuais, argumentando acerca de uma teia intrincada que permeia as instituições, as relações sociais e as estruturas fundamentais da sociedade. Essa abordagem ampla e sistêmica proporciona uma visão ainda mais crítica do fenômeno do racismo, permitindo uma análise mais completa das complexidades inerentes à questão racial vivenciada no país.

Carolina, assim como Frantz Fanon (2020, p. 23), também refletiu sobre o modo como o sujeito branco, no Ocidente, procurou se empenhar em atingir a sua condição de humanidade. Segundo Fanon, um dos desdobramentos do processo de colonização é que o indivíduo branco

se “encerrou em sua brancura”. Bitita, como vimos em seus diários, transformou essas questões em literatura e, com isso, elaborou a maneira como a branquitude brasileira se comporta nas relações sociais mais corriqueiras. Aqui vale ressaltar aquilo que Fanon (2020, p. 25) chamou atenção quando identificou que desse complexo processo emergiu um expediente de discursividades, assim como outras práticas sistemáticas de inferiorização que, segundo ele, resulta das dinâmicas econômicas, em primeiro lugar, e por essa inferiorização passar a ser interiorizada, isto é, passa “por epidermização dessa inferioridade”.

Fanon argumentou que o colonizador, ao impor seu domínio sobre os colonizados, além de explorar recursos também instituiu sistemas políticos opressores, que são capazes de internalizar uma ideologia e uma subjetividade de superioridade racial. O “encerrou em sua brancura” demonstra que o colonizador, ao se identificar predominantemente com sua própria raça, reforça uma noção de superioridade racial que se torna central para sua identidade e, sobretudo, para o projeto de poder que se consolidou na modernidade.

Esse fenômeno pode levar à alienação do colonizador em relação aos colonizados e até mesmo a uma alienação interna, onde o colonizador se torna prisioneiro de sua própria construção racial – isto é, de sua brancura; de sua sintomática neurose que atravessa a cultura do país (Gonzalez, 2020). A “brancura” se torna uma característica física e uma construção social que molda a percepção de si mesmo e dos outros. Ao destacar sobre as consequências para os colonizados, Fanon reflete acerca das complexas ramificações psicológicas para os colonizadores. Essa ideia se inseriu em seu exame mais amplo sobre a descolonização não ser apenas um processo político e econômico, mas, sobretudo, uma transformação fundamental nas percepções e identidades dos envolvidos no sistema colonial.

Tal processo de inferiorização da população racializada foi identificada por Carolina também quando ela notou o modo como a cidade está disposta e quem ocupa determinadas regiões dela. Segundo a autora, no dia 19 de maio de 1958: “quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo” (De Jesus, 2014, p. 37).

A autora problematiza a dicotomia entre dois ambientes distintos, a cidade e a favela, ressaltando as diferentes sensações e percepções associadas a cada um deles. Ao mencionar a cidade, ela evoca imagens de luxo e opulência, comparando-a a uma “sala de visita” que é adornada com elementos luxuosos. Essa descrição remonta um ambiente sofisticado e elegante, associado a uma certa classe social ou status. No entanto, a escolha da palavra “impressão” indica que talvez essa sofisticação seja apenas superficial, uma aparência que pode não refletir

a realidade. Por outro lado, a favela é descrita como lugar onde a narradora se sente como “objeto fora de uso”, digno de estar em um “quarto de despejo” ou no “quintal onde jogam os lixos” (De Jesus, 2014, p. 32). Essa imagem evoca, também, uma sensação de desvalorização, abandono ou algo que se quer rejeitar. A favela é apresentada como espaço marginalizado, onde as pessoas podem se sentir descartadas pela sociedade, como se fossem relegadas a um estado de obsolescência.

Essa dicotomia revela a disparidade física entre os dois ambientes, ressaltando as desigualdades sociais e as percepções subjetivas associadas a eles – sobretudo quando a autora problematiza questões que desvelam a operacionalização de uma política de racismo ambiental. O contraste entre a ostentação da cidade e a marginalização da favela pode servir como crítica social certa, destacando as divisões e injustiças presentes na sociedade e que são mantidas pelo pacto da branquitude. Quando se trata de olhar para a cidade a partir de uma perspectiva interseccional, isto é, articulando raça, classe, gênero e outros marcadores sociais, notamos que tipo de ambiência é reservada para os grupos não-brancos. A autora parece questionar a autenticidade da riqueza na cidade e a desumanização na favela, sugerindo uma reflexão mais profunda sobre as estruturas sociais e suas consequências negativas na vida de pessoas faveladas.

Retomando o contraste entre a favela e as casas de alvenaria, por exemplo, Carolina escreveu que a vizinhança da alvenaria “olha os favelados com repugnância. Percebo seus olhares de ódio porque eles não quer a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da pobreza. Esquecem eles que na morte todos ficam pobres” (De Jesus, 2014, p. 55). Há uma clara expressão de repugnância por parte dos vizinhos em relação aos moradores da favela, destacada pelo uso das palavras “repugnância” e “ódio”.

Norbert Elias e John Scotson (2000), como vimos, apontaram a maneira como a vizinhança de uma comunidade procurava se sentir e se perceber melhor que os demais vizinhos considerados por eles como *outsiders*. A percepção dos vizinhos de que uma favela deturpou o bairro revela um estigma associado à pobreza, como se a presença de favelados fosse responsável por deteriorar a qualidade do local. Esse tipo de atitude reflete preconceitos arraigados e estereótipos sociais que muitas vezes são direcionados para a marginalização de comunidades menos favorecidas.

Ainda sobre as brigas e conflitos que decepionavam Carolina na favela, no dia 30 de junho, ela disse ter ido buscar água para fazer o café e ouviu um grito e foi ver do que se tratava. Segundo ela:

Era a Odete brigando com o seu companheiro. Ela dizia:

– Dona Carolina, vai chamar a polícia!

Eu lhe aconselhava para ficar quieta:

– Odete, você está grávida!

Eles estavam atracados. Eu já estou na favela há 11 anos e tenho nojo de presenciar estas cenas. A Odete estava semi-nua com os seios a mostra (De Jesus, 2014, p. 77).

Carolina retrata uma situação de violência, revelando conflitos interpessoais na comunidade. A cena de Odete brigando com seu companheiro, a ponto de sugerir chamar a polícia, indica um nível elevado de tensão diante da violência doméstica. Sua observação sobre estar na favela há 11 anos e ter nojo de presenciar essas cenas sugere uma experiência marcada por certa desilusão com a persistência desses conflitos. O detalhe de Odete quase pelada com os seios à mostra adiciona uma dimensão de vulnerabilidade e exposição do corpo dessa mulher em público, ressaltando a intimidação da situação e, potencialmente, a falta de privacidade que algumas pessoas nas comunidades mais densamente povoadas podem enfrentar.

No dia 3 de julho, ela estava escrevendo o seu diário quando ouviu um de seus vizinhos, Antonio Nascimento, repreendendo o seu filho José Carlos. Conforme ela observou, “se fosse uma repreensão justa, mas a dele é imprecância. Onde é que já se viu um homem de 48 anos desafiar uma criança de 9 anos para briga?” (De Jesus, 2014, p. 79). Como é possível notar, Carolina vivia um dia a dia bastante atribulado: seja pelas intermináveis andanças pela cidade, seja pelos cansativos aborrecimentos que passou com os vizinhos da favela ou com outro núcleo social – e que lhe tiravam da atividade literária. Em 10 de julho ele registrou que:

*Deixei o leito as 5 e meia para pegar agua. Não gosto de estar entre as mulheres porque é na torneira que elas falam de todos e de tudo. Estou tão indisposta que se eu pudesse deitar um pouco! Mas eu não tenho nada para os meninos comer. O único jeito é sair. Deixei o João estudando. Ganhei só 10,00 e achei metais. Achei arco de pua e um estudante pediu-me. Dei-lhe e ele deu-me 3 cruzeiros para um café. (...) Passei na feira. Comprei batata doce e peixe. Quando cheguei na favela era 12 horas. Esquentei a comida para o João e fui ajeitando o barracão. Depois fui vender umas latas e ganhei 40 cruzeiros. Retornei a favela e fiz o jantar (De Jesus, 2014, p. 90, itálicos nossos).*

Esse trecho nos mostra um cotidiano permeado por uma sucessão de tarefas, que incessantemente se acumula de maneira exaustiva. A protagonista inicia o dia cedo, às 5h30, para buscar água, evidenciando uma rotina que exige esforço desde as primeiras horas do dia. A aversão de estar entre as mulheres, devido às fofocas na torneira, remonta um ambiente social carregado de intrigas. A expressão “estou tão indisposta” transmite além do cansaço físico, um desgaste emocional vivido por ela. A vontade de deitar um pouco contrasta com a realidade de não ter tempo para descanso, especialmente quando há a responsabilidade e o peso de garantir

a alimentação dos filhos. A luta pela subsistência se destaca na narrativa, como exemplificada pela busca por alimentos e pela venda de objetos encontrados, como o arco de pua. A quantia ganha (apenas 10,00) evidencia a precariedade financeira que atravessava o cotidiano da autora.

A ida à feira, a compra de batata doce e peixe, bem como a volta para preparar o almoço para o filho, mostram a persistência em garantir o básico, mesmo diante das limitações materiais. O retorno à favela ao meio-dia marca um ciclo incessante de atividades – o que, inclusive, tirava a escritora da tarefa literária. A venda de latas, que resulta em 40 cruzeiros, revela a busca constante por oportunidades de renda. A narrativa encerra com a preparação do jantar, enfatizando a continuidade do trabalho até o final do dia. Ao analisar de maneira crítica o excerto, procurando entender elementos ditos e não-ditos, nota-se que o trecho descrito por Carolina oferece uma visão precarizada de um cotidiano marcado pela tentativa de sobrevivência, expondo a fadiga física e emocional causada por uma vida atravessada de obrigações incessantes e recursos limitados. Isso se repete no dia 11 de julho, por exemplo, em que ela escreveu:

Fui buscar água e a fila já estava enorme. Que coisa horrível é ficar na torneira. Sai briga ou alguém quer saber a vida dos outros. Ao redor da torneira amanhece cheio de bosta. E quem limpa sou eu. Porque as outras não interessam [...]. Quando cheguei na favela estava indisposta e com dor nas pernas. A minha enfermidade é física e moral (De Jesus, 2014, p. 91).

Com isso, a autora traz à tona uma série de desafios e adversidades enfrentadas por quem vive em uma comunidade bastante povoada. A experiência de enfrentar uma fila extensa para buscar água destaca a ausência desse recurso e os conflitos e intromissões indesejados que surgem durante essa atividade cotidiana na vida da autora – e que, vale ressaltar, ela preferia não participar disso. O comentário sobre brigas e a curiosidade intrusiva das pessoas na fila sugere uma dinâmica social mais íntima, o que ressalta a falta de privacidade e a intensidade das interações na comunidade.

Além disso, a presença de resíduos ao redor da torneira destaca a falta de condições sanitárias adequadas, adicionando uma camada de insalubridade ao processo de obtenção de água. O fato de a autora ser responsável por limpar, mencionando que as outras pessoas não se importavam, aponta para uma sobrecarga de responsabilidades e a falta de uma abordagem coletiva para resolver problemas comuns da comunidade favelada. Também vale ressaltar que, entre essas e outras atividades, Carolina Maria de Jesus ficava ainda mais ausente da produção escrita. Quando lhe sobrava tempo, quando não tinha nenhuma outra função para cumprir, era nesse momento que ela conseguia escrever seus textos.



O trecho “Quando cheguei na favela estava indisposta e com dor nas pernas. A minha enfermidade é física e moral” aponta para uma condição física debilitada, assim como uma dimensão moral, talvez relacionada às dificuldades enfrentadas diariamente na favela. A associação entre enfermidade física e moral, por sua vez, destaca como interconexões complexas entre a saúde física e o ambiente social em que a escritora vivia com os filhos. Esse relato fornece uma visão de dentro da favela, destacando as lutas diárias, a falta de recursos adequados e as dimensões emocionais envolvidas na experiência da autora.

No dia 20 de julho de 1958, Carolina contou que havia “despertado as 4 horas da manhã com a voz do Alexandre que estava maltratando a sua esposa e chigando o soldado Edison” (De Jesus, 2014, p. 96). Segundo a autora registrou, ele dizia o seguinte:

– Aquele negro sujo me bateu. Mas ele me paga! Eu me vingou!  
 Vendo que o Alexandre não parava de falar, eu fui na Delegacia.  
 O soldado que estava de plantão disse:  
 – A favela é de morte!  
 Disse-me que se o Alexandre continuasse a perturbar para eu voltar as 6 horas. Voltei para a favela, ele estava na rua insultando. Resolvi fazer café. Abri a janela e joguei um pouco d'agua no Alexandre.  
 – Você chamou a Radio Patrulha para mim. Negra fidida! Mas você me paga! (De Jesus, 2014, p. 97).

Perceba que esse trecho retrata um ambiente tenso e repleto de conflitos. A narradora relatou ter sido hostilizada por um homem que estava agredindo outra mulher. A ida de Carolina à delegacia sugere um esforço em buscar justiça, mas a resposta do soldado, afirmando que “a favela é de morte”, demonstram as mazelas relacionadas à eficácia e a segurança do sistema legal quando se trata da comunidade. A orientação para voltar às 6 horas indica um desinteresse imediato para resolver a situação, contribuindo para a sensação de impotência da narradora.

Além disso, mostra um momento de confronto direto entre a narradora e Alexandre. A atitude de jogar água revela uma resposta impulsiva e, possivelmente, movida pela raiva de Carolina frente às agressões contra uma outra mulher. A expressão usada por Alexandre, “negra fidida!”, além de ser ofensiva, destaca a presença da discriminação racial no conflito. A acusação de ter chamado a Rádio Patrulha acrescentou uma dimensão mais séria à situação, permitindo a possibilidade de envolvimento das autoridades policiais. A ameaça de que “você me paga!” indica, ainda, uma escalada das hostilidades, criando um clima de vingança e retaliação, além de evidenciar as facetas da violência de gênero, assim como coloca Carolina em uma situação de risco e constantes ameaças.

No dia seguinte, 21 de julho, Carolina relatou que o conflito com Alexandre não havia cessado. Segundo ela, como de costume, acordou bem cedo e foi para rua atrás de recicláveis para vender. Ela registrou que:

[...] Fui catar papel. Estava horrorizada com a cena que o Alexandre representou de madrugada[...] Enquanto eu estava na rua o Alexandre maltratou a mãe do soldado Edison. Quando eu cheguei ele começou a insultar-me:

– Negra suja. Ordinaria. Vagabunda. Lixeira (De Jesus, 2014, p. 97-98).

Como é possível notar, Carolina viveu um dia a dia repleto de aborrecimentos, conflitos, intrigas com os vizinhos e as incertezas de conseguir dinheiro para comer. Entre um perrengue e outro, entre uma situação de violência racial e de gênero, a escritora se dedicava a relatar tudo em seus diários. Além desses registros que a deixavam “nervosa”, “cansada”, “exausta”, “com vontade de morrer”, a autora também relatou as desavenças com o repórter Audálio Dantas – que foi quem ajudou Carolina a entrar no mercado editorial no início de sua carreira. Segundo ela escreveu no dia 25 de setembro: “Não durmi por estar exausta. Pensei até que ia morrer. Eu tenho a impressão que estou num deserto. Tem hora que eu odeio o reporter Audálio Dantas. Se ele não prendesse o meu livro eu enviava os manuscritos para os Estados Unidos e já estava sossegada” (De Jesus, 2014, p. 122-123).

Carolina revelou uma situação complexa em relação ao mercado de bens simbólicos e a recepção de sua obra. Ela narrou que estava exausta, provavelmente devido às dificuldades da vida e a falta de sono indica um estado físico e emocional esgotado. Perceba que quando ela menciona o seu agente cultural, a autora demonstra o controle que ele tem sobre as publicações de seus manuscritos e a inquietação por depender dele para que isso acontecesse. Como é possível notar e relembando o que já mencionamos anteriormente, realidade e ficção se embaralham o tempo todo na narrativa caroliniana.

Na obra caroliniana normalmente mesclam-se as instâncias textuais autora/narradora/personagem, tornando problemática a delimitação rígida entre os campos do real e da ficção em sua obra. Isto é, embora a autora tangencie na linguagem a sua experiência concreta, está experiência toma corpo na palavra, e o sujeito que é narrado torna-se signo, um ser de linguagem, e, portanto, dividido, disperso e disseminado na elaboração escrita [...] uma escritora que aliou a matéria histórica de sua experiência social à criação narrativa (Miranda, 2013, p. 18).

Logo no início do diário da casa de alvenaria, Carolina contou como foi a sua mudança da favela para esse novo ambiente. A autora narrou que foi apedrejada na favela quando foi embora; também registrou o modo como foi hostilizada ao chegar no bairro de classe média na

cidade de São Paulo. Nas palavras da autora sobre tal mudança, no dia 30 de agosto de 1960, ele refletiu sobre esse processo e registrou que:

Despertei a noite e fiquei pensando na minha vida que parece uma tragédia, a gente nasce, e no decorrer da existencia a vida vae ficando atribulada. Agora, eu estou na sala de visita, o lugar que eu ambicionava viver, sai da favela na hora que as aflições iam avulmando-se. Vamos ver como é que vae ser a minha vida aqui na sala de visita (De Jesus, 2021a, p. 32).

Na próxima seção deste capítulo, discuto como o pacto da branquitude complexificou ainda mais essas relações de poder e, principalmente, como ele foi percebido pela escritora e redimensionado em sua obra. Para tanto, partimos da ideia de que as relações de poder operadas no sistema literário à sua época se organizam, sobretudo, a partir das lógicas desse pacto, incidindo, assim, em sua criação literária.

#### **2.4. Casa de Alvenaria: tensões na sala de visitas**

*Eu ainda não habituei com este povo da sala de visita –  
uma sala que estou procurando um lugar para me sentar.*

Carolina Maria de Jesus

Todas as experiências da autora viraram material literário. Os conflitos com o seu editor e os constrangimentos que sofria com o mercado de bens simbólicos também se exprimem no processo criativo da escritora. Nossa argumentação, aqui, é que Carolina captou a presença do pacto da branquitude, assim como as complexas dinâmicas de poder do sistema literário em que estava inserida e elaborou literariamente. Todos esses aspectos das crônicas sociais do século XX se tornaram insumos para Carolina construir sua narrativa. Consideramos que há uma incidência significativa do pacto da branquitude e das relações de poder oriundas desse fenômeno no processo de criação da escritora.

Quando deixou a favela, Carolina embarcou em uma nova jornada na “sala de visitas”. O cansaço que sentia percorrendo as ruas da Zona Norte de São Paulo atrás de “táticas de sobrevivência” (Certeau, 1994), materializadas em seus relatos no *Quarto de Despejo*, agora se transformam em andanças por lugares elitizados em uma nova série de solicitações. A esse respeito, Carolina registrou no dia 1 de novembro de 1960 que: “Eu pensava que escrever era cerviço leve – Enganei. É pior do que catar papel e trabalhar na lavoura. Eu tenho que ir nas festas televisão, cuidar dos filhos, ler, e escrever o Diário” (De Jesus, 2021a, p. 99).

Ainda sobre a conturbada rotina que vivia, ela mencionou também que “se soubesse que ser escritora era assim, tão sacrificado, eu continuava catando papel. É horrível viver atribulada” (De Jesus, 2021a, p. 136). Como podemos perceber no quadro abaixo, a escritora cortou um dobrado para chegar a tal posição, tendo, como vimos anteriormente, que cumprir uma série de funções e um movimentado e conflituoso cotidiano, também, antes de se mudar.

**Quadro 4 - Exemplo de análise dos dados III**

<b>Trecho</b>	<b>Categoria inicial</b>	<b>Categoria intermediária</b>	<b>Categoria final</b>	<b>Elementos extraliterários</b>
“[...] Eu estava autografando quando chegou o reporter Gil Passarelli, das Folhas, para fotografar-me, porque eu vou mudar [...] Continuei autografando os livros, quando chegou o senhor Pompilio Tostes, que veio filmar-me, para o canal 100 das produções Carlos Niemayer” (Casa de Alvenaria, p.27).	Constantes movimentações devido ao processo de mudança da autora;	Solicitações diversas;	Relação com os meios de comunicação;	A autora relata a movimentada vida após a publicação de seu primeiro diário. Além disso, registrou as mais variadas solicitações para autógrafos e outras atividades com a imprensa brasileira.
“Os jornaes já havia noticiado que eu ia mudar para Osasco, as 14 horas. Quando concluímos o filme pedi o endereço do senhor Pompilio e despedi, voltei as pressas para arranjar os moveis. Quando cheguei na favela os curiosos ja estavam presentes e as crianças rondando o barracão [...] Eu estava supernervosa”. (Casa de Alvenaria, p. 28).	Constantes solicitações da imprensa;	Sentimento de ameaça pela subversão da ordem racial estabelecida;	Relação com os meios de comunicação;	Nesse trecho, a autora nos dá a dimensão de quantas idas e vindas ela precisava cumprir para se manter no mercado de bens simbólicos. A autora também expressa a tensão por qual passava em razão do seu processo ascendente dentro do sistema literário.
“[...] e começaram atirar pedras. A Leila que envelhece mas é sempre infantil agitou-se, pegou uma pedra e atirou dentro do caminhão. Eu olhava as pedras e a direção com receio de atingir os olhos da Vera e do José Carlos que já estava firido com as pedradas. Que confusão”. (Casa de Alvenaria, p. 29).	Conflitos e tensões;	Violência;	Não aceitação do processo ascendente da escritora;	A autora revela que em seu processo ascendente teve que passar por situações de violência. Como percebemos neste trecho, os vizinhos da casa de favela não estavam contentes por Carolina, finalmente, mudar-se para a tão almejada casa de alvenaria.

Fonte: Dados sistematizados pelo autor (2023).

Nas palavras de Conceição Evaristo (2021a, p. 18), Carolina esteve sempre em busca por um espaço, no entanto ela não se encaixava em lugar algum, “pois os espaços eram pequenos e incompreensíveis para com ela. Carolina Maria de Jesus, ave sem pouso, talvez tenha passado a vida procurando se aninhar, uma peregrinação que começou na infância”.

Em *Casa de Alvenaria*, a escritora relatou outro tipo de cansaço: a movimentada agenda de eventos sociais e culturais que envolviam o sucesso estrondoso ocasionado por seu primeiro diário. Em uma nova rede de pessoas que fazem parte do sistema literário, Carolina relatou em seu segundo diário os conflitos que travou com os vizinhos da casa de alvenaria e o desconforto de morar em uma região habitada por pessoas que se percebiam, em geral, distintas.

As dificuldades de Carolina em lidar com a mídia, o dinheiro e a vizinhança de classe média em Santana deixavam-na completamente desorientada. Vinda do lado de lá, da favela, a escritora não estava mais em seu elemento. A não aceitação dos novos vizinhos e da cidade em geral era um trago amargo que Carolina teimava em não engolir (Sousa, 2012, p. 53).

Para pensar essa questão, Norbert Elias parece providencial na medida em que ele buscou abordar questões como violência, discriminação e exclusão social. Em *Os estabelecidos e os Outsiders* ([1965] 2000), ao lado de John L. Scotson, como vimos no capítulo anterior, os autores procuraram identificar até que ponto um grupo que se percebe como estabelecido de uma comunidade no interior da Inglaterra buscava se distinguir de novos moradores, considerados forasteiros, isto é, *outsiders*. A esse respeito, Howard Becker (2008, p. 15) elucidou que:

[...] quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider [...], aquele que infringe a regra pode pensar que seus juízes são outsiders.

Elias e Scotson trazem alguns aspectos fundantes das relações sociais e mostram como isso pode, de alguma maneira, estruturar a economia psíquica dos indivíduos – a depender da figuração social das quais participam. Conforme o estudo apresentado, os autores revelam as propriedades gerais de toda relação de poder. Aqui, convém resgatar o argumento de Patrícia Lins de Medeiros sobre o conceito de poder em Elias:

[...]o poder na teoria de Elias não se resume ao que ocorre entre senhores e servos, dominadores e dominados, mas pode ocorrer entre indivíduos de uma mesma família,

entre membros de bairros vizinhos; e pode se mostrar também nas mais variadas situações, como a maneira que os indivíduos se portam à mesa, a maneira de se vestir, e a aceitação (ou não) em atividades cotidianas de lazer (De Medeiros, 2007, p. 170-171).

Na análise, os autores mostraram que esse era o principal critério que o grupo dos estabelecidos utilizava para se distanciar daqueles considerados por eles de menor valor. Nesse sentido, as relações de interdependência naquela pequena comunidade eram firmadas por intermédio do controle dos meios de exercício do poder pelo grupo dominante. Isso significa que à medida que esse grupo acumulava poder e restringia as oportunidades sociais para os demais, dificultando sua mobilidade e buscando manter sua posição de destaque, se configuravam as dinâmicas de interdependência. Elias e Scotson desvendam, assim, as múltiplas tensões entre os habitantes, sobretudo o não compartilhamento dos valores, o habitus e modo de vida vigente que o grupo recém-chegado ignorava.

Reservando os devidos distanciamentos, esse processo lembra um outro relatado por Cida Bento para falar de exclusão coletiva de grupos racializados:

O primeiro passo da exclusão moral é a desvalorização do outro como pessoa e, no limite, como ser humano. Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados. A exclusão moral pode assumir formas severas, como o genocídio; ou mais brandas, como a discriminação. Em certa medida, qualquer um de nós tem limites morais, podendo excluir moralmente os demais em alguma esfera de nossas vidas (Bento, 2002, p. 29-30).

Aqui, cabe voltar a Carolina Maria de Jesus através de um relato de Vera Eunice. Durante uma entrevista<sup>16</sup>, a caçula de Carolina relembra que, ao chegarem no bairro de Santana, já tiveram a percepção de que: “nós não fomos bem recebidos”. Tratava-se de um bairro residencial de classe média e, do nada, “chega lá uma ex-favelada, semianalfabeta, negra, mãe solteira, escritora, os filhos; bem ou mal, veio com aqueles resquícius da favela, né?”. A filha lembra que essa foi a sensação que sentiram quando chegaram na região. Os vizinhos não receberam a família Jesus de maneira receptiva, mas com reação hostil. Sobre essa reação, convém voltar ao que Becker escreveu:

Como o desvio é, entre outras coisas, uma consequência das reações de outros ao ato de uma pessoa, os estudiosos do desvio não podem supor que estão lidando com uma categoria homogênea quando estudam pessoas rotuladas de desviantes. Isto é, não podem supor que essas pessoas cometeram realmente um ato desviante ou infringiram alguma regra, porque o processo de rotulação pode não ser infalível; algumas pessoas

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a-hs5HUYdwQ&t=487s>. Último acesso em: 10.06.2023.

podem ser rotuladas de desviantes sem ter de fato infringido uma regra (Becker, 2008, p. 22).

O programa *Caminhos da Reportagem* da TV Brasil produziu, em novembro de 2022, uma matéria documental sobre a vida e a obra de Carolina. Na ocasião, Vera Eunice também foi uma das entrevistadas, convidada para falar a respeito da mãe e do dia a dia que levava ao lado da escritora. Ainda sobre a tão sonhada casa de alvenaria, ela lembrou que sua mãe e seus irmãos, ao chegarem no bairro, foram imediatamente hostilizados. Conforme o relato de Eunice, “não fomos bem recebidos, né?”; afinal “o lugar é de classe média alta, com vários sobrados”, sendo que Carolina, lembra a filha, tinha o hábito de ajudar as pessoas: “todos os mendigos que ela encontrava na rua, trazia para dentro de casa [...]. Imaginem a vizinhança”<sup>17</sup>.

Em sua casa de alvenaria em Santana, na rua Benta Pereira, antigo número 562 (agora 578), localizada no bairro Santa Teresinha, em São Paulo, também conhecido como Alto de Santana, a escritora era acionada para as mais variadas funções. Era uma vida, como vimos, bastante agitada. Em seu novo lar, Carolina foi estranhada pelos vizinhos por seus costumes, hábitos que eram considerados contrassensos pelo grupo estabelecido daquela região. A sua escrita daquele momento, segundo Tom Farias em entrevista para o mesmo programa que Vera Eunice participou, constituía uma narrativa que se voltava totalmente contra a sociedade estabelecida daquele contexto. “A Carolina fazia críticas duras à sociedade porque ela achava que um dia, ela saindo da favela, fosse encontrar um mundo melhor. Ela não encontrou esse mundo melhor e relata isso em *Casa de Alvenaria*”<sup>18</sup>.

Vera Eunice também relembra um momento em que sua mãe havia sido convidada para um evento em Santos, região litorânea de São Paulo. Conforme relatos de Eunice, quando chegaram ao evento, que foi em um restaurante de elite e de maioria branca, Carolina foi surpreendida com a seguinte frase da pessoa que a recepcionou: “aqui negro não entra”, relembra a caçula. Segundo ela, depois que trataram a mãe de maneira tão violenta, racista, “aí ela não quis entrar mesmo. Já não adiantava mais”<sup>19</sup>.

Para sistematizar essa reflexão, o quadro abaixo expressa o contexto em que a autora refletiu sobre o constante sentimento de cansaço e indisposição mesmo após se mudar para a casa de alvenaria e os trechos foram selecionados justamente revelam dimensões de uma vida

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6AvUP-IoYEO&t=74s>. Último acesso em: 10.06.2023.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6AvUP-IoYEO&t=74s>. Último acesso em: 10.06.2023.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6AvUP-IoYEO&t=74s>. Último acesso em: 10.06.2023.

de inquietações e marcada pela persistência do cansaço: do cansaço mesmo diante do seu processo de ascendência social:

**Quadro 5 - As expressões que aparecem na obra são: “Cansada”, “cansaço”, “exausta”, “indisposta” para se referir ao novo contexto da casa de alvenaria**

<p>No diário de 20 de janeiro de 1961 a autora relatou:</p> <p>“Levantei as 8 da manhã porque estou <i>cansada</i>. Não é velhice é o exesso de trabalho. A Dona Cilú veio trabalhar. Pedi para fazer o café e fui fazer compras. Comprei pão, esponja de brilho e carne para bife. Ela cuidou da carne. Estou <i>indisposta</i>. O que ela pedia, eu ia comprar. Auxiliei-a limpar os vidros porque a casa é grande. Ela ficou horrorizada com a quantidade de pulgas” (De Jesus, 2021b, p. 94, itálicos nossos).</p>
<p>No diário de 23 de janeiro de 1961 a autora relatou:</p> <p>Amanheci <i>indisposta</i>. Estou <i>cansada</i>. Varria um quarto deitava. <i>exausta</i>. O João auxiliou-me na limpêsa. Fiz almoço: arroz, bacalhau e verdura. A vizinha nos dou o almoço. Fico horrorizada vendo os meus filhos comêr. E a vizinha insistindo com os filhos para comêr. A criança que brinca, corre muito, tem mais apetite. Lavei roupas. Não vou passa-las. Comprei um vidro de remédio para o fígado. Melhorei. A Dona Argentina Saferreira vêio saber se posso emprestar-lhe 400.000 cruzeiros para pagar a Ipoteca de sua casa. Eu disse para o senhor Rogerio Rêis que não sou mulher de investimentos. Quero preparar um futuro sem luta para os filhos. Eu não quero que eles levem uma vida sacrificada (De Jesus, 2021b, p. 96, itálicos nossos).</p>
<p>No diário de 11 de fevereiro de 1961 a autora relatou:</p> <p>“Eu já estou tão <i>dessiludida</i> que o meu sonho é recluir-me numa floresta ou caverna porque os que vivem na cidade vivem comentando o que eu ganho, não dá. Paguei o menino e comprei um quilo de açúcar. Ouvi um boato que os atacadistas vae ocultar o açúcar para êlevar o preço” (De Jesus, 2021b, p. 154, itálicos nossos).</p>
<p>No diário de 11 de fevereiro de 1961 a autora relatou:</p> <p>“Eu disse ao Lele que ia jantar na casa da Maria do Carmo. Fechei a porta e sai <i>cansada</i> com vontade de deitar debaixo de um arvêredo num lugar silente. Os meus pes doiam devido eu ficar sentada escrevendo este Diário. Lêitura que eu tenho pavôr. Mas o Audalio obriga-me escrever (De Jesus, 2021b, p. 155, itálicos nossos).</p>
<p>No diário de 11 de março de 1961 a autora relatou:</p> <p>“Eu estava cansada já faz oito meses que não descanso. A minha pressão está abaixando — fraqueza. A fraquêsa enlouqueçe. Eu não tenho dever social com ninguem so com os meus filhos. Cansa ouvir os clamôres do povo. Quem deve ouvir as angustias do povo são os governadores. Mas ele vivem recluidos dentro dos palácios, que são suas conchas” (De Jesus, 2021b, p. 221-222, itálicos nossos).</p>

Fonte: Dados sistematizados pelo autor (2023).

Como vimos anteriormente, o par estabelecidos-*outsiders* pode ajudar a iluminar relações de poder em pequenas figurações sociais. O fato de os vizinhos de Carolina estranharem a presença dela e de sua família é indicativo daquilo que os autores chamaram de “barreiras emocionais” que, segundo eles, são “erguidas pelo sentimento de sua virtude superior, especialmente por parte dos descendentes dos senhores de escravos, e o sentimento de um valor humano inferior”, por outro lado, “de uma desonra grupal” dos considerados



*outsiders* e que “não tem acompanhado o ritmo dos ajustes jurídicos” (Elias & Scotson, 2000, p. 25).

Não é fácil entender a mecânica da estigmatização sem um exame mais rigoroso do papel desempenhado pela imagem que cada pessoa faz da posição de seu grupo entre outros e, por conseguinte, de seu próprio status como membro desse grupo. Já afirmei que os grupos dominantes com uma elevada superioridade de forças atribuem a si mesmos, como coletividades, e também àqueles que os integram, como as famílias e os indivíduos, um carisma grupal característico. Todos os que “estão inseridos” neles participam desse carisma. Porém têm que pagar um preço. A participação na sua superioridade de um grupo e em seu carisma grupal singular é, por assim dizer, a recompensa pela submissão às normas específicas do grupo. Esse preço tem que ser individualmente pago por cada um de seus membros, através da sujeição de conduta a padrões específicos de controle dos afetos (Elias & Scotson, 2000, p. 25-26).

Mesmo que sua mãe escutasse “valsa vienense dentro da favela”<sup>20</sup>, como bem lembrou Vera Eunice, o fato é que nesse novo ambiente, dominado por uma elite branca, ela e sua família seriam sempre considerados *outsiders*, forasteiros racializados e, portanto, de menor valor social, demográfico e cultural. Segundo Elias e Scotson, os *outsiders* “são vistos – coletivo e individualmente – como anômicos. O contato mais íntimo com eles, portanto, é sentido como desagradável” (Elias & Scotson, 2000, p. 26).

Esse aspecto é percebido, também, por seu outro filho, José Carlos, que faleceu vítima de um atropelamento em São Paulo, em 2016. Segundo rememorou a respeito da recepção que tiveram quando chegaram na casa de alvenaria (ele, seus irmãos e Carolina), em Santana, lembrou que sua mãe: “era favelada e quis ser escritora... Denunciou, tocou com ferro quente a ferida de gente importante, caciques políticos, e acabou incompreendida, quase tão miserável quanto era no Canindé” (Meihy & Levine, 2015, p.102). Ainda recordou que no dia da mudança da favela para à casa de alvenaria,

[...] os nossos vizinhos em Santana, vendo um caminhão cheio de bugigangas descarregar, trancaram as portas. Por quê? Éramos intrusos, sujos, favelados na aparência. As madames trataram de pôr seus filhos para dentro para não conhecerem as “más companhias”: nós! Mas com o tempo o pessoal entendeu que não precisava tanta precaução, mesmo porque não tinha como nos evitar (Meihy & Levine, 2015, p. 109-110).

Segundo a formulação de Elias e Scotson, os conceitos usados pelos grupos estabelecidos como forma de estigmatização podem variar, conforme as características sociais e as tradições de cada figuração. Isto é, “em muitos casos, não têm nenhum sentido fora do

---

<sup>20</sup> Em 18 julho de 1955, Carolina escreveu no diário *Quarto de Despejo* que “[...] tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses” (2014, p. 16).

contexto específico em que estão empregados, mas, apesar disso, ferem profundamente os *outsiders*, porque os grupos estabelecidos costumam encontrar um aliado numa voz interior de seus inferiores sociais” (Elias & Scotson, 2000, p. 27). Conforme Ademir Gebara e Ricardo de Lucena lembraram:

Norbert Elias oferece uma inovadora possibilidade para analisar as relações de poder entre grupos estabelecidos, em relação a grupos de fora, afirmando que, não obstante às variações na natureza das fontes de poder entre esses grupos, é possível identificar características comuns e constantes. Por isso mesmo estas “regularidades” generalizáveis poderiam aplicar-se a todas as outras análises das relações entre configurações (grupos) (Gebara & Lucena, 2011, p. 61).

A elite branca não estava disposta a negociar seus privilégios e desestabilizar suas estruturas de vantagens, tampouco aceitaria a presença de alguém como Carolina frequentando os mesmos espaços sociais. Segundo Silvio Almeida (2021), a permanência do racismo exige a criação e recriação de um imaginário que beneficie sujeitos brancos. É esse processo que afirma a existência de uma supremacia branca.

A supremacia branca pode ser definida como a dominação exercida pelas pessoas brancas em diversos âmbitos da vida social. Essa dominação resulta de um sistema que por seu próprio modo de funcionamento atribuiu vantagens e privilégios políticos, econômicos e afetivos às pessoas brancas (Almeida, 2021, p. 74).

Em setembro de 2015, o programa *Nação*, da TVE, fez uma reportagem especial sobre Carolina Maria de Jesus. Na ocasião, a emissora trouxe falas de Conceição Evaristo, Vera Eunice, Jeferson Tenório entre outros, a fim de revisitar as obras da escritora e refletir sobre sua produção artística. Tenório afirmou que Carolina dialogava com a tradição literária de sua época, mas afastava-se na medida em que sua escrita era considerada, pelo cânone do período, totalmente fora dos padrões estabelecidos por aquela tradição.

Sobre isso, abaixo é possível observar o modo como esses elementos também estão presentes na economia da obra. Os trechos abaixo revelam situações de inquietação da autora diante do ofício da literatura:

**Quadro 6 - Trechos que revelam situações de inquietação da autora diante do ofício da literatura**

<p>No diário de 06 de fevereiro de 1961 a autora relatou:</p> <p>“Insisti com a dona Rosa para dormir aqui. Ela concordou-se. Ficamos conversando ate a uma da madrugada. Eu disse-lhe que os gestos incorretos do Dr. Lelio está <i>destruindo o meu ideal pela literatura</i>. A humanidade e um nucleo mesclado de bons e maus. E os maus destroe tudo que os bons possue ate o ideal que é o vestido do nosso espirito (De Jesus, 2021b, p. 134, itálicos nossos).</p>
<p>No diário de 07 de fevereiro de 1961 a autora relatou:</p> <p>“Passei o resto do dia escrevendo. Estou perdendo o ideal pela literatura. Escrevi até as 23 horas. Senti mal estar deitei. Estava dormindo. Despertei com batidas na porta. Levantei xingando e amaldicoando ter nascido. Abri a janela para ver se era o Audalio. Era uma senhora e duas meninas. Disse que queria falar-me. Eu disse-lhe que estava exausta. Passei a nôite e o dia escrevendo” (De Jesus, 2021b, p. 134, itálicos nossos).</p>
<p>No diário de 08 de fevereiro de 1961 a autora relatou:</p> <p>“Preciso preparar o livro para setembro. O ultimo livro que vou escrever. Porque estou com <i>nôjo de literatura</i>. Por causa dos desgraçados que quer expoliar-me. Não suporto os velhacos. <i>Eu ando tão nervosa que vou acabar num hospício. Eu não enlouqueci na favela no meios dos incultos. Mas, vou enlouquecer na casa de alvenaria. No quarto de despejo que é a favela, eu estava no inferno. Na casa de alvenaria que é a cidade, eu estou no inferno</i>” (De Jesus, 2021b, p. 136, itálicos nossos).</p>
<p>No diário de 11 de fevereiro de 1961 a autora relatou:</p> <p>“Varias pessoas reconhece-me e vem me dar os parabens. Deveria dar-me os pesêmes. <i>Porque eu arrependi de escrever</i>. Se bem que quem arrepende do que faz é fraco. É que eu não contava com o <i>sofrimento que a literatura porpociona</i>” (De Jesus, 2021b, p. 152, itálicos nossos).</p>
<p>No diário de 12 de fevereiro de 1961 a autora relatou:</p> <p>“Hoje é domingo Carnaval o dia está triste. Eu estou alegre. Dormi toda noite. Levantei as 9 horas. Fui fazer compras. Lavei as roupas. Fiz cafe. Não vou sair. Não vou usar a fantasia. Vou guarda-la para usar no palco porque eu vou abandonar a literatura. Os cronistas escrevem que não tenho estudo que sou inculta. Eu vou dêixar a literatura pra eles. Que tem academia. O meu noviciado na literatura deixou cicatrizes na minha sensibilidade. Eu queria voltar ao passado. Viver pobre mas tendo a ilusão que é a chama da vida. Tudo isto eu perdi depois que vim ressidir na sala de visita. Na casa de alvenaria” (De Jesus, 2021b, p. 156, itálicos nossos).</p>

Fonte: Dados sistematizados pelo autor (2023).

Segundo entrevista de Evaristo para a mesma reportagem, ao relembrar a vida e a obra de Carolina, ela fez os seguintes questionamentos: “quem é o grupo, historicamente, que definiu o que é literatura e como fazer isso?” Além disso, a autora de *Becos da Memória* levantou as seguintes problematizações acerca das obras de Bitita: “o que que é essa língua certa? O que que é esse português certo? Quem define que uma língua é certa ou não?”. Conforme ela elucidou, quem detém o controle dessas instâncias da vida social “são sempre as classes privilegiadas”<sup>21</sup>. Afinal, o poder de narrar é o poder de estabelecer regras de narração.

Conceição Evaristo, na segunda parte do programa, nos lembrou que mesmo com todos os tipos de impedimentos que cruzaram a existência de Carolina, “ela se afirmou como escritora

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E5V8SvEN2II>. Último acesso em: 10.06.2023.

num momento em que também escreviam Clarice Lispector e Jorge Amado. É nesse contexto de impossibilidade que surge aquela mulher totalmente diferente dos outros, principalmente sua origem social e suas condições de vida (material); e “como essa mulher, com uma voz solitária num deserto negro, afirma-se escritora?”<sup>22</sup>. Evaristo lança esses questionamentos para refletir sobre a desobediência de Carolina frente à elite que dominava as oportunidades sociais no interior do sistema literário.

Aqui, convém resgatar o que Dalcol observou a respeito da autora mineira e o sistema literário. Segundo ela, quando Carolina escreveu contra a elite branca de forma abrupta, ela acabou sendo silenciada pelo sistema que a havia recepcionado de maneira provisória e lateral:

É a partir desse modo de ver que a escritora denunciará as incongruências da “sala de visitas”, e esse é um dos aspectos que justificam a não-repercussão da obra no círculo literário paulista. Enquanto Carolina Maria de Jesus escrevia sobre a favela, ela foi aceita, quando ela passa a observar a elite paulistana, automaticamente ela é descartada (Dalcol, 2020, p. 112).

Tenório, na ocasião, lembrou que Carolina manteve relação com pessoas importantes da época e que isso teria contribuído para a breve ascensão social da escritora mineira. Segundo ele, Carolina participou de encontros sociais com o grupo estabelecido da segunda metade do século XX. Essa elite era curiosa e cercava a autora, talvez impressionada com o fato de ela poder escrever literatura. “Era convidada para participar de jantares na casa dos Matarazzo”, lembra o autor, mas, por outro lado, “essa elite, que acaba se apropriando da literatura dela, é uma elite que não reconhece ela como um par – como fazendo parte dos seus pares –, reconhece como se ela fosse uma escritora exótica – que é bom tê-la por perto porque isso dá status”<sup>23</sup>.

Sobre esses encontros, no dia 10 de setembro de 1960, Carolina se preparava para autografar livros em uma livraria localizada na região da rua Augusta a convite de um empresário. Nesse mesmo dia, ela relatou sobre o encontro que teve com Eduardo Suplicy que, na ocasião, estendeu-lhe o convite para almoçar em sua casa. Conforme ela relatou:

O automovel chegou; despedi e dirigi para a mansão da Avenida Paulista. Eu ia conversando com a jovem Maria Suplici Matarazzo que ia relatando-as belissimas qualidades de sua mãe que tem 11 filhos [...]. Os môrdomos usavam trages de gola. A refeição estava otima. A dona Filomena foi mostrar-me a casa, e os criados pretos e brancos. A cosinheira é preta. E o senhor Paulo Suplici disse-me que gosta muito dela porque ela está sempre alegre, e é de confiança (De Jesus, 2021a, p. 51).

<sup>22</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EDYxWzhIFfw&t=1114s>. Último acesso em: 10.06.2023.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EDYxWzhIFfw&t=1114s>. Último acesso em: 10.06.2023.

Ainda a respeito das relações com pessoas importantes da segunda metade do século XX, um artigo publicado no jornal *O Globo* trouxe um pouco desses encontros que Carolina Maria de Jesus teve com a elite de São Paulo. Da mesma forma como a autora mostrara em seus diários as agendas que tinha que cumprir, o texto de Jan Niklas apontou que:

Carolina frequentou a casa de famílias importantes, como os Suplicy, e foi recebida por chefes de Estado. O presidente do Uruguai mandou parar tudo durante sua visita, e Pablo Neruda dedicou-lhe um poema (hoje perdido). Mas o êxito não durou. A autora não conseguiu repetir o feito com suas obras posteriores como “Casa de alvenaria” e “Pedacos de fome”. Caiu no ostracismo e perdeu quase tudo o que havia ganhado com o reconhecimento<sup>24</sup>.

Mesmo que ela tenha alcançado algum tipo de reconhecimento, acabou sendo colocada de escanteio. Nas palavras de Evaristo na entrevista mencionada, Carolina viveu um dilema complicado: “Ela se distingue, ela é a diferente porque ela é alfabetizada. Ela é a que escreve. Ela é a que critica. Então, dentro do grupo social dela, ela se distingue, mas também ela não é aceita no outro grupo social. E isso tem muito a ver com o sentimento de solidão que Carolina experimenta”. Nesse sentido:

Na saída da favela para a casa de alvenaria, depois do lançamento de *Quarto de Despejo*, Carolina é insultada e apedrejada pelos seus vizinhos, prova de que a convivência com os moradores da favela era difícil justamente por Carolina ter estabelecido uma diferença entre os outros favelados e ela, por ela ser letrada, por falar “o clássico”. Mas para a sua tristeza, a convivência com os moradores do bairro de classe média de Santana talvez tenha sido ainda pior, pois morava na cidade, mas não era parte dela, por ser negra e ex-moradora de favela (Sousa, 2012, p. 92).

Vera Eunice escreveu no prefácio do segundo diário de sua mãe que embora ela tivesse sido aplaudida onde quer que passasse, ela “já notava a onipresença do racismo (“quando estou entre os brancos, tenho a impressão que eles detestam a minha presença”), mas não deixava de se orgulhar da cor negra, do nariz chato e do cabelo crespo, marcas de sua origem africana” (De Jesus, 2021a, p. 19). No entanto, Vera Eunice apontou o seguinte:

Cada vez mais decepcionada com a sala de visitas (“tenho a impressão que estou num mundo de joias falsas. O que noto na sociedade é o fingimento: – E eu não sei fingir estou dessolada neste núcleo”), Carolina começava a se tornar paulatinamente uma pessoa amargurada [...] Sabia que a fama de que era rica lhe era muito prejudicial em todos os sentidos, tanto nos serviços que eram prestados a ela como nas mais diversas e quase diárias solicitações de ajuda de aproveitadores – às quais ela tentava resolver da melhor forma possível (De Jesus, 2021a, p. 19-20).

<sup>24</sup>Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/nova-biografia-de-carolina-de-jesus-tenta-afasta-la-do-estereotipo-de-escritora-de-favela-22486985> Último acesso em: 11.06.2023.

Escritores, políticos, imprensa, artistas e outros setores da sociedade se impressionaram com Carolina, curiosos, com olhar de estranhamento, como se se tratasse de uma pessoa “fora de lugar”. A esse respeito, convém lembrar o que o seu editor, Audálio Dantas, escreveu sobre essa figura “estranha”. Com o sucesso, a escritora “foi transformada de um dia para outro numa patética Cinderela, saída do borrar do lixo para brilhar intensamente sob as luzes da cidade” (Dantas *apud* De Jesus, 1960, p. 4). Vera Eunice nos lembrou que no início foi um sonho e que, após a publicação da primeira obra da sua mãe, “nós quatro [ela, os irmãos e Carolina] éramos verdadeiros peixes fora d’água”, comentou Vera em depoimento para o livro *Cinderela Negra* (Meihy & Levine, 2015, p. 86).

Sobre a família de Jesus ser vista como um grupo “fora de lugar”, *outsider*, a caçula de Carolina ainda rememorou que:

Aquilo parecia uma prisão! A vizinhança só implicava e reclamava. Na favela, em certa medida, era mais fácil ninguém se incomodava com a pobreza do outro. Foi em Santana que nós descobrimos o que era preconceito de verdade, principalmente os meninos [...] O pessoal não deve ter gostado. Mas havia coisas que minha mãe, como ex-favelada, não conseguia assimilar, e por isso falava. Por exemplo: se nós fôssemos jantar num restaurante com uma pessoa importante, no final da refeição minha mãe mandava o garçom juntar as sobras e embrulhar para viagem. Isso causava espanto e as pessoas ficavam indignadas [...] Resultado: os vizinhos reclamavam, os repórteres publicavam nos jornais... Em Santana, nos faltou paz para viver. Só isso (Meihy & Levine, 2015, p. 86-87).

Em *Quarto de Despejo*, Carolina relatou sua luta para sobreviver em São Paulo, “enfrentando as agruras da fome”, conforme escreveu Evaristo no prefácio à primeira edição completa de *Casa de Alvenaria*: “a fome descrita pela escritora, temos insistido que se tratava de uma fome mais profunda, e não somente a privação, a carência material, mas uma fome física, como metáfora do vazio, da dor, do inexplicável, da vacuidade existencial” (Conceição *apud* De Jesus, 2021a, p. 9). Essa é uma das perspectivas que se encontram na narrativa caroliniana em seu primeiro diário.

Por outro lado, as reflexões expressas em *Casa de Alvenaria* colocam, nas palavras de Conceição Evaristo (*apud* De Jesus, 2021a, p. 11),

[...] indagações da autora sobre o sentido da vida. Percebe-se uma escrita vazada por perguntas existenciais, por sentimentos que denotam inconformidade com o destino, apesar da perspectiva de resolução das questões materiais que haviam atormentado a escritora em um passado recente, vivido por ela.

Evaristo elucidou, ainda no prefácio ao segundo diário, que Carolina escreveu naquela nova obra um testemunho “do novo momento que estava vivendo. Seria narrada a escalada de uma mulher negra que, antes pobre e favelada, se via em plena ascensão social após ser

“descoberta” por um jornalista”; e que “[...]aquele deveria ser um diário que falasse da vida, da atualidade, dos fatos, dos acontecimentos presentes” (Conceição *apud* De Jesus, 2021a, p. 10).

A esse respeito, Jesus relatou, no dia 23 de novembro de 1960, que:

Não estou tranquila com a ideia de que dêvo escrever o meu Diário da vida atual. Escrever contra a burguesia, eles são poderosos, pode destruir-me [...]. Quando escrevi contra os favelados fui apedrejada. Escrevendo contra a burguesia podem enviar-me um tiro. Mas o Audálio diz que eu devo escrever Diário, seja feita a vontade do Audálio (De Jesus, 2021a, p. 144).

Carolina tinha plena consciência da existência de um grupo estabelecido, supostamente não-racializado, no espaço social que também se refletia no sistema literário. Isso evidenciava uma clara divisão entre esse grupo, que há tempos ocupa as posições de poder e tomam as decisões importantes, e outro grupo de escritores e escritoras que são considerados menores porquanto racializados, logo, *outsiders*. Conforme lembrou Dalcol em sua tese de doutorado:

[...] a relação de Carolina com a “sala de visitas” será ambígua, já que a exposição da imagem de Carolina como uma figura pública despertará na escritora sentimentos de mal-estar diante desse excesso de exibição de si mesma como um “evento particular”. A partir dessas constatações, a narrativa de seu segundo diário concentra-se nas vivências desse novo lugar, permeado pela desilusão de não corresponder às expectativas geradas. Essa desilusão será o mote para as reflexões a respeito da vida humana a partir da miserabilidade como traço essencial, ou seja, Carolina Maria de Jesus, amplia, deste modo, o olhar analítico e pessimista - não apenas restrito à sua subjetividade, mas um olhar que pretende abarcar um sentido mais geral do mundo e da vida humana (Dalcol, 2020, p. 112).

O grupo estabelecido tende a cerrar fileiras contra os marginalizados, estigmatizando e criando imagens discursivas contra o grupo que é considerado de menor valor. Conforme eles perceberam em Winston Parva, o grupo estabelecido considerava que, para os *outsiders*, “lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribuía a si mesmo” (Elias & Scotson, 2000, p. 19). De acordo com os autores:

Essa é a auto-imagem normal dos grupos que, em termos do seu diferencial de poder, são seguramente superiores a outros grupos interdependentes. Quer se trate de quadros sociais, como os senhores feudais em relação aos vilões, os “brancos” em relação aos “negros”, os gentios em relação aos judeus, os protestantes em relação aos católicos e vice-versa, os homens em relação às mulheres[...] os grupos mais poderosos, na totalidade desses casos, veem-se como pessoas “melhores”, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros (Elias & Scotson, 2000, p. 19-20).

Aqui, ressaltamos aquilo que Dalcastagnè (2008) refletiu acerca do grupo que produz literatura no Brasil. Segundo ela, as personagens negras são minoritárias na literatura, na medida em que quem constrói as narrativas literárias do país, em geral, são pessoas brancas.

Para Dalcastagnè (2012), a literatura pode ser entendida como um instrumento de afirmação da identidade nacional e, por isso mesmo, um espaço em disputa. Isso porque, de acordo com ela, está em jogo a possibilidade de narrar a si e o mundo. No entanto, as desigualdades também se expressam no sistema literário, o que acaba revelando quem são os sujeitos que controlam esses mercados de bens simbólicos. É “daí que surgem os ruídos e o desconforto causados pela presença de novas vozes, ‘não autorizadas’; pela abertura de novas abordagens e enquadramentos para se pensar a literatura” (Dalcastagnè, 2012, p. 13).

Sendo a literatura um modo de produção de sentido privilegiado, a considero, também, arbitrária, pois define o que é literário sempre em detrimento do que não o é [...]. A literatura pode ser, também, um espaço que favorece o status quo e a produção daqueles que sempre tiveram o acesso a ela e às suas formas aceitas de produção. Nesse sentido, quem está fora daquilo que se convencionou ser a produção literária pode acreditar que é inapto para produzi-la, porém, se o é, é porque não a produz (Sirino, 2019, p. 24).

Autorizada ou não, o que faltou para a família de Jesus era paz. O novo ambiente causava mal-estar a ela e à família, como observamos nas palavras de Vera Eunice. Os vizinhos da casa de alvenaria, em Santana, estranharam a presença da autora. Aqui, convém lembrar o que ela escreveu no dia 27 de dezembro de 1960. A autora levantou da cama às 5 horas da manhã. Segundo ela, não conseguiu dormir direito por causa das pulgas espalhadas pela casa que comprara no bairro de Santana. Carolina imaginou que a casa de alvenaria fosse trazer algum conforto para ela, mas, conforme ela escreveu:

E eu que pensava e sonhava com uma casa de alvenaria, supondo que ia encontrar tranquilidade. Percebo que não! Desde o dia que assinei contrato com a editora para editar o meu livro, acabou-se por completo a minha tranquilidade interior! [...] O que eu sei dizer é que eu sai da agua tepida e cai na agua fervente. Que vida desgraçada a que eu levo atualmente (De Jesus, 2021b, p. 37).

A referência inicial à casa de alvenaria e à busca por tranquilidade sugere um anseio por estabilidade e um ambiente seguro. No entanto, a assinatura do contrato com uma editora para editar o seu livro parece ter mudado essa perspectiva. Ela afirma que a partir desse momento, sua tranquilidade interior foi completamente perdida.

A metáfora de sair da água tépida e cair na água fervente sugere uma transição brusca e desconfortável. Carolina provavelmente sentiu-se sobrecarregada e sob pressão após a assinatura do contrato, percebendo que a publicação trouxe desafios e responsabilidades. Ao afirmar que sua vida atual é desgraçada, ela expressa uma profunda insatisfação e infelicidade com as circunstâncias em que se encontrava. É possível que as expectativas e esperanças que



Carolina tinha em relação à publicação de seu livro não tenham sido atendidas, ou que ela tenha enfrentado dificuldades e obstáculos imprevistos nesse processo.

Essa passagem reflete a experiência pessoal de Carolina e sua percepção de que a realização de seu sonho de publicar um livro não trouxe a tranquilidade que ela esperava, mas, pelo contrário, preocupações e turbulências à sua vida. No dia seguinte, 28 de dezembro de 1960, a escritora lembrou o modo como os feirantes ficavam impressionados com a sua presença ali naquele bairro de classe média.

Levantei as 6 horas. Lavei o rosto. Não fiz café. Sai. Fui ao empório comprar remédios para extinguir as pulgas. Que suplicio. Não consegui dormir! As roupas dos meus filhos ficam salpicadas de sangue. Não vou sair porque tenho compromisso com os jornalistas. Fiquei surpreendida vendo a fêira na minha porta. Os feirantes reconheceram-me porque já viu-me na televisão. Olhavam-me com curiosidade (De Jesus, 2021b, p. 38).

Essa descrição sugere que Carolina, como figura pública e autora de destaque, estava acostumada a ser vista com curiosidade e talvez até com certo estranhamento pelas pessoas ao seu redor. Sua presença na televisão pode ter aumentado seu reconhecimento público, o que pode ter gerado esse olhar curioso dos feirantes. Essa reação pode ser atribuída ao fato de Carolina ser uma mulher negra retinta, moradora de uma favela, e ter conquistado reconhecimento como escritora improvável, o que não era uma realidade comum na época. Sua experiência de vida e sua perspectiva única na escrita a tornaram uma figura singular, e isso pode ter gerado interesse e curiosidade nas pessoas ao seu redor.

O olhar de curiosidade descrito na citação pode ter diferentes nuances. Pode haver uma mistura de admiração, interesse genuíno em sua história e curiosidade por sua vida. No entanto, também pode haver elementos de estranhamento, visto que ela desafiava códigos sociais e ocupava um espaço incomum para uma mulher negra e moradora de favela nos anos 1960.

## 2.5. Imagens negociadas no sistema literário do século XX

*Eu disse: o meu sonho é escrever!  
Responde o branco: ela é louca.  
O que as negras devem fazer...  
É ir pro tanque lavar roupa.*

Carolina Maria de Jesus

Esta seção procura refletir sobre o modo como funcionava a branquitude no mercado editorial, que privilegia brancos em detrimento de escritores negros, criando obstáculos e condições de impossibilidade para autoras como Carolina Maria de Jesus.

Como foi possível observar no primeiro capítulo desta dissertação, Jesus foi uma escritora que percorreu caminhos estéticos próprios, longe dos padrões do sistema literário de sua época e que, vale ressaltar, tradicionalmente se constituiu a partir de um grupo restrito de elites que detinham o controle das editoras e dos meios de comunicação. Como vimos também em seguida, a escritora fazia parte do grupo de artistas que produziu nas bordas do sistema literário hegemônico. Na seção anterior, tentei mostrar, em diálogo com excertos de *Casa de Alvenaria*, a forma como tais produções culturais passaram por um processo de marginalização e exclusão por parte desse grupo estabelecido (que majoritariamente é composto por pessoas brancas).

Há inúmeras imagens da autora ao lado de parte da burguesia branca da segunda metade do século XX, sobretudo em ocasiões de lançamento de sua obra capital. São reuniões que aproximaram – ainda que superficialmente – Carolina dessa rede de escritores e escritoras, editores, imprensa, críticos, acadêmicos entre outros públicos. No entanto, as fotografias também ilustram como a presença de Carolina em tais espaços não significou a superação desse pacto social entre pessoas brancas, capazes de criar coesão entre si, fortalecendo os laços de solidariedade, e, conseqüentemente, criando regras de impedimentos que impossibilitaram a ascensão social da escritora mineira.

Para ilustrar o modo como aconteciam os constrangimentos que Carolina de Jesus teve que passar por frequentar lugares dessa burguesia branca, aqui relembramos o dia em que ela foi convidada para um evento literário que iria prestigiar a escritora Clarice Lispector. O evento social fora organizado por uma senhora da alta sociedade paulistana. Conforme a escritora mineira relatou:

Dia 19 eu fui na festa da escritora Clariçe Lespector que ganhou o premio de melhor escritora do ano com o seu Romance “Maça no escuro” A recepção foi na residência de Dona Carmem Dolores Barbosa. Tive a impressão que a Dona Carmem não apreciou a minha presença. E eu fiquei sem ação. Sentei numa poltrona e fiquei. As madames da alta sociedade iam chegando. E me complimentavam [...] graças a Deus não fui fotografada. Já estou saindo dos noticiários Não compareci na sala onde a Clarice estava Não a vi. Não lhe complimentei. Serviram refrescos e comestíveis as 23 horas retornei para casa pensando no dinheiro que gastei pintando as unhas e pagando conduções. Dinheiro que poderia guardar pra comprar pão e feijão para os meus filhos (Sousa, 2012, p. 92).

De acordo com Germana Henriques Sousa, a descrição dessa cena permite visualizar o isolamento de Carolina durante o evento que homenageava Clarice. Essa era a sensação, em geral, narrada pela escritora mineira. Seu desconforto na “sala de visitas” era tão latente que ela

trouxe esse aspecto para dentro de sua narrativa literária. A sensação de não ser bem-vinda nos ambientes compostos por maioria branca foi transformada em elementos literários.

Nos registros fotográficos, também é possível observar que a postura das pessoas brancas nessas fotografias com a autora é frequentemente condescendente e/ou paternalista. Há um senso de superioridade em relação à figura de Carolina, que, muitas vezes, foi descrita como uma “escritora exótica” ou uma “descoberta” de um mundo à parte que rendeu olhares de espanto. Essa postura é indicativa do modo como a branquitude constrói discursos que limitam a experiência e subjetividade de pessoas negras.

É importante notar, também, que, apesar do reconhecimento literário, Carolina continuou a experimentar a opressão racial, de classe e gênero em sua vida cotidiana, o que é refletido em sua obra. As fotografias em que aparece com pessoas brancas em espaços literários destacados não devem ser vistas, nesse sentido, como indicativo da superação do racismo, por meio da ascensão social, como mencionamos anteriormente, mas sim como uma presença frágil, porquanto transitória, mas que mesmo assim parecia tensionar esses espaços de consagração.

Durante um outro encontro com Clarice Lispector, em um evento de literatura em agosto de 1961, Paulo Mendes publicou uma matéria<sup>25</sup> na revista *Manchete* a respeito da conversa que as escritoras tiveram na ocasião. Segundo ele, foi “um esplêndido diálogo” que teria presenciado. Ele nos lembra que Clarice e Carolina teriam trocado elogios: Carolina disse à Clarice que sua escrita era muito elegante. “Como você escreve elegante”, teria dito ela à autora de *Coração Selvagem*.

Clarice respondeu que admirava Carolina, principalmente por ela “escrever verdadeiro”. Sobre esse encontro, o biógrafo estadunidense Benjamin Moser escreveu que:

Numa foto, ela aparece em pé, ao lado de Carolina Maria de Jesus, negra que escreveu um angustiante livro de memórias da pobreza brasileira, *Quarto de despejo*, uma das revelações literárias de 1960. *Ao lado da proverbialmente linda Clarice, com a roupa sob medida e os grandes óculos que a faziam parecer uma estrela de cinema, Carolina parece tensa e fora do lugar, como se alguém tivesse arrastado a empregada doméstica de Clarice para dentro do quadro* (Moser, 2009, p. 25, itálicos nossos).

Moser, ao observar a imagem do encontro entre as escritoras, associa Carolina aos serviços domésticos. Em seu imaginário, ao que tudo indica, o biógrafo não aceita que a autora mineira pudesse estar em pé de igualdade com Clarice, ocupando aquele espaço como escritora.

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.quatrocincoum.com.br/br/artigos/literatura/os-lacos-que-unem-clarice-e-carolina>. Último acesso em: 18.07.2023.

De acordo com ele, Carolina “só poderia ser empregada mesmo”, já que o ambiente não combinava com ela. “Parece tensa e fora de lugar”, ou, então, “como se alguém tivesse arrastado a empregada doméstica de Clarice para dentro do quadro”.

**Figura 2. Clarice Lispector e Carolina Maria de Jesus**



Fonte: Quatro Cinco Um<sup>26</sup>

Ao diminuir sua presença no evento literário a um estereótipo de empregada doméstica, Moser reforça estigmas sociais historicamente associados às mulheres negras, desvalorizando suas conquistas e contribuições. O comentário de Moser também destaca a presença do pacto da branquitude na relação entre estabelecidos e *outsiders*. Ao reduzir Carolina a um estereótipo racista, Moser exerce sua posição de poder como branco e, conseqüentemente, reforça o sistema de opressão racial. É assim que se estabelece o sistema da supremacia branca.

A supremacia branca é uma forma de hegemonia, ou seja, uma forma de dominação que é exercida não apenas pelo exercício bruto de poder, pela pura força, mas também pelo estabelecimento de mediações e pela formação de consensos ideológicos. A dominação racial é exercida pelo poder, mas também pelo complexo cultural em que as desigualdades, a violência e a discriminação racial são absorvidas como componentes da vida social (Almeida, 2021, p. 75-76).

Se lido a partir da reflexão de Almeida, o comentário de Moser revela a maneira pela qual pessoas brancas, muitas vezes, são incapazes de enxergar a plena humanidade das pessoas negras, perpetuando a marginalização e a desvalorização de suas experiências.

Ao compará-las, Benjamin Moser não reconhece Carolina como escritora. Além disso, abrevia a obra literária de Carolina a “um angustiante livro de memórias da pobreza brasileira” e atribui à escritora a condição de alguém estranho e que parece estar “fora do lugar”. Esse lugar do qual Carolina está fora, segundo Moser, é o meio

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.quatrocincoum.com.br/br/artigos/literatura/os-lacos-que-unem-clarice-e-carolina>. Último acesso em: 30.06.2023.

literário frequentado por intelectuais brancos e “belos”. Carolina é vista como peça fora do tabuleiro do “jogo literário”, pois não estaria apta a pertencer ao grupo restrito de escritores e literatos, devido a sua condição social e racial. Ainda que em versão recente do livro, publicada em 2017, ele tenha apagado a referência a Carolina como empregada doméstica, Moser não atribui à obra de Carolina o status de literatura, considerando-a mais como uma “revelação” do que uma obra literária propriamente dita (Ximenes, 2018, p. 27).

Essa atitude de Moser também chama a atenção para a importância da representatividade e diversidade na literatura. Como vimos anteriormente, o ofício da escrita, assim como os meios necessários para produção das obras literárias, eram monopolizadas nas mãos de homens brancos. No argumento de Dalcastagnè (2008), a produção literária é escrita por uma elite branca e, em geral, o conteúdo que encontramos nas obras são perspectivas de mundo de pessoas brancas. Quando aparece outra identidade étnico-racial, ela sempre é representada no lugar da subalternidade ou, no máximo, do exotismo e da excepcionalidade.

A presença de Carolina em um evento literário ao lado de Clarice Lispector deveria ser vista como um marco histórico, um acontecimento das letras nacionais, um encontro de duas grandes escritoras cujas vozes ressoaram com força em suas respectivas realidades e falaram a seus respectivos públicos. No entanto, Moser desvalorizou a presença de Carolina ao reduzi-la a um estereótipo depreciativo historicamente conformado, desconsiderando sua conversação literária.

Há uma redução, por ignorância ou má-fé, em engessar Carolina Maria de Jesus como a escritora que escreveu um “livro angustiante”; porém, mais grave que isto é a depreciação de Carolina Maria de Jesus em detrimento da exaltação da figura de Clarice Lispector, que “parece uma estrela de cinema”, relegando Carolina Maria de Jesus como “tensa”, “fora do lugar” e “empregada de Clarice” (Dalcol, 2020, p. 115).

O comentário de Moser revela o funcionamento do pacto da branquitude, que, mesmo no sistema literário, pode funcionar como a replicação de uma estrutura social que privilegia os brancos e coloca pessoas não brancas em uma posição de inferioridade e desvantagem social. Ao expressar sua surpresa diante da presença de Carolina Maria de Jesus naquele evento literário, Moser está posicionado como observador branco (e, portanto, universal) privilegiado, cujas expectativas são moldadas pela prevalência racial vigente, que favorece, inclusive, a ele próprio.

Ainda sobre o modo como a escritora era retratada pela imprensa, aqui convém resgatar a passagem da autora pela cidade de Pernambuco, momento em que participou de uma série de eventos sobre literatura e seções de autógrafos pelo lançamento de seu diário. Raphael Alberti Nóbrega de Oliveira (2020, p. 68), rememorou que o jornalista Celso Rodrigues do Diário de

Pernambuco a descreu como “pretinha, risonha e desembaraçada”. Conforme ele elucidou, “com tantos adjetivos para caracterizar uma das maiores vendedoras de livros do Brasil, o jornalista se viu na necessidade de descrever sua negritude no diminutivo, como se sua posição na sociedade como pessoa negra fosse objeto de piedade, inferiorizando-a (Oliveira, 2020, p. 68).

Ainda segundo Oliveira, “voltando a questão do racismo estrutural, seria impensável que jornalistas se referirem a uma escritora branca como Clarice Lispector, que estivesse lançando livros em uma cidade do interior do Nordeste, como “*branquinha, sorridente e desembaraçada*” (Oliveira, 2020, p. 69). O pesquisador ainda pontua ser “relevante situar que mulheres brancas e negras recebem tratamento diferenciado da imprensa, mesmo estando em uma posição profissional e social semelhantes”.

Esse tipo de reação ressalta a necessidade de questionar e desafiar os padrões de aceitação e reconhecimento na literatura e em outros campos artísticos, que muitas vezes excluem expressões consideradas marginalizadas – como aconteceu com a autora de *Diário de Bitita*. Aliás, era assim que a autora, em geral, era descrita pela imprensa e por outros setores da sociedade. Bitita chegou a registrar em seus diários suas percepções sobre chegar nos lugares que estavam cheios de brancos e o quanto ela se sentia desconfortável com os olhares curiosos e de rejeição. Com o sucesso estrondoso de seu primeiro diário, a autora teve a oportunidade de conhecer muitos lugares que jamais imaginava que pudesse estar. Ela e os filhos passaram a frequentar restaurantes caros, participar de reuniões com a elite branca de São Paulo, e frequentemente era solicitada para um evento social aqui e acolá.

No dia 26 de dezembro de 1960, quando registrou que não se sentiu bem tratada ao entrar numa livraria, ela afirmou:

Entre na livraria, os comentarios eram dessairosos e cacêtes. Parece que todos estão contra-mim. Ate a dona Adelia dava opiniões criticando a minha atitude por ter entrado na casa com os inquilinos. É que percebi que o dono da imobiliaria queria explorar-me. Se eu não tomasse esta decisão, não conseguia a casa. Eu disse para a Dona Adelia que tenho pavôr da minha vida entre os civilisados! Ha os que estudam, em vez ser honesto, são desonesto, chêio de confusão! Tipos que tem de branco só a pele. *A Dona Adelia defendia os brancos dizendo que a raça humana são todos iguaes, são imperfêitos! Fiquei furiosa com tanto falatorio nos meus ouvidos* (De Jesus, 2021b, p. 35-36 – itálicos nossos).

Ao destacar que Dona Adelia defendia brancos, vale ressaltar que esse comportamento está relacionado ao pacto da branquitude, que se sustenta por meio da cooperação entre indivíduos do mesmo grupo racial, como um contrato racial implícito, para retornar à terminologia de Mills (2023). Essa colaboração entre brancos é um elemento constitutivo das

práticas dessa comunidade, visando assegurar a manutenção de uma autoimagem positiva e a defesa de seus próprios interesses. A atitude de Dona Adelia revela a estratégia adotada pela branquitude para se proteger, consistindo em humanizar e suavizar os desvios cometidos por membros de seu grupo racial. Essa defesa mútua se traduz em uma tentativa de atribuir qualidades positivas aos brancos, contribuindo para a preservação de uma narrativa que, muitas vezes, minimiza ou justifica comportamentos prejudiciais. Essa dinâmica, ao se manifestar através de atitudes defensivas, de um lado, evidencia a solidariedade inter-racial, enquanto que, de outro, a perpetuação de uma lógica que busca preservar a imagem da branquitude, atribuindo qualidades aos seus pares raciais à medida que negativiza o outro (não-branco) da relação.

Os diários que escrevia cotidianamente não são apenas registros de suas andanças atrás de dinheiro para sobreviver, mas constituem material que Elaine da Conceição Silva argumentou ser uma forma de “refletir sobre suas experiências” e traçar uma “visão crítica sobre a sociedade da época” (Silva, 2016, p. 4). E foi isso que Carolina de Jesus fez, não apenas em *Quarto de Despejo*, mas também em *Casa de Alvenaria*, que é onde ela mais relatou as tensões com o mercado de bens simbólicos.

No texto de apresentação de *Casa de Alvenaria*, Audálio Dantas escreveu em setembro de 1961 que o novo diário tratava de um depoimento sobre outro mundo – o mundo da casa de alvenaria e as conquistas da autora. Dantas nos lembra que esse depoimento é tão importante quanto *Quarto de Despejo*, pois, na ocasião, Carolina apresentou um “pouco de alegria, há o deslumbramento da descoberta, há a felicidade do estomago satisfeito, há a perplexidade diante de pessoas e coisas diferentes e uma amarga constatação: a miséria também existe na alvenaria” (Dantas *apud* De Jesus, 1961, p. 5).

Aqui, é importante ressaltar aquilo que Elaine da Conceição, quando apresentou em sua tese os resultados da análise que fez de *Casa de Alvenaria*. Conforme ela percebeu, há muitas semelhanças com o primeiro diário, mas o enfoque do segundo trabalho eram duras “críticas a salas de visitas”. São “impressões, juízos sobre a elite e a classe média com as quais passou a conviver e que a trataram muitas vezes como objeto de exposição” (Silva, 2016, p. 4).

Quando Carolina Maria de Jesus emergiu no sistema literário com o lançamento de seu livro, em 1960, ela causou grande impacto. Sua obra expôs a realidade cruel das favelas e deu voz à experiência das pessoas marginalizadas. No entanto, a chegada de Carolina em um ambiente literário majoritariamente branco e elitista gerou desconforto em muitos indivíduos. O desconforto sentido por algumas pessoas brancas nesse contexto pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo o confronto com seus próprios preconceitos e o sentimento causado pela percepção de mudanças nas dinâmicas de poder. A presença de uma pessoa negra,

especialmente alguém como Carolina, que ousou desafiar as barreiras sociais impostas, pode despertar sentimentos de inadequação e ameaça aos privilégios e estereótipos arraigados.

Aqui convém lembrar o argumento de Cida Bento (2002, p. 44) ao apontar para o fato de que a branquitude é uma “projeção do branco sobre o negro, nascida do medo e cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios”. Ainda segundo os apontamentos da pesquisadora, “o que se vê comprometido nesse processo é a própria capacidade de identificação com o próximo, criando-se, desse modo, as bases de uma intolerância generalizada contra tudo o que possa representar a diferença”. De acordo com Bento,

[...] nas relações raciais hierarquizadas, o que ocorre é o oposto e, de certa forma, similar ao que ocorre no amor narcísico. O amor narcísico está relacionado com a identificação, tanto quanto o ódio narcísico com a desidentificação [...]. O objeto do nosso amor narcísico é “nosso semelhante”, depositário do nosso lado bom. A escolha narcísica de objeto se faz a partir do modelo de si mesmo, ou melhor, de seu ego ideal: ama-se o que se é, ou o que se foi, mas ama-se principalmente o que se gostaria de ser, ou mesmo a pessoa que foi parte de si, enquanto vista como ideal do ego, nos processos de indiferenciação (Bento, 2002, p. 44).

A chegada de uma pessoa negra a um ambiente predominantemente branco pode expor a falta de diversidade e inclusão nesse espaço. Muitas vezes, as pessoas brancas não estão acostumadas a compartilhar o poder e os recursos com indivíduos de outras origens étnico-raciais, o que pode gerar desconforto ao confrontar o próprio inevitável.

Em *Sampa*<sup>27</sup>, Caetano Veloso afirma que “Narciso acha feio o que não é espelho”. O cantor ao fazer alusão ao mito de Narciso, que se apaixonou pela própria imagem refletida na água, sugere que, em São Paulo, os migrantes são vistos de forma pejorativa. Caetano, recém-chegado da Bahia, resume tal estranheza que São Paulo lhe provoca: sua presença passa a ser percebida de forma indesejada, distorcida, porque diferente do eixo normativo. Era dessa mesma maneira que Carolina Maria de Jesus, em várias ocasiões, era recepcionada nos ambientes de maioria branca. O estranhamento sempre estava presente e a escritora relatou esses constrangimentos em suas obras.

Ainda sobre o medo da branquitude que se manifesta quando está diante de alguma mobilidade social se pessoas de outros grupos raciais, Cida Bento salientou que se trata de um:

[...] medo da perda de lugares de poder e dos privilégios decorrentes desses lugares. Esse medo, podemos observar, acompanha a história de nosso país, e se intensifica quando o negro muda de lugar, aproximando-se do branco nos espaços de poder, ou quando o negro é maioria na localidade (Bento, 2002, p. 57).

---

<sup>27</sup> Música que faz parte do álbum *Muito – Dentro da Estrela Azulada*, lançado em 1978.



**Figura 3. Carolina Maria de Jesus em evento literário no RJ**



Fonte: Portal Vermelho<sup>28</sup>

Na fotografia acima, tirada durante um evento de livro em um shopping de Copacabana, no Rio de Janeiro, Carolina está cercada de pessoas brancas, com olhares voltados, em sua maioria, para a escritora. Com um vestido de festa, trabalhado com pequenas pedrarias, a escritora ostentava joias (um colar e um par de brincos) e, em sua mão esquerda, carrega um leque. Percebam que existem duas mãos segurando seu braço esquerdo, o que impede a autora de se mover confortavelmente. A mão que aperta o braço na região superior de Carolina segura de maneira tão firme que é possível ver cavidades entre os dedos. A autora, inclusive, retratou em seus diários os assédios que sofria quando aparecia em determinados espaços.

A fotografia revela comportamentos invasivos, constrangedores e indicativos de uma dinâmica desigual de poder – perceba a autoridade com que a mulher branca acredita ter ao segurar Carolina daquela maneira. O olhar curioso das mulheres brancas sugere, ainda, uma atitude de *voyeurismo*, de observar e analisar a vida de Carolina, como se ela fosse uma figura exótica ou uma atração em um zoológico. Essa atitude objetificadora e desrespeitosa é um exemplo de comportamento invasivo, onde as pessoas invadem o espaço e a privacidade de outra pessoa sem o seu consentimento. A mulher que segura firmemente a mão e o braço esquerdo de Carolina demonstra um gesto de controle e dominação. Essa ação física reforça a dinâmica de poder desigual entre as duas mulheres, na qual a mulher branca exerce seu poder

<sup>28</sup>Disponível em: <https://www.vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/o-dia-em-que-carolina-maria-de-jesus-acusou-jorge-amado/>. Último acesso em: 30.06.2023.

sobre Carolina, que obviamente se sente deslocada mostrando uma clara falta de respeito pela sua autonomia e liberdade pessoal da artista.

Além de capturar um momento específico, a imagem também serve como um poderoso reflexo da persistência das desigualdades e da objetificação enfrentadas pelas pessoas negras a nível estrutural. No caso de Carolina, a imagem dá a ver a invasão de privacidade, acompanhada de uma demonstração evidente de poder e controle por parte das mulheres brancas presentes naquele retrato. Essa cena ressalta a vulnerabilidade de Carolina diante do olhar invasivo destacando a dinâmica desigual de poder que permeia as relações raciais.

Ao examinar mais profundamente, a fotografia, enquanto registro visual, constitui uma representação gráfica do racismo estrutural e do pacto da branquitude. As ações intrusivas e constrangedoras das mulheres brancas na imagem não são eventos isolados, mas sim manifestações de um padrão sistêmico que busca manter as pessoas negras em posições de submissão e constrangimentos. Essa objetificação e invasão de privacidade violam a dignidade pessoal de Carolina, além de ecoar a histórica opressão racial que perpetua estereótipos e reforça hierarquias que são prejudiciais às pessoas não-brancas. Paulo Roberto Pires faz uma leitura crítica desta imagem, salientando o desconforto da escritora diante daquelas reações: “Na fotografia, chama a atenção, isso sim, sua solidão, separada por um balcão de cinco mulheres e um homem, todos brancos e bem-vestidos, alguns indiferentes, outros olhando-a com indisfarçada curiosidade”<sup>29</sup>.

O pacto da branquitude está relacionado à ideia de que a sociedade branca estabelece um conjunto de regras e acordos tácitos que perpetuam a supremacia branca e a manutenção de privilégios. Esse pacto só consolida a invisibilização sistemática e a negação das experiências e opressões vivenciadas pelas pessoas não brancas. Ao analisar a fotografia descrita anteriormente, podemos identificar elementos que se conectam com o conceito cunhado por Cida Bento. A atitude das mulheres brancas em relação a Carolina reflete a dinâmica de poder e a hierarquia racial estabelecida por esse pacto. As mulheres brancas assumem uma posição, ao mesmo tempo, de curiosidade e controle em relação à escritora, reforçando uma ideia de superioridade e dominância racial.

Além disso, a forma como a mulher branca agarra a mão e o braço de Carolina evidencia a imposição física do poder e a violação dos limites pessoais e corpóreos de Carolina. Essa ação pode ser interpretada como tentativa de fortalecer a autoridade branca sobre a negra,

---

<sup>29</sup> Disponível em: <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/o-dia-em-que-carolina-maria-de-jesus-acusou-jorge-amado/>. Último acesso em: 08.06.2023.

estabelecendo uma relação de submissão e sujeição. Essa situação exemplifica como o pacto da branquitude opera de maneira sutil e, muitas vezes, inconsciente, com “boas intencionalidades”, perpetuando relações assimétricas de poder entre brancos e não brancos. O pacto da branquitude é, portanto, uma estrutura cujo funcionamento mantém as pessoas negras em posições de inferioridade, negando-lhes voz e autonomia.

Carolina Maria de Jesus circulou por vários lugares: da favela à casa de alvenaria, do lixo ao luxo, assim como estabeleceu relações com pessoas importantes da sociedade de sua época. Para além de Clarice, podemos tomar um outro contraponto para explicitar o funcionamento do pacto da branquitude no sistema literário brasileiro do século XX. Com Jorge Amado, por exemplo, a escritora parece que não teve uma relação amigável e de trocas de elogios, como ocorreu com Lispector. Conforme narrado por Meihy e Levine em *Cinderela Negra*, Carolina certa vez “armou uma briga com ele. Ela foi participar de uma feira do livro no Rio, mas só chegaram cinquenta exemplares dos seus livros. Como Jorge Amado era o coordenador da feira, ela fez o maior fuzuê, dizendo que ele fizera aquilo para vender sozinho os seus livros” (Meihy & Levine, 2015, p. 125). Além desse episódio com o “artista da mestiçagem”<sup>30</sup>, aqui convém lembrar as palavras de Vera Eunice a respeito da relação entre Amado e sua mãe. Segundo contou em entrevista<sup>31</sup>, certa vez, Jorge Amado barrou a entrada de Carolina em sua casa, porque “ela não era bem-vinda”, após um evento que reunia nomes da literatura em uma feira literária, no Rio de Janeiro.

Sobre o acontecimento, em que Jorge Amado “passou por apuros” com Carolina, Tom Farias nos lembrou que após a acusação que a escritora mineira fez ao baiano, de tê-la boicotado, ele teria se manifestado dizendo que havia ficado “magoado” na ocasião com Bitita, “tida como polêmica e barraqueira”<sup>32</sup>. No artigo de Farias, o biógrafo de Carolina trouxe algumas confusões que envolveram a autora e o modo como a sociedade brasileira a recepcionava nos ambientes sociais.

Para além desse contraste entre as trajetórias sociais de Jesus, Lispector e Amado, aqui convém ressaltar o repertório narrativo de eixos temáticos que destoam da produção de Carolina, sobretudo no discurso literário amadiano. Lilia Moritz Schwarcz (2009) classifica o escritor como alguém que interpretou o Brasil e coloca-o em convergência com os ensaios e

---

<sup>30</sup> Sobre isso, consultar o texto de Lilia Moritz Schwarcz intitulado *O artista da mestiçagem* (2009), em que a autora explora aspectos discursivos de sua obra e que fazem referência a ideologia do “mito da democracia racial”.

<sup>31</sup> Ver: <https://www.hypeness.com.br/2020/10/jorge-amado-vetou-carolina-maria-de-jesus-em-sua-casa-por-ter-vendido-mais-livros-que-ele/>. Último acesso em: 15.04.2023.

<sup>32</sup> Ver: <https://quatrocincoum.com.br/artigos/literatura-brasileira/lingua-de-fogo/>. Último acesso em: 09.06.2023.

pensamentos de Gilberto Freyre – sobretudo sua obra *Casa-Grande & Senzala*. A autora aponta para o fato de que Amado também faz uma trajetória parecida com a de Freyre, com origem nas classes dominantes, como também aparece em suas obras uma visão crítica e negativa com relação à miscigenação e que vai sendo, a partir de outras décadas posteriores a 1930, ressignificada pelo autor baiano – não é à toa que várias das suas obras serão tema de novela justamente porque ele dá forma literária à ideologia nacional.

Esses aspectos, vale pontuar, permite ir além da crítica de que tais autores eram favorecidos por sustentar uma narrativa de bajulação das elites, afinal, como sabemos, os temas que atravessam a obra de Jorge Amado convergem com um esforço de consolidação de uma identidade nacional, favorecendo a sua inserção e legitimação no cânone nacional. Nesse aspecto, a obra de Carolina, sua denúncia, contrasta com o elogio à mestiçagem.

Os registros de Carolina flagraram tensões de classe, gênero e raça do sistema literário no contexto em que vinha tentando publicar suas obras. Com isso, observamos uma narradora que colocou o dedo na ferida colonial, denunciando suas reminiscências presentes no sistema literário brasileiro. Em termos temáticos, Carolina retrata outra imagem de Brasil, uma imagem que coloca em xeque o discurso da democracia racial, que é completamente divergente, portanto, do cânone literário à época e, por outro lado, estaria mais alinhada com as reivindicações do movimento negro e com pesquisas sociológicas dos anos 1950-60. Bitita transformou em narrativa literária todos os conflitos que teve com os intermediários de sua obra, como Dantas, assim como o modo como ela era recepcionada pela elite intelectual de sua época. A partir disso, é possível identificar uma considerável incidência dessas relações de poder e do pacto da branquitude em sua construção literária.

Antes, porém, é preciso verificar a relação entre benefícios materiais e estrutura de privilégios. Lia Schucman é quem teceu reflexões acerca da branquitude e dos seus ganhos materiais:

Outros fatores relacionados à branquitude são os privilégios materiais que os brancos têm em relação aos não brancos. Isso significa que ser branco produz cotidianamente situações de vantagem em relação aos não brancos. Diferentes pesquisas demonstram que há para os brancos mais facilidades no acesso à habitação, à hipoteca, à educação, à oportunidade de emprego e à transferência de riqueza herdada entre as gerações. No Brasil, tais dados são evidentes em diferentes pesquisas de cunho quantitativo e qualitativo. A literatura dos estudos raciais demonstra a presença e a persistência das desigualdades raciais e da situação subalterna dos não brancos em relação aos brancos (Schucman, 2012, p. 25).

A ideologia da meritocracia tem sido amplamente difundida e enraizada na sociedade como princípio fundamental para o sucesso individual. Acredita-se que, em uma sociedade

meritocrática, o mérito individual seria a única resposta possível para o avanço social e econômico. No entanto, quando examinamos mais de perto a realidade social, notamos que essa ideologia é problemática e se relaciona de maneira complexa com a questão racial.

O racismo estrutural é um sistema de opressão que permeia todas as esferas da sociedade e mantém as desigualdades raciais arraigadas. Ele se manifesta por meio de políticas discriminatórias, preconceitos incrustados, estereótipos negativos e disparidades sistêmicas, afetando desproporcionalmente grupos racializados. Portanto, ao examinar a meritocracia dentro desse contexto, podemos ver como ela pode ser um mecanismo de manutenção das desigualdades raciais.

A ideia de que o sucesso individual é alcançado exclusivamente com base no mérito pessoal ignora os obstáculos enfrentados por grupos marginalizados, como as pessoas negras. A meritocracia aceitou que todos têm as mesmas oportunidades e começam do mesmo ponto de partida, o que não é verdade quando se trata de questões raciais. As pessoas negras muitas vezes enfrentaram barreiras históricas que limitam seu acesso à educação de qualidade, empregos bem remunerados e outras oportunidades socioeconômicas. Schucman argumenta:

[...] podemos pensar a branquitude como um dispositivo que produz desigualdades profundas entre brancos e não brancos no Brasil, em nossos valores estéticos e em outras condições cotidianas de vida, em que os sujeitos brancos exercem posições de poder sem tomar consciência deste *habitus* racista que perpassa toda a sociedade (Schucman, 2014, p. 29).

Além disso, a meritocracia também ignora as vantagens e os privilégios que algumas pessoas têm desde o nascimento, como herança familiar, redes de contatos influentes e acesso a recursos financeiros. Esses fatores, muitas vezes, estão correlacionados à origem racial e étnica, ampliando ainda mais as desigualdades e hierarquias sociais. Portanto, o argumento de que o sucesso é meramente uma questão de mérito individual tende a perpetuar o status quo e a exacerbar as disparidades raciais existentes.

Um dos grandes problemas vivenciados em uma sociedade permeada por conflitos e antagonismos de classe, de raça e sexuais é como compatibilizar a desigualdade com parâmetros culturais baseados em ideologias universalistas, cosmopolitas e, portanto, politicamente impessoais, neutras e pautadas pela igualdade formal (Almeida, 2021, p. 80-81).

A meritocracia, quando permaneceu dentro do contexto do racismo estrutural, serve como forma de justificar e perpetuar as desigualdades raciais. Ao enfatizar apenas o mérito individual, ela desconsidera as injustiças históricas e sistêmicas que alcançaram as pessoas

negras. Em vez de enfrentar as questões relacionadas subjacentes que perpetuam o racismo, a meritocracia coloca a responsabilidade total do sucesso ou fracasso nas mãos dos indivíduos, culpabilizando aqueles que não conseguem alcançar o mesmo nível de sucesso.

No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade. A miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso de meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial (Almeida, 2021, p. 82).

O jornalismo brasileiro, historicamente, tem uma relação de muita aproximação com literatura e com suas criadoras e criadores. Trata-se de um mercado editorial que também opera a partir de uma dinâmica que privilegia certos grupos em detrimento de outros. Conforme Sérgio Arruda de Moura (2008) ilustrou, existe uma complexa relação entre os escritores e as condições sociais particulares de produção da obra literária quando se esbarra no mercado de notícias. O autor salienta que a crônica na imprensa remonta ao século XIX, momento que também era um gênero bastante fecundo. Moura sustenta que “a crônica é o resultado de uma prática de escritores nos domínios do jornal”. Suas características têm componentes híbridos, “organizados a partir de uma visão subjetiva do mundo” (De Moura, 2008, p. 3). A respeito do escritor e o mercado da notícia, Arruda nos lembrou que:

O cronista, na imprensa brasileira, é também um ser híbrido, imbuído da inserção no campo literário pela via do campo jornalístico. O escritor brasileiro, historicamente, confirma sua inserção no campo da produção cultural e artística pela via de sua inserção no jornalismo, como forma de garantir sua subsistência material e divulgação do seu trabalho (De Moura, 2008, p. 3).

No entanto, nem todos os escritores têm a mesma chance de publicar com tanta facilidade na imprensa brasileira e garantir sua subsistência. Exemplo disso foram as inúmeras tentativas de Carolina de Maria Jesus de ter seus poemas publicados, mas que foram negados nos jornais da época, porque, como ela mesma relatava, não conseguia publicar nos jornais por sempre ser rejeitada pelos editores. Conforme lembrou Tom Farias, a escritora escreveu um poema chamado *O colono e o fazendeiro*, em 1939. Trata-se de um poema-protesto, e foi escrito “depois do desgosto e da exploração sofrida por Carolina e sua família pelos fazendeiros”. Segue o poema em questão:

Diz o brasileiro  
 Que acabou a escravidão  
 Mas o colono sua o ano inteiro  
 E nunca tem um tostão.

Se o colono está doente  
 É preciso trabalhar  
 Luta o pobre no sol quente  
 E nada tem para guardar.

Cinco da madrugada  
 Toca o fiscal a corneta  
 Despertando o camarada  
 Para ir à colheita.

Chega à roça. O sol nascer.  
 Cada um na sua linha  
 Suando e para comer  
 Só feijão com farinha.

Nunca pode melhorar  
 Esta negra situação  
 Carne não pode comprar  
 Pra não dever ao patrão.

Fazendeiro ao fim do mês  
 Dá um vale de cem mil-réis  
 Artigo que custa seis  
 Vende ao colono por dez.

Colono não tem futuro  
 E trabalha todo dia  
 O pobre não tem seguro  
 E nem aposentadoria.

Ele perde a mocidade  
 A vida inteira no mato  
 E não tem sociedade  
 Onde está o seu sindicato?

Ele passa o ano inteiro  
 Trabalhando, que grandeza!  
 Enriquece o fazendeiro  
 E termina na pobreza.

Se o fazendeiro falar:  
 Não fique na minha fazenda  
 Colono tem que mudar  
 Pois há quem o defenda.

Trabalha o ano inteiro  
 E no natal não tem abono  
 Percebi que o fazendeiro  
 Não dá valor ao colono.

O colono quer estudar  
 Admira a sapiência do patrão  
 Mas é um escravo, tem que estacionar  
 Não pode dar margem à vocação.

A vida do colono brasileiro  
 É pungente e deplorável  
 Trabalha de janeiro a janeiro  
 E vive sempre miserável.

O fazendeiro é rude como patrão  
 Conserva o colono preso no mato  
 É espoliado sem lei, sem proteção  
 E ele visa o lucro imediato<sup>33</sup>.

Farias salientou que esse poema foi publicado pela primeira vez em São Paulo, no jornal *Folha da Manhã*, no dia 25 de fevereiro de 1940 (Farias, 2018, p. 68).

Farias argumentou que a autora, ao chegar em São Paulo com mais de 20 anos de idade, em janeiro de 1937, passou a frequentar as redações dos jornais locais. Essa atitude revela as estratégias que investia para conseguir espaço e ter seus escritos publicados. Farias pontuou que “ela empreendeu isso como sendo uma espécie de dilema de sua vida. No íntimo, queria se ver nas páginas dos jornais locais, ter a sensação gloriosa de estampar suas poesias “em letra de forma” (Farias, 2018, p. 118).

O biógrafo da escritora nos lembrou, ainda, que Carolina sempre mostrava seus textos para jornalistas, a fim de ser publicada. No dia 5 de fevereiro, ao chegar na redação da *Folha da Manhã*, durante uma conversa com o jornalista Willy Aureli, ela argumentou que quando chegava em algumas redações de jornais e percebiam que se tratava de uma mulher negra, os jornalistas “mandam dizer que não estão” (Farias, 2018, p. 121).

Uma das questões levantadas por Sérgio Arruda de Moura é se podemos ou não correlacionar o campo jornalístico ao campo literário. Segundo ele ressalta, “essas considerações sobre a atividade do escritor quando ele escreve para o jornal, seja como cronista, seja como colunista ou mesmo editor” (De Moura, 2008, p. 3), podem nos dar uma dimensão dessa relação entre a vida literária e o campo jornalístico. Assim, a partir dessas mutuas relações, o autor aponta para o fato de que alguns escritores estão “no batente de um jornal na expectativa de ‘viver da pena’ [...], segundo o qual o escritor nutre duplamente sua escritura [...], ou seja, sobrevive de uma remuneração [...] e recolhe desta experiência subsídios de sua criação” (De Moura, 2008, p. 3). Com isso, o autor aponta que:

Escritores e jornalistas dedicados à crônica têm identidades em contato, e, muitas vezes, se confundem totalmente: eles fazem parte, na realidade das letras, especialmente durante a primeira metade do século XX no Brasil, de um fecundo cruzamento de campos bastante distintos: a literatura e o jornalismo. Este cruzamento estabeleceu um lugar de práticas identitárias do escritor em vias de ascensão e

---

<sup>33</sup> Disponível em: *Antologia Pessoal*, de Carolina Maria de Jesus, publicado pela editora da UFRJ em 1996.



reconhecimento público cuja problemática de inserção se dá de forma singular, ou seja, o escritor busca meios de pertencimento a um campo (De Moura, 2008, p. 4).

Mesmo odiando escrever crônica para jornais, Clarice Lispector sabia o quanto era importante seguir publicando esse gênero na imprensa de sua época, justamente porque seus textos e suas ideias estavam ganhando espaço no mercado de bens simbólicos. Convém observar aquilo que Sérgio Arruda argumenta a respeito de procurar estratégias materiais de sustentação, que permitem algumas realizações para os escritores. De acordo com ele, “teremos o escritor que, além de escrever para a sua sobrevivência espiritual (escrever para se libertar, diriam uns), em certos momentos e em certas figuras, também tem de escrever prevendo sua sobrevivência material” (De Moura, 2008, p. 7).

Clarice Lispector, pouco depois de se consagrar como grande escritora e ter crescimento editorial significativo a partir de sua obra *Perto do coração selvagem*, em 1943, também viveu essa contingência que foi imposta pelo seu esforço não só de pertencimento ao campo literário, mas também se manter no sistema literário. “Para tal pertencimento, houve de abdicar em certos momentos de sua fina pena de ficcionista para produzir crônicas (que ela alegava não saber escrever) e colunas femininas assinadas (que alega descrever do seu ofício), nos jornais e revista de seu tempo” (De Moura, 2008, p. 7).

Clarice manteve uma coluna no *Jornal do Brasil* de 1967 a 1973. Suas crônicas estavam circulando em um meio que até hoje está no mercado da comunicação. Mesmo com a ditadura militar, que não só intimidava as redações, como também torturava e assassinava jornalistas<sup>34</sup>, Clarice conseguiu publicar seus escritos. Isso, de alguma maneira, fez com que seus textos fossem lidos por mais pessoas, mesmo que num contexto de bastante tensão. A sua notoriedade foi garantida porque teve chance de regar o sistema literário com suas produções.

Durante uma entrevista<sup>35</sup> concedida à TV Cultura pouco antes de morrer, Clarice afirma que só escreve quando quer, que é uma “amadora e faço questão de continuar a ser amadora. Profissional é aquele que tem uma obrigação consigo mesmo de escrever, ou então em relação ao outro. Agora, eu faço questão de não ser profissional para manter minha liberdade”. Num outro momento, ela narra que para publicar seu primeiro conto chegou até a redação de uma revista e disse que tinha algo para publicar. O editor, que era um homem, leu e questionou sobre

---

<sup>34</sup> Vladimir Herzog, que era um jornalista reconhecido, por exemplo, foi uma das vítimas do Estado brasileiro.

<sup>35</sup> Programa Panorama, exibido no ano de 1977, na TV Cultura, pouco antes da escritora falecer. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ohHP112EVnU&t=291s>. Último acesso em: 10.04.2022.

a autoria do texto. Ela insistiu ser de sua autoria e, então, conseguiu ter seu texto publicado pelo jornal na época.

Veja, o único impedimento que é possível identificar nessa situação de Clarice é o fato de um homem – provavelmente branco como a autora – questionar se o texto é de sua autoria. Nesse sentido, observamos uma relação de poder a partir da hierarquia de gênero. Mesmo tendo dúvidas a respeito da autoria do escrito, Clarice logrou publicá-lo. Aqui, poderíamos dizer que o capital simbólico manifesto na cor de sua pele pode ter contribuído para que a autora não tivesse passado por constrangimentos, como foi o caso de Carolina Maria de Jesus, que afirmou, como vimos anteriormente, que quando os jornalistas percebiam que se tratava de uma escritora negra, eles “mandam dizer que não estão”.

Ainda em 1942, Clarice recebeu o seu primeiro registro profissional como redatora do jornal *A Noite*. Em junho do mesmo ano, escreve ao então presidente Getúlio Vargas solicitando naturalização brasileira. Em janeiro do ano seguinte, obtém a naturalização assinada por Vargas e Alexandre Marcondes Filho, então ministro do Trabalho e da Justiça. Naquele mesmo ano, formou-se em direito e com a publicação de *Perto do coração selvagem*, recebe o prêmio Graça Aranha de melhor romance do ano. Também no mesmo período, casa-se com o diplomata carioca Maury Gurgel Valente, que iniciou a carreira ao ingressar no Itamaraty em 1940, quando ainda cursava direito na Universidade do Brasil<sup>36</sup>.

*Perto do coração selvagem* é bem recebida pela crítica. Segundo Antonio Candido escreveu para a *Folha da Manhã*, trata-se de uma “performance da melhor qualidade”. Os amigos de seu convívio são Fernando Sabino, Lúcio Cardoso, Otto Lara Resende e Paulo Mendes Campos. Além disso, manteve amizade com Erico Verissimo e sua companheira Mafalda. Em 1960, com o livro de contos *Laços de família*, publicada pela mesma editora que Carolina Maria de Jesus publica *Quarto de Despejo*, Clarice recebe o prêmio Jabuti. No ano seguinte, lança *A maçã no escuro*. O lançamento contou com sessão de autógrafos na abertura do II Festival do Escritor Brasileiro e o estande da autora foi apadrinhado por Tom Jobim.

Além disso, traduziu obras literárias mundialmente importantes – como *O retrato de Dorian Gray*, de Oscar Wilde e *A receita natural para ser bonita*, de Mary Ann Crenshaw. Como passatempo, dedicava-se à pintura. No total, produziria 18 quadros em técnica mista, sendo 15 em óleo sobre madeira e um sobre tela. Tanto como na escrita, seus quadros buscam fugir do figurativo rumo à abstração. Sua produção ganhou exposição organizada pelo Instituto Moreira Salles, em 2009, no Rio de Janeiro, com o nome “Clarice Pintora”. Teve dois retratos

---

<sup>36</sup> Disponível em: <https://site.claricelispector.ims.com.br/>. Último acesso em: 11.04.2022.

pintados pelos pintores Giorgio de Chirico e Carlos Scliar. Em 1976, recebeu o prêmio pelo conjunto da obra, oferecido pela Fundação Cultural do Distrito Federal, em Brasília. “Fiquei contentíssima. Não esperava”, disse ao jornal *O Globo*. No ano seguinte, a fábrica de brinquedos Estrela encomenda 12 histórias infantis, reunidas sob o título *Como nasceram as estrelas*. Ainda naquele mesmo período, publica *A hora da estrela*, com introdução assinada pelo crítico Eduardo Portella.

Conforme apontado por Aparecida Maria Nunes (2006), Clarice Lispector assumiu três colunas de jornais em que usava os pseudônimos de Tereza Quadros (na revista *Comício*, em 1952) e Helen Palmer (no *Correio da Manhã*, entre 1959 e 1961), e como *ghost-writer* da atriz Ilka Soares (no *Diário da Noite*, em 1960). Sua trajetória na imprensa é marcada por descontentamentos e por grandes tensões. Após ter tido seus originais recusados pela editora José Olympio, um de seus romances acabou sendo publicado pelo jornal *A Noite* com as seguintes exigências:

A autora não pagaria nada pelo lançamento (mil exemplares) mas tampouco receberia nenhuma parte dos lucros obtidos. A primeira edição logo se esgota. Diante do sucesso de vendagem e crítica, Clarice desabafa numa entrevista: “Ao publicar o livro, eu já programara para mim uma dura vida de escritora, obscura e difícil; a circunstância de falarem de meu livro me roubou o prazer desse sofrimento profissional” (Nunes, 2006, p. 66).

Mesmo com todos os obstáculos que surgiram, a escritora manteve-se numa posição de bastante destaque no campo de produção dos bens simbólicos e seguiu publicando seus escritos. Ainda que tivesse enfrentado alguns poucos obstáculos pelo atravessamento de gênero, Clarice era uma mulher branca e este capital simbólico se manifestava de modo positivo, garantindo-lhe prestígio na profissão das letras.

Clarice morre no dia 9 de dezembro, véspera de seu aniversário. É uma sexta-feira e em observância ao *Shabbat* não pode ser sepultada nesse dia. É enterrada no domingo, dia 11, no Cemitério Comunal Israelita. Tinha apenas 56 anos de idade. Além de Clarice Lispector, foram sepultados no local a escritora e crítica literária Bella Jozef, a atriz Dina Staf, o ator Gilberto Marmorosch e os pais de Silvio Santos.

Diferente de Carolina Maria de Jesus, que foi enterrada numa vala comum, Clarice está numa necrópole particular localizada na Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro. Toda a sua trajetória como escritora garantiu-lhe oportunidades sociais no interior do sistema literário. Assim como Clarice Lispector, o outro exemplo que trouxemos na seção passada, Jorge Amado, também publicou no mesmo contexto em que Carolina Maria de Jesus produzia, e tal como

Clarice, também teve sucesso em sua carreira no mercado da notícia. O escritor também manteve boas relações com as redações de alguns jornais do país. Durante uma entrevista à Silvia Poppovic, Jorge Amado falou no programa Vox Populi, da TV Cultura, gravado em 1984, que o escritor que disser que não gosta de receber honrarias estaria mentindo<sup>37</sup>.

Assim como Clarice, Jorge Amado conseguiu publicar diversas obras e acumular prêmios e outras condecorações. Várias de suas obras foram adaptadas para novelas e filmes. Entre suas obras adaptadas para a televisão, cinema e teatro estão: *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, *Gabriela Cravo e Canela*, *Tenda dos Milagres* e *Tieta do Agreste*. Em seu projeto literário, é privilegiada a região nordeste, em que a Bahia é o cenário de suas narrativas. Traduzido para dezenas de idiomas, Jorge Amado traça correspondências entre o realismo e o lirismo poético, lutas sociais e outros temas, em que denuncia a miséria e a opressão do trabalhador rural e das classes populares. É considerado um dos maiores representantes da ficção regionalista que marca o segundo período modernista (1930-1945). Em 1931, publicou um de seus primeiros romances *O país do carnaval*.

Algumas de suas obras foram censuradas, mas isso não impediu que ele proliferasse no sistema literário. Assim como Clarice Lispector, o autor colheu frutos abundantes no interior das relações de poder do sistema da literatura. Prêmios e honrarias trouxeram prestígio a sua existência social e garantiram sua permanência como um dos maiores literatos do século XX. Jorge Amado faleceu no dia 6 de agosto de 2001. O velório aconteceu no Palácio da Aclamação, em Salvador. Foi cremado e suas cinzas foram colocadas ao pé de uma mangueira, em sua casa, no Rio Vermelho. Sua esposa, Zélia, passou a ocupar a cadeira de nº 23 na ABL. Após a sua morte, em 2008, as cinzas foram enterradas, também, no jardim ao lado de Jorge.

O lugar, transformado em memorial, ganhou um projeto museógrafo e conta com vídeos, efeitos sonoros, fotos e exposição de objetos de uso pessoal do casal de escritores. Ao todo, são cerca de 30 horas de conteúdo audiovisual sobre vida e obras do casal. Depoimentos de Caetano Veloso, Camila Pitanga, Sônia Braga, Vladimir Brichta, Maria Bethânia, entre outros artistas e intelectuais compõem o acervo dedicado aos escritores baianos.

Na “casa do Rio Vermelho”, há no espaço um gaveteiro que conta com algumas cartas que Zélia trocou com Jorge. Além disso, existem correspondências de Drummond, Yoko Ono, Caymmi e Érico Veríssimo. As cartas são narradas em áudio e, logo ao lado, há um canto

---

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JYDMnwN4vBI>. Último acesso em: 16.06.2023.

reservado à vida política do escritor, com documentos e áudio sobre sua militância, o tempo no exílio e seu mandato como deputado.

Além da casa no Rio Vermelho, a Fundação de Jorge Amado é uma organização não-governamental e sem fins lucrativos com sede num casarão que fica de frente para o Largo do Pelourinho. A instituição cultural conta com atividades e um núcleo de pesquisas, com documentação sobre o próprio Jorge, Zélia e a literatura baiana. O espaço tem o objetivo de preservar e divulgar os acervos bibliográficos e artísticos de Amado, bem como incentivar e apoiar estudos e pesquisas sobre o legado do autor.

No local, os escritores recebiam visitas ilustres de Glauber Rocha, Pablo Neruda, Tom Jobim, Dorival Caymmi, Roman Polanski, Jack Nicholson, Sartre e Simone de Beauvoir, só para citar alguns nomes que faziam parte do círculo de amigos do casal. O número 33 da rua Alagoinhas abrigou Jorge e Zélia por 40 anos. O local tem pouco mais de 2 mil metros quadrados e foi comprado por eles em 1960 com o dinheiro da venda dos direitos de *Gabriela, Cravo e Canela*. Uma excelente casa de alvenaria, localizado num bairro boêmio de Salvador.

Além de escritor, Amado ocupou posição na estrutura burocrática do Estado. Não acumulou apenas capital social, cultural e econômico, mas também capital político. Certamente essa combinação de capitais garantiriam a ele uma posição de privilégio e prestígio no campo literário e cultural de seu tempo. Ao acionar esses múltiplos recursos, o baiano obteve sucesso editorial, mantendo-se uma posição de bastante destaque.

A origem familiar e a história de vida de cada indivíduo ajudam a compreender não só suas trajetórias, mas a sua situação social. Alguns aspectos da família de Jorge Amado, isto é, os capitais que possuíam, podem nos ajudar a investigar a razão pela qual esses recursos foram determinantes na definição da posição que cada um deles ocupava no espaço social e, assim, os ganhos simbólicos e econômicos que acumularam ao longo de suas trajetórias.

O que Jorge Amado e Clarice têm em comum, além de serem escritores, é o fato de que ambos eram brancos. Mesmo que a questão de gênero beneficie ainda mais o autor baiano, Clarice não ficou muito para trás no que se refere a ganhos materiais e simbólicos mediatos e imediatos. No entanto, como observamos no primeiro capítulo deste trabalho, Carolina Maria de Jesus não possuía as mesmas condições de origem. Além disso, a questão racial foi determinante para a estrutura de desvantagens – o que impediu a escritora de uma possível ascensão social por meio da literatura.

É bom lembrar que as publicações de Carolina e a sua existência atravessaram momentos políticos conturbados. A ditadura militar (1964-1985) aprofundou ainda mais as desigualdades sociais. Para além das atrocidades, a violência simbólica também se tornou um

instrumento político para a manutenção de uma diretriz ideológica dominante. Conforme salienta Otero (2003, p. 2), “os anos 60 e 70 foram marcados pelas mais variadas formas de violência, entre elas a censura prévia que é um instrumento de repressão e intolerância utilizado pelo Estado, em nome da ‘Segurança Nacional’”.

Além desse quadro de repressão, Meihy (1998) apresenta um quadro das “damas do cenário literário”, apontando para o fato de que Carolina foi a caminho do declínio, depois da publicação de seu primeiro diário, ao passo que escritoras como Clarice Lispector, Nelida Piñon, Henriqueta Lisboa, entre outras, foram consagradas pelo campo da literatura à medida que publicavam.

Como foi possível observar nesta seção, raça, classe e gênero e outras intersecções podem ajudar a iluminar relações de poder do sistema literário durante a segunda metade do século XX. Carolina, diferente de seus colegas escritores, não teve seus vencimentos pagos pelo Estado brasileiro, assim como não encontrou facilidade para publicar seus textos nos jornais do país, tampouco em grandes editoras. Isso porque “uma autora como Carolina Maria de Jesus será recusada, impedida, interdita, tendo suas obras utilizadas unicamente como ‘lenha da fogueira’, afinal, não há espaço para o polissêmico” (Leandro, 2019, p. 63).

A esse respeito, Tom Farias rememorou que:

Carolina foi vítima da perseguição da língua por uma “intelligentsia” supostamente ditadora de regras culturais da língua falada e escrita, mas como uma imposição de critérios e condutas, na forma de dominação, algo canônica, garantidora de hegemonia de uma casta, de um pequeno e seletivo grupo encastelado no “poder das letras”, diga-se de passagem, já predominantes na cultura e na política do país, por longos séculos (Farias, 2018, p. 237).

Ainda segundo Farias, a escritora mineira nunca poderia ter acessado a “sala de visitas”, assim como não poderia ser mais notada que celebridades do país como Jorge Amado, Clarice Lispector, entre outros escritores do mesmo contexto que o seu. No entanto, o biógrafo de Bitita apontou que “durante meses e meses, atravessando o ano de 1961, isso aconteceu. Como assim? Isso não pode! Isto não é aceito assim, dessa forma!” (Farias, 2018, 237).

\*\*\*

## CAPÍTULO III

### CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS NO SISTEMA LITERÁRIO

O principal objetivo deste capítulo é apresentar o panorama dos novos conflitos que os diários de Carolina têm enfrentado na contemporaneidade. A intenção é problematizar a recepção de suas obras mediante a formação de uma nova comunidade leitora e crítica, bem como analisar a circulação de suas ideias no mercado de notícias deste período histórico. Essa abordagem visa destacar os desafios que as obras da autora enfrentam nos dias atuais, examinando como sua escrita ressoa em uma audiência contemporânea. A formação de uma nova comunidade leitora e crítica sugere uma reapreciação e reinterpretação das obras da escritora à luz das problemáticas sociais, culturais e políticas contemporâneas. Ao explorar a recepção crítica dos diários de Carolina no contexto atual, este capítulo busca contribuir para uma compreensão da relevância contínua da autora, além de oferecer *insights* sobre as dinâmicas existentes dentro do sistema literário em constante diálogo com as transformações sociais que são oriundas do atual momento histórico.

#### 3.1. A formação de uma nova comunidade leitora

*Minha palavra vale um tiro  
e eu tenho muita munição.*

Racionais MC's

De acordo com Antonio Candido (1995, s/p), a ideia de um povo que possa viver desprovido de literatura é inexistente, sendo a literatura vista como uma necessidade intrínseca à experiência humana. Candido argumenta que todos, de maneira universal, compartilham a propensão à fabulação, à capacidade de se envolver com narrativas e histórias imaginadas. Ele sustenta que, da mesma forma que todos sonham durante as noites, é impossível passar as vinte e quatro horas do dia sem, em algum momento, entregar-se ao mundo especulativo da literatura.

Nessa perspectiva, Candido vai além de considerar a literatura como um mero entretenimento ou uma forma de expressividade artística; ele a defende como um direito fundamental. Equiparando a importância da literatura a outros direitos fundamentais garantidos

em declarações internacionais, o pensamento de Candido ressalta o papel crucial da literatura na experiência humana.

Segundo ele, cada sociedade cria suas próprias manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas a partir de seus impulsos, suas crenças, das coisas que fazem sentido para tal comunidade, suas normas, enfim, uma série de elementos que passam a vigorar de modo articulado no texto literário. O sociólogo elucidou que alguns valores que são preconizados, ou que são considerados prejudiciais, também estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e de outros setores das artes. Isso porque, “a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” e “por isso é indispensável tanto sancionada quanto a literatura proscrita; a que poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominantes” (Candido, 1995, s/p).

Como observamos ao longo desta dissertação, na trajetória literária do Brasil, a presença da literatura sempre esteve associada às classes mais elitizadas. Por muito tempo, obras e autoras descentralizadas enfrentaram barreiras para circular em outros estratos sociais, enquanto os clássicos e textos antes considerados inacessíveis demoraram a alcançar ambientes marginalizados. Foi somente em um momento posterior que se observou uma descentralização significativa da atividade literária, onde obras de autoria diversificada começaram a circular em diferentes núcleos da sociedade. Essa transformação envolveu a ampliação do público leitor, marcando uma mudança na composição desse público e também de seus interesses. Os entrecruzamentos de vozes literárias, impulsionados por tensionamentos sociais e culturais, desempenharam um papel crucial nesse processo. As mudanças no quadro de leitoras do sistema literário, muitas vezes impulsionadas por movimentos sociais e reivindicações por maior representatividade, contribuíram para uma literatura mais inclusiva e representativa – e, conseqüentemente, em rupturas significativas e que fazem parte desse movimento de transformação.

A circulação da literatura, antes restrita a determinados *locus*, começou a se expandir para espaços anteriormente marginalizados. Esse fenômeno democratizou o acesso à literatura e enriqueceu a diversidade de vozes e perspectivas presentes no cenário literário brasileiro. A literatura, assim, transcendeu suas raízes elitizadas e passou a desempenhar um papel mais inclusivo e representativo na construção do imaginário cultural e social do país.

Em *História da Leitura*, Steven Roger Fischer (2006) afirmou que o ato de ler é variável, não absoluto. Segundo ele, a definição mais ampla na modernidade é de que “a leitura é, como se sabe, a capacidade de extrair sentido de símbolos escritos ou impressos”. E que “o leitor



emprega os símbolos para orientar a recuperação de informações de sua memória e, em seguida, cria, com essas informações, uma interpretação plausível da mensagem do escritor” (Fischer, 2006, p. 11). Na longa trajetória da história literária, as relações entre leitores e obras assumiram formas diversas. A literatura, em seus múltiplos propósitos, tem servido para desempenhar vários papéis na sociedade, incluindo o de uma forma de arte que, em alguns casos, pode ser interpretada como uma espécie de bajulação de classe.

A literatura, ao longo do tempo, não apenas entreteve e informou, como também, muitas vezes, refletiu e perpetuou estruturas de poder existentes. Em algumas circunstâncias, determinadas obras literárias foram utilizadas como instrumentos de legitimação por enalteceram as classes dominantes. Elas desempenharam o papel de reforçar hierarquias sociais e culturais, ajudando a construir um imaginário social idealizado das classes mais privilegiadas. Essa função de bajulação de classe na literatura pode se manifestar de várias maneiras, desde a idealização romântica de personagens aristocráticos até a glorificação de estilos de vida associados às elites. Entender a literatura como um veículo que pode tanto questionar quanto reforçar estruturas sociais é crucial para uma análise mais crítica das obras ao longo da história.

Carolina Maria de Jesus (2021a, p. 143) também apontou que além de ser nossos amigos e nos oferecer variadas estradas para seguir, os livros “contam histórias. O livro revela o que ignoramos”. Na visão da escritora, a literatura é um instrumento poderoso que nos permite acessar camadas profundas da realidade, muitas vezes recônditas, revelando nuances ignoradas da vida cotidiana. A autora era aquela escritora que fora descrita por Sartre (2004) como engajada – ao contrário de outros escritores que elaboraram uma narrativa de bajulação das elites.

Ainda sobre a formação da leitura no Brasil durante os séculos XIX e XX, Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1987, s/p) argumentam que, desde a leitura de folhetins semanais ou das escrituras sagradas, ambos invadiam “o lar burguês, integrando-se ao cotidiano familiar e passando a constar das representações imaginárias da classe média, traduzidas, por exemplo, por pinturas e fotografias que retratam a paz doméstica abrigada pelo livro”. Ao abordar as influências de diferentes tipos de leituras que compõem o gosto burguês, as autoras problematizam as representações imaginárias das classes dominantes e o modo como certas expressões artísticas retratam a tranquilidade doméstica associada à presença dessas leituras. Isso nos dá uma dimensão do modo como as classes dominantes no Brasil foram moldando seu gosto ao longo do seu desenvolvimento. Podemos explorar a maneira como a literatura e outros escritos moldam a percepção e a estética dessas classes.

Nessa atmosfera social, nesse círculo fechado, operam formações metódicas de controle dos sentimentos, sendo sempre expressado uma delicadeza, uma performance romantizada e uma estética de vida que procura, sempre, se distanciar de outras existências consideradas inapropriadas. Com isso, “drama de pobre” não é tema que interessa a essa classe elitizada. Outras representações do mundo é que faz mais sentido para esse grupo seletivo. E assim foi durante muito tempo em nosso país: a literatura era restrita a espaços familiares específicos, sempre em comunidades leitoras aburguesadas.

Como também vimos anteriormente, a crítica especializada brasileira deixou de fora uma série de romancistas do *corpus* que seria construído como tradição ou cânone. No argumento de Eduardo de Assis Duarte (2013, p. 146), se olharmos para o arquivo da literatura brasileira construído pelos manuais, “a presença do negro mostra-se rarefeita e opaca, com poucos personagens, versos, cenas ou histórias fixadas no repertório literário nacional e presente na memória dos leitores”. Tais literaturas consideradas menores ou até mesmo “sem valor literário”<sup>38</sup>, são expressões estéticas que surgem a partir de novas linguagens e dicções, que emergem:

[...] como terreno de expressão simbólica de indivíduos que, embora situados à margem dos circuitos previsíveis de produção e consumo cultural, conseguem ecoar seu discurso contundente para além da fronteira que os isola geográfica e socialmente em áreas remotas das metrópoles brasileiras (Coronel, 2011, p. 63).

No sistema literário, como também vimos anteriormente, a tradição e o cânone são os elementos que ditaram as narrativas e vozes que seriam ouvidas, ficando alheio a um imenso repertório literário e também indiferentes às autorias que permaneceram na periferia desse sistema – como foi o caso de Carolina apresentado nesta pesquisa. No entanto, houve transformações significativas no público leitor e que devem ser observadas para compreendermos tal mudança nesse paradigma em nossos dias.

Nesse sentido, muitas vezes guiadas por uma tradição específica – que sempre privilegia certas vozes em detrimento de outras –, o cânone passa a ser composto por obras que são consideradas exemplares e dignas de estudo, críticas e outros processos sociais que vão lhe

---

<sup>38</sup> Carolina Maria de Jesus, como vimos ao longo desta dissertação, sempre foi recepcionada com essas críticas. A imprensa e outros setores da sociedade brasileira, recorrentemente, afirmam que a escritora não é uma literata e que, portanto, seus textos não podem ser considerados como detentores do status de literatura. Sobre isso, consultar o caso do professor carioca que, em 2017, fez comentários nesse sentido durante um evento sobre literatura e que a temática era justamente Carolina Maria de Jesus. Esse caso é bastante conhecido e saiu em jornais de grande circulação e em sites do país. Sobre isso, consultar: <https://www.geledes.org.br/professor-diz-que-obra-de-carolina-maria-de-jesus-nao-e-literatura-e-provoca-embate-no-rj/>. Último acesso em: 15.12.2023.

atribuir valor ou não. Dentro do quadro de obras e autores da historiografia brasileira, quase nada se tem sobre Carolina Maria de Jesus como procuramos observar nesta dissertação. A tradição se constitui no silenciamento de outros pontos e perspectivas de mundo<sup>39</sup>. No entanto, na conjuntura do sistema literário e as suas constantes transformações, sobretudo no cenário mais recente, Fernanda Miranda relembrou que:

Carolina nos ajuda a pensar a possibilidade de inscrição que, além de trazer no plano do conteúdo as nossas contradições sociais históricas – cujas desigualdades em todos os níveis existem desde a construção de um país sob o peso da escravização de pessoas negras – também as evidencia no plano da forma, através de procedimentos estéticos que respondem à matéria social narrada (Miranda, 2011, p. 22).

Dito tudo isso, procuro enquadrar o sistema literário como dinâmico e aberto. Isso significa dizer que nossa leitura não é rígida sobre esse sistema. O público leitor, ao longo do desenvolvimento e dos desdobramentos da vida literária brasileira, passou por transformações importantes. Com o acesso a determinadas fontes de informação e a ainda a pouca democratização da publicação no mercado editorial, outras vozes, que antes foram silenciadas, passaram a compor o quadro de escritores a serem contemplados no país.

Um dos fatores que fortificou essa transformação tem a ver com o processo de implementação de políticas de cotas a partir da Lei 12.711/2012, bem como outros mecanismos legais que facilitam o acesso às instituições públicas de ensino no Brasil. Esse conjunto de legislações ecoaram no sistema literário. A reconfiguração na formação superior do país, pouco a pouco, foi transbordando para outros campos. À medida que a universidade forma novas intelectuais e pesquisadoras cujos interesses de pesquisas passaram a dar centralidade em outras problemáticas, em autorias que haviam sido esquecidas pela tradição – como o caso de Carolina Maria de Jesus –, a fotografia social da crítica literária no país foi mudando.

Como sabemos, tanto o acesso quanto a permanência nas universidades públicas do Brasil ainda estão bastante fragilizadas, sobretudo quando se trata de pessoas em situações de vulnerabilidade social. Isso significa dizer que o alcance ao ensino superior no país sempre esteve centrado, por décadas, em uma pequena parcela da elite econômica (Chauí, 2001). De acordo com Carla Silva Machado e Carolina Alves Magaldi (2016, p. 283-284), ao observarem o sistema de cotas, as trajetórias educacionais e as formas de assistência estudantil brasileira, as autoras argumentam que não só as elites ocupam as cadeiras universitárias, pois em razão

---

<sup>39</sup> A esse respeito, consultar a obra de Eni Puccinelli Orlandi *As formas do silêncio* (2007, p.14), que argumenta que o silêncio, ao encararmos algumas nuances de seus sentidos, tem efeitos que podem ser interpretados justamente porque, segundo ela, “quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio ‘fala’ por elas; elas silenciam”.

dessas transformações “o sistema de cotas gerou uma alteração no público discente das instituições de ensino superior no Brasil, desencadeando, assim, um processo de criação de novas políticas e sistemas de gestão [...] necessários para alterarem a realidade brasileira”.

Dito isso, algumas transformações no sistema literário foram engendradas a partir da inserção de novos corpos, vozes, identidades e demandas, justamente porque passou a se formar uma outra configuração de crítica, de intelectuais e pesquisadoras exigindo novas perspectivas, interessadas em temas, muitas vezes, deixado de lado pela academia. Tal transformação do público leitor, que não é mais só um grupo seletivo e elitizado, traz novas demandas sociais e, com isso, coloca o ressurgimento de obras que antes foram negligenciadas. Com isso, editoras, influenciadas pelas demandas políticas e pelos tensionamentos do público e da crítica, têm reeditado trabalhos como os de Carolina Maria de Jesus e fazendo circular novos sentidos e significados a partir de suas obras – assim como também novos conflitos.

Ainda a respeito das conquistas que as ações afirmativas têm proporcionado ao povo brasileiro, Nilma Lino Gomes, Paulo Vinícius Baptista da Silva e José Eustáquio de Brito (2021) nos lembram que a entrada de sujeitos historicamente tratados com desigualdade no ensino superior por meio da implementação de cotas raciais, por exemplo, tem feito emergir conhecimentos diversos que afetam a forma como a história intelectual e das ideias no país é tratada e interpretada, transformando o fazer científico e enriquecendo o processo de educação aprendizagem. Além disso, vale ressaltar que:

Como consequência da lei de cotas nº 10.639, sobre o ensino de cultura negra nas escolas, e da implementação de políticas de ação afirmativa nas universidades, há um número cada vez maior de acadêmicos interessados em pesquisar a obra de Carolina – é um público que reivindica o destaque para autores negros na história brasileira. Há um contexto de maior sensibilização sobre questões raciais na população de forma geral, demandando uma oxigenação do mercado editorial brasileiro, no qual as grandes editoras sempre relegaram escritores negros à margem<sup>40</sup>.

Outro aspecto importante de se destacar sobre essas transformações diz respeito aos movimentos literários descentralizados que têm emergido em várias partes do país, isto é, a presença de saraus e slams, das cartoneras, da literatura indígena e marginal-periférica, pois esses descentramentos literários também proporcionam um novo espaço de elaboração literária, reivindicando o direito à literatura e a democratização de práticas e processos literários (Oliveira, et al, 2022). Essa condição de margem é, nas palavras de Fernanda Miranda (2014, p. 333), polissêmica e, nesse sentido, nos ajudam a iluminar as instâncias de aspectos sociais,

---

<sup>40</sup> Disponível em: <https://quatrocinco.com.br/resenhas/literatura-brasileira/a-arte-de-carolina/>. Último acesso em 29.04.2024.

culturais e de questões de caráter epistemológico. Isso porque tal condição “corresponde às produções que suspendem as normas e paradigmas estéticos canônicos”.

Maiquel Röhrig (2012, p. 15) argumenta que a história da literatura no Brasil se traduz no intuito de elaborar simbolicamente uma certa “coesão nacional”. Segundo ele, esse processo descarrilhou em medidas utilizadas pela classe dominante: primeiro, a eleição de um cânone literário e, segundo, a criação de instrumentos para disseminá-los. Essa conjuntura traduz o modo como o sistema literário brasileiro tem se constituído, assim como tem assumido, nas palavras de Röhrig (2012, p. 15),

[...] uma função social importante, e a história da literatura revela o interesse político de constituir um cânone que representasse de algum modo a nação e seu povo”. Com isso, o autor identifica que o valor estético do texto, quase sempre, “estava intimamente relacionado com o espírito nacionalista que transpirava.

No entanto, outros movimentos literários ganharam visibilidade no sistema literário e, com isso, novas vozes passaram a figurar no mercado de bens simbólicos – sobretudo nos primeiros anos do século XXI. Para Lucas Amaral de Oliveira (2020a, p. 147), antes esses núcleos de convivência artística e social estavam quase que integralmente restringidos aos setores da elite mais letrada, mas que, no entanto, “foi retomado e ressignificado em regiões periféricas”. Ao observar as dinâmicas desses espaços, o sociólogo aponta que diferente dos salões elitizados de outra época, nessa reconfiguração social dos espaços literários “percebe-se diferenças marcantes, tanto na forma de organização artística, quanto no público visado para consumir os bens simbólicos ali produzidos” (Oliveira, 2020a, p. 148). O autor nos traz um cotejamento histórico como ilustrativo desse processo de reconfiguração, dizendo que:

[...] como os salões da elite letrada do final do século XIX e início do XX, os saraus periféricos operam, hoje em dia, por um lado, como locais de encontro para discutir literatura, cultura, política; por outro lado acabam funcionando enquanto espaços privilegiados de consagração para muitos/as artistas oriundos/as das periferias, sobretudo escritores/as (Oliveira, 2020a, p. 149).

A partir dessas ressignificações dos espaços sociais que outrora eram elitizados e ocupados por um núcleo aburguesado, o autor salienta que, nas periferias, “tais espaços estão permitindo que indivíduos iniciem trajetórias literárias, já que operam como comunidades que autenticam a produção marginal” e que estão “aptas a instituírem normas de legitimação próprias, agregando em torno de temáticas caras às periferias, amantes da literatura que habitam regiões desprovidas de equipamentos, bens e incentivos artísticos” (Oliveira, 2020a, p. 151).

Essas transformações do público leitor também representa uma mudança positiva na dinâmica e na balança de poder do sistema literário. Narrativas antes negligenciadas, agora

ganham destaque, desafiando a tradição e enriquecendo o panorama literário com uma diversidade de gêneros narrativos – que são capazes de ampliar nossa percepção sobre o mundo. Carolina Maria de Jesus e a retomada de suas obras é apenas um dos exemplos de como a ampliação do público leitor é um agente poderoso no rompimento de barreiras literárias. Nas palavras de Fernanda Miranda:

Sua escrita, para além de alçar o discurso de um sujeito subalternizado ao plano público, alinhou tema à internalidade da experiência histórica na própria forma da linguagem, produzindo uma estética própria em que as diferentes posicionalidades do sujeito se convertem em poética rasurada, de linguagem híbrida que assimila, na forma, a vivência e o trânsito entre lugares e culturas que a autora experienciou (Miranda, 2011, p. 21).

Com a ampliação da arena de disputa no interior das obras de Carolina, a noção de cânone e tradição são colocados à tona. Alguns críticos brasileiros, quando se debruçam sobre a questão do cânone, trazem discursos que comunicam suas preferências fundamentadas no valor estético das obras e no seu caráter universalista; por outro lado, há os que “desconstroem estas noções, procurando revelar o engodo da beleza, e demonstrar a diversidade humana como refutação à suposta universalidade”. Ou seja, isso significa dizer que “as bases teóricas da história e da literatura continuam sendo reinventadas” (Röhrig, 2012, p. 18-19) – o que indica o caráter de um sistema literário aberto e dinâmico.

Com as dinâmicas das redes sociais, também houve um aumento significativo no acesso a literaturas diversas que circulam no Brasil e mundo afora. As transformações nesse sistema ganham ainda mais complexidades com a presença da internet. Os novos leitores parecem estar mais interessados em experiências mais diversas, preferindo narrativas que reflitam uma variedade de perspectivas de vida. Essa mudança pode ser uma resposta à necessidade de representatividade e maior inclusão no sistema literatura.

Em outras épocas, muitas vezes, a literatura servia como espelho das aspirações e valores das elites, focando em narrativas que reforçavam sua posição social e ofereciam uma experiência “agradável” e “confortável”. A leitura nesse núcleo, em geral, era uma prática para alimentar os bons hábitos de classe e reforçar o código social dominante. No entanto, como tem sido possível observar, as transformações nesse cenário indicam mudanças significativas nesse paradigma. A literatura agora parece desafiar mesmo as fronteiras sociais e econômicas, explorando temáticas que antes ficavam escamoteadas, como o próprio racismo ou os privilégios da branquitude. O público leitor, agora mais diversificado, procura uma conexão mais profunda com as narrativas e deseja compreender uma gama mais ampla de experiências diversificadas. A literatura, portanto, deixou de ser apenas reflexo das experiências das classes

médias e altas, passando a incorporar narrativas que deixam essas camadas, muitas vezes, desconfortáveis.

No plano político e dos repertórios utilizados de dominação do Estado, historicamente, é possível identificar um quantitativo populacional que ficou afastado do tempo livre para desfrutar de obras literárias. Nas palavras de Röhrig (2012, p. 22), “o fato de as massas não lerem deve ser mantido para satisfazer a interesses políticos”. No entanto, mesmo que tal violência se mostre a partir de múltiplas tentativas de manter o controle de determinados territórios, há movimentos na atualidade que estão se reinventando e utilizando a literatura como forma de elaboração simbólica de novas perspectivas.

Oliveira (2020c), ao investigar a sociogênese dos saraus periféricos em São Paulo, reconstrói analiticamente uma história de rupturas na cultura brasileira, desde o modernismo até a emergência da literatura marginal. A partir de uma análise centrada em poetas como Binho (Robinson de Oliveira Padial), Sonia Regina Bischain, Alessandro Buzo e Sérgio Vaz, Oliveira argumenta que esses escritores desempenharam papéis importantes para o fortalecimento do movimento da literatura marginal na cidade de São Paulo, indicando uma transformação significativa na dinâmica de produção literárias em regiões que antes não eram consideradas polos de geração de atividades literárias. Ao retomar a história dos salões literários das primeiras três décadas do século XX, o pesquisador ressalta que, historicamente, a produção literária no Brasil foi predominantemente mantida e influenciada pelas elites dominantes, especialmente pelos mecenas e membros da burguesia cafeeira, ainda que agenciadas por artistas das classes médias emergentes.

A identificação de Binho e Sérgio Vaz como precursores da literatura marginal entre o final do século XX e o início do XXI sugere uma mudança nas fontes e nas vozes que moldam a narrativa cultural do Brasil, assim como uma mudança que tem origem em uma história de rupturas na cultura brasileira, cujo foco são as vozes oclusas, sobretudo de escritores e escritoras negras que sempre existiram. Binho e Vaz, juntamente com tantos outros, ao emergirem como figuras centrais e *gatekeepers* nas dinâmicas de produção literária, representam uma resistência às tradições literárias impostas pelas elites.

A análise sociogênica de Oliveira destaca, portanto, uma redefinição dos centros de produção cultural, sugerindo que a literatura marginal surge como movimento artístico e político que dá continuidade a lutas passadas de escritores e associações negras e, também, como uma expressão contestadora que emerge de contextos sociais e geográficos historicamente excluídos das narrativas culturais hegemônicas. Essa visão amplia a compreensão da literatura marginal como fenômeno artístico, como também um fenômeno

sociocultural e político que desafia as estruturas tradicionais de poder na produção literária brasileira – que estava, antes, restrita ao grupo aburguesado e em seus salões inacessíveis.

No início dos anos 2000, “a prática dos saraus literários, que, em outra época, funcionaram como importantes núcleos de convivência artística e social entre setores mais abastados das elites urbanas, foi retomada e ressignificada nas periferias de grandes cidades brasileiras” (Oliveira, 2000c, p. 4). De acordo com o ele, a eclosão dos saraus, nesse contexto, vai além de ser apenas uma manifestação cultural contra-hegemônica (a partir da negação de um certo estado de coisas), representando também um modo de reivindicação (positiva) de espaços para a expressão literária em comunidades historicamente marginalizadas. Nesse sentido, esses encontros poéticos e culturais redefinem a prática de produção literária, democratizando o acesso às condições para a efetivação da literatura enquanto um direito, transformando-se em catalisadores de uma nova dinâmica na literatura marginal brasileira.

Ao proporcionar um espaço para vozes antes silenciadas, os saraus emergem como agentes de empoderamento e afirmação cultural. Eles contribuem para a construção de uma identidade literária nas periferias urbanas, desafiando as normas e ampliando o entendimento convencional sobre o que é considerado literatura legítima. Assim, a análise das origens e impactos dos saraus oferece uma visão mais profunda da complexidade e força da literatura marginal contemporânea no país, bem como o seu caráter transformador. Nesse aspecto, trata-se, de um lado,

[...] de conferir sua factualidade, de maneira a revisitar parte da história cultural do país a partir de uma leitura a contrapelo; de outro, contribuir para o debate acerca de procedimentos usados ao longo da história para negligenciar espaço e reconhecimento às produções que fugiam da economia do gosto de certa elite urbana (Oliveira, 2000c, s/p).

À medida que esses escritores, que antes eram menos conhecidos, passam a circular pelo mercado de bens simbólicos através de espaços descentrados, como os saraus periféricos, angariam uma audiência mais ampla e, conseqüentemente, adquirem valor literário desde dentro dos locais em que são difundidos. Isso não faz com que os antigos clássicos sejam temporariamente eclipsados, perdendo qualquer valor e prestígio. Pelo contrário, continuam nas estantes e nas constantes consultas em pesquisas acadêmicas. Logo, não perderão seu status, mas terão que lidar com o processo de expansão de vozes e dicções e abraçar essa maior diversidade. O sistema literário, dado sua condição hierarquizadora, continuará a classificar a “boa” e a “má” literatura. Contudo, agora, as estantes literárias podem ser enchidas de novas cores e nuances, enriquecendo o panorama e o repertório literário nacional.



Regina Zilberman (1987, p. 9), ao apontar as fragilidades de sistemas analíticos fechados em considerações nacionalistas, elucidou que parece ser bastante difícil “medir quantitativamente o relacionamento de uma literatura nacional com seu público, já que ambos se movem e modificam ao longo do tempo e espaço”. Zilberman refletiu acerca da literatura como não sendo apenas uma produção contemporânea do leitor ou a tradição de um passado que é transmitido por instituições oficiais. Segundo ela, o público, mesmo sendo nacionalista, não se limita a consumir apenas a literatura de seu país e, conseqüentemente, seu repertório vai além da ficção e da poesia. Conforme a autora pontuou:

Por outro lado, entre a literatura e o leitor estabelece-se continuamente um diálogo, segundo o qual, de alguma forma, um é afetado pela fala ou atitudes do outro. Além disso, a literatura brasileira vem se mostrando, ao longo da história, relativamente sensível as mudanças experimentadas pelo mercado consumidor nacional, empenhando-se na sua conquista a fim de alargar suas possibilidades de circulação e penetração social (Zilberman, 1987, p. 9).

Desde 1960, segundo argumento de Jaime Ginzburg (2012, p. 199), a produção literária desse contexto representa “um desafio para historiografia e a crítica literária que lidam exclusivamente com valores canônicos e periodização”. Esse processo faz parte dessa dinâmica de mudanças que não só permite aos escritores emergentes compartilharem suas fabulações, como também desafiam as narrativas que se pretendem únicas e que, por muito tempo, dominou o cânone literário. Há ainda reminiscências dessa dominação, mesmo com o sistema literário apresentando certas transformações e tensionamentos. A tradição que se consolidou no Brasil é forte o bastante pois está enraizada na própria lógica que a originou, que é a da exclusão.

Neste ponto, vale ressaltar o papel fundamental da reedição das obras de Carolina pela Companhia das Letras, com um conselho editorial composto por pesquisadoras notáveis e comprometidas com os manuscritos da autora. Esse esforço faz parte de um movimento histórico, que, como vimos, é decorrente de novos agentes nesses espaços sociais. Essa urgência em trazer as obras da escritora à tona também pode ser entendida como uma demanda social de um grupo de críticas e novas leitoras que anseiam por ler os relatos que ainda seguem inéditos.

Na década de 1960, Carolina Maria de Jesus foi limitada a uma narrativa “exótica” pelos leitores burgueses, que a enxergavam como a principal voz que abordava temas sobre fome e favela. Além disso, os meios de comunicação e outros setores espetacularizavam sua imagem, sempre focando em uma figura estereotipada. Entretanto, com as transformações ocorridas ao longo dos anos no sistema literário, onde cada vez mais tem acontecido constantes mudanças, tudo isso tem impactado a maneira como as obras da escritora são recebidas, percebidas e lidas.

Uma nova comunidade leitora e crítica emergiu e tem trazido ainda mais complexidades de interpretações para além das limitações impostas anteriormente.

Nas palavras de Fernanda Miranda (2011, p. 15), no contexto contemporâneo tem ocorrido a realização literária de grupos que, antes marginalizados, cada vez mais, passaram a se inscreverem na estética da experiência histórica dos sujeitos. Isso significa dizer que, com essa multiplicidade dos locais de emanção das vozes, isto é, a pluri-localidade e a pluri-vocalidade da literatura que tem surgido no campo literário, é possível notar como a modalização em “homoerótica, feminina, periférica, negra, afro-feminina, ecológica, terceiro-mundista, carcerária etc.”. Ainda sobre tais mudanças, Miranda aponta que é possível afirmarmos a existência de um campo literário afro-brasileiro. A autora parte do ponto em que “comunidades negras brasileiras, com ampla diversidade interna, criaram formas de resistências, de experiências e de sociabilidades que se multiplicam em todas as esferas da produção discursiva e de construção simbólica próprias” (Miranda, 2011, p. 16).

Isso nos faz lembrar das reflexões de Conceição Evaristo (2010, p. 134), quando elucidou sobre o fato da literatura elaborada pelas mãos negras ser capaz de reatualizar “signos-lembranças que se inscrevem o corpo negro em uma cultura específica”. Ou seja, a autora argumenta que o “texto negro” faz um movimento que, por si só, vai na contramão dos signos dominantes. Aqui, também parece pertinente resgatar o argumento de Ginzburg (2011, p. 200), que salientou o fato de que, na literatura contemporânea, alguns escritores têm desafiado a tradição, dando centralidade a elementos narrativos que vão de encontro ou são elementos alheios à tradição patriarcal. Segundo o autor,

As percepções de um prisioneiro, de um pai desafiado pela situação do filho, de uma africana no século XIX, de um espaço religioso em que aflora a homoafetividade e de um perseguido político levam a pensar sobre o país em perspectivas renovadoras. Trata-se de um desrecalque histórico, de uma atribuição de voz a sujeitos tradicionalmente ignorados ou silenciados (Ginzburg, 2011, p. 200).

Isso mostra que essa comunidade leitora, a partir de outras demandas, passam a ressignificar a circularidade de obras literárias, trazendo para o sistema outras narrativas que, antes, não compunham a tradição e o cânone. Ginzburg (2011, p. 201) lembrou que na contemporaneidade existe a presença significativa de “narradores descentrados”. Esse movimento tensiona a noção de sistema literário pensado por Candido, principalmente por evidenciar o *corpus* de romancistas que não foi percebido pelo autor por não conter signos que comunicam nacionalidade ou por se tratar de “manifestações literárias”.

Ainda sobre as transformações no sistema literário, sobretudo quando observamos um maior espaço que a literatura afro-brasileira tem angariado em espaços de consagração, é possível notar um deslocamento em que tal repertório artístico, nas palavras de Fernanda Miranda:

[...] desloca o lugar do cânone literário hegemônico através do questionamento que ela instaura, para a crítica, acerca da noção de valor estético. Toda concepção de valor, ou seja, de que certos textos são melhores do que outros – mais literários de que outros – encerra uma problemática fundante. Quem diz que um texto é melhor? Quem define os critérios? A literatura negra nos faz interrogar a base social, ideológica e política que sustenta os processos históricos através dos quais certos valores foram atribuídos a determinados textos e não a outros (Miranda, 2011, p. 18).

Ao retornarmos aos diários de Carolina, a partir de todo esse deslocamento, observamos uma narradora que ao entrar no sistema literário procurou disputar “tempo-espaço” da linguagem nessa “arena de luta”. Conforme Denise Carrascosa bem relembrou, a literatura pensada na chave do conceito de “afrodiasporicidade” transcende um simples debate teórico, pois pode ser acionada como “força agonística que destitui e reconstitui territórios” (Carrascosa, 2016, p. 64). Essa perspectiva ressalta a natureza transformadora da literatura quando contextualizada dentro do âmbito da afrodiasporicidade. A utilização desse conceito não se limita a uma abordagem apenas teórica, apresentando-se sobretudo como força ativa capaz de desestruturar e reconstruir territórios, tanto físicos quanto simbólicos. Ao abraçar a afrodiasporicidade como um elemento central na reflexão, a literatura adquire o poder de desafiar normas estabelecidas, subverter narrativas hegemônicas e reimaginar espaços culturais e sociais que produzem hierarquias raciais.

Essa compreensão da literatura como força agonística indica que ela reflete as realidades da afrodiasporicidade ao mesmo tempo em que desempenha um papel ativo na resignificação dessas experiências históricas. A literatura, assim concebida, emerge como uma ferramenta de resistência, transformação e afirmação identitária dentro do contexto das diásporas africanas. Nesse aspecto, a autora salienta que:

Assim como a música, o teatro e o cinema negros e suas demais práticas performáticas e interartísticas, os textos literários afrodiaspóricos têm formulado narrativas, sons e imagens que gestam e reoperacionalizam os sentidos de viagem, perda e exílio, com função menemônica de produzir memória social e consciência de grupo nos processos de invenção e reinvenção da identidade (Carrascosa, 2016, p. 65).

Nesse sentido, cabe ressaltar o argumento de Eduardo de Assis Duarte (2008, p. 11), que ressaltou que a literatura afro-brasileira, no alvorecer do século XXI, passa por situações e

momentos que são extremamente abundantes em suas realizações e descobertas. De acordo com Assis Duarte, esses elementos são os que “propiciam a ampliação de seu *corpus*, tanto na prosa quanto na poesia, paralelamente ao debate em prol de sua consolidação acadêmica enquanto campo específico de produção literária – distinto, porém em permanente diálogo com a literatura brasileira *tout court*”. Conforme ele elucida no mesmo artigo:

Enquanto muitos na academia ainda indagam se a literatura afro-brasileira realmente existe – e assinalemos aqui até mesmo a perversidade de uma pergunta que às vezes não deseja ouvir resposta –, a cada dia a pesquisa nos aponta para o vigor dessa escrita: ela tanto é contemporânea, quanto se estende a Domingos Caldas Barbosa, em pleno século XVIII; tanto é realizada nos grandes centros, com dezenas de poetas e ficcionistas, quanto se espraia pelas literaturas regionais, a nos revelar, por exemplo, uma Maria Firmina dos Reis escrevendo, em São Luiz do Maranhão, o primeiro romance afrodescendente da língua portuguesa – *Úrsula* – no mesmo ano de 1859 em que Luiz Gama publica suas *Trovas burlescas*... Enfim, essa literatura não só existe como se faz presente nos tempos e espaços históricos de nossa constituição enquanto povo; não só existe como é múltipla e diversa (Duarte, 2008, p. 11).

Isso nos leva a refletir sobre o que Roberto Schwarz apontou na apresentação do livro *Os pobres na literatura brasileira*, que trata de um conjunto de artigos e ensaios sobre crítica literária, principalmente estudos que debatem a maneira como se define e representa a pobreza nas letras brasileiras. Para Schwarz, a relação entre as crises na literatura contemporânea e na sociedade marcada por profundas desigualdades são crises que se interligam. Nesse aspecto, o argumento do crítico é de que as artes modernas estão buscando, a partir dessa dinâmica, desafiar as condições da linguagem artística devido à dificuldade crescente, para a consciência atualizada, de aceitar as dominações que emanam dessa relação. Nas palavras dele, “a situação da literatura diante da pobreza é uma questão estética radical” (Schwarz, 1983, p. 8).

Tal ideia carrega a noção de que a situação da literatura, ao tematizar a pobreza a partir de uma “questão estética radical”, sugere que a abordagem artística em relação à pobreza vai além de uma simples preocupação social. Ela passa a alcançar uma dimensão mais profunda relacionada à estética e à forma como a arte reflete ou responde às questões do social. Essa perspectiva propõe uma compreensão mais ampla da literatura ao tratar da pobreza e das desigualdades racialmente moduladas, destacando que a expressão artística não se limita a uma representação direta de aspectos sociais e raciais, mas envolve uma abordagem estética de maior profundidade. Tal “estética radical”, portanto, aponta para um compromisso mais intrínseco com a forma como a pobreza e o preconceito racial são abordados na elaboração literária, desafiando as tradições e buscando uma expressão que transcenda a mera documentação social.

Ainda sobre as temáticas que atravessam a literatura afro-brasileira, Duarte (2008, p. 14) argumentou que há um espectro diverso de temas situados na história contemporânea, e

procura trazer ao leitor “os dramas vividos na modernidade brasileira, com suas ilhas de prosperidade cercadas de miséria e exclusão”. Ainda segundo o crítico, o tema negro não é único ou obrigatório nas obras desses artistas e, tampouco, esse tema se transforma em uma camisa de força para autores e autoras negras – “o que redundaria em visível empobrecimento”.

Nesse contexto, ao considerarmos a obra de Carolina e a reflexão sobre o pacto da branquitude no sistema literário, percebemos uma mudança na abordagem e representação das questões raciais – ainda que se trate de mudanças a largos passos. O enfrentamento de estereótipos, a análise crítica das dinâmicas de poder e a desconstrução do pacto da branquitude representam uma possível transformação no discurso literário e permite que escritoras que antes eram negligenciadas por esse sistema, agora passam a figurar uma posição um pouco mais privilegiada. Autores e autoras negras agora têm o espaço ainda que restrito para explorar uma gama mais ampla de temas, sem estarem limitados por estigmas preconcebidos ou por mediadores – como foi o caso de Carolina em sua problemática relação com Audálio Dantas.

Com isso, a literatura contemporânea se destaca como um espaço de resistência, transformação, celebração e propulsora de uma diversidade discursiva. Tal diversidade de vozes não-brancas na literatura amplifica as experiências individuais, desempenhando um papel fundamental na construção simbólica de uma narrativa nacional mais amplificadora e inclusiva.

Contudo, como veremos na próxima seção, ainda há alguns impedimentos e barreiras que fazem parte do funcionamento do pacto da branquitude no sistema literário e que operam em setores dominantes das elites do país. Apesar dos avanços notáveis no sistema literário, a persistência de obstáculos relacionados ao pacto da branquitude indica, ainda, a resistência encontrada na superação de estruturas profundamente enraizadas nessa lógica de poder. Essas barreiras podem se manifestar em diversas formas, desde discriminação institucional até práticas sociais e culturais que continuam a reforçar desigualdades raciais na vida cotidiana como bem notamos nos trechos das obras da escritora mineira.

### **3.2. Novas publicações, velhos conflitos**

*É preciso que tudo mude  
para que nada se transforme.*

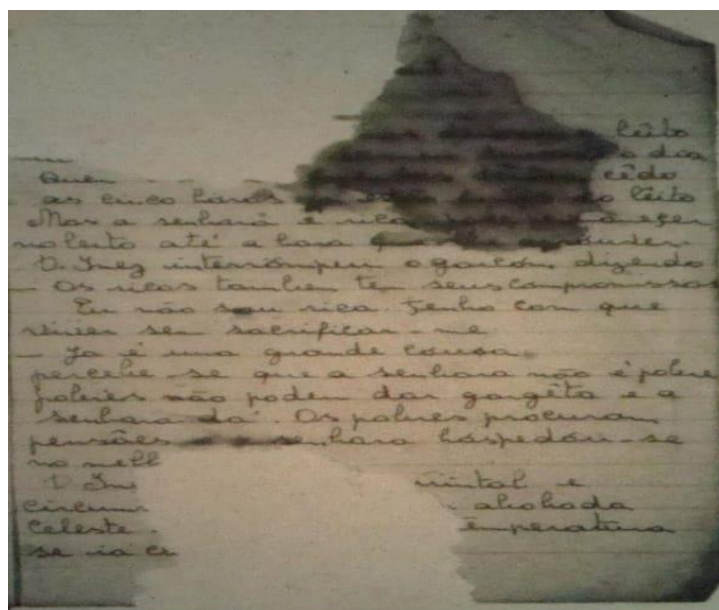
Karl Marx

O conselho editorial encarregado das novas publicações de Carolina Maria de Jesus, em parceria com a editora Companhia das Letras, se viu no centro de uma controvérsia após a

publicação integral de *Casa de Alvenaria*. As novas publicações das obras estão sendo coordenadas por esse conselho editorial composto por figuras eminentes, que desempenham papel fundamental na garantia da qualidade e autenticidade do material deixado pela autora – que muitos deles, inclusive, encontram-se em condições precárias.

Tal precarização desse material pode ser observada na pesquisa de Fernandez (2015), onde a autora denunciou, também, a falta de interesse do Estado brasileiro em relação às obras esparsas da autora. Trata-se, portanto, de um material que está bastante danificado e sem os devidos cuidados necessários para a preservação dos manuscritos de Carolina. Essa prática de manter a autora silenciada, como mencionamos em outro momento desta dissertação, pode ser interpretada a partir de uma observação mais crítica acerca desse silêncio sistemático – e, somado a isso, o total descaso com os manuscritos da escritora como é possível visualizar na imagem abaixo:

**Figura 4. Caderno (manuscrito) de Carolina Maria de Jesus**



Fonte: Raffaella Fernandez (2015, p. 79).

Como também vimos na reflexão de Eni Puccinelli Orlandi (2007, p. 15) sobre o silêncio, podemos olhar para o não-dito a partir de uma reflexão que tem como fundamento “questões que pensassem ‘o não-dito’ discursivamente”, ou seja, tornarem “visíveis aspectos deste que não aparecem no tratamento linguístico”. Segundo a autora, “o silêncio não é mero complemento de linguagem. Ele tem significância própria [...] é garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio” (2007, p. 23). Além disso, Orlandi pontua que:

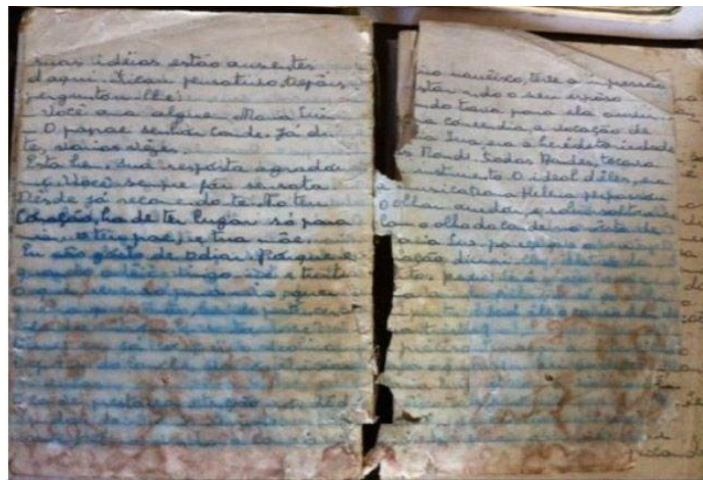
O silêncio, como dissemos, não é transparente. Ele é tão ambíguo quanto as palavras, pois se produz em condições específicas que constituem seu modo de significar [...] O silêncio não fala, ele significa. É pois inútil traduzir o silêncio em palavras; é possível, no entanto, compreender o sentido do silêncio por métodos de observação discursivo [...] O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso (Orlandi, 2007, p. 101-102).

Ainda sobre o silenciamento dos manuscritos de Carolina, Fernandez identifica um descaso estarrecedor e registrou a negligência da falta de uma política de patrimonialização e preservação da cultura e memória de autores não-brancos. De acordo com (Fernandez, 2015, p. 69), trata-se de “diferentes formatos e origens de seus cadernos e livros comerciais que serviam de suporte para a sua escritura” e, na imagem abaixo que ilustra esta situação, “pode-se perceber o frágil estado de conservação dos objetos, uns mais precários do que outros”.

Após ter sido convidada a visitar Sacramento, a filha caçula da escritora, Vera Eunice, participou de uma comemoração dos trezentos anos de Zumbi. A partir dessa visita, decidiu doar os manuscritos e originais que havia herdado após o falecimento de sua mãe. Isso foi publicado no site da revista *Quarto Cinco Um* em agosto de 2021, momento em que Vera Eunice desabafa:

[...] foi a pior coisa que fiz [...] Ficaram numa caixa. Três anos depois eu voltei e estavam na mesma caixa. Falei para eles que se tivesse uma escritora do tamanho de Carolina ia querer colocar um busto dela, fazer um museu na cidade. Mas eles não me devolvem o material nem cuidam dele<sup>41</sup>.

**Figura 5. Caderno (manuscrito) de Carolina Maria de Jesus**



Fonte: Raffaella Fernandez (2015, p. 80).

<sup>41</sup> Disponível em: <https://quatrocinco.um.com.br/resenhas/literatura-brasileira/a-arte-de-carolina/>. Último acesso em 29.04.2024.

Aqui também vale lembrar a reflexão feita por Fernanda Miranda, que pontuou a respeito do “apagamento e esquecimento como lógicas operantes que organizam o sistema literário brasileiro a partir do soterramento de autores negros”. Segundo Miranda, “o silenciamento é uma dinâmica concreta e objetiva e Carolina ainda é mantida silenciada quando sua obra mantém-se inédita – apesar de todo o impacto que ela representa”<sup>42</sup>. Entre 2013 e 2014, o pesquisador Sergio Barcellos, que idealizou o projeto *Vida por Escrito*, identificou no arquivo de Sacramento que “vários cadernos estavam inapropriadamente acondicionados em sacos plásticos, em um ambiente sem controle de temperatura ou umidade” e que, ainda em 2014, em razão do centenário da autora, “o então prefeito da cidade disse que estava ciente das condições precárias de guarda e armazenamento do material”, mas que, no entanto, “nada foi feito”<sup>43</sup>.

A partir desse panorama, o conselho que é liderado por Vera Eunice de Jesus, filha de Carolina, cujo vínculo pessoal com a autora acrescenta uma perspectiva mais familiar com o conteúdo narrativo, bem como os cuidados com a supervisão editorial, expressam o modo como as obras da autora estão tendo outro tipo de tratamento. Além disso, a escritora Conceição Evaristo também faz parte deste conselho, assim como compõem este grupo de trabalho as pesquisadoras Amanda Crispim, Fernanda Felisberto, Fernanda Miranda, Raffaella Fernandez, entre outras.

A presença dessas mulheres no conselho editorial é fundamental porque apresentam uma abordagem ao mesmo tempo crítica e respeitosa em relação à autonomia criativa da autora. Portanto, essa supervisão das obras que estão sendo publicadas da escritora na contemporaneidade, nos leva a identificar uma incorporação de perspectivas familiares, literárias e acadêmicas, o que só tem a fortalecer a integridade do processo editorial, garantindo, assim, uma representação fiel da visão e contribuição de Carolina Maria de Jesus – que antes fora negligenciada pelo mercado de bens simbólicos e controlado pela lógica do pacto da branquitude.

Essa composição, cuidadosamente escolhida, reforça o compromisso de apresentar a obra com a sensibilidade e o respeito que ela merece, consolidando-a como uma valiosa contribuição ao panorama literário do cânone brasileiro. Vera Eunice ressaltou que a ideia do conselho foi por preservar a linguagem e dicção de Carolina, “pensando também em mostrar como a língua portuguesa foi sendo modificada ao longo do tempo”<sup>44</sup>. No entanto, nem tudo

---

<sup>42</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iIwnMFwRvls&t=366s>. Último acesso em 30.04.2024.

<sup>43</sup> Disponível em: <https://quatrocinco.com.br/resenhas/literatura-brasileira/a-arte-de-carolina/>. Último acesso em 29.04.2024.

<sup>44</sup> Disponível em: <https://elle.com.br/cultura/carolina-de-jesus>. Último acesso em 28.04.2024.



são flores. Assim como anteriormente havia um ataque sistemático à atividade criativa da escritora, percebemos que novos conflitos emergem, reatualizando a tentativa de barrar a sobrevida da escritora em seu incansável projeto de ascender no mercado de bens simbólicos – e, principalmente, na memória cultural do país.

Como veremos adiante, as pesquisadoras responsáveis têm sido alvo de críticas da imprensa brasileira, seja por supostamente “exotizar” a escritora ao preservar sua dicção e sua proposta estética, seja por, na visão de alguns, “manchar a imagem” de Audálio Dantas, o agenciador/mediador de Carolina. Observamos isso, por exemplo, no texto publicado no *Estadão*<sup>45</sup> pela jornalista Dirce Waltrick do Amarante, no dia 25 de setembro de 2021, em que ela argumenta a respeito da nova publicação de *Casa de Alvenaria*, levantando a polêmica sobre aspectos ortográficos da obra.

Segundo ela, “quando a ortografia não é atualizada, ela acaba mantendo o ‘exotismo’, que é um dos combustíveis mais úteis à indústria cultural”. Além disso, a jornalista também teceu críticas ao conselho editorial, alegando que deveriam ter explicado melhor aos leitores sobre a escolha política por trás de manter a ortografia original. Nas palavras da jornalista:

Carolina leva para as páginas de seu livro as marcas de uma linguagem oral; isso é interessante e, acredito, não deveria ser modificado: há palavras nas quais ela troca o “e” pelo “i”, como a gente fala, ou dois esses pela letra cê. *Porém, há marcas que não acrescentam nada à discussão da sua linguagem e não dignificam seu texto*<sup>46</sup> (itálicos nossos).

Como é possível notar, os meios de comunicação ainda procuram construir uma narrativa que compreende os aspectos do “resíduo poético” da autora (Fernandez, 2015). Além dos jornais, essa discussão também reverberou nas redes sociais e várias pesquisadoras acabaram se envolvendo no debate. A proporção da discussão ganhou as páginas dos meios de comunicação de maneira ampla; no dia 23 de agosto de 2021, a mesma jornalista, Dirce Waltrick do Amarante, escreveu no portal *Terra*<sup>47</sup> que Audálio Dantas teria sido injustamente rebaixado à condição de “vilão” em *Casa de Alvenaria*. Segundo ela, “verbos escolhidos trazem tom de crítica ao jornalista que nos revelou Carolina Maria de Jesus”. Dirce Waltrick afirma

---

<sup>45</sup>Ver em: <https://www.estadao.com.br/alias/decisao-de-manter-desvios-gramaticais-de-carolina-maria-de-jesus-provoca-polemica-em-novas-edicoes/>. Último acesso em: 15.12.2023.

<sup>46</sup> Disponível em: <https://www.estadao.com.br/alias/decisao-de-manter-desvios-gramaticais-de-carolina-maria-de-jesus-provoca-polemica-em-novas-edicoes/>. Último acesso em: 15.12.2023.

<sup>47</sup> Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/audalio-dantas-e-injustamente-rebaixado-a-vilao-em-casa-de-alvenaria,1c1cd4c23561a2c14ba4df8a39d774ceidnloe34.html>. Último acesso em: 16.12.2023.

que o conselho editorial transformou o Audálio em “inimigo” de Carolina e, conseqüentemente, em um dos obstáculos para a sua ascensão social por via da literatura. Nas palavras dela:

Já na epígrafe, a sorte do jornalista Audálio Dantas, que nos revelou o talento de Carolina Maria de Jesus, é que parece ter sido selada. Ele não foi apagado dos dois livros publicados pela Companhia das Letras. *Ao contrário, Dantas parece ter se transformado, como o prefácio faz questão de destacar, no grande vilão dessa história*<sup>48</sup> (itálicos nossos).

Para Dirce, Carolina “teve sorte, sim, de ter encontrado” Audálio Dantas. Segundo ela, “se ele não a tivesse ‘comandado’ e se ela não tivesse ‘satisfeito’ a vontade do jornalista, será que hoje o livro existiria?”. Tal posicionamento evidencia uma defesa do agenciador de Carolina, como se ele fosse um “grande homem” que tivesse feito algum tipo de “favor” à escritora, que sem ele não teria sido o que foi. Nos relatos da escritora mineira, identificamos o modo como o conflito aparece em sua narrativa, assim como os constantes constrangimentos por que teve que passar com Audálio – situações que envolvem dinheiro, modos de se vestir, o que escrever, exposição pública, o que não fazer (como cantar, por exemplo). Há uma série de “recomendações” (ordens, mando) que o agenciador “sugeria” e que são vistos por Dirce Waltrick como ações positivas, pois se isso não tivesse acontecido a escritora não teria sido sequer publicada. Nas conclusões de Dirce na matéria publicada, ela argumenta que:

[...] é difícil entender por que as coordenadoras da coleção, que são pesquisadoras sérias e experientes, desprezaram o direito ao contraditório e não entraram em contato com a família de Audálio Dantas, morto em 2018, para saber se havia algum documento que contradissesse o que haveria de ser publicado e as acusações seríssimas feitas a ele<sup>49</sup>.

Essa atitude da jornalista, que se identifica com o discurso de que Audálio foi “injustamente rebaixado a vilão”, faz parte da solidariedade seletiva que também é constitutiva do funcionamento da branquitude no Brasil. Cida Bento (2022, p. 24) se mostra mais uma vez importante em relação a esse discurso típico, elucidando a respeito de como o branco, enquanto ser-normatizado e desracializado, identifica-se com outros brancos nos mais diversos espaços, se beneficiando dessa herança de privilégios sem que essa herança se mostre enquanto tal, seja concreta, seja simbolicamente. Nas palavras dela, “tem que servir ao seu grupo, protegê-lo e fortalecê-lo. Esse é o pacto, o acordo tácito, o contrato subjetivo não verbalizado”.

<sup>48</sup> Disponível em: <https://www.estadao.com.br/alias/decisao-de-manter-desvios-gramaticais-de-carolina-maria-de-jesus-provoca-polemica-em-novas-edicoes/>. Último acesso em: 15.12.2023.

<sup>49</sup> Disponível em: <https://www.estadao.com.br/alias/decisao-de-manter-desvios-gramaticais-de-carolina-maria-de-jesus-provoca-polemica-em-novas-edicoes/>. Último acesso em: 15.12.2023.

Com a publicação dos novos diários, várias matérias de jornal deram destaque para o acontecimento editorial. Contudo, ainda existe aquela discursividade que tenta colocar Carolina a uma única dinâmica temática de produção. A esse respeito, aqui relembramos a publicação no site de notícias *Diário do Nordeste*, que trouxe em seu título, no dia 17 de agosto de 2021, a seguinte frase: “Três Vezes Carolina Maria de Jesus: livros resgatam a indomável força da ‘escritora favelada’”. E continua, no subtítulo: “com diários relançados, a autora negra tida como improvável avança como farol de revoluções”<sup>50</sup>.

Ora, a referência à “escritora favelada” sugere a possibilidade de que sua origem na favela tenha sido usada para influenciar, de maneira limitante, a percepção de suas habilidades literárias. Essa caracterização insinua que Carolina Maria de Jesus estaria restrita a um único tema, que é o do espelhamento documental de sua vivência imediata, como se fosse incapaz de transcender a discursividade associada à sua origem e tocar o universo da fabulação e da ficção. Isso sugere, ainda, uma tentativa de aprisioná-la a uma narrativa preconcebida, ignorando sua versatilidade e a complexidade de sua produção variada de gêneros literários.

Além disso, quando a matéria destaca a “autora negra tida como improvável”, há a inserção de um estereótipo que insinua que Carolina seria improvável como autora, negando-lhe agência e, com efeito, atribuindo-lhe expectativas que não incluem a prática da literatura. Essa abordagem reforça preconceitos ao sugerir que, devido a sua identidade racial, outras atividades seriam mais plausíveis para ela, excluindo implicitamente a possibilidade de ser uma escritora talentosa. Esses rótulos e estereótipos refletem as limitações impostas pela visão social dominante (a branquitude, mais uma vez), destacando a importância de abordagens mais inclusivas na análise e reconhecimento de figuras literárias como Carolina. Ela, como escritora, ultrapassou essas expectativas limitantes e contribuiu significativamente para o cenário literário brasileiro – mesmo diante dos emparedamentos que ela sofria.

Apesar disso, os meios de comunicação continuam a rotular a autora por meio de discursos impregnados de violência racial, muitas vezes disfarçados sob a alcunha de “opinião”. Essa persistência na categorização carrega consigo a perpetuação de estereótipos e preconceitos, contribuindo para a marginalização e desvalorização a-temporal da contribuição literária da autora. Ao disfarçar esses discursos sob a aparente objetividade da “opinião”, os meios de comunicação perpetuam narrativas discriminatórias, deslegitimando a experiência

---

<sup>50</sup> Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/tres-vezes-carolina-maria-de-jesus-livros-resgatam-a-indomavel-forca-da-escritora-favelada-1.3123979>. Último acesso em: 15.12.2023.

única e a voz literária da autora; com isso, restringem sua contribuição ao invés de celebrá-la de maneira justa e respeitosa – como costumam fazer com outros escritores.

O *Portal dos Jornalistas* publicou, em 23 de agosto de 2021, matéria sobre esse debate e, no título da manchete, estava escrito a seguinte frase: “Audálio Dantas, o descobridor de Carolina Maria de Jesus”<sup>51</sup>. Em vários jornais, o nome de Carolina é estampado como alguém que aparece, quase sempre, na condição de submissão, com expressão de assustada ou estar “fora de lugar”. Nesse sentido, seja a nível do discurso ou da imagem, ela sempre é reduzida à “escritora negra que escrevia sobre fome e pobreza” ou como “a favelada que escreveu um romance”. Nada mais que isso.

No mais, ainda persistem certos termos que cercam a figura de Carolina, remontando à sua inserção incompleta e provisória no sistema literário, em diferentes contextos. As expressões do tipo “escritora negra”, “escritora favelada”, com “estilo exótico”, entre outras, somam-se outras formas de violência simbólica que seguem impedindo que a escritora mineira possa desfrutar do reconhecimento que sempre almejou. Com as novas publicações, a autora passa, de um lado, a ter uma sobrevida e, de outro, a disseminar novas ideias, reabrindo debates e reatualizando significados intrínsecos à sua própria obra. Afinal, Carolina é uma autora que continua a fazer circular signos e significados.

Nesses conflitos contemporâneos, observamos o modo como a branquitude atua arduamente para continuar protegendo seus privilégios, buscando afastar a escritora de uma posição canônica e, muitas vezes, confinando-a a uma discursividade única (porquanto exótica) e localizada (já que expressão de seu lugar de fala), como se ela tivesse produzido apenas um gênero literário. Essa tentativa de limitar e categorizar Carolina perpetua a violência racialmente modulada que ela enfrentou em vida, reforçando a importância de desafiar esses estereótipos e reconhecer a riqueza e diversidade de sua contribuição literária.

Ao questionar se o livro de Carolina existiria sem a suposta influência e satisfação de Dantas, Dirce parece tentar minimizar as consequências da intervenção do seu agenciador nas obras da escritora. No entanto, como evidenciado nos capítulos anteriores, pesquisas recentes demonstraram de que maneira a presença de Audálio afetou as obras da autora. A sugestão de que tal intervenção seja algo positivo, digno de ser exaltado, especialmente ao discordar dos relatos inéditos publicados e da decisão do conselho editorial em manter o texto original, parece

---

<sup>51</sup> Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/audalio-dantas-o-descobridor-de-carolina-maria-de-jesus/>. Último acesso em: 17.12.2023.

ser uma estratégia que reatualiza o pacto da branquitude, que ainda persiste quando discutimos a vida e obra de Carolina Maria de Jesus.

Essa tentativa de amenizar a interferência do jornalista Audálio Dantas pode refletir, ainda, uma resistência em confrontar as implicações negativas dessa intervenção na obra da autora. Ao questionar a existência do livro sem mencionar a controvérsia em torno da relação entre a escritora e o jornalista, Dirce alinha-se com uma narrativa que subestima o impacto dessa influência externa. Essa abordagem reforça a importância de reconhecer e questionar as dinâmicas de poder subjacentes às relações entre escritores e mediadores literários, especialmente quando se trata de figuras historicamente marginalizadas como Carolina Maria de Jesus.

No dia 17 de novembro de 2021, o jornal *O Globo* publicou um texto assinado por Ruan de Sousa Gabriel, em que o título era: “Filha do descobridor de Carolina de Jesus não pretende ceder inéditos da autora para publicação”<sup>52</sup>. Audálio, para Ruan de Sousa, é “descobridor” de Carolina – assim como Portugal foi “descobridor” do Brasil. Em suas palavras, Audálio teria sido o grande “responsável pela descoberta da autora de *Quarto de Despejo*”. Ele traz a voz de Juliana Dantas para a matéria, com intuito de dar espaço à herdeira de Dantas sair em defesa do pai, reproduzindo o pacto, as alianças e os acordos. No texto, segundo Juliana, ela considera que a publicação de *Casa de Alvenaria* tem “tom desrespeitoso” com quem possibilitou o sucesso de Carolina e que “a representação negativa de seu pai no livro inviabiliza qualquer colaboração com a editora”.

O jornalista de *O Globo* elucidou que a filha de Dantas, na ocasião das publicações, usou as redes sociais para questionar “insinuações” e “acusações” que ela considerou serem muito graves contra seu pai, “como ilações de que ele teria se ‘aproveitado’ da ingenuidade de Carolina”. Ainda na matéria, encontramos queixas da herdeira de Dantas sobre “tom irônico e desrespeitoso” do prefácio, que é assinado por Vera Eunice e Conceição Evaristo. Nas palavras de Juliana Dantas:

É injusto com alguém que dedicou a carreira à defesa dos direitos humanos. Alguém que, claro, pode errar e com certeza errou em algum momento, mas a ele não foi dado o benefício da dúvida. Os documentos que temos teriam solucionado várias dúvidas<sup>53</sup>.

<sup>52</sup>Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/filha-do-descobridor-de-carolina-de-jesus-nao-pretende-ceder-ineditos-da-autora-para-publicacao-25279451>. Último acesso em: 16.12.2023.

<sup>53</sup>Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/filha-do-descobridor-de-carolina-de-jesus-nao-pretende-ceder-ineditos-da-autora-para-publicacao-25279451>. Último acesso em: 16.12.2023.

Além de manifestar insatisfação e indignação com as novas publicações, Juliana Dantas também se queixou do fato de que seu pai não aparece na exposição realizada pelo Instituto Moreira Salles, “Carolina Maria de Jesus: Um Brasil para os Brasileiros”. A exposição foi dedicada à vida e à obra de Carolina; na opinião da filha de Dantas, a mostra optou por “fingir que Audálio Dantas nunca existiu, a não ser quando havia necessidade de alfinetá-lo”<sup>54</sup>. Todo esse debate tem acontecido porque o conselho editorial gostaria de ter acesso ao material que, atualmente, está com a família Dantas, que constituem cadernos inéditos deixados por Carolina.

No dia 19 do mesmo mês, o jornal *O Globo* publicou outra matéria, em um texto também assinado por Ruan de Sousa Gabriel. Tratava-se de um movimento de pesquisadoras que cobravam da família de Audálio Dantas a entrega dos cadernos e outros materiais inéditos que estavam sob sua posse. Segundo Gabriel: “Pesquisadores contestam decisão de filha do descobridor da autora de *Quarto de Despejo*”<sup>55</sup>. Ele insistentemente segue nomeando Dantas como “descobridor” de Carolina.

O uso do termo “descobridor” revela a maneira persistente como a imprensa brasileira posiciona a escritora em uma condição de eterna submissão colonial, implicando uma dinâmica de poder desigual onde Audálio Dantas é creditado como o responsável por “descobrir” e possibilitar a carreira editorial de Carolina. Essa narrativa reforça a noção da branquitude como benevolente, sugerindo que pessoas negras precisam ser “descobertas”, impulsionadas, encorajadas, agenciadas ou validadas por figuras brancas para, só assim, serem reconhecidas.

Ao designar Audálio Dantas como o “descobridor” de Carolina, a imprensa minimiza a agência da autora em sua própria trajetória literária, perpetuando a ideia de que o reconhecimento só é alcançado por pessoas negras quando sancionados por pessoas brancas. Essa abordagem reforça um padrão histórico em que a branquitude é colocada como detentora do poder de conferir legitimidade às contribuições de pessoas negras, alimentando uma narrativa que desconsidera a autonomia de pessoas não-brancas.

Toda essa problemática coloca em cena a reatualização das disputas no interior da vida e da obra de Carolina Maria de Jesus. Quando Cida Bento (2022) recorre ao mito de Narciso para lembrar que ele estranha tudo que não é espelho, notamos o modo como o funcionamento do pacto da branquitude reage quando há proposições críticas aos seus pares. A tradição segue

---

<sup>54</sup>Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/filha-do-descobridor-de-carolina-de-jesus-nao-pretende-ceder-ineditos-da-autora-para-publicacao-25279451>. Último acesso em: 16.12.2023.

<sup>55</sup>Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/em-carta-de-repudio-estudiosos-de-carolina-maria-de-jesus-pedem-que-familia-de-audalio-dantas-entregue-cadernos-da-escritora-1-25282575>. Último acesso em: 17.12.2023.

mantida justamente porque a “estranha”, considerada uma *outsider*, não pode ocupar e nem merece estar nesses espaços de consagração, a não ser se acompanhada por uma figura validadora. E é essa a lógica que identificamos nos novos conflitos: a continuidade dos acordos entre a branquitude de tentar afastar aquilo que se considera uma “ameaça” (Bento, 2022).

No próximo tópico, retomo o embate entre a família Dantas e os inéditos de Carolina que estão em seus cofres particulares, com a tentativa de observar a maneira como os conflitos editoriais na cena contemporânea se reatualizam e nos revelam a continuidade de violações que envolvem a sobrevida de Bitita no sistema literário brasileiro.

### 3.3. Os cadernos de Carolina e a família Dantas

*Falavam que eu tenho sorte.  
Eu disse-lhes que eu tenho  
audacia.*

Carolina Maria de Jesus

Como vimos, existem cadernos que ainda estão sob a tutela da família Dantas, o que tem gerado ainda mais tensões no sistema literário brasileiro. As novas publicações de *Casa de Alvenaria*, por exemplo, reascenderam o debate em torno das obras da escritora justamente por trazer os embates que a autora teve com seu agenciador Audálio Dantas. Os familiares do jornalista vieram a público para reivindicar alguma espécie de “justiça” à memória dele. Juliana Dantas, filha de Audálio, chegou a dizer que essa postura do conselho editorial em reeditar as obras da forma como foi feita só dificulta o diálogo com a família – que ainda guardam cadernos da escritora.

Quando viva, vale ressaltar, a autora reclamou inúmeras vezes a respeito da tentativa de Audálio tentar “teleguiar” sua carreira enquanto escritora; outras vezes, o jornalista foi acusado pela escritora mineira de tentar “anular” os seus “desejos” ou de “controlar” as suas vontades e aspirações. São recorrentes os relatos deixados por Carolina e que indicam algum tipo de controle que Audálio tentava impor sobre ela e seu trabalho artístico. Tudo indica que Carolina ainda segue refém dessa lógica, uma vez que a família Dantas, actualmente, se sente no direito de não dar acesso ao material que pertence à autora mineira. Seria difícil imaginar o mesmo tipo de controle de manuscritos e de patrimônio literário ocorrendo com autores brancos e consolidados.

Em novembro de 2021, o jornal *O Globo* publicou um texto que trazia um pouco desse conflito entre pesquisadoras da obra de Carolina e a família Dantas. Na matéria, estudiosas se manifestam em carta de repúdio<sup>56</sup> solicitando que a família entregasse os cadernos da escritora. Esse movimento de pesquisadoras e críticas da obra de Carolina contestam a decisão da filha de Dantas – que não tinha pretensão alguma em ceder o material<sup>57</sup>. Na carta de repúdio, as pesquisadoras afirmam ter enorme preocupação com as declarações feitas pela herdeira de Dantas que, “insatisfeita com a forma com a qual seu pai vem sendo retratado, leia-se, sem o devido destaque e centralidade que ela julga que ele deveria ter, se recusa a fornecer três cadernos inéditos, cartas, contratos e fotografias da escritora”<sup>58</sup>.

Essa mentalidade de que o material não pertence à sua autora, Carolina, mas sim aos herdeiros de um facilitador/editor, a família de Dantas, remonta à mentalidade do período colonial em que pessoas escravizadas eram passadas de família para família, inclusive, em muitos casos, juntamente com um testamento que pudesse garantir esse desejo da família colonial por meio de dispositivo legal. Sobre esse aspecto, há uma cena em que uma das personagens do filme *Histórias Cruzadas* (2011)<sup>59</sup>, ao rememorar a sua trajetória enquanto empregada doméstica de uma família branca nos Estados Unidos do século XX, afirma que não desejava mais servir a família após a morte da patroa. No entanto, a família havia deixado um testamento e a personagem nos lembra que o documento dizia que ela “tinha que trabalhar” para as filhas da sua antiga patroa, dando continuidade aos afazeres domésticos das herdeiras. Segundo a narrativa da personagem, a família acreditava, por direito, “que eram os meus donos”.

A família herdeira de Dantas se sente no direito de manter Carolina presa em seus cofres particulares, na crença de que o material faz parte do acervo pessoal de Audálio Dantas. No entanto, a carta de repúdio produzida pelas pesquisadoras pontua categoricamente que os

---

<sup>56</sup> A carta foi assinada pelos grupos: Grupo de Pesquisa Decoloniais Carolina Maria de Jesus; Grupo de Pesquisa Literatura, Alteridade e Decolonialidade (GPLADe); Laboratório de Tradução da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e Grupo de Pesquisa Marginalia Decolonial.

<sup>57</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/em-carta-de-repudio-estudiosos-de-carolina-maria-de-jesus-pedem-que-familia-de-audalio-dantas-entregue-cadernos-da-escritora-1-25282575>. Último acesso em: 19.04.2024.

<sup>58</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/em-carta-de-repudio-estudiosos-de-carolina-maria-de-jesus-pedem-que-familia-de-audalio-dantas-entregue-cadernos-da-escritora-1-25282575>. Último acesso em: 19.04.2024.

<sup>59</sup> *Histórias Cruzadas* (The Help). Direção: Tate Taylor. Produção: Chris Columbus, Michael Barathan. Estados Unidos, Índia e Emirados Árabes: DISNEY/BUENA VISTA, 2011. Arquivo digital.



manuscritos pertencem “à família da escritora, em primeiro lugar, além de construir um patrimônio e cultural brasileiro”<sup>60</sup>. Ainda segundo o texto:

A escritora Carolina de Jesus escreveu para ser lida por um público mais amplo e não para ficar guardada dentro de gavetas a bel prazer do interesse pessoal, alheio aos seus familiares. Carolina de Jesus cedeu de boa-fé esses textos para o jornalista Audálio Dantas à época para que ele a ajudasse a publicá-los, mas em momento algum deu esses cadernos para ele. Por essa razão, exigimos o imediato retorno de tudo o que for de Carolina de Jesus, que esteja em sua posse para as mãos da filha Vera Eunice Lima de Jesus<sup>61</sup>.

De acordo com as estudiosas, manter os cadernos de Carolina na gaveta é mais um processo de “epistemicídio” que se comete contra a autora mineira, ao mesmo tempo em que “só reforça a ideia patercolonial de que uma mulher só pode existir a partir de seu senhor, nesse caso, seu ‘descobridor’”<sup>62</sup>. É notório que os conflitos passam a ganhar outras dimensões quando se trata das obras da autora que escreveu *Quarto de Despejo*. Seja a relação com a família de seu antigo agenciador cultural, seja os comentários depreciativos na imprensa brasileira. Como vimos, a autora segue disputada no jogo de forças do sistema literário.

Segundo observação de Clarice Maria Silva Campos (2022, p. 57), “o material literário que Carolina Maria de Jesus produziu deve ser disponibilizado para desenvolvimento de trabalhos e apreciação dos leitores, devendo estar em posse da filha de Carolina, Vera Eunice de Jesus”. Isso porque:

Essa ação visa sanar uma dívida histórica, não apenas com Vera Eunice e demais herdeiros de Carolina de Jesus, mas com toda população brasileira que aguarda por anos o acesso às narrativas da escritora e respeito a sua produção intelectual. Manter seus escritos engavetados é uma das formas de sua manutenção no ostracismo, no qual a autora já sofreu por décadas (Campos *apud* GPLADe, 2022, s/p).

Cada vez que a autora é revisitada, ela emerge como alguém “saindo de escombros. As disputas, os conflitos e as implicações emergem atreladas [...] Muito ainda há que se vasculhar, tirar poeiras, descobrir e redescobrir Carolina Maria de Jesus, para que a autora seja lida e compreendida no mais próximo possível da totalidade de sua obra” (Campos, 2022, p. 58-59).

<sup>60</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/em-carta-de-repudio-estudiosos-de-carolina-maria-de-jesus-pedem-que-familia-de-audalio-dantas-entregue-cadernos-da-escritora-1-25282575>. Último acesso em: 19.04.2024.

<sup>61</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/em-carta-de-repudio-estudiosos-de-carolina-maria-de-jesus-pedem-que-familia-de-audalio-dantas-entregue-cadernos-da-escritora-1-25282575>. Último acesso em: 19.04.2024.

<sup>62</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/em-carta-de-repudio-estudiosos-de-carolina-maria-de-jesus-pedem-que-familia-de-audalio-dantas-entregue-cadernos-da-escritora-1-25282575>. Último acesso em: 19.04.2024.

Ainda sobre as controvérsias que as novas publicações têm trazido à tona, Conceição Evaristo, durante sua participação no programa *Roda Vida*<sup>63</sup>, em setembro de 2021, foi questionada pelo estudioso de literatura Paulo Werneck a respeito da crítica que o conselho editorial sofreu depois da publicação de *Casa de Alvenaria*. Nas palavras de Evaristo, o conselho não tinha interesse em dar centralidade à figura de Dantas, mas sim preocupadas em observar e cuidar da publicação do texto de Carolina. Segundo ela, a relação de Carolina e Audálio foi escrita pela própria autora. Os conflitos e outros embates que aparecem no texto não foram frutos da intervenção editorial, mas conflitos que a própria autora experimentou com seu financiador cultural e que registrou em seus manuscritos.

Portanto, as críticas que foram feitas ao conselho editorial, nas palavras de Conceição, são totalmente infundadas, fruto de especulação – uma vez que é o próprio registro de Carolina que nos revela as condições em que essa autora produziu sua escrevivência. Conceição Evaristo relembra que tudo que foi dito por Carolina está em seus manuscritos e a crítica brasileira desconhece os textos da autora em sua materialidade.

Esse fator se relaciona ao medo desse grupo que teme perder seus postos de poder. Cida Bento (2022) trata desse elemento constitutivo da branquitude brasileira. A dinâmica de formação de cânones e obras que figuram a tradição passam, na atualidade, a reorganizar de tal modo que “editoras, grupos sociais comprometidos com a crítica literária, organismos e sociedades literárias definem suas escolhas, permitindo a entrada de alguns e a retirada ou a não aceitação de outros” (Moreira, 2012, p. 90). Nesse aspecto, vale ressaltar que mais do que nunca “o pacto da branquitude trata de um problema estrutural, mas ainda muito atual” (Bertin, 2023, p. 199). Isso significa dizer que algumas lógicas constituintes desse jogo de poder se reatualizam, passam por novas formas estratégicas de atuação e readaptação das técnicas de exclusão e controle. Nesse sentido, as obras de Carolina ainda seguem sendo disputadas e revelam novos conflitos, mas que não são tão novos assim. Os meios de comunicação, assim como em outros tempos, ainda continuam a proteger o grupo dominante e os seus interesses.

Sobre isso, Eliane Brum, jornalista de destaque internacional, também escreveu um texto “em defesa” de Audálio Dantas, procurando, respeitosamente, rememorar o tipo de relação que estabeleceu com o jornalista e as memórias que tinha a seu respeito. Além disso, no texto, a jornalista se deteve em refletir sobre o que havia acontecido entre Dantas e Carolina<sup>64</sup>. Publicado no contexto dos conflitos que giraram em torno da nova publicação de

---

<sup>63</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R-v-BgwM64o>. Último acesso em: 30.04.2024.

<sup>64</sup> Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-11-30/o-que-audalio-dantas-fez-com-carolina-maria-de-jesus.html>. Último acesso em: 30.04.2024.

*Casa de Alvenaria*, a jornalista sai em defesa de Dantas e procura apontar para a complexa relação entre o agenciador cultural e a escritora mineira.

Durante uma matéria veiculada pela TV Cultura em 10 de setembro de 2021, o programa *Estação Livre* fez uma homenagem à escritora mineira e também trouxe uma série de comentários elogiosos de jornalistas e outros profissionais para comentar sobre o legado de Dantas<sup>65</sup>. E isso, mais uma vez, reverbera aquilo que Cida Bento (2022) disse ser típico do pacto da branquitude, em que pessoas brancas defendem os seus interesses como estratégia para fortalecer tal pacto, muitas vezes saindo em defesa de seus pares raciais. Segundo ela, trata-se de uma aliança que não se verbaliza, mas que, na prática, revelam solidariedade e compreensão entre os brancos, sob a égide dos méritos e do respeito. A pensadora, ao rememorar a sua trajetória escolar, coloca em discussão a maneira como as pessoas brancas, sempre de maneira afetuosa, costumam tratar seus iguais, enquanto pessoas não-brancas sempre são deixadas de fora desses sistemas de elogios (Bento, 2022, p. 13).

A branquitude é a base do racismo à brasileira, uma modalidade velada de discriminação, de característica estrutural, que dá sentido às relações entre as pessoas desse contexto, à maneira como se percebem ou são impedidas de se perceberem. Desse modo, assegura privilégios a uma elite de suposta superioridade, porém não se fala a respeito, pois poderia ser muito perigoso assumir as contradições de ser o modelo de humanidade e, ao mesmo tempo sequer ser humano, ser perfeito e precisar encarar suas imperfeições (Sousa; Rabelo; Tavares, 2021, p. 354).

Além disso, é fundamental observar as variadas formas como a branquitude atua nas relações sociais, sobretudo “considerando como ela se expressa no cotidiano brasileiro e quais os mecanismos ocultos que a sustentam”, assim como procuram “restringir privilégios a uma categoria racial” e, por consequência, “aumentar as discrepâncias raciais existentes na sociedade brasileira” (Sousa; Rabelo; Tavares, 2021, p. 354-355).

A trajetória social de Carolina Maria de Jesus, assim como o repertório literário que ela legou para a contemporaneidade, ainda geram conflitos que reacendem debates que, outrora, tinham outras roupagens. No entanto, esses debates ainda comunicam questões que atravessam o tempo presente, como racismo, branquitude e privilégio. Trata-se, como vimos, sobretudo de conflitos que remontam às estratégias da branquitude brasileira em se manter no poder. Afinal, é preciso “reconhecer que alguns dos sistemas existentes hoje foram construídos para manter negras e negros em condição de inferioridade” (Bento, 2022, p. 123).

---

<sup>65</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oGY-sUMv8k>. Último acesso em: 30.04.2024.

Carolina, como bem lembrou Fernanda Miranda, foi uma escritora que “iluminou um caminho de muitos desafios”, pois ela estava “de fato abrindo caminho numa mata fechada e precisando responder a inúmeros acessos violentos contra sua condição de escritora”. Miranda ainda elucida que no Brasil, “as condições socioeconômicas, raciais e de gênero demarcavam e ainda demarcam os temas, a autoria, o direito à literatura e o direito à representação”<sup>66</sup>.

Os diários da autora, portanto, como observou Alessandra Araújo de Souza (2010, p. 7), ainda apresentam disputas e conflitos, principalmente depois que a escritora passou a ocupar a “casa de alvenaria”. Houve um incomodo por parte da classe dominante brasileira depois que Bitita passou a circular por espaços que antes não fazia parte de seu universo social. Segundo ela, “no mundo da alvenaria Carolina Maria de Jesus não se encaixava, pois tinha um projeto particular que escapou as interpretações dadas a sua obra naquele contexto” e em outros também – como é o caso de sua retomada na contemporaneidade. Isso porque, vale ressaltar:

[...] a branquitude, em suas diversas representações, configura-se um agente central mantenedor do racismo, assim como as opressões de classe e gênero [...] a figura do indivíduo branco está, invariavelmente, em posição de poder e de subjugação do que é diferente de si [...] não se pode desprezar a capacidade da branquitude de se transmutar com o passar do tempo, de criar refinadas e versáteis tecnologias de opressão para seguir assumindo à força as rédeas das relações humanas (Sousa; Rabelo; Tavares, 2021, p. 366).

Mesmo diante dessa dinâmica de poder, é possível afirmar, de acordo com Clarice Campos (2022, p. 96), que temos experimentado nesse contexto a presença significativa de escritoras negras dentro do mercado editorial. Segundo ela, autoras como “Conceição Evaristo, Elisa Lucinda, Eliana Alves Cruz, Cidinha da Silva, Cristiane Sobral, Sonia Rosa, Kiussam de Oliveira, Lia Vieira, Jarid Arraes entre outras” têm aparecido como “produtoras de narrativas literárias com certo reconhecimento na academia, entre os leitores e nas premiações”. Além disso, a pesquisadora salienta que:

Atualmente, embora o lugar da autoria continue sendo ocupado principalmente pela representação masculina e branca, estamos vivendo um cenário de discussões e ampliações de conquistas provenientes de lutas antigas por direitos básicos. Não se pode falar de uma literatura produzida no Brasil por homens e mulheres negras, sem falar de ações em conjunto ligadas aos movimentos negros principalmente a partir dos anos 1970, década marcada pelas ações combativas de grupos em relação à discriminação racial e busca de uma identidade negra positiva (Campos, 2022, p. 97).

---

<sup>66</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iIwnMFwRvls&t=366s>. Último acesso em 30.04.2024.

Fernanda Miranda ainda nos lembra que casos como o de Carolina certamente não são exclusivos, pois ainda há muitas autorias com obras completas e que seguem presas a manuscritos. Segundo a crítica de literatura brasileira, “imaginem como seria diferente nosso cenário cultural dentro do teatro de romance, por exemplo, se essas obras viessem à tona?”. A pesquisadora reforça que “quem tem a ganhar com isso somos todos nós”, justamente porque “todos nós perdemos quando os textos permanecem ocultados”. Ainda de acordo com a reflexão de Miranda sobre as obras da autora:

[...] pensamos o presente como um tempo de revide porque é um tempo que exige e possibilita outros exercícios de entendimento do passado e, certamente, o presente de Carolina é mais aberto hoje do que jamais fora, mas ainda falta muito para romper a cortina que mantém sua produção ainda pouco conhecida, principalmente a produção ficcional que tem sua maior parte inacessível e impossibilitada, pois nós sabemos que para uma obra se realizar totalmente é necessário a instância do leitor. E quantos leitores não desejam e esperam a chance de ampliar seus horizontes?<sup>67</sup>.

\*\*\*

---

<sup>67</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iIwnMFwRvls&t=366s>. Último acesso em 30.04.2024.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível observar ao longo desta dissertação, a trajetória de vida e os diários de Carolina Maria de Jesus revelam o funcionamento do pacto da branquitude dentro do sistema literário brasileiro. Esse pacto, que mimetiza as relações de poder racialmente determinadas que acontecem na estrutura social do país, se exprimem nas linhas e entrelinhas das obras analisadas, o que nos permitiu levantar reflexões sobre o modo como esse dilema racial brasileiro ainda persiste na sociedade brasileira. Não se tratou, portanto, de averiguar o funcionamento do pacto da branquitude apenas no momento do surgimento da escritora no mercado de bens simbólicos na década de 1960, mas como ainda há uma continuidade do modo sistemático com o qual ela foi empurrada para aquilo que chamamos de periferia do sistema literário.

Com os novos conflitos que ainda rondam a autora e as suas obras, identificamos que o pacto da branquitude ainda se mantém a todo vapor e disposto a defender os lugares sociais de privilégios de escritores, jornalistas e outros agentes que fazem parte do mercado editorial no Brasil. Como vimos, os meios de comunicação ainda constituem ferramentas poderosas do grupo dominante, pois é ali que o contrato racial se estabiliza, se legitima e se reproduz, colocando em movimento “as rodas do moinho de fofocas” (Elias, 2000, p. 121), que servem como uma ferramenta poderosa de destruição de reputação de pessoas não-brancas, por um lado, e, por outro, tecem comentário elogiosos e respeitosos quando se trata de pessoas brancas.

Esta dissertação está longe de encerrar o debate. A contribuição que espero ter dado ao estoque de conhecimento que já existe, e que felizmente tem se multiplicado cada vez mais, localiza-se na forma como busquei ler os trabalhos literários de Carolina a partir da chave do pacto da branquitude e outros conceitos da sociologia contemporânea. Seus diários desvelam a lógica de operação do pacto da branquitude na sociedade brasileira, sobretudo em sua capacidade de se reinventar nas mais diversas instituições, como no sistema literário, e no modo como criam hierarquias raciais – cujo resultado privilegia apenas o grupo racial branco – dentro de outros universos, como o literário.

\*\*\*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- ASSIS, Machado de. “Instinto de nacionalidade”. In: *Obra Completa*, v. 3. São Paulo: Agir, 1873, p. 28-34.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, [1977] 2016.
- BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, [1963] 2008.
- BENTO, Maria Aparecida. “Branquitude e branqueamento no Brasil”. In: BENTO, Maria Aparecida & CARONE, Yray (Orgs.) *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-57.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2002.
- BERTIN, Enidelce. A branquitude em discussão: formas de exclusão e de manutenção de privilégios. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 2023.
- CAMPELLO, Maria Clara Braga Machado. *Meu pranto, seu canto: correspondências possíveis entre as obras de Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2022.
- CAMPOS, Clarice Maria Silva. *Carolina Maria de Jesus: a preservação da memória e o impacto na contemporaneidade da literatura produzida pela mulher negra brasileira*. Rio de Janeiro, 2022.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EdUSP, [1995] 1998.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Itatiaia, [1969] 2000.
- CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, [1965] 2006.
- CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”. In: *Vários escritos*, São Paulo: Duas Cidades, [1989] 1995, p. 235-263.
- CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2017.
- CARRASCOSA, Denise. Traduzindo no Atlântico Negro: por uma práxis teórico-política de tradução entre literaturas afrodiáspóricas. *Cadernos de Literatura em Tradução*, n. 16, p. 63-72, 2016.
- CARDOSO, Lourenço. Retrato do branco racista e anti-racista. *Reflexão e Ação*, v. 18, n. 1, p. 46-76, 2010.

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, [1990] 1994.
- CORDEIRO, Carla de Fatima. *De Honório a Archanjo: Jorge Amado, questão racial e formação nacional*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2017.
- CORONEL, Luciana Paiva. Periferia e literatura de mercado: reflexões sobre o caso Carolina Maria de Jesus. *Ipotesi*, v. 15, n. 2, p. 63-71, 2011.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, [2000] 2001.
- DALCASTAGNÈ, Regina. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. *Letras de Hoje*, v. 42, n. 4, p. 18-31, 2007.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 31, p. 87-110, 2008.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais. *Iberic@ I Revue d'études ibériques et ibéro-américaines*, v. 2, p. 13-18, 2012.
- DA ROSA, Francis Mary Soares Correia. A Literatura Menor em Deleuze e Guattari: por uma educação menor. *Revista do Centro de Educação*, v. 41, n. 3, p. 685-696, 2016.
- DA SILVA, Franciele Queiroz; AZEVEDO, Luciene Almeida de. A literatura marginal (periférica) no contexto contemporâneo. *Horizonte Científico*, v. 3, n. 1, p. 1-31, 2009.
- DALCOL, Mônica Saldanha. *A condição da mulher negra na literatura brasileira em Úrsula, Casa de Alvenaria e Um Defeito de Cor*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria, 2020.
- DE JESUS, Carolina Maria. *Casa de alvenaria – Volume 1: Osasco*. São Paulo: Companhia das Letras, [1961] 2021a.
- DE JESUS, Carolina Maria. *Casa de alvenaria – Volume 2: Santana*. São Paulo: Companhia das Letras, [1961] 2021b.
- DE JESUS, Carolina Maria. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- DE JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Edição Popular, 1960.
- DE JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 10ª ed., [1960] 2014.
- DE MOURA, Sérgio Arruda. A crônica: entre o campo literário e o campo jornalístico. *Contemporânea*, v. 6, n. 2, p. 2-15, 2008.
- DE OLIVEIRA, Pedro Paulo. Sociologia da fofoca: notas sobre uma forma de narrativa do cotidiano. In: 34º Encontro Anual da Anpocs – ST: Sociologia e Antropologia da Moral, Caxambú, 2010.
- DELEUZE, Gilles. & GUATTARI, Félix. *Kafka: para uma literatura menor*. Lisboa: Assírio e Alvim, [1975] 2003.
- DOS SANTOS, Ynaê Lopes. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022.



- DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 31, p. 11-23, 2008.
- DUARTE, Eduardo de Assis. O negro na literatura brasileira. *Navegações*, v. 6, n. 2, p. 146-153, 2013.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, [1939] 2011.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.
- EVARISTO, Conceição. “Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira”. In: PEREIRA, Edimilson de Almeida (Org.) *Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2010, p. 132-142.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: Edufba, [1952] 2008.
- FARIAS, Tom. *Carolina: uma biografia*. Rio de Janeiro: Malê, 2018.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Contracorrente, [1964] 2021.
- FERNANDEZ, Raffaella Andréa. “Do Devir-Vênus Negra de Carolina Maria de Jesus na imprensa dos anos de 1960 até nossos dias”. In: MENDES, Algemira de Macêdo; CARVALHO, Diógenes Buenos Aires de; ARAÚJO, Orlando Luiz de (Orgs.) *Literatura, Sujeitos de gênero e outros discursos*. Teresina: Edufpi, 2018, p. 113-123.
- FERNANDEZ, Raffaella Andréa. Percursos de uma poética de resíduos na obra de Carolina Maria de Jesus. *Itinerários: Revista de Literatura*, n. 27, p. 125-146, 2008.
- FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.
- FRANKENBERG, Ruth. “A miragem de uma branquidade não-marcada”. In: WARE, Vron. (Org.) *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 307-338.
- FREITAS, Leidiana da Silva Lima; DE OLIVEIRA LOPES, Maria Suely. Um relato de si: a trajetória de Carolina Maria de Jesus através dos diários. *Investigações*, vol. 33, n. 1, p. 1-19, 2020.
- GEBARA, Ademir; LUCENA, Ricardo de F. Norbert Elias, poder e cotidiano. *The Journal of the Latin American Socio-Cultural Studies of Sport*, v. 1, n. 1, p. 56-66, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, [1987] 2008.
- GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. *Quaderni di letteratura iberiche e iberoamericane*, n. 2, p. 199-221, 2012.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, [1993] 2001.
- GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. *Educação & Sociedade*, v. 42, Campinas, 2021.

- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- RÖHRIG, Maiquel. Historiografia literária e ensino da literatura. *Revista Contaponto*, Belo Horizonte, v.2, n. 1, p. 14-24, dez. 2012.
- IANNI, Octavio. Literatura e consciência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 28, p. 91-99, 1988.
- JACOMEL, Mirele Carolina Werneque. Relações de poder e a literatura brasileira. *Revista Grifos*, v. 18, n. 26, p. 7-16, 2009.
- LABORNE, Ana Amelia de Paula. *Branquitude em foco: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- LEANDRO, Michel Luís da Cruz Ramos. *Autoria e resistência: Carolina Maria de Jesus em discurso*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2019.
- LIMA, Marcos Aurélio. Relações de poder entre os estabelecidos e os outsiders: contribuições de uma metodologia configuracional na obra de Elias e Scotson. *HOLOS*, v. 6, p. 544-554, 2015.
- MACHADO, Carla Silva; MAGALDI, Carolina Alves. Sistema de cotas, trajetórias educacionais e assistência estudantil: por uma educação inclusiva. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 10, n. 2, p. 273-285, São Paulo, 2016.
- MEDEIROS, Patrícia Lins Gomes de. Aspectos do poder e do cotidiano em Norbert Elias. *Em Tese*, v. 3, n. 2, p. 168-181, 2007.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert M. *Cinderela negra: uma saga de Carolina Maria de Jesus*. Belford Roxo-RJ: UFRJ, 2015.
- MELLO, Marina Pereira de Almeida. “Carolina Maria de Jesus: notas sobre um corpo ‘deslocado’”. In: MENDES, Algemira de Macêdo; CARVALHO, Diógenes Buenos Aires de; ARAÚJO, Orlando Luiz de (Orgs.). *Literatura, Sujeitos de gênero e outros discursos*. Teresina: Edufpi, 2018, p. 98-113.
- MENEZES, Palloma et al. Apresentação do Dossiê “Sociologia e Antropologia dos Rumores”. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v. 4, n. 12, p. 15-20, 2020.
- MILLS, Charles W. *O contrato racial*. Rio de Janeiro: Zahar, [1997] 2023.
- MILLS, Wright. *A imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, [1959] 1972.
- MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. *Corpo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006): posse da história e colonialidade nacional confrontada*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2019.
- MIRANDA, Fernanda Rodrigues. O campo literário afro-brasileiro e a recepção de Carolina Maria de Jesus. *Estação Literária*, v. 8, n. 1, p. 15-24, Londrina, 2011.
- MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. *Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2013.
- DE MIRANDA, Fernanda Rodrigues. A experiência literária marginal em três atos: O maldito dos anos 70, o “periférico” contemporâneo e a outsider Carolina Maria de Jesus. *Estação Literária*, v. 12, p. 332-342, Londrina, 2014.

- MOREIRA, Maria Eunice. Cãnone e cãnones: um plural singular. *Letras*, n. 26, p. 89-94, Mato Grosso do Sul, 2003.
- MOREIRA, Camila. Branquitude é branquidade? Uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as*, v. 6, n. 13, p. 73–87, 2014.
- MORESCHI, Marcelo; DE MORAES, Anita Martins Rodrigues; PINTO, Lucia Ricotta Vilela. Antonio Candido em debate: uma constelação de estudos críticos. *Criação & Crítica*, n. 36, p. 218-247, 2023.
- MOSER, Benjamim. *Por que este mundo: uma biografia de Clarice Lispector*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias. “Testemunho”; “Depoimento”. *Cadernos Brasileiros*, n. 47, p. 3-7; 21-23, 1968.
- NASCIMENTO, Daniela de Almeida. *Carolina Maria de Jesus e a escrita de si como lugar de memória e resistência*. Dissertação de Mestrado. UNESP, 2020.
- NOAL, Sara Munique. História e Literatura: considerações de ordem teórico-metodológicas acerca das obras de Carolina Maria de Jesus. *Contraponto*, v. 9, n. 2, p. 319-331, 2020.
- NUNES, Aparecida Maria. *Clarice Lispector Jornalista: Páginas Femininas e outras histórias*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.
- OLIVEIRA, Lucas Amaral de. *Experiências estéticas em movimento*. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2020a.
- OLIVEIRA, Lucas Amaral de. *Experiências estéticas em movimento: produção literária nas periferias paulistanas*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2018.
- OLIVEIRA, Lucas Amaral de. Speaking for themselves: observations on a “marginal” tradition in Brazilian Literature. *Brasíliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 5, n. 1, p. 441-471, 2016.
- OLIVEIRA, Lucas Amaral de. Teoria social e desafios epistemológicos na geopolítica do conhecimento. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 12, n. 24, p. 448-476, 2020b.
- OLIVEIRA, Lucas et al. Práticas de democratização da literatura: uma etnografia digital de editoras cartoneras latino-americanas. *PragMATIZES-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, v. 12, n. 22, p. 520-550, Niterói/RJ, 2022.
- OLIVEIRA, Raphael. Carolina de Jesus em Caruaru e Recife: Racismo Estrutural e Imprensa no Início dos Anos 60. *Interritórios*, vol. 6, n. 11, p. 63-79, 2020.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, [1997] 2007.
- OTERO, Maria Mercêdes Dias Ferreira. Censura Prévia de Livros: a moralidade como recurso político. In: *V Encontro Nordestino de História*. Recife: ANPUH, 2004.
- PAZ, Eliane Hatherly. Best-Sellers da Ditadura: os livros mais vendidos sob o AI-5. *Revista Observatório*, v. 5, n. 5, p. 615-637, 2019.
- PERPÉTUA, Elzira Divina. Literatura brasileira confessional: uma leitura de memórias marginais. In: *Simpósio Nacional de Letras e Linguística–Silel*, v. 14, n. 20, p. 1-10, 2011.

- PERPÉTUA, Elzira Divina. Produção e recepção de Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus: relações publicitárias, contextuais e editoriais. *Em Tese*, v. 5, p. 33-42, 2002.
- PIZA, Edith. *Percepção de mulheres negras por mulheres brancas, entre os anos 60 e 70*. São Paulo: USP/CNPq, 1996.
- QUADROS, Dênis Moura. A escritora Carolina Maria de Jesus: Legitimando seu lugar na História da Literatura Brasileira. *Travessias*, v. 12, n. 1, p. 243-257, 2018.
- RAMOS, Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. *Cadernos de Nosso Tempo*, v. 2, n. 2, p. 189-220, 1954.
- RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1957] 1995.
- ROSA, Nícolas Pereira; DE PAULA GUEDES, Manoela de Quadros; LEITE, Maria Alzira. A literatura marginal periférica e o cânone literário. *Navegações*, v. 12, n. 2, e35099, 2019.
- ROSENFELD, Cinara; ALMEIDA, Jalcione. Literatura e conhecimento sociológico. *Sociologias*, v. 20, p. 9-13, 2018.
- SARTRE, Jean-Paul. *Que é literatura?* São Paulo: Ática, [1948] 2004.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e poder: revisitando o “medo branco” no século XXI. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as*, v. 6, n. 13, p. 134-147, 2014.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. “Branquitude e privilégio”. In: SILVA, Maria Lucia da; FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina; NETO, Augusto Stiel (Orgs.) *Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo Brasileiro*. São Paulo: Escuta, 2018, p. 137-150.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, p. 83-94, 2014.
- SCHUCMAN, Lia Vainer; CARDOSO, Lourenço. Apresentação do dossiê sobre Branquitude. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as*, v. 6, n. 13, p. 05-07, 2014.
- SCHWARZ, Roberto. *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O artista da mestiçagem. O universo de Jorge Amado: caderno de leituras, São Paulo: Companhia das Letras, p. 34-45, 2009.
- SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.
- SILVA, Eliane da Conceição. *A violência social brasileira na obra de Carolina Maria de Jesus*. Tese de Doutorado. Unesp, 2016.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periféricas no Brasil (1960-2000)*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2011.

- SIRINO, Tallyssa Izabella Machado Sirino. *Canetas roubadas de Carolinas que resistem*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2019.
- SOARES, Eliane Veras. Embora lidando com literatura, você está fazendo sociologia. *Civitas*, v. 14, p. 81-92, 2020.
- SOUSA, Germana Henriques Pereira de. *Carolina Maria de Jesus: o estranho diário da escritora vira lata*. Vinhedo: Horizonte, 2012.
- SOUZA, Alessandra Araujo de. Identidades e culturas políticas: disputas e conflitos nos escritos de Carolina Maria de Jesus. *Cadernos Imbondeiro*, João Pessoa, 2010.
- SOUSA, Vanessa Pita; RABELO, Dóris Firmino; TAVARES, Jeane Saskya Campos. Só para não passar em branco: uma revisão narrativa sobre a branquitude. *Odeere*, v. 6, n. 2, p. 352-368, 2021.
- SOVIK, Liv Rebecca. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.
- STORI, Jessica Brisola. “Quando infiltrei na literatura eu não previa o pranto”: a memória e a escrita de Carolina Maria de Jesus. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2020.
- TEIXEIRA, Ana Lúcia. Literatura e sociologia: relações de incitação mútua. *Sociologias*, v. 20, p. 16-28, 2018.
- XIMENES NETO, João. *Carolina Maria de Jesus: Uma Estrangeira em Nossa Literatura*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. *Revista da USP*, n. 66, p. 209-224, 2005.
- ZILBERMAN, Regina. Mudanças sociais, outro público, nova literatura brasileira. *Perspectiva*, v. 5, n. 9, p. 9-18, 1987.